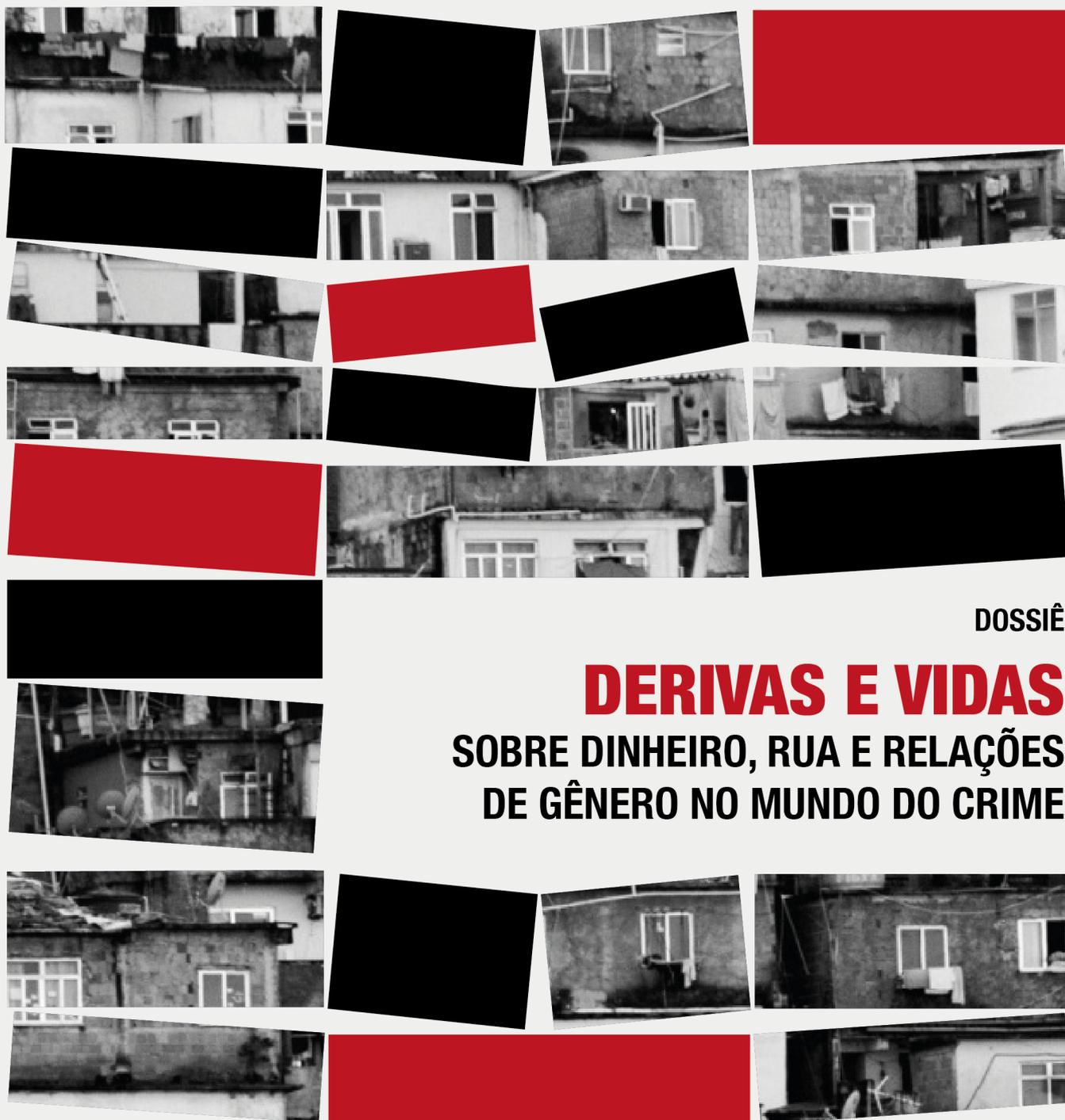


REVISTA FLORESTAN

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCAR



DOSSIÊ

DERIVAS E VIDAS

SOBRE DINHEIRO, RUA E RELAÇÕES
DE GÊNERO NO MUNDO DO CRIME

Revista Florestan | ano 3 | n. 1 • dez. 2016
Universidade Federal de São Carlos
ISSN: 2357-8300
www.revistaflorestan.ufscar.br
florestan.ufscar@gmail.com

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Editoração eletrônica e capa

Renan Alcantara

CORPO EDITORIAL 2016

Comunicação interna

Barbara Moraes

Comunicação externa

Bruno Moura e Karina de Camargo

Edição de forma

Anna Dávilla, Juliana Pereira, Luciana Moretti e Ricardo Palácio

Edição de conteúdo (Antropologia)

Barbara Moraes e Luísa Tui

Edição de conteúdo (Ciência Política, História e Economia)

Ana Luíza Soares e Bianca Moniche

Edição de conteúdo (Sociologia)

Tainá Souza, Letícia Abelini e Guilherme Zolla

Produção editorial e técnica

Ana Paula Godoy, Paulo César Lovo e Pedro Vinicius Menegasso

Organização do dossiê

Evandro Cruz

Contato

florestan.ufscar@gmail.com

SUMÁRIO



04 Editorial

DOSSIÊ: DERIVAS E VIDAS: SOBRE DINHEIRO, RUA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO CRIME

06 Sobre sexo, dinheiro e rua: pesquisas sobre a relação entre o crime e a cidade

Gabriel Feltran

10 Mundos que refugam, ruas como refúgio: Reconfigurações no perfil social da população em situação de rua

Tomás Melo

32 O negócio que mais cresce: notas etnográficas sobre o mercado do roubo de carros em uma periferia de São Paulo

Liniker Batista

50 Ação e Reação: notas etnográficas sobre ser assaltado

Gregório Zambon

63 Produção de corpos e categorias de pessoas nos fluxos de uma penitenciária feminina

Sara Vieira Antunes

72 Joias da família: trançando comandos entre irmãos/ãos

Natália Padovani

ARTIGOS

109 Considerações acerca do consumo de “telefones inteligentes”

Jaqueline Pereira

119 Literatura, ritual e política: reflexões a partir da produção crítica de Walter Benjamin

Vinicius Dino

129 Uma análise da Política Externa da Guiana sob a perspectiva das disputas fronteiriças

Caroline Brito Chaves, Gabriel Nascimento, Luiz Felipe Santos Batista e João Paulo Furtado

151 Roberto Schwarz e a Crítica Social na Literatura de Machado de Assis

Elvis Paulo Couto

RESENHAS

165 Feminist, Queer, Crip

Marco Gavério

174 Eu brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970

Vinicius Milani

181 Quando gradual e contínuo é a disjunção

Guilherme Rezende Machado

EDITORIAL



A Revista Florestan é uma publicação de iniciativa dos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo objetivo é incentivar os estudantes das áreas das Ciências Sociais a publicarem os resultados de suas pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, resumos de suas monografias e trabalhos de fim de curso. Para além das três grandes áreas que tradicionalmente compõem as Ciências Sociais, a saber, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, nesta publicação outras duas áreas afins são também contempladas: Economia e História.

Em 2016 a Revista Florestan passou por duas mudanças. A nova composição do corpo editorial, agora com dezesseis membros, encomendou um novo modelo gráfico para a Edição nº 5, desenvolvido por Renan Alcantara. Nesta edição renovada, apresentamos o Dossiê: Derivas e vidas: sobre dinheiro, rua e relações de gênero no mundo do crime, organizado por Evandro Cruz, mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFSCar, e que conta com uma apresentação do Prof. Dr. Gabriel Feltran, do PPGS – UFSCar, e Evandro Cruz, e artigos de Tomás Melo, doutorando em Antropologia pela UFF, Liniker Batista, mestre em Antropologia Social pela UNICAMP, Gregório Zambon, mestrando em Sociologia pela UFSCar, Sara Antunes, mestranda em Antropologia Social pela UNICAMP e Natália Corazza Padovani, pesquisadora pós-doc no PAGU – UNICAMP. A segunda parte da edição é composta por artigos e resenhas de tema livre enviados à revista por alunos de graduação e pós-graduação. As temáticas variadas dos artigos mantêm a proposta da revista em se constituir como um espaço de discussões para as diversas interfaces entre as Ciências Sociais, História, Economia e demais áreas, propondo reflexões interessantes à formação crítica dos alunos e aos debates contemporâneos que atravessam as disciplinas.

Desejamos uma boa leitura a todas (os)!

DOSSIÊ



**DERIVAS E VIDAS:
SOBRE DINHEIRO, RUA E
RELAÇÕES DE GÊNERO NO
MUNDO DO CRIME**

SOBRE SEXO, DINHEIRO E RUA: PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CRIME E A CIDADE

Prof. Gabriel Feltran

Doutor em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador Científico do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do CEBRAP.

Evandro Cruz

Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM)

Foi-se o tempo em que estudos temáticos sobre o “crime” eram novidades em si. A bibliografia das últimas décadas construiu um debate sólido sobre as sociabilidades, a justiça, as normatividades e os efeitos produzidos pela expansão do mundo do crime no Brasil. A novidade que dá pano de fundo aos trabalhos apresentados neste dossiê é o desenvolvimento desse debate para outras dimensões da vida social, focalizando assim relações ainda pouco exploradas: os mercados, o gênero, a sexualidade, a vida na rua e suas conexões analíticas com o crime.

O contato intensivo com o campo¹, como já é tradição desta bibliografia, é o eixo metodológico de coordenação dos cinco trabalhos de pesquisadores em diferentes estágios de suas carreiras. Cada um dos artigos apresentados neste dossiê demandou uma experiência de longa duração e proximidade com os “outros” da vida periférica urbana². Ainda no aspecto metodológico, os textos deste dossiê também coincidem na escolha de tratar o que pensam seus interlocutores de campo não só como objeto de análise mas também como parte fundamental de suas reflexões. É assim que termos êmicos e expressões clássicas de teorias sócio-antropológicas se relacionam, interagem nos textos, quando os autores traduzem para o leitor a materialidade das práticas às quais estiveram em contato³.

A afinidade metodológica dos textos é, por sua vez, palco para escolhas de ferramentas analíticas das mais diversas: teorias sobre o mercado, a interação, as performances de gênero e a teoria da subjetivação se apresentam em cada um dos artigos para dar conta da complexidade empírica em pauta. Mas há, para além de método e análise (e como não poderia deixar de ser), escolhas políticas que engendram esse conjunto de trabalhos. Longe da polarização retórica contemporânea, que eclipsa a política em um jogo de administrar taxas, a afinidade normativa que se percebe na autoria dos textos diz respeito a uma forma de se perceber a alteridade periférica no *entreposto* entre o pólo da *vitimização* e o da *celebração*.

1 Sobre as questões metodológicas decorrentes de estudos urbanos baseados em observações de longa duração ver (Magnani 2002)

2 Ver DAS & POOLE (2004)

3 Sobre a questão da autoridade etnográfica, ver (Clifford 1998)

Ao evitar a ocultação da agência cotidiana frente as repressões cotidianas, notada em campo, sem ceder ao tom celebratório que figura agentes extraordinários que triunfam sobre formas pesadas de controle, os textos deste dossiê são capazes de apontar a “incorporação seletiva da opressão” (MACHADO DA SILVA 2015) nas relações de poder travadas pelos sujeitos estudados, na cidade. Assim, evita-se cair na armadilha de se representar o poder como uma relação discreta: o sujeito está ou não em uma relação de poder, de dominação, de repressão, vitimizado ou algoz; opta-se por uma escolha de engajamento intelectual: encarar as relações sociais como dobras de relações de poder⁴ que possibilitam apresentar tanto os efeitos de dominação sobre os sujeitos quanto sua produtividade, a vida criativa que daí se desprende.

De técnicas para recuperar carros roubados (ZAMBON) a conversas com os operadores desse mercado ilegal (BATISTA), da relação entre justiça no crime e experiências de moradores rua (MELO), bem como dos modos como performatividade de gênero, do afeto e da sexualidade em ambientes prisionais (ANTUNES) implicam em relações com as responsabilidades advindas de postos no Primeiro Comando da Capital (PADOVANI), cada um dos presentes trabalhos aposta na descrição aprofundada de corpos, sentimentos, olhares e situações, que portanto podemos conhecer.

Tomás Melo oferece elementos para que pensamos a articulação entre os textos: a vida marginal. O autor nos leva ao argumento da relação de refugio e refúgio entre “mundo do crime” e a “vida na rua”, ambientes que nossos interlocutores a seguir conhecem sempre, mais ou menos de perto.

Liniker Batista e Gregório Zambon nos mostram lados opostos da mesma moeda: a relação entre pessoas e carros roubados na cidade de São Paulo; enquanto o primeiro aponta os caminhos para se pensar um mercado localizado, importante, em crescimento, o segundo segue os passos e procedimentos de um de seus interlocutores que acabara de ter seu veículo furtado, a crise (e portanto) o problema moral e material aí implicados.

Os textos de Sara Antunes e Natalia Corazza Padovani conversam, da mesma forma, intimamente entre si. Se o primeiro nos leva a conhecer a performatividade da sexualidade em uma prisão feminina, o segundo, partindo de cartas de amor, nos fala de responsabilidades adjacentes a postos do Primeiro Comando da Capital em presídios paulistas. Um mundo cotidiano se conecta, então, a um universo institucional. Mundos cotidianos, instituições, de uma mesma dinâmica social, que então se mostra não tão apartada das normas, das regras oficiais do convívio cidadão.

A reunião destes cinco trabalhos representa também, finalmente, a conformação contemporânea de pesquisas produzidas nos últimos cinco anos entre São Paulo e Rio de Janeiro, fruto de interlocução intensa. Sua leitura é instrutiva, e prazerosa, mas é também uma oportunidade de se atualizar quanto ao dia a dia de vidas periféricas, tão referidas e midiaticizadas, tão pouco compreendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Apresentação in: BIRMAN, LEITE, MACHADO, SÁ CARNEIRO (Orgs) **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes** (Ordens e Resistências). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana In: **RBCS** Vol. 17 no 49 junho/2002.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

TELLES, Vera. **Cidade: tramas, dobras, percursos**. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

_____ Ilegalismos e a cidade. **Novos Estudos Cebrap**, 84: 153-173. 2009

MUNDOS QUE REFUGAM, RUAS COMO REFÚGIO: RECONFIGURAÇÕES NO PERFIL SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia
(PPGA) da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Neste texto me ocuparei de demonstrar possibilidades de interpretação sobre transformações recentes no perfil social da chamada população em situação de rua. Meu ponto de partida é decorrente de afirmações, por parte de representantes da população de rua e também de profissionais que atuam com o segmento, sobre o aumento do número de pessoas em situação de rua e de sua suposta mudança de perfil. Dentre os aspectos reiterados nessa avaliação, presume-se que o perfil anterior se concentrava em maioria masculina, numa faixa de idade a partir dos 30 anos, composto por desempregados, ex-trabalhadores que se tornaram “inválidos” para o trabalho, e, ainda, alcoolistas crônicos ou que agravaram sua condição de vida nas ruas pelo consumo intensivo de álcool. A novidade, portanto, seria o crescimento do número de jovens entre 18 e 30 anos de idade, aumento do número de mulheres na mesma faixa de idade¹, ambos sem experiência ou formação profissional e com prevalência do uso intensivo de crack.

A principal dificuldade de demonstrar a relevância dessas impressões é a inexistência de dados temporalmente distribuídos, em mesma localidade, para a produção de análises longitudinais². Desse modo, basearei minha argumentação em dados produzidos em pesquisa sobre o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR³, entre os anos de 2009 e 2015, período em que tive oportunidade de conhecer e entrevistar pessoas com *trajetória de rua*⁴ em cidades como Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Vitória.

A partir dessas histórias, foi possível constatar elementos que dialogam com a sugestão anteriormente levantada, que irei distinguir aqui, de modo um tanto

1 É comum a afirmação de que anteriormente a maioria das mulheres em situação de rua tinha histórico de doença mental e que supostamente esse quadro se alterou nos últimos anos.

2 Mesmo com a existência de algumas pesquisas censitárias – parte delas não publicadas na íntegra –, ou mesmo com os dados produzidos na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, publicada em 2008, faltam dados que possibilitem esse exercício comparativo.

3 A organização é apresentada por seus participantes como um movimento social composto por homens e mulheres adultos que vivem em situação de rua ou que passaram por essa experiência em algum momento de suas trajetórias, tendo por principal objetivo reivindicar acesso e garantia às promessas constitucionais, ampliação de direitos a partir de políticas e programas sociais que considerem os desafios e especificidades de seu viver.

4 O termo êmico *trajetória de rua* se refere a percursos sociais de indivíduos que vivem ou viveram nas ruas em algum momento de suas vidas.

tipológico, em dois grupos distintos. O primeiro grupo é composto por pessoas que viveram nas ruas entre os anos 1990 e a virada para os anos 2000. Trata-se de homens e mulheres que cresceram em orfanatos, sem filiação parental ou que passaram por situações problemáticas em suas famílias, tais como: perda de parentes, desentendimentos, expulsão ou fragmentação do núcleo familiar em virtude de incapacidade de manutenção econômica, muitos deles oriundos da zona rural. E ainda, trata-se também de indivíduos que, ao desenvolverem problemas relativos à drogadição, tinham o álcool como principal substância de consumo.

O segundo grupo é composto por pessoas que viveram nas ruas a partir da segunda metade dos anos 2000. Trata-se de um segmento mais jovem, com a maioria entre os 18 e 30 anos de idade, pessoas que passaram grande parte de suas vidas em domicílios, em regiões periféricas das cidades, designadas como favelas. Em grande medida, avaliam ter boas relações com seus familiares, mas afirmam que foram obrigados a abandonar o núcleo familiar e a localidade em que residiam, seja porque se envolveram diretamente em atividades ilícitas, no comércio varejista de entorpecentes, ou ainda, em virtude de ameaças à vida, devido a dívidas contraídas no mercado de drogas, ou à necessidade de deslocamento territorial pelas regras de consumo de crack estabelecidas nos territórios de favela.

No Brasil, a situação de rua vem sendo entendida pelos estudiosos segundo contexto social heterogêneo⁵, espaço social ocupado por aqueles que, em virtude de constrangimentos diversos, foram perdendo as condições de obter acesso a bens e referenciais sociais necessários para se constituírem enquanto trabalhadores empregados, em condições de garantir sua reprodução social em uma unidade domiciliar.

Uma das principais linhas de argumentação para explicar a existência da população em situação de rua tratou de demonstrar a relação do fenômeno com as condições, limitações e constrangimentos sofridos por parte dos trabalhadores⁶, mediante sua incapacidade de inserção nas relações de venda de sua força produtiva no mercado de trabalho.

Ao longo das últimas duas décadas, as atividades ilícitas em territórios de favela, principalmente o mercado ilícito de entorpecentes, se constituíram de modo mais evidente como possibilidade de emprego/ocupação com fins de angariar recursos econômicos. Desse modo, o centro do argumento que delinearei nas

5 A bibliografia temática é repleta de indicações nesse sentido, para exemplos, ver: VIEIRA; BEZERRA e ROSA (1991); ROSA (2005); MAGNI (2006); KASPER (2006); FRANGELLA (2006); MARTINEZ (2011); MELO (2011);

6 Para aprofundamento nessa perspectiva, ver: STOFFELS, 1977; VIEIRA; BEZEERA; ROSA, 2004; ROSA, 2005; SILVA, 2009.

próximas páginas é que o mercado ilícito de drogas, referenciado por moralidades, regras, condutas e etiquetas próprias, também começa a produzir refugio de suas fileiras. Dito de outra maneira, pretendo demonstrar que o crescimento deste “novo perfil” de pessoas em situação de rua está intimamente relacionado à expansão e rearranjos do *mundo do crime* (FELTRAN, 2011)⁷ nas periferias das cidades.

MUDANÇAS DA VIDA NAS RUAS

O ponto de partida que anima minha reflexão é inspirado em insistente formulação por parte de integrantes do MNPR, explicitada durante o trabalho de campo: *A vida nas ruas já não é mais como antes*. Tal avaliação é notadamente formulada segundo clivagens contextuais que se referem tanto à idade dos interlocutores, quanto ao período em que se encontraram vivendo nas ruas, o que lhes possibilita realizar avaliações retrospectivas entre o passado e o presente do contexto de vida nas ruas.

Tendo isso em vista, é importante considerar que os interlocutores na pesquisa são pessoas que se tornaram porta-vozes do MNPR e se engajaram na luta por garantia de direitos e reconhecimento social. Trata-se de indivíduos que “falam da rua” segundo a experiência vivida em primeira pessoa – valor extremamente importante nesse contexto de atuação política –, mas que, por tal posição social, também se configuram como analistas que produzem conhecimento “sobre a rua”..

O princípio central dessa diferenciação social remete à presença e suposta expansão do uso de crack no país. O que é assim sugerido nessa avaliação diz respeito ao reconhecimento de que até os anos 1990 o álcool era a droga de predileção dos adultos⁸ que viviam nas ruas:

No meu tempo de rua nem tinha maconha direito, era só cachaça. Essas coisas [se referindo ao crack] vieram a acontecer agora. A rua muda constantemente. É um grupo, depois outro, aquele sai, aparece outro e a rua vai mudando muito. Um vai ficando velho, vai morrendo, então a rua vai sempre se renovando⁹.

É difícil depreender até que ponto a avaliação da diferença entre o “tempo de rua” passado e presente não se fundamenta em perspectiva nostálgica. Em todo caso, essa é uma representação constante entre as pessoas que viveram a transição entre as décadas de 1990 e 2000 nas ruas, principalmente no que diz respeito às

⁷ O argumento inspirado na ideia do autor será desenvolvido nos tópicos ao longo do texto.

⁸ Visto que no caso das crianças, a cola aparece como principal droga.

⁹ Trecho de entrevista realizada em 2014 com Anderson, 39 anos, Coordenador Nacional do MNPR, representante do Estado de São Paulo.

formas de compreensão quanto ao aumento da presença do crack, conforme afirmou Maria Lucia¹⁰:

Minha droga de preferência era o álcool, mas a pedra entrou também de forma desgraçada. [...] Mas eu escondia da galera da rua e na rua eu não fumava. Eu respeitava a turma e eles sempre falavam comigo sobre essa questão das drogas. Muito louco, né? No dia que eles descobriram que eu tava fumando pedra, eles me deram uma carreira! Literalmente, me botaram para correr:

- Porra, Lucia! Agora tá entrando em negócio de pedra?

A galera me deu um sermão fodido. Porque a galera da rua não fuma pedra, velho! Quem é da rua mesmo não fuma pedra. Por isso que tem tanta gente hoje fumando nos bairros. Agora que está entrando os “malandrinho coca-cola” safado, que ficam roubando “celularzinho”, “cordãozinho”, pegando as coisas dos outros para poder fumar, roubando as coisas da própria galera, se dando por qualquer coisa, as mulheres se prostituindo, essa bagunça que está virando hoje em dia.

Maria Lúcia teve contato com uma percepção negativa sobre o uso do crack antes mesmo do clamor público sensacionalista a partir de meados de 2000, quando se tornou assunto recorrente na mídia impressa e televisiva. Em sua avaliação, é perceptível a existência de um “ser da rua” que se supõe mais legítimo, em oposição a condutas daqueles que se inserem nas redes próprias da rua de modo menos qualificado. Suas afirmações fazem coro a argumentos semelhantes que pude escutar por parte dos “mais velhos de rua” e dizem respeito ao conflito de moralidades entre aqueles que atualmente vivem nas ruas, em contraposição aos antigos. Nesse quadro, são comuns afirmações sobre um passado de maior solidariedade entre os chamados *irmãos de rua*: “Antigamente era mais difícil ter acesso à alimentação, mas tudo era dividido”; “Tinha menos albergues, mas nós cuidávamos uns dos outros, se você tinha um lençol você dava, se o irmão não conseguia comida você dava”; “Essa molecada de hoje não respeita os mais velhos”; “Hoje em dia está arriscado você ser roubado por outra pessoa da rua, às vezes até fazer uma maldade maior a troco de nada”.

Somam-se a essas distintas moralidades e condutas desejáveis à concepção de que os problemas de ordem econômica constituem o principal motivo que leva as pessoas a viverem nas ruas, contudo, a expansão do uso do crack acarretaria na entrada de pessoas que não necessariamente chegam às ruas em virtude de problemas econômicos.

10 Trecho de entrevista realizada em 2015 com Maria Lúcia, 48 anos, Coordenadora Nacional do MNPR, representante do Estado da Bahia.

Ao acompanhar o cotidiano de Dona Isabel¹¹ nas ruas de Curitiba, ela também enfatizava a mudança nas ruas devido à presença do crack. Segundo ela, o primeiro aspecto relevante diz respeito aos efeitos da substância propriamente, pois, “Antigamente um rapaz poderia fumar maconha, consumir álcool”, contudo, depois voltaria para casa, “comeria a panela toda, dormiria e estava tudo certo”. Atualmente, “o crack aprisiona a rapaziada na rua”, em virtude do seu poder de produzir dependência.

Na oportunidade, Isabel descreveu aqueles jovens como pessoas que “Nem são tão pobres assim: tem família, casa, tudo certinho”. Mas, por motivos diferentes, conhecem o crack e entram no circuito de “fazer o corre da pedra” durante a noite e, durante o dia, dormir no centro da cidade.

As representações veiculadas na grande mídia sobre o crack talvez bastassem para indicar que, nos últimos anos, seus “efeitos devastadores” produziram isoladamente o crescimento do número de pessoas em situação de rua – concepção esta que, em grande medida, é dividida também pelas pessoas que entrevistei. No entanto, o que pude constatar é que os percursos sociais das pessoas a quem se sugere fazer parte desse “novo perfil”, também apresentam particularidades que contrastam com o perfil anterior. Sobretudo, em virtude do fato de associarem o início da vida na rua com o esgotamento de condições de manutenção de suas vidas nas periferias das cidades.

ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DO CRIME

Em 1983, a antropóloga Delma Pessanha Neves publicou o artigo “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”, resultado de pesquisa desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1975 e 1976, quando realizou entrevistas com pessoas classificadas como mendigos e pedintes, ao mesmo tempo em que também eram assistidas por instituições que tinham por objetivo a “recuperação de mendigos”. A reflexão proposta pela autora figura entre outros estudos sociológicos que interpretam o adensamento do fenômeno segundo transformações das condições de existência da classe trabalhadora¹², associado frequentemente ao advento da formação do proletariado industrial e desenvolvimento das cidades modernas. A discussão era marcada pela constatação dos efeitos de estruturas organizacionais

11 Conheci Dona Isabel em 2009, no início do trabalho de campo em Curitiba. Ao contrário dos demais interlocutores citados aqui, Isabel nunca participou do MNPR, mas viveu desde sua infância nas ruas de Curitiba. Era considerada *mãe de rua* pelos jovens que se aproximavam dela e que a tinham com grande respeito.

12 O argumento pode ser também acompanhado em (NEVES, 2010a; NEVES, 2010b)

do sistema capitalista e determinações sobre as condições de reprodução social de indivíduos. Em especial separados dos meios de produção, dependentes da venda da força de trabalho livre, então forma de obtenção de condições de autoconstrução enquanto trabalhadores empregáveis. Na ausência de tais oportunidades, esses indivíduos tornavam-se refugio do mercado de trabalho e se viam frente ao desafio de buscar outras formas de inserção produtiva para manutenção das próprias vidas.

O aspecto central da proposta da autora citada é que a possibilidade do desemprego dinamizava novas estratégias para reprodução social da classe trabalhadora, da mesma forma que reconfigurava a organização social, mediante desafios de adequação do consumo aos rendimentos do conjunto de membros pertencentes à unidade familiar. Parte desse contingente contava com reservas econômicas, relações sociais e afetivas que possibilitavam a reorganização de seus membros para o trabalho, criando margem para adotar estratégias de “gestão do desemprego” esporádico.

Complementarmente, outra parcela de trabalhadores, em condições mais precárias de existência, era submetida a contexto ainda mais difícil, por não contarem com referência familiar, por doenças e deficiências físicas, dispersão dos membros familiares, enfim, inadequações ao trabalho que produzia o desemprego constante, dentre outras consequências. Esse segundo grupo tem maiores chances de se credenciar à dependência da caridade de terceiros, através de pedidos individuais por doações ou mesmo junto a instituições filantrópicas e de assistência social do Estado. Em consequência, “o trabalhador que não deu certo” é aquele que, por inúmeras razões, não consegue fazer de sua própria força de trabalho uma mercadoria e, ao mesmo tempo, também não conta com outras formas auxiliares de manutenção do desemprego esporádico, criando as condições de “virar mendigo” ou “virar morador de rua” (NEVES, 1994).

A citada pesquisa foi publicada em período que o tema ganhou atenção pública, devido ao anunciado “crescimento visível” de pessoas ocupando as ruas. Essa impressão de crescimento, desde então, vem sendo a tônica da intervenção estatal e filantrópica sobre a questão, reconhecida como problema social que deve ser remediado. O país havia alcançado à condição de “pleno emprego” no início dos anos 1970, quando se anunciava fenômeno conhecido por “milagre econômico”: época de grandes obras de infraestrutura e investimento na indústria, acompanhada de onda de migração interna e êxodo rural motivado por oportunidades de vida mais promissoras nos centros urbanos. No entanto, o “milagre” durou pouco e, na virada da década, o país foi assolado por crise econômica vigorosa, com crescimento dramático da inflação, concentração de renda e desemprego.

Em contextos de crise econômica, recessão e mudança nas condições de empregabilidade, a referida mendicância – enquanto estratégia econômica particular, reconhecida pelo pedido por doações nas ruas – acaba se tornando realidade para parte dos trabalhadores, seja como forma de complementar a renda familiar, ou, ainda como única alternativa de vida para aqueles em situação de maior vulnerabilidade social. No limite, eles perdem também a capacidade de permanecer em unidades habitacionais, tendo que utilizar o espaço público como local de moradia, algo que também se agravava por outros efeitos, produzidos pela espiral descendente das condições de vida, tais como quadros depressivos e o consumo abusivo de drogas.

Os apontamentos de Neves (1983; 1994; 2010a e 2010b) permitem deslocamento no sentido de demonstrar que a vida nas ruas é um dos resultados – particularmente dramático e limítrofe – de configurações possíveis em amplo contexto de precarização e esgotamento das condições de vida fundadas na venda da força de trabalho e da reprodução social amparada na unidade familiar, que, por sua vez, induzem à necessidade de reconfiguração de estratégias e projetos de parte da classe trabalhadora.

No entanto, se por um lado à falência dos projetos de parte da classe trabalhadora tem sido uma das chaves para compreender a situação de rua, em determinado momento, torna-se perceptível à existência de outros projetos de mobilidade social, que passam a concorrer fortemente com os valores e moralidades das famílias da classe trabalhadora nas periferias, em torno da venda da força de trabalho lícito.

A pesquisa de Gabriel Feltran (2011) nas periferias de São Paulo, em contexto a partir dos anos 1970, evidencia a existência de um projeto de mobilidade social da chamada “família operária”, projetando melhoria de condição de vida pelo ingresso no mercado de trabalho lícito, estratégia referenciada por forte presença de orientação moral cristã, especificamente católica. A partir do estudo de percursos individuais e familiares, o autor demonstra a existência de transformações que reconfiguraram princípios de organização social nas periferias urbanas, pelos quais um novo cenário se delineia, com a expansão do que o autor denomina como *mundo do crime*.

Ao apresentar a ideia de *expansão do mundo do crime*, Feltran (2011, p.187) aponta duas dimensões de seu argumento: A primeira refere-se ao âmbito interno das periferias e trata da existência de um *marco discursivo do crime*, difundido principalmente entre os jovens, e incidente principalmente nas disputas por legitimidade social nesses territórios. A segunda dimensão concerne à produção de representações externas, produtoras de determinadas visões sobre esses territórios e seus habitantes,

que resultam em estereótipo criminoso, baseado na idade, cor da pele, pertença territorial e outros diacríticos estéticos que preconiza a noção de “indivíduos criminosos”. Sob os dois pontos de vista, tais representações indicam um mesmo dado que os atravessa: nas últimas décadas, o *mundo do crime* se expandiu e sua presença produziu representações profundas no imaginário social.

Esse novo contexto é caracterizado fundamentalmente por mudanças ocorridas a partir dos anos 1990, diretamente impactante de projetos dos filhos dessas famílias operárias. Essa *expansão do mundo do crime* produziu condições para o acirramento da disputa por corações e mentes das novas gerações que cresceram com base em moralidades valoradas por essas “famílias operárias”. Desse modo, a presença e expansão do *mundo do crime*, suas representações e vocabulários, se edificam enquanto alternativa sedutora para ascensão social, disputando com a lógica dos projetos familiares e de instituições religiosas, segundo a promessa por acesso a bens de consumo, posição de prestígio e distinção sociais.

O que está em jogo não é tão somente a opção pela “vida do crime” enquanto último recurso de sobrevivência, mas, sobretudo, um cálculo guiado pela experiência dos filhos dessas famílias trabalhadoras, com suas histórias de sacrifícios e dificuldades, em contraposição a referência de outro tipo de sucesso: posse de armas, joias, roupas de marca, tênis, automóveis, motos e demais bens de consumo, associados à existência de um lugar social de poder e respeito distinto nas comunidades. Essas alternativas passam a figurar como uma vida possível e mais sedutora do que a trajetória dos pais trabalhadores, assim contrapostos aos “exemplos do crime”.

REFUGO DO TRÁFICO DE DROGAS

Quando conheci Tiago, ele já não morava nas ruas. Em processo de recuperação do vício do crack, estava engajado no MNPR e reorganizando a vida junto à família de sua esposa. Nascido em Jundiaí, interior de São Paulo, descreveu a si mesmo como sendo mais um “rapaz comum”, mais um “menino de favela” que “nasceu órfão de pai”. Segundo Tiago, seu pai foi morto quando ele ainda estava na barriga de sua mãe, ao tentar cometer um assalto com a esperança de dar uma vida melhor para a mulher e o filho que estava por vir. Assim, não conheceu seu pai, mas teve um padrasto *trabalhador*, que o criou junto com a mãe, em bairro de periferia em Jundiaí. Morava em um “barraquinho pequeno” com sua mãe, padrasto e irmã. Sua mãe trabalhava de faxineira e sempre o incentivou a estudar. O padrasto era

eletricista e fazia questão de levá-lo para o serviço durante o período de férias, na tentativa de tirá-lo da favela e assim evitar que andasse em “más companhias”.

Como mais um “rapaz comum de favela”, sonhava com uma carreira de jogador de futebol profissional e uma vida deslumbrante como a dos jogadores bem sucedidos. Tiago conseguiu ingressar num clube e jogar até os 16 anos. Passava a semana inteira no clube e retornava para casa no fim de semana. No entanto, aos 14 anos, quando retornava para casa, encontrava os amigos, muitos deles envolvidos com o tráfico de entorpecentes. Quando os encontrava, eventualmente havia uma vaga para trabalhar no tráfico e a interessante possibilidade de fazer algum dinheiro no final de semana.

Mediante o contato com o tráfico de drogas, Tiago começou também a ter suas primeiras experiências de uso, até que com 16 anos foi desligado do clube em que jogava, em virtude desse consumo. Ao receber a carta de demissão, entrou em desespero, pois além de perceber que seu sonho de jogar futebol era improvável, também se deu conta de que não tinha nem estudo ou profissão. Na escola, Tiago tinha muita dificuldade e não conseguiu aprender a ler, nem escrever. Segundo me contou, sentava-se, olhava para o quadro, mas não conseguia assimilar o conteúdo. Permaneceu durante anos repetindo a terceira série do fundamental. Com a política de aprovação automática conseguiu chegar à quarta série sem estar alfabetizado. Sabia apenas reproduzir o cabeçalho no caderno por ter decorado, mas se esforçava para esconder que ainda não sabia ler. A escola não parecia uma alternativa, estava preocupado com seu futuro e precisava de alguma forma de conseguir dinheiro.

A necessidade de recompor sua vida em novas bases e a relação prévia que tinha com os amigos que atuavam no tráfico, o aproximou cada vez mais dessa atividade. Começou a trabalhar “desde baixo”, substituindo amigos que eventualmente não podiam ou queriam trabalhar em determinados turnos. Rapidamente, seus parceiros perceberam que ele tinha qualificações e disposições esperadas para realização do trabalho. Em suas palavras:

O crime é que nem uma firma. Conforme você vai mostrando produtividade, você vai recebendo cargos a mais. Você começa na firma como faxineiro, você estudou para ser chefe dos faxineiros, depois você estudou para subir mais um cargo. É tipo assim: quanto mais disposição você vai mostrando no crime, mais eles vão confiando em você e aí você vai ficando com mais “responça”.

Mas o sucesso relativo na “vida do crime” teve seu revés. Junto com os cargos ou posições mais altas e a responsabilidade adquirida vem o dinheiro, o respeito dos

colegas e algum sucesso na localidade. Essa fama também atrai a atenção indesejada da polícia: “Quanto mais degrau você sobe na vida do crime, mais status você vai tendo para os policiais”. Mesmo com os acertos e acordos feitos com a polícia para manter o fluxo do tráfico, alguns parceiros foram presos. A essa altura, Tiago também já havia fumado crack e, segundo ele, o consumo havia desestabilizado as relações com sua família. Em um dos desacertos com a polícia, perdeu o dinheiro que tinha, foi ameaçado e recomendado que se não desaparecesse da favela, iriam matá-lo.

Teve uma hora que eu pensei: Não mano! Eu estou fumando crack, estou roubando, estou fazendo tudo. O bagulho está tirando minha paz e da minha família. Meu pai já largou da minha mãe, minha irmã já tá morando noutro lado e o quê que eu vou fazer da vida? Comecei a me desesperar com a situação que estava vendo ao meu redor. A casa vai caindo aos pouquinhos e você não percebe. Quando você vê, já está tudo em cima de você. Aí estou eu ali no meio e para onde eu vou cair? No meio daquele desespero, minha mãe falou:

- Vende isso ai tudo, paga o que você deve e vê o que você faz. Amanhã eu to saindo e vai ficar ai, vê o que você faz da sua vida. Quando eu acordei, não é que ela tinha saído mesmo? Olhei para um lado, para o outro, tentei falar com a minha mãe e nada, nem com a minha irmã, nem meu pai. E agora? To sozinho! Não tem mais ninguém. Ai foi que eu vi que estava ferrado mesmo. Ai eu fui embora, sumi. Saí da “quebrada” e sabia que tinha que arrumar minha vida noutro lugar. Só que eu esqueci que nesse lado bom de dinheiro, de ter as coisas e tal, eu conheci o tal do crack, que eu não sabia o tanto que iria me prejudicar. Porque na hora eu pensava que eu comandava ele, que usava quando queria, mas não era: Era porque naquela época eu tinha dinheiro, então toda vez que eu não queria mais, é porque eu tava ‘empapuçado’, mas achava que era eu que tava controlando. Ai quando saí fora, que acabou o dinheiro, acabou tudo e bateu a vontade, chegou pesado!

Situação semelhante vive Augusto. Jovem negro, morador de uma *vila*¹³ de Curitiba, foi criado por sua mãe, que atuava no tráfico de drogas. Em certo momento, sua mãe foi presa e, se vendo desamparado, ocupa o lugar de sua mãe e começa a trabalhar no tráfico. Segundo sua afirmação, ao aprender o trabalho, começou a ter sucesso com a venda de drogas, ganhando seu dinheiro e dando lucro tanto para os traficantes quanto para os policiais, que recebiam o *pedágio*¹⁴ para ele continuar trabalhando. No entanto, em certo momento sua mãe retorna da prisão e ele resolve parar com o tráfico. Por ser um bom vendedor, os *patrões da boca* não admitiram que ele parasse de passar droga, ameaçando-o de morte: “Eu tive que sair da minha *vila* e vir para o centro, se não os caras iam me matar”.

13 Vila é a forma como se chamam as favelas em Curitiba

14 Suborno

Depois de algum tempo, ele teve informação de que os traficantes que lhe ameaçaram de morte, haviam sido presos e então voltou para a casa de sua mãe. Tive a oportunidade de acompanhar um pouco do breve momento em que ele retornou a morar em casa, com sua mãe. Ele estava se preparando para um curso de trocador de ônibus e se manteve presente nas reuniões do MNPR, pois em suas palavras: “Não é porque eu voltei para casa que vou largar a caminhada”. No entanto, certo dia, quando estava fora de casa, recebeu um recado avisando que a polícia havia lhe procurado para cobrar seu retorno ao trabalho. Assim, mais uma vez teve que deixar sua casa e retornar para rua, por motivo de segurança de sua mãe e dele próprio.

Os dois casos apresentados se assemelham porque o principal motivo para ter que fugir da favela e sair do espaço em que havia certas garantias de reprodução social é atribuído aos “desacertos” nas práticas que cometiam, seja com a polícia (no caso de Tiago) ou com os “bandidos” e a polícia (no caso de Augusto). Outra semelhança é que os problemas mais dramáticos decorrentes do consumo de drogas se tornaram evidentes apenas na medida em que os sujeitos se viram frente à necessidade de fugir do lugar de origem e recompor a vida nas ruas. A seguir, apresentarei outros casos que ampliam um pouco mais as possibilidades de combinação desse fluxo de expulsão das favelas e que resultam na vida nas ruas.

ENTRE O CONSUMO DE DROGAS E O CRIME

A narrativa de Rosângela é representativa de outro grupo de casos. Mulher negra, com 39 anos de idade na época da entrevista¹⁵, nasceu em uma favela na cidade de Vitória, Espírito Santo. Cresceu na companhia de seus pais, mas sempre em grande dificuldade econômica. Em suas palavras, viveu “A realidade da grande massa da situação brasileira”. Começou a trabalhar cedo, sua mãe sempre teve mais de um emprego, trabalhando em hospitais. Enquanto seu pai trabalhava na construção civil em uma empresa, tornando-se posteriormente, trabalhador autônomo. Com os pais ausentes por conta do trabalho, sua irmã mais velha tomou conta dela em toda sua infância.

Apesar das dificuldades, Rosangela conseguiu estudar durante a infância e início da adolescência. Fez o ensino fundamental completo e, quando entrou no primeiro ano do ensino médio, engravidou. Com 16 anos, já estava ganhando seu primeiro filho. Na medida em que a gravidez foi se tornando cada vez mais evidente, abandonou a escola. Seu pai a obrigou a morar com o pai da criança contra sua

15 Entrevista realizada em Vitória, Espírito Santo, 2015.

vontade, expulsando-a de casa. Sem alternativa, se viu casada. Construíram uma casa no quintal da mãe do rapaz, mas a convivência com a sogra era problemática e o relacionamento com o marido era conturbado, com brigas, ciúmes e violência. Saiu desse relacionamento ainda grávida e em pouco tempo começou a se relacionar com outro homem. Dessa vez, depois de algum tempo, a nova relação se tornou ainda mais violenta, com brigas de “pau e faca”. Essa relação, que perdurou por 12 anos, resultou em marcas permanentes no seu corpo.

Em virtude do relacionamento complicado, Rosangela começou a beber cada vez mais e acabou conhecendo a cocaína. Com 19 anos já estava de volta aos estudos, começou também um curso de enfermagem que a possibilitou trabalhar. Nos finais de semana, saía junto com os colegas de curso para beber e cheirar cocaína. Considera que seu envolvimento com a droga se deu em virtude das amizades e da curiosidade de experimentar. Nos primeiros anos de uso, Rosangela conseguia manter a vida com certa estabilidade. Tentava se organizar para fazer consumo da cocaína apenas nos finais de semana e conseguia manter uma vida social organizada e com algum controle. A relação com seu parceiro foi se tornando cada vez mais violenta e o consumo de drogas foi se intensificando. Em uma das saídas no final de semana, conheceu outro homem:

A gente estava no barzinho e tinha um cara vendendo pó. O cara se interessou por mim, veio e deu uma ideia e tal. Ai ele, “Pô, tenho uma parada aqui, sei que vocês gostam, arruma um lugar pra gente cheirar”. Ai nós fomos para casa dessa colega, ficamos cheirando e tal e o pó acabou. Ai ele falou, “Vou buscar mais”. Todo mundo já estava muito louco na madrugada, ai ele chegou e disse que foi comprar, só que não tinha pó, mas que trouxe uma pedra. Eu falei, “Você tá doido! Não, não vou usar isso não!” Porque eu sabia, não as consequências do uso da pedra, mas sabia que era “a droga que não se deveria usar”, que vicia muito rápido e tal, mas aquela coisa muito superficial. Naquela loucura, naquela doidera:

- Ah, vou ver, umazinha só e tal”.

Aí tá, fumei. Na primeira fumada [pausa]:

- Caralho véi, é isso que eu quero!

Tipo assim, eu me apaixonei de uma forma assim [pausa], foi um barato muito louco! Não foi nem a primeira pedra não, foi a primeira fumada que eu dei! Me deu uma viagem louca e foi um prazer que eu senti, puta que pariu! Eu lembro até que eu falei assim:

- Caraca véi, eu to dando uma gozada aqui!

É a mesma coisa. Você sabe aquela “foda” bem dada? Bem gostoso? Minha primeira fumada foi assim.

- É isso que eu quero!

Depois da primeira “fumada”, Rosângela entrou em um ciclo de uso intenso de crack. Nas 3 primeiras semanas, desde a primeira vez, a única coisa que ela fazia era ir para a casa de sua colega para fumar. Começou a faltar ao serviço, chegava sob o efeito da droga ou então confundia os plantões em que deveria trabalhar. Comparecia nos dias e horários errados. Quando completou um mês de uso, foi demitida do emprego em que havia trabalhado durante 7 anos e largou o homem com quem se relacionava, passando a se relacionar com o traficante com quem experimentou o crack pela primeira vez. Em virtude do tempo de trabalho, recebeu uma “boa recisão”, mas como já estava bastante comprometida com o uso, gastou todo dinheiro consumindo.

Rosângela ficou em intenso uso de crack durante 8 anos de sua vida. Ela não considera que todos esses anos foram vivendo nas ruas, pois, mesmo que em certas circunstâncias ela pudesse ficar dias ou semanas em uso na rua, ela ainda tinha sua casa e a possibilidade de voltar quando quisesse. Como morava com suas filhas, não fumava dentro de casa, apenas na rua. Em meio ao desgaste familiar, desemprego e falta de recursos para sustentar o vício, viu-se frente à necessidade de começar a fazer programas sexuais, na tentativa de sustentar o consumo. No entanto, rapidamente percebeu que nem mesmo os programas eram suficientes para conseguir realizar a manutenção do vício de forma satisfatória, pois não rendia dinheiro suficiente. Então foi necessário buscar uma alternativa:

Eu não tinha a manha de roubar, ai eu fui para o tráfico. Criada no morro. - Pô, quero vender a parada para ter o meu.

Mas ai foi onde que a coisa desandou. Você começa sempre na disciplina, né? Você começa a vender e tal, você pega sua “resposta”. Mas aí certo dia eu peguei para vender e fumei o malote todo. Cheguei lá, troquei ideia:

- Pô, dei um derrame aqui, me dá outro malote que eu vou vender tudo, não tiro minha resposta e pago o que eu devo.

Peguei o segundo malote e fumei tudo. Ainda fui lá “na tora” para pegar o terceiro:

- Não, vou pegar agora na “resposta” e tal.

E os caras, tipo assim: de certa forma me consideravam, né? Peguei três malotes e fumei os três malotes. Ai velho, o bagulho pirou! A minha ideia, não sei, a gente tem certo instinto, mesmo na loucura. A gente fala que é coisa de Deus, sei lá. Mas a gente tem um instinto humano, eu creio nesse instinto que a gente tem. Antes de sair, eu liguei para casa, peguei e troquei ideia e falei:

- Tô indo pra casa.

Ai ela [mãe] chegou e falou assim:

- Olha não vem não! Não vem não porque o cara veio aqui para te pegar. Ele quer o dinheiro dele. Chegou aqui armado, falou que já rodou tudo aqui e não te achou, mas que quando te pegar vai te matar.

Aí assim, doidona, o quê que eu faço? A “lombra” passou, “encareitei” na hora. O quê que eu vou fazer agora na minha vida? A única opção que eu tinha era a minha casa. Já não tinha emprego, não tinha mais dinheiro nenhum, não tinha porra nenhuma. Caralho, e agora? No alto do morro, eu tava fumando lá no alto da favela mesmo, aí fui descendo com a cabeça a “mil grau”, o que fazer agora? Aí eu desci, quando eu já estava lá na baixada, a rua é reta assim, eu to indo e lá de longe eu vi o cara.

- Caralho, vou morrer agora!

Ai passa tudo na sua cabeça, você pensa em filho.

- Caraca, nunca mais vou fazer isso!

Pô, aquele desespero, loucura, é “mil grau”, passa um filme. Eu já fui preparada para morrer. Mas acho que o cara estava tão alucinado, tão cego de ódio me procurando no morro! Fui andando devagarzinho, o cara passou do outro lado da rua e não me viu. Nisso que ele passou, “brotou” um ônibus que eu sei de lá de onde. Fiz sinal, o motorista abriu a porta e eu caí para dentro. Aí eu já dei uma respirada. Um alívio, mas ao mesmo tempo um desespero, porque eu não podia mais voltar para o morro e a minha vida era lá.

- Caraca, velho, para onde eu vou? O quê que eu vou arrumar?

Eu não podia ficar nem próximo, porque sempre tem conhecido no morro, sempre iria encontrar uma pessoa que ia me ver lá.

O caso de Rosângela mostra circunstância em que havia presença de um trabalho considerado satisfatório e nunca antes em seu percurso de vida as atividades ilícitas foram possibilidade de emprego de atividade econômica: sua aproximação com o *mundo do crime* se deu exclusivamente como forma de sustentar seu próprio vício. Contudo, pouco tempo depois de entrar no circuito de venda, o “derrame” com a droga que deveria ser vendida colocou sua vida em risco eminente, sendo obrigada a fugir da favela. Sem nenhum outro recurso e completamente afastada das condições de reprodução social na casa de sua família, ficou desamparada e começou a morar nas ruas da cidade. Assim como em outros casos que conheci, a solução de seu problema só se daria com o pagamento da dívida, ou com a possibilidade de que mudasse a chefia do tráfico, que seus credores morressem ou fossem presos. Mesmo assim, ainda haveria o risco de que sua dívida fosse transferida a novos patrões, que também poderiam lhe cobrar.

O caso de Rosângela trata de uma situação em que a necessidade de fugir de sua localidade esteve diretamente atrelada à contração de dívidas com o tráfico. No entanto, outro grupo de casos trata de circunstâncias em que há expulsão dos consumidores de drogas, em virtude da não tolerância de suas práticas e presença em determinados territórios.

Em certa oportunidade, durante trabalho de campo realizado em Salvador, fui a uma atividade com integrantes do MNPR e da Defensoria Pública do Estado

visitar um grupo de pessoas em situação de rua que se encontrava em grave situação, vivendo em uma lixeira, no bairro de Itapuã. A situação era a seguinte: esse grupo havia se constituído ao lado de um pedaço da rodovia, em uma área de duna, próximo de uma propriedade suntuosa, espécie de casa de praia. Segundo os relatos, esse grupo ocupava uma parte da duna e foram atacados pelo proprietário da casa, que disparou com arma de fogo na direção deles e avisou que se voltassem às dunas, iria matá-los. Eles voltaram para o outro lado da avenida, uma das entradas de uma grande favela, entre uma quadra de futebol e a lixeira do bairro.

O grupo, de aproximadamente 15 pessoas, se instalou nesse espaço, utilizando pequenas entradas em baixo da estrada para dormir, cozinhavam no mesmo espaço e realizavam atividades de catação de materiais recicláveis. Ao conversar com alguns deles, pude entender que a maioria do grupo era de ex-moradores da favela em que eles atualmente vivem na entrada. A maioria tem parentes na favela, mães, ex-esposas, filhos, mas foram expulsos do convívio da família em virtude do uso de drogas e de desentendimentos ocasionados no convívio da favela. Do que pude entender, o fato é que naquela favela os traficantes vendem crack. No entanto, é proibido fazer o consumo da droga dentro da favela. Desse modo, os usuários ficam na entrada e consomem a droga do outro lado da avenida, nas dunas. Em todo caso, essa situação só é possível para quem não entrou diretamente em conflito com o tráfico, pois esses precisam necessariamente fugir para outros lugares, para não sofrerem outras consequências do desrespeito das condutas esperadas pelos traficantes.

De modo complementar, pude observar que na cidade do Rio de Janeiro, a territorialidade produzida em torno da reorganização do quadro de venda de crack se altera com frequência. Em muitos morros interrompeu-se a venda, enquanto em outros se manteve sofrendo normas específicas, tanto para a venda como para o consumo. Uma das estratégias adotadas é o estabelecimento de “bocas” fora do morro, na tentativa de controlar a dinâmica de ocupação e, assim, evitar que os usuários, que chamam muita atenção dos transeuntes e das autoridades, entrem e saiam nas favelas atraindo atenção. Essa dinâmica se reproduziu em várias situações, como a ocupação dos usuários ao longo de vários pontos da Avenida Brasil, na proximidade de favelas que vendem a droga. Mais recentemente, a presença da venda de crack em favelas próximas do centro da cidade do Rio de Janeiro, como no Morro da Providência, produziu o aumento de bocas no asfalto, nas imediações da Central do Brasil, o que provocou também a migração de usuários de outras regiões da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de drogas, tomado em sua configuração enquanto prática ilícita de comércio varejista nas favelas aparece publicamente como principal responsável pelo crescimento do crime e da violência urbana. Como ressaltado por Misse (2008, p.383), essa relevância é atribuída por diversos motivos, seja pelo suposto efeito das drogas em seus consumidores, pelos crimes motivados para arrecadar recursos para o consumo e pelos conflitos internos a esse mercado¹⁶. Nas últimas décadas, as disputas e conflitos do mercado de drogas, exponenciadas pelo marco legal proibicionista, possibilitaram uma verdadeira corrida armamentista e de disputas por territórios a fim de garantir à manutenção as respectivas práticas, com constantes enfrentamentos entre policiais e “bandidos” e entre “facções criminosas” rivais entre si.

Inicialmente presentes ou mais visíveis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o tráfico de drogas se estabeleceu como alternativa de atividade ilícita remunerada nas periferias espalhadas por todo Brasil. Seu sucesso enquanto comércio provocou também maior complexificação de suas estruturas, variáveis de acordo com as localidades e as lógicas implementadas pelas organizações.

Essas organizações selecionam os indivíduos para suas fileiras, em adequação a regras duras e definitivas do *mundo do crime*, por isso também expulsando parte de seus integrantes inadequados à sua disciplina, isto é, que não acumulam as qualificações necessárias para ocupar esses postos de trabalho. Se por um lado existe o risco de contrair “desacerto” com a polícia, a lógica do crime tampouco é condescendente com quem incorre em faltas nas condutas desejáveis. É necessário *ter proceder*, agir pelo *certo*, fazer a manutenção adequada de seu próprio consumo de drogas, sem se tornar um viciado, enfim, sem incorrer em falhas nas condutas esperadas.

Os casos apresentados mostram que tanto o abandono do posto de trabalho no tráfico, os desacertos com a polícia, o consumo da mercadoria que deveria ser vendida, a ocupação de espaços para fins de consumo proibidos pelo tráfico, assim como diversas outras circunstâncias, possibilitam o afastamento ou aniquilamento daqueles que vivem sob a influência de suas regras. Portanto, o envolvimento com o *mundo do crime* gera uma miríade de riscos à própria manutenção das posições ocupadas, e, conseqüentemente, o risco de morte. Esse resultado incide sobre pessoas que na maioria das vezes têm todas as relações, possibilidades de amparo e garantias

16 Sobretudo, considera-se que a entrada de cocaína no mercado de drogas, ao longo dos anos 1980, injetou mais dinheiro nesse comércio, juntamente com o crescimento do poderio bélico em torno da prática (PICANÇO; LOPES, 2016).

das atividades de reprodução social no seio da família, nos territórios de favela.

É importante ressaltar que essas consequências não são exclusivas para aqueles que ocupam posições no tráfico, mas também para as pessoas que se relacionam com o *mundo do crime* através do consumo. Feltran (2011, p.110-111) ressalta que o *mundo do crime* e o consumo de drogas não são universos estanques nos bairros de periferia. Segundo o argumento, dificilmente uma pessoas de classe média terá que se relacionar diretamente com traficantes profissionais e com questões relacionadas ao *mundo do crime*, como a violência, polícia e armas, para ter acesso ao consumo de drogas. Esse perfil de usuário geralmente se apoia em rede relação com conhecidos, produzindo assim considerável distância entre esse consumidor final, aspectos negativos do mundo do crime e os riscos a ele atribuídos. Por outro lado, os usuários de drogas nas periferias têm grandes chances de estabelecer relações sociais com pessoas diretamente envolvidas com o tráfico, e, conseqüentemente, com os códigos e disciplinas constitutivas dessas relações.

A disciplina do mundo do crime incide diretamente no cotidiano dos usuários nas periferias, pois, mesmo quando não atuam diretamente em suas atividades, precisam se adequar a sua lógica e etiquetas. Desse modo, essa constatação indica duas possibilidades: A primeira delas diz respeito a casos em que o consumidor acaba se incorporando ao *mundo do crime*, em virtude do desenvolvimento da adicção e da necessidade de produzir as condições de realizar a manutenção do uso. A segunda trata dos desentendimentos causados pelos efeitos do uso de drogas e de possíveis quebras na disciplina do *mundo do crime*.

Outro desdobramento de questões relativas ao consumo é que, aparentemente, essa lógica tem grande relação com os rearranjos de uma geopolítica do tráfico de drogas, dos acordos escusos com policiais, e nos ordenamentos de venda e consumo de crack. Taniele Rui (2014, p.152) já se referiu a essa situação, ao tratar de uma “segregação fina” entre os espaços de consumo e venda, em que mais do que uma divisão entre as práticas específicas, tem base na depreciação dos usuários de crack e na avaliação sobre seus corpos e condutas frente ao controle social dos traficantes sobre esses territórios.

Na década de 2000, tal depreciação veio se tornando cada vez mais pungente: Biondi (2010) já apontou o papel e as moralidades em torno da proibição do crack nas cadeias organizadas pelo Primeiro Comando da Capital – PCC a partir de 2004 e Rui (2014) extrai outras consequências sobre as ideias do PCC em torno do crack e seus impactos na produção de regras de venda, consumo e condutas dos usuários. Em ambos os casos, demonstra-se que as impressões depreciativas acerca do “nóia” se

estendem para além do convívio prisional e se estabelecem também na rua. A partir da leitura dos textos de Karina Biondi, Gabriel Feltran e de sua própria pesquisa de campo, Taniele Rui argumenta a existência de um modo de gestão nos bairros em que a disciplina do PCC é dominante. Esses princípios compreendem:

- 1) Autovigilância para os que não querem perder o respeito dos pares; 2) vigilância constante dos que já o perderam, o que, por sua vez, implica em limitar a circulação e o consumo no espaço, bem como ser ríspido durante as negociações; e 3) em casos de usos extremos, *interdição*, o que, no limite, pode resultar em expulsão dos bairros. (RUI, 2014, p.178)

O que pude constatar a partir da análise das entrevistas é que o tipo de situação descrita é cada vez mais presente em narrativas de pessoas que iniciaram a vida nas ruas a partir dos anos 2000 e que situações semelhantes se repetem em cidades distintas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Vitória e Belo Horizonte. Esse fato me faz acreditar que os argumentos aqui trabalhados sobre a *expansão do mundo do crime*, tal como desenvolvido por Feltran (2011), tem extensão empírica para além das periferias de São Paulo, ou mesmo para além dos contornos disciplinares específicos do PCC.

Apesar da grande diversidade de regras e condutas observáveis contextualmente nas localidades, como sintetizado nos versos de Mano Brown ao afirmar que “Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei”¹⁷. A capacidade de respeitar ou não as disciplinas do *mundo do crime* nas periferias urbanas vem produzindo efeitos dramáticos na vida daqueles que não conseguem se adequar ou que eventualmente desviam essas regras, particularmente no que diz respeito à participação direta no tráfico de drogas ou no que tange ao consumo. Quando essas expectativas não se cumprem, parte desses indivíduos precisa desaparecer desses espaços em algum momento de seus percursos, afastando-se de seus espaços de conhecimento e da capacidade de se reproduzir socialmente nos espaços de pertença e proximidade familiar.

Observando essas narrativas colhidas nos últimos anos e retomando a sugestão sobre transformações no perfil da população de rua, parece de fato ser possível argumentar acerca de uma estreita relação entre essa *expansão do mundo do crime* nas periferias e o crescimento do número de jovens em idade economicamente ativa, particularmente de jovens do sexo feminino, nas ruas das cidades. Nesses casos, parece que a situação de rua articulada ao consumo de crack é radicalizada

17 Trecho da música “Fórmula mágica da paz”, no álbum “Sobrevivendo no inferno”, de 1997.

diante das consequências do conjunto de regras do *mundo do crime*, que produz deslocamento compulsório das periferias urbanas para outros territórios da cidade.

Se o “mendigo é o trabalhador que não deu certo”, como no título do artigo publicado por Neves, em 1983. O argumento aqui desenvolvido vai ao sentido de afirmar que a partir dos anos 2000, com o fenômeno aqui referido como *expansão do mundo do crime*, a rua torna-se realidade também para pessoas que nem mesmo chegaram a passar por uma socialização através do trabalho lícito. Pessoas que, ainda jovens, foram absorvidas pelos postos de trabalho no mercado ilícito de entorpecentes no varejo e que foram refugadas desse mesmo mercado. Ou ainda, que foram compulsoriamente isoladas de suas possibilidades de reprodução social nos territórios de favela, de suas unidades domiciliares de origem, em virtude do consumo de crack.

Depreende-se disso que a *expansão do mundo do crime*, considerando tanto suas éticas, moralidades, condutas e também conflitos com as instituições de segurança pública, vem esgarçando cada vez mais as condições de possibilidades de início da vida na rua para cada vez mais pessoas.

Por fim, outra consequência, que ainda deve ser mais bem observada em discussões futuras, é que esse fluxo entre *mundo do crime* e vida nas ruas também alteram as próprias relações nas ruas. Visto que não se trata de uma migração entre o “mundo do crime” e o “mundo da rua”, mas da constatação de que em dado momento estes mundos começam a compartilhar mais aparatos discursivos: Seja de um ponto de vista empírico, a partir do aumento de pessoas expulsas das favelas e que passam a viver nas ruas. Seja de um ponto de vista analítico/representacional, visto que o marco discursivo do crime passa também a ter maior incidência nas ruas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Karina. **Junto e misturado** – uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos errantes urbanos**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

KASPER, Christian. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MELO, Tomás. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba / PR, 2011.

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. In. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, set.-dez. 200, p. 371-385.

NEVES, Delma Pessanha. “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”. In. **Ciência Hoje**. Ano 1 n.4. jan/fev, 1983, p. 28-36.

_____. “Essas pessoas a quem chamamos população de rua”. In. **Cadernos do Ceas**. Bahia, n.151, mai/jun. 1994, p. 25-28.

_____. “Categorizações deformantes: patrimônios de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua) Apresentação”. In. **Antropolítica**. Niterói. n.29, 2º sem. 2010a, p. 11-36.

_____. “Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre”. In. **Antropolítica**. Niterói. n. 29, 2º sem. 2010b, p. 99-130.

PICANÇO, Felícia Silva; LOPES, Natânia de Oliveira. “O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro”. In. **Análise Social**, 218, li (1.º), 2016.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Rede Rua/Hucitec, 2005.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. 1977. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. 2004. **População de rua: quem é, como vive, como é vista?** 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec.

O NEGÓCIO QUE MAIS CRESCE: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE O MERCADO DO ROUBO DE CARROS EM UMA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Liniker Giamarim Batista

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de
Campinas – UNICAMP.

RESUMO

Através de pesquisa de campo etnográfica em um distrito periférico da Zona Leste da cidade de São Paulo, este artigo descreve e analisa os elementos que compõem o modus operandi de um dos mercados mais efervescentes em que o “mundo do crime” está inserido: o mercado do roubo.

Enfocando a modalidade do roubo de carro, o texto destaca, inicialmente, três elementos constituintes desse mercado: i) a questão da sujeição criminal implicada na produção da figura do “ladrão”; ii) a relação territorial/moral existente no roubo; iii) a autonomia relativa do sujeito da ação criminal em relação

ao PCC (Primeiro Comando da Capital). No segundo momento, o artigo passa ao ato em si, através da descrição da modalidade do roubo de carros no território estudado.

Através da descrição e análise dos códigos sociais específicos que determinam a composição do mercado do roubo de carros, busca-se mostrar como este é produtor de uma territorialização específica, circulação de atores, mercadorias, dinheiro, códigos sociais nas malhas da cidade, sociabilidades, e principalmente, como atua enquanto produtor da própria experiência da vida urbana.

Este artigo descreve e analisa os elementos que compõe o *modus operandi* de um dos mercados mais efervescentes em que o “mundo do crime¹” está inserido na cidade de São Paulo: o mercado do roubo.

Se estendendo a diversas modalidades, tipos de ações, e a uma complexa rede de relações que, por vezes, escapam ao nível de acesso etnográfico de pesquisa, o exercício de sistematização e descrição da atividade do roubo por completo se tornaria bastante difícil e quase impraticável. Assim, o que o presente texto tenta mostrar é que existem elementos que podem elucidar as características principais de tal atividade, no entendimento do seu funcionamento, demonstrando que a conexão desse mercado em que o “mundo do crime” está inserido é produtor de uma territorialização específica, circulação de atores, mercadorias, dinheiro, códigos sociais nas malhas da cidade, sociabilidades, e principalmente, atua como produtor da própria experiência da vida urbana.

Para tal, toma como foco a modalidade do roubo de carro, amparado por uma pesquisa de campo etnográfica realizada entre 2010 e 2014², em um distrito periférico da Zona Leste, chamada aqui de Vila Operária³.

A especificidade de Vila Operária para a discussão desse tema se deve a grande concentração de agências de revenda de automóveis e autopeças na região, em especial nos mais de dez quilômetros de extensão da Avenida das Pedras, em conexão direta com a subcontratação de mão-de-obra barata, porém qualificada, de jovens e adolescentes que se inserem nessa prática.

É importante salientar que as descrições etnográficas são produto dos relatos de moradores e das experiências com adolescentes que estavam inseridos

1 “Mundo do crime” mantido entre aspas por ser uma categoria êmica. Pode ser entendida como um conjunto de códigos e sociabilidades, que se estabeleceram no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos de narcotráfico e furtos. Ver Feltran (2011).

2 Tal pesquisa compõe a base para a minha dissertação de mestrado *A grande cidade e a vida do crime: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo*, do qual as descrições e análises do presente texto foram retiradas. Para mais ver Batista (2015).

3 Todos os nomes contidos no texto são fictícios. Esta foi uma pré-condição para que a minha pesquisa se realizasse, tanto no contato com as instituições, como no contato com os interlocutores que falavam sobre a temática que envolvia o “mundo do crime”.

na prática do roubo e com ex-“ladrões”, todos com passagem pelo CAC – Centro de Atendimento Comunitário⁴, uma instituição local que atua no atendimento social e jurídico aos moradores de Vila Operária, e também, desenvolve o cumprimento de medidas socioeducativas (LA - Liberdade Assistida, e a PSC - Prestação de Serviço à Comunidade) junto a adolescentes autores de infrações à lei⁵.

Estar diariamente no CAC e acompanhar sua rotina estabeleceu-me um contato direto com Vila Operária e seus atores, muitos deles ligados ao “mundo do crime” local, que desde o início da década de 2000, mais precisamente no natal de 2003⁶, conta com a intensa presença do PCC (Primeiro Comando da Capital), facção criminal que há tempos está presente nas unidades carcerárias do Estado de São Paulo⁷ e nas periferias da cidade⁸.

Agindo diretamente nas relações entre os “bandidos”, o “comando”, “partido” ou simplesmente “os irmãos” (todos os três, termos nativos para se referir ao PCC e seus integrantes), passou a expandir sua legitimidade entre determinados atores, vinculados diretamente ou não ao crime, uma vez que além de questões de regulação mercadológica (drogas, roubo, etc.) esse passou a atuar na forma de operar as relações entre atores da favela: a proibição de se chamar polícia na favela, essa sempre pensada como inimiga, o processo de obtenção de aval para matar outro “bandido” que se tornou um processo complexo mediado pelos “irmãos” do PCC, e por tribunais extralegais que debatem e elaboram sentenças em diferentes níveis, e a resolução de pequenos conflitos entre moradores, foram alguns dos campos da sociabilidade em que o PCC passou a atuar⁹, e que incidem diretamente nos elementos

4 Presente no distrito desde o final dos anos 1980 e fundada pelos próprios moradores de Vila Operária, o CAC foi uma consequência de uma década de ação da militância política católica das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), inspiradas pela teologia da libertação. Sua longevidade de atuação dentro desse território, somada à forma de inserção junto à comunidade, baseada na construção conjunta do espaço político-institucional e no seu quadro variado de funcionários (das diversas áreas de necessidade, desde a faxineira até a tesoureira, passando pelo coordenador de projetos) que tenham conhecimento da comunidade local, e quem em geral também são moradores, produziu um espaço físico em que diversos elementos, demandas e códigos da vida em comunidade são agrupados - dentre eles também as relações do “mundo do crime”, principalmente via os adolescentes atendidos pelas medidas socioeducativas. O CAC não é uma ONG vinda “de fora” do distrito nem mesmo uma “instituição fantasma” de bairro com pouca relevância e capacidade de ação. Ao contrário, pode-se dizer que para além de um catalisador de demandas sociais e políticas, motivo pelo qual se trabalham as medidas socioeducativas, a instituição serve também como “central de informações” por onde circulam notícias, boatos e casos que envolvem as relações do “mundo do crime” local.

5 A maioria dos atendidos são adolescentes do sexo masculino que recentemente estiveram (ou estão) inseridos com o “mundo do crime” local, alguns com histórico de passagens por alguma unidade da Fundação Casa (Antiga FEBEM). Para uma análise mais precisa do processo de internação ver Fábio Mallart (2012).

6 O natal é uma data marcante, pois era quando alguns detentos tinham direito ao indulto de natal, uma das conhecidas “saidinhas” de cadeia. Estas datas eram usadas pelos indultados como período para o acerto de contas com seus inimigos. No natal de 2003, não houve mortes no distrito de Vila Operária. Algo havia mudado, já não se podia matar indiscriminadamente.

7 A presença do PCC dentro nos presídios paulistas é mais antiga, data ao menos de 1993. Ver Biondi (2010).

8 Ver Feltran (2011).

9 Ver Marques (2010), Hirata (2010) e Feltran (2011).

que compõem os mercados em que o “mundo do crime” está inserido.

Entendidos quanto ao contexto de produção da pesquisa, o texto seguirá apresentando, primeiramente, uma discussão dos elementos que compõe o *modus operandi* do mercado do roubo. Posteriormente, passaremos ao ato em si com a descrição de como “fazer a fita”, tendo por último, o foco na modalidade¹⁰ do roubo de carros. Nesta, abordaremos as extensões das redes de negócios e arranjos que giram entorno dessa atividade.

O MERCADO DO ROUBO

Antes de iniciar a descrição do mercado do roubo há de se definir o que estamos por chamar de *roubo* quando o colocamos enquanto predicado de um mercado. Sinteticamente, o Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 profere em seus artigos 155 e 157:

*Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (...)*

*Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...)*

Os artigos acima apresentam a separação legal entre o crime de furto e o crime de roubo. No furto, não há ameaça direta a vítima e sim apenas a subtração de um bem alheio. No roubo, há a subtração de um bem alheio, nesse caso mediante ameaça ou violência física a pessoa que está sendo roubada, seja dado pelo uso de uma arma ou apenas pela simulação. Em ambos os casos existem qualificativos que aumentam a pena a depender da situação¹¹. Essa divisão legal é extremamente importante para os casos de atribuição da pena, mas ajuda pouco na proposta de entendimento dessas práticas enquanto componentes de um mercado, pois para o funcionamento enquanto mercado pouco importa se o bem subtraído foi produto de grave ameaça à vítima ou não. Por exemplo, para que um desmanche ilegal funcione, a procedência do carro, se ele foi produto de roubo ou furto, não é importante. Além disso, quando um jovem ou adolescente diz que “começou a roubar” o ato em si pode ser legalmente descrito tanto como furto ou como roubo, mas para o entendimento

¹⁰ Outras modalidades do mercado do roubo foram mapeadas durante a etnografia, como as saidinhas de banco, roubo de cargas e assaltos especializados. Para mais ver Batista (2015).

¹¹ Os qualificativos aos dois artigos podem ser encontrados no endereço eletrônico <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=FURTO+E+ROUBO+ARTIGOS+155+E+157+DO+C%C3%93DIGO+PENAL>>

do próprio adolescente, ambos compõe o verbo síntese da atividade do “ladrão”: roubar. De tal maneira, definiremos *roubo*, assim como meus interlocutores o definem, como toda a atividade que visa subtrair algo material de outrem seja dada por grave ameaça física ou não, inserida em uma rede extensa de circulação de mercadorias, dinheiro e atores sociais, mais ou menos estruturados, em que são determinados códigos sociais específicos para a composição de um mercado.

TORNAR-SE LADRÃO?

O primeiro, e talvez mais evidente elemento que compõe o *modus operandi* do mercado do roubo, é relativo à predominância masculina de adolescentes¹² e jovens. Notadamente, quanto mais a rede do roubo vai se estendendo, mais ela se torna complexa e menor o domínio de jovens. Porém, factualmente, quem está na ponta em ato se dispondo a troca de tiros com a polícia são os adolescentes. E por quê?

Aqui, quase que uma resposta em uníssono é dada, seja essa proferida por organizações do terceiro setor, pelos agentes do estado, agentes da mídia em geral, ou até mesmo movimentos sociais: fatores de idade, raça e gênero, são somados a noções como família desestruturada, precariedade nas condições de vida, baixa escolarização, fraqueza da lei, sensação de impunidade, violência doméstica, crise de princípios morais, etc., compondo um conjunto de elementos que, apresentados enquanto fórmula de relação causal, explicaria o modo de criação do indivíduo “ladrão”, como um destino manifesto em que o portador de tais predicados automaticamente se transformaria no referencial “bandido”. Tanto pelo viés da culpabilização como pelo viés da vitimização do sujeito, ambos os argumentos cravam suas raízes no entendimento do fenômeno em questão através da individualização do caso, ou seja, coloca-se em foco o indivíduo e no momento de sua decisão pessoal de começar a roubar.

No primeiro caso, o indivíduo por uma decisão pessoal escolheria começar a roubar, em detrimento a seguir a ordem “correta” de um mundo social que seria compartilhado por todos. Normalmente, falas e representações criadas a partir dessa visão tendem a usar radicalmente noções maniqueístas, como bom/mal, certo/errado, como argumentos explicativos para basear a ideia da escolha, para além, usam a ideia de dois mundos cindidos coexistindo paralelamente, um no qual estão as ditas “pessoas de bem” que seguem corretamente os mecanismos sociais existentes com vias a um bem comum, e outro no qual estão os “bandidos” que se desviaram do

12 Em todo o período de campo apenas ouvi falar de uma adolescente atendida pelo CAC inserida no mercado do roubo.

certo e que, portanto, tentam destruir o funcionamento “correto” da sociedade em benefício próprio. Desse modo, o “ladrão” é o sujeito que escolheu o caminho do errado, o caminho do mal. Essa argumentação carrega em si o traço da culpa: o indivíduo é culpado pela escolha que fez, uma vez que ao mesmo sempre teria sido dada outra opção.

No segundo caso, quando do viés da vitimização, as condições e mazelas sociais motivariam o indivíduo a entrar para o mundo do crime, uma vez que este, vivenciando uma quase inescapabilidade dada pelas condições materiais e afetivas que lhe são infligidas¹³, faria um cálculo de que o roubo é mais lucrativo e viável (não apenas relativo a dinheiro, como também prestígio) do que o trabalho, sendo, pois, a figura do “bandido” um fruto direto da desigualdade social. Esse argumento ao ser pretensiosamente coletivo, isentando o sujeito da culpa e transferindo-a para a sociedade, isto é, jogando para o social a causa da tal *entrada* no “mundo do crime”, cria um indivíduo extremamente racionalizado. Mesmo que tenhamos a sociedade, e mais precisamente a desigualdade social produzindo o indivíduo, o que sobra é racionalidade instrumental de um sujeito que ao calcular escolhe por uma determinada trajetória, o que novamente nos leva ao paradigma do próprio indivíduo. O ponto final é o momento de decisão em que o indivíduo escolhe racionalmente entrar para o crime, cena comum que tanto apareceu na pesquisa durante a reconstrução de adolescentes de sua trajetória, tanto em entrevistas quanto em conversas de acompanhamento dos educadores sociais do CAC. Ao reconstituir sua trajetória o sujeito tende a estabelecer cortes específicos (antes e depois) e momentos marcantes que representariam a sua existência - o primeiro roubo, a primeira troca de tiros, a primeira prisão, o dia em que o pai lhe abandonou, entre outros – e que delimitam esse momento da *entrada* para o crime. Talvez por isso esse argumento em meios de atendimento socioeducativo tenha tanto fôlego, uma vez que muitas vezes essa é uma produção reflexiva dos próprios adolescentes, eles mesmos fazem esse movimento, ainda que na prática, no cotidiano, essa operação não necessariamente ocorra dessa forma. Michel Misse em sua tese *MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*¹⁴ nos traz uma brilhante e rigorosa contribuição teórico-analítica a essa discussão, ao elucidar o processo que o mesmo denomina por *produção da sujeição criminal*,

13 Esse argumento tem por base uma visão pela carência no qual a falta de afetos (familiares, comunitários) e de estruturas sociais (escola, praças esportivas, hospitais, emprego), que seriam causas diretas da produção do sujeito “bandido”. É como se na ausência desses fatores, o crime entrasse enquanto preenchimento.

14 Michel Misse (1999).

Como não existe apenas uma perspectiva de nomeação, mas várias, e como todas refluem para a subjetividade desses indivíduos, construindo-os pela sua diferença em relação aos outros indivíduos, e como essas nomeações os assujeitam duplamente (o assujeitamento normalizador define o assujeitamento desnormalizador e, dentre esse, o assujeitamento criminal), proponho chamar de « produção da sujeição criminal » a esse processo de construção social do agente de práticas criminais como um « sujeito criminoso ». (MISSE, 1999, p.72)

Segundo Misse, como o objeto do processo não é apenas a transgressão à lei, mas também o próprio indivíduo transgressor, a sujeição criminal poderia ser ampliada como uma potencialidade de todos os indivíduos que possuírem atributos idênticos ou próximos aos do tipo social acusado, uma vez que esta produção não se identifica enquanto apenas um rótulo arbitrário ou uma disputa por significações morais, e sim enquanto um processo social que condensa práticas sociais específicas com seus agentes sob uma classificação social recorrente, estável e socialmente legitimada. Para o autor, ainda que exista uma estruturação na produção social da sujeição criminal, cada evento só o seria capturado em tal estruturação na medida em que detenha a possibilidade de “fazer sentido” para muitos indivíduos, e segundo Misse, para o próprio acusado.

Pelo lado do agente, a sujeição criminal é antes uma trajetória de vida, ou uma experiência social, muitas vezes vinculada a mercados ilícitos, mas raramente, para eles, uma identidade deteriorada. Quando muito será uma identidade contraditória, mas não inconsistente. Quando uma trajetória pessoal vem a se transformar em identidade, ela terá que ser - ainda que intimamente - valorizada positivamente pelo agente, o que significa metamorfosear uma identidade atribuída, socialmente negativa, em diferença positivamente auto-avaliada. A passagem da trajetória para a identidade conclui o processo da sujeição criminal e, a meu ver, constitui a chave para a compreensão de sua reprodução social. (MISSE, 1999, p.71 e 72)

Tomando a perspectiva acima apresentada, a meu ver, as argumentações que são focadas no entendimento das *motivações* do indivíduo, sejam elas pelo viés da culpa ou da vitimização, não elucidam o fenômeno em questão em toda sua complexidade. Não que tais elementos não existam, não é este o caso, já que muitos dos adolescentes são pobres, negros, têm problemáticas familiares diversas, saem da escola, têm péssimas condições materiais de vida etc. Podemos até julgar em favor de que o indivíduo é sim uma vítima das condições sociais, e também que esse mesmo indivíduo tem sim agência sobre a sua situação. Entretanto, o que essa pesquisa

pretende demonstrar é que na prática esse movimento opera de outra forma, e que, no geral, trata-se mais de uma *captura* (no sentido teórico e, muitas vezes, prático), do que de uma *decisão pessoal*, individualizada, baseado em sua socialização na favela. Desde a infância, as redes pessoais de relacionamento o direcionam o sujeito para a prática de atos infracionais: o adolescente está com os amigos, faz um monte de coisas de moleque, em dado momento começa a ganhar um dinheiro fazendo uma “fitinha” ou outra, e de repente é pego (pela família, ou pela polícia), e isso vira uma questão de trânsito entre “identidades”. O adolescente é colocado entre o papel de menino que “*apronta algumas travessuras*” e o papel de “bandido”. Desse ponto, a situação vai ganhando mais e mais complexidade. Por essa socialização na favela acontecer em nichos sociais de trabalhadores de mercados criminalizados, o adolescente passa a acessar uma *carreira criminal*, e é paulatinamente capturado por um complexo e extenso mercado que se estabeleceu através das ações do roubo, e cuja funcionalidade é regida pela necessidade de subcontratações de baixo custo para sua atividade elementar, o roubo, onde o limiar entre vida e a morte é parte do trabalho¹⁵ ordinário. Nesse sentido, o mercado do roubo seleciona os adolescentes que “*não tem nada a perder*”, só a ganhar, seleciona àqueles que detêm as “qualificações profissionais” perfeitas para o preenchimento de tais funções, são os funcionários certos para esse trabalho, já que possuem a “disposição” para se arriscar na *vida loka* do crime. Não é uma questão de trajetória individual, mas uma questão de RH (de Recursos Humanos empresarial).

TERRITÓRIOS CAPITALIZADOS

O segundo elemento que destaco diz respeito à relação territorial/moral implicada no roubo.” e de regiões que não estejam sob regulação do PCC, só se rouba dos “outros”, dos “de fora”, e, em tese, jamais dos seus iguais, com o risco do transgressor ser cobrado depois pelo erro. Mas, ainda que seja moralmente reprovável, em um movimento recente, muitos jovens não vêm seguindo tais códigos e acabam por fazer suas ações na própria “quebrada”. Esse fenômeno que era pouco

¹⁵ Ainda que socialmente o conceito de trabalho seja uma construção forjada na oposição radical ao crime, cognitivamente vinculadas às ideias de estado, lei e direito, opostos totalizantes do crime, no cotidiano das redes de mercados ilícitos, nos quais as definições de algumas categorias não se operam de maneira tão radical, e sim de uma forma embaçada em que não se estabelecem fronteiras radicalmente demarcadas, a autoreferência dos sujeitos que praticam tais atividades infracionais da sua prática enquanto trabalho é plenamente sensível. Na própria terminologia podemos denotar características importantes dos pontos de toque, das dobraduras que operam nesses espaços sociais. Para muitos garotos, tráfico e roubo são sinônimos de trabalho.

provável em 2010/2011, por conta da presença intensa do “comando” nas regulações entre “ladrões”, se alterou no último período a que a pesquisa se debruçou, em 2013/2014, em que casos de pessoas assaltadas na beira da favela foram comentados, inclusive de moradores. Em alguns casos, os autores foram encontrados e duramente. Existe um processo territorial que opera baseado em determinado código moral do “mundo do crime” de que só se pode roubar fora da sua “quebrada cobrados, em outros, nada aconteceu. Essa “falta de critério” dos adolescentes sem punição é a base de uma das queixas de “quebrada largada” direcionadas ao “comando”. Porém, esse fenômeno recente pouco interfere na consolidação do mercado do roubo, uma vez que, em geral, essas ações acabam por acionar outro elemento dessa relação territorial/moral que corrobora com nossa hipótese, uma convenção chamada de *Lei dos três dias*. Essa funciona da seguinte maneira: se um sujeito rouba algo e antes de três dias, por intermédio de um “irmão” lhe é requerido o bem de volta à vítima, pois essa também é moradora de “quebrada”, ou também é do crime, ou até mesmo é alguém que tem uma história dentro do local, o assaltante deve devolver o bem. Caso passem os três dias, o bem já não mais necessita ser devolvido. Se for devolvido, e o requerente também for “ladrão” ou alguém considerado, os assaltantes além de perderem o objeto podem, após um “debate”, sofrerem sanções físicas da parte requerente, em decisão comum com o “comando”. Para ter acesso à informação de para onde foi o bem material roubado, basta que se chegue a uma “boca¹⁶”, pergunte pelo “disciplina da quebrada” onde se tem a suspeita de que esteja o bem e, muito rapidamente, mobilizando contatos via celular, este é encontrado e devolvido à vítima. Nesse sentido, podemos tomar o espaço da “biqueira”, para além de suas funções comerciais que trabalhamos anteriormente, enquanto uma esponja de informações, que absorve falas e notícias que giram em torno das atividades ilegais. Vale destacar que esta dimensão da “biqueira” compartilhada pelo viventes periféricos, não é apreendida somente por eles, mas também pela polícia. Das raras oportunidades que tive diretamente com esse seguimento, um Major da PM me explicou:

Para descobrir um crime de roubo, muitas vezes se usa a tática de ‘apertar’ nas “biqueiras” para descobrir. A gente força com os traficantes e eles acabam abrindo alguma informação. Sabe de alguém, um nome, um local a procurar. É um uso tático para se descobrir o roubo¹⁷.

16 “Boca”, “biqueira” ou “lojinha” todos os termos são possíveis sinônimos informais para o formalizado termo *pontos de venda de drogas*, e que indicam locais em que se estabelecem comércios varejistas para a venda de drogas. Para mais ver Paulo Malvasi (2012, p. 83).

17 Esta fala foi parte da exposição de um Major da PM em uma mesa-redonda que participei organizada pelo METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar, sob o título de *Olhares sobre o comércio de substâncias ilícitas*, realizado em 26 de junho de 2014, no auditório do DTO. Participaram da mesa, um Major da PM, um investigador da Polícia Civil, uma terapeuta ocupacional e um antropólogo.

De tal modo, como via geral do entendimento do mercado do roubo, para os “ladrões” existem determinados territórios em que é possível o exercício da prática, são àqueles onde “há o que roubar”, sejam estes dentro do próprio distrito ou não, criando uma relação de interdependência entre território “rico” e o território “pobre”. Rouba-se, em geral, nas grandes avenidas de acesso ao distrito (Av. das Pedras e Av. dos Operários, que possuem comércios), nos bairros “classe média” de periferia do entorno, nos grandes condomínios, ou na cidade da região metropolitana que faz divisa com Vila Operária¹⁸

Analogamente ao entendimento que Néstor Perlongher faz da noção de territorialidade em o *Negócio do Michê*, ao pensar na chave de Deleuze as operações no gueto gay de São Paulo enquanto um código-território, este trabalho propõe empregar a proposta trabalhada pelo autor de que na prática as operações não se consomem no vazio, mas em um lugar social, em um território. A noção de territorialidade para o autor não se limita a um espaço físico, mas a um espaço do código, pois se inscreve em um determinado lugar que lhe dá sentido, não apenas descritivo *o que é feito lá*, mas muito mais prescritivo *o que pode ser feito lá*.

Configura-se, assim, um complexo “código território” (Deleuze), dado pelos códigos e suas superfícies de inscrição em zonas do corpo social. Territorialidade entendida não apenas no espaço físico – ainda que este também seja importante, já que delimita as difusas fronteiras do gueto -, mas no próprio espaço do código. (PERLONGHER, 2008, p.159)

A noção de territorialidade em Perlongher, referente aos códigos *do que pode ser feito lá*, nos leva a hipótese de se pensar a cidade, dentro da chave do mercado do roubo, enquanto produtora de *territórios capitalizados*, isto é, lugares específicos em que o capital de giro, a operação basilar do mercado do roubo pode se consumir. A partir desses locais são produzidas representações (do referencial bandido e do referencial vítima), práticas cotidianas (não parar em semáforos à noite, se identificar nas guaritas de condomínios, etc.), redes extensas de serviços (câmeras de segurança, empresas especializadas no transporte de valores, seguros automotivos, sistema de monitoramento de carros, blindagem, etc.) e, por fim, um modelo específico de urbanização e de uso da cidade.

18 Vale destacar que o *centro da cidade* de Vila Operária não é o de São Paulo e sim o da referida cidade metropolitana.

AUTONOMIA RELATIVA

O terceiro elemento destacado é dado pela relação estabelecida entre quem rouba e o “comando”. Como roubar não tem necessariamente um padrão, diferentemente do tráfico, fazer uma “fita” não compreende uma atividade que constituía uma “firma”, o sujeito que pratica o roubo não tem de se reportar diretamente a um “irmão” do PCC quando faz uma ação (salvo em casos em que exista uma “fita dada” por parte de um “irmão”). Dessa maneira, no mercado do roubo as regulações são mais frouxas e sujeitas a serem negligenciadas pelos atores em questão, fazendo com que se revele uma relativa autonomia do sujeito na ação criminal. Digo relativa, pois ainda que a relação não seja dada por mediação monetária, ela existe enquanto um conjunto de moralidades no qual o “ladrão” tem de respeitar o “comando” e vice-versa, ainda que tal respeito mútuo não signifique posições de poder igualitárias. Penso o poder a partir da concepção de Michael Foucault, como uma prática social inscrita historicamente em dispositivos de saber que operam na gestão de condutas, normas, formas de pensamento, etc. O poder não seria passível de posse por um determinado sujeito ou ator, mas *exercido* enquanto posições de poder pelos mesmos nas relações que eles travam por todo o tecido social¹⁹. O caso a seguir elucidado bem a questão.

Pedro [educador do CAC] me conta que o mano e seu parceiro [dois adolescentes atendidos por ele] foram fazer um assalto. Pararam uma mulher em um [carro modelo] Celta e o levaram. Horas depois de chegarem em casa, foram mexer no veículo e encontraram dentro dos forros das portas vários pacotes de cocaína. Como os dois não eram do tráfico, ambos decidiram esperar. Passaram-se mais de três dias e nada. É então que algum tempo depois, chega a casa deles um mano que procurava pelo carro e se intitulava irmão do PCC. Inicia-se um debate. O irmão argumentava que eles deveriam devolver o carro e os acusava de terem dado mancada, pois haviam roubado sua mulher. Os adolescentes se defendiam com o argumento de que não tinham como saber de quem era o carro, que apenas estavam fazendo os corres [o trabalho] deles. O irmão aceita a ideia e diz que, então, eles deveriam apenas devolver o carro e nada seria feito. Os adolescentes continuavam a debater e argumentam que isso era errado, pois eles haviam feito uma “fita” e que já havia passado mais de três dias e que, portanto, o carro era deles, e mais, que o irmão estava errado de estar cobrando, já que eles estavam apenas fazendo seu trabalho, e que quem tinha arriscado a cabeça a tomar tiro foram eles. Assim, depois de debaterem pelo “certo”, e se vendo em uma complicada situação, o irmão decide por oferecer a eles sete mil reais em troca do carro com tudo que estava dentro.

19 Ver Foucault (1984, 2007).

O negócio é aceito e a treta resolvida. (Notas de diário de campo, julho de 2013)

Nessa cena a questão da autonomia relativa é bem posta. O “irmão”, não tendo parte na ação, não pode requerer o carro de volta, ainda mais que os adolescentes estavam “pelo certo”, já que se passam mais de três dias e os dois apenas faziam o seu trabalho. Do outro lado, os adolescentes, ainda que estivessem com sua razão, não poderiam fugir ao diálogo, simplesmente não querer conversa e mandar o “irmão” embora, uma porque há códigos morais compartilhados entre eles em que o “debate” é a forma comum de se chegar ao “certo”, e outra porque existe uma disparidade de posições de poder entre dois adolescentes assaltantes e um “irmão” do PCC que impede com que os dois neguem o diálogo. Desse modo, o dinheiro entra na cena enquanto mediação de conflito e resolve-se a “treta”.

Ao analisar o contexto das favelas de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, Diogo Lyra em *A república dos meninos*²⁰ nos trás a ideia de que os adolescentes que praticam o roubo, ou como o próprio autor denomina os “autônomos do 157” (artigo do código penal que tipifica o crime de roubo), sentem-se mais livres do que os explorados adolescentes inscritos no tráfico, os “assalariados do 12” (antigo código que tipificava o tráfico), uma vez que esses últimos trabalhariam em um modelo que pressupõe “patrão”, horário de trabalho, hierarquias etc., enquanto os primeiros teriam autonomia nas suas ações e nos seus ganhos. Diretamente na terminologia “autônomos” e “assalariados” Lyra expõe com maestria como os adolescentes representam suas próprias condições de trabalho. Aqui é interessante notar que durante as entrevistas realizadas com adolescentes em Vila Operária, essa posituação da atividade do roubo também surge, seguindo o mesmo argumento da proposição de Lyra. Raros foram os casos em que adolescentes positivaram o trabalho no tráfico de drogas em detrimento do roubo, sob o argumento de que o roubo seria demasiadamente arriscado *“Mano, tô fora [do roubo]. Muita troca de tiro, essas coisa. Num vale a pena não”*. Em casos que o adolescente estava inserido em ambas as práticas, o tráfico aparecia enquanto salário garantido, como se fosse um emprego de *carteira assinada* - tendo como plano de referência noções de estabilidade financeira e vínculo empregatício fixo - e o roubo enquanto uma atividade a mais realizada em momentos da folga deste na “biqueira”, no intuito de retirar um complemento de renda, mobilizando diretamente à noção da autonomia na ação e nos ganhos, o que sobrevalorizava a prática do roubo.

No entanto, ainda que possamos encontrar proximidades entre os casos de

20 Diogo Lyra (2010).

Vila Operária e de Nova Iguaçu (analisado por Diogo Lyra), torna-se fundamental pontuarmos a diferença: em Vila Operária ainda que no plano monetário os “autônomos do 157” possam fazer suas ações sem se reportar diretamente ao “comando”, e tal conduta é legítima no plano da moralidade compartilhada pelo “mundo do crime”, na sociabilidade entre “ladrões” há disparidades das posições de poder quando atores específicos entram em cena, o que nos leva ideia de uma autonomia relativa aos praticantes do roubo, como revela a solução encontrada no caso trazido por Pedro, Educador Social do CAC.

O ATO EM SI: “FAZER UMA FITA”

Para iniciar sua trajetória como “ladrão” um adolescente não precisa nem mesmo possuir uma arma, apenas uma interpretação de que o sujeito está armado já é o suficiente para fazer com que a vítima dê o dinheiro, *“ninguém paga pá vê”*. O uso de armamento se intensifica e é mais essencial quanto maior for o que será roubado. Em roubo de transeunte e carro apenas a simulação dá conta, e nesses casos também é comum o uso de armas de brinquedo. Já em caso de roubo de carga ou de grandes quantias é necessário o uso da arma. Para que ato saia bem sucedido, o sujeito aumenta o tom de voz para que a vítima se sinta acuada. Aqui vale destacar que a não necessidade da arma tem relação direta com o “estereótipo de ladrão” internalizado nos adolescentes de periferias, principalmente os negros, como se a criminalidade estivesse “tatuada” em seus corpos e pronta a emergir, seja na visão da polícia que “dá a geral” como também na visão dos transeuntes que se sentem ameaçados pela presença de um adolescente negro de periferia ou mesmo de uma pessoa que esteja dirigindo seu carro e é abordada no semáforo.

Normalmente faz-se a “fita” com no mínimo duas pessoas. A parceria estabelecida é de grande valor moral entre os atores, e testada quando um deles “cai” e vai preso. Manter a comunicação, enviar “jumbo” para a penitenciária e cuidar dos interesses do parceiro, é altamente aprovável. Também é importante marcar, que no início, as ações ocorrem com baixo planejamento, e é comum que adolescentes se encontrem e saiam pra realizar seus roubos sem grandes estratégias. Aqui a dimensão da adrenalina aparece na maioria dos discursos, uma vez que o risco de perder a vida a que o “ladrão” se coloca na hora da “fita” é muito grande. Trocar com a polícia, dirigir em alta velocidade, “dar fuga”, a posição de poder perante a vítima quando do ato, parecem ser elementos que estão bastante ligados à categoria adrenalina e que são explicativas do início de ações não planejadas. Ter “disposição”

é estar pronto a qualquer hora que o parceiro chame sem hesitação, sem pensar na consequência, é viver o aqui e o agora, a vida presente em busca do dinheiro, no qual morrer é um fator.

Existe uma grande gama de variabilidade do que se rouba e de como se rouba em Vila Operária, podendo ser criada uma tipologia dos assaltos, ainda que na prática um adolescente não precise segui-la. Em geral, o início se dá pelo roubo de “bolsa de madame” ou crimes de oportunidade (também denominado por crimes de “meia nota”), que não são muito lucrativos, mas se constituem enquanto aprendizado. Como para muitos adolescentes, essa modalidade serve para saciar os desejos imediatos de acesso à bem materiais, ou em alguns casos, o uso de drogas. Um adolescente que seja usuário pode realizar pequenos assaltos para o sustento do vício, roubando pessoas na rua. O produto roubado é revendido dentro da “quebrada”, o que cria uma rede de receptação e circulação de dinheiro que pode ampliar-se para fora do “mundo do crime”, isto é, englobar toda comunidade. Vende-se de tudo, celular por trinta reais, moto por quinhentos, computadores, bicicletas, etc. Os subprodutos desses pequenos roubos baseados na sorte, na oportunidade, entretanto, ainda que produzam circuitos internos de receptação, não se ligam a uma formação maior, ou o que pretendemos demonstrar, não produzem mercado.

Portanto, passemos a descrição da modalidade que mais absorve mão-de-obra em Vila Operária, o roubo de carros.

“PUXAR CARRO”

A modalidade de roubo que, sem dúvida, é a que mais absorve adolescentes em Vila Operária é relativo ao roubo de carros. É comum que aqui possa ser o ponto de maior concentração de jovens no ato de assaltar, isto porque é um mercado muito efervescente na região de Vila Operária. Quando dois jovens saem para uma “fita” costumam fazê-lo em uma moto (ainda que seja possível fazê-lo a pé), provavelmente de baixa cilindrada, o que faz com que a polícia pare constantemente em blitz policiais duas pessoas com um veículo desse porte. Quando escolhem a vítima, um dos dois desse e aborda a pessoa, toma-lhe o veículo e o sai dirigindo. Nesse sentido, ter uma moto é um ativo tanto quando uma arma.

Em geral, por não ser uma ação preparada, as perseguições policiais tanto no ato como nos dias posteriores são bastante comuns. Diferentemente do que seria lógico, do ponto de vista econômico, alguns jovens nem sempre passam rapidamente o veículo para um receptor. Se não o fazem, ficam utilizando do veículo, dando “rolê

pela quebrada” como sinal de ostentação. Quando não ficam com o veículo para si, eles o vendem a um receptor, que em Vila Operária, em geral, não encaminhará o veículo para desmanche. No distrito, o mercado é mais extenso.

O segmento do roubo de veículos em Vila Operária chama à atenção por sua complexidade. Trata-se de um mercado instalado com comércios específicos dedicados a tais operações, como a Avenida das Pedras que possui mais de dez quilômetros de extensão e predominantemente é composta de revendas de carros e autopeças bastante conhecidas na cidade de São Paulo. Esta específica territorialização, que se difere de outras “quebradas” da capital onde o desmanche é mais comum²¹, produz uma rede de negociações e arranjos que condensam o mercado do roubo e no qual, a atividade da ponta, “puxar carros” para os “caras” (os receptadores), é exercida através da subcontratação de adolescentes, uma “prestação de serviços”, um trabalho terceirizado em que *“morrer é um fator”*. Nesse sentido, podemos complexificar as camadas analíticas mostrando que essa ação nem sempre é aleatória e ocasional. O adolescente faz a “fita” e vai ganhando experiência no ramo e conhece pessoas, adquire contatos, e paulatinamente se insere neste trabalho, aprende o ofício e a quem vender, é capturado por ele. “Puxar carro” por encomenda se torna, então, uma atividade comum entre adolescentes que já tem uma “caminhada” dentro do crime, uma experiência na atividade²², e é dessa subcontratação de trabalhadores mal pagos, porém especializados, que o negócio de veículos prospera.

Os assaltos podem ocorrer tanto com a abordagem do motorista, como já destacamos acima (adolescentes abordam a vítima normalmente de moto), ou através do esquema de “chaveirinhos”, em que o adolescente recebe a “chave mestra” correta do modelo do veículo a ser roubado. Nesse segundo caso, uma especialização maior é requerida. Ainda mais que com o passar dos anos o desenvolvimento tecnológico propiciou a criação de chaves codificadas e equipamentos especiais de segurança, criados a partir da necessidade de “proteger” os veículos contra o roubo, o que também movimenta todo um mercado de segurança automotiva, é interessante notar como são produzidas algumas inovações tecnológicas que servem para burlar esses mecanismos de segurança, de tal modo que para realizar esse tipo de operação há de se estabelecer conexões muito específicas com pessoas que dominam esse tipo de conhecimento altamente especializado.

Uma vez feito o roubo, o valor de passar o veículo para a adulteração é variado

21 Para uma descrição de como operam os desmanches na “quebrada” de Luzia (nome fictício), região metropolitana de São Paulo, ver a etnografia de José Douglas dos Santos Silva (2014).

22 A experiência na atividade não necessariamente está relacionada com a idade. Em campo conheci adolescentes de dezesseis anos que tinham mais inserção nesses mercados do que outros mais velhos.

e depende do tipo de automóvel: os carros populares giram em torno de quinhentos a mil reais, e grandes veículos de luxo entre cinco e seis mil²³. Também media preço a urgência ou não da encomenda. Um adolescente que rouba um carro qualquer e o quer repassar terá um determinado valor, já no caso da encomenda ser urgente, visto que um cliente possa estar atrás de um modelo específico, o valor subiria.

Quando os receptadores recebem o veículo, eles o adulteram trocando ou re-pinando o chassi²⁴ e outras peças, modificando algumas partes do carro, instalando rodas e adereços que o descaracterizem. Aqui o serviço de autopeças é fundamental e até esse momento, o veículo é um ativo ilegal, subproduto de roubo. Então, em um cenário bastante nebuloso para esta pesquisa, entra em cena um ator fundamental desse mercado que propicia a sua existência, e que consolida o momento específico da passagem do ilegal para o legal: a Polícia Civil. Depois que o carro é adulterado, os receptadores o repassam para uma conexão junto à Polícia Civil, visando re-legalizar a documentação do veículo para que este seja colocado à venda em uma das várias revendas de carro (também de motos e até caminhões) que existem na região. É necessário destacar que essa passagem foi compreendida etnograficamente através dos vários relatos dos interlocutores que se faziam presentes na posição mais baixa, os ladrões de carro subcontratados. Dessa maneira, para além do conhecimento da existência da prática, especificamente a operação de re-legalização e suas técnicas não foram possíveis de acessar. Infelizmente aqui se impôs uma limitação estrutural da possibilidade de acesso da etnografia, tanto no que concerne ao contato direto com os receptadores, e mais ainda com as conexões de re-legalização.

Por fim, temos a hora da venda. Já como um ativo legal, o veículo é posicionado em uma das diversas revendas que existem em Vila Operária, estabelecimentos esses que podem pertencer a “gente grande no crime”. Todo esse processo interfere diretamente no valor do veículo, que no caso sai por um preço ligeiramente mais baixo do que se fosse um carro “totalmente legal”, uma vez que o diferencial entre o preço da compra e dos gastos na adulteração do mesmo em relação ao preço da venda já produz um lucro muito grande. Viver de “rolo de carro” é altamente lucrativo e raramente se vê jovens nessas posições.

Ao elucidar todo esse processo de transformação do ativo carro, de um subproduto ilegal para um bem de consumo legal, tentamos demonstrar como “puxar carro” sob encomenda produz, primeiro, toda uma extensa rede de re-legalização e revenda, o que denota um mercado instalado na região, e segundo, que esse

23 Especificar os valores precisos é muito difícil já que estes estão sempre em alteração.

24 Pinar o chassi de um veículo é o processo de reescrever ou adulterar a numeração do mesmo.

processo interfere diretamente no valor geral do veículo usado, regulando, pois, o comércio de autopeças, revendas, e porque não, de carros novos.

Dessa forma, podemos dizer que o mercado entorno do roubo de veículos é produtor de valores específicos que se relacionam diretamente com a concorrência, seja ela de revendas “legais” ou mesmo revendas autorizadas das grandes montadoras. Se levarmos mais a fundo, o próprio pagamento da apólice de seguro automotivo, tanto na posse do veículo quando da franquias pós-roubo, estão imbricados nesta existência mercadológica, pois colocam dinheiro para circular na economia. Mas em nenhuma hipótese poderíamos dizer que tal mercado se restringe a relações econômicas. Como pudemos ver, o mercado do roubo de veículo produz relações que escapam a economia: além de mercadorias e a mediação do dinheiro, atores circulam nas malhas da rede e afloram moralidades específicas, políticas públicas de repressão e assistência, sangue, morte e dor, mas também ostentação, modos de vida e códigos de conduta. Sob o pressuposto da subcontratação de trabalhadores mal pagos, o comércio de carros em Vila Operária, umas das modalidades do mercado do roubo, continua a crescer e a circular sobre as ruas de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Liniker Giamarim. **A grande cidade e a vida do crime**: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2015.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2007.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2010.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: valores éticos e morais dos garotos armados do morro. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

MALLART, Fábio. “Dos lares da FEBEM às cadeias do Comando: a dinâmica institucional cravada na trajetória de um interno”. In: **Seminário - Território, Crime e Ordenamento Social nas Margens da Cidade**. São Paulo : CEM/CEBRAP, 2012.

MALVASI, Paulo. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2012.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões, Tese de Mestrado, São Paulo: USP, 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

SILVA, José Douglas dos Santos. **Políticas de quebrada e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2014.

AÇÃO E REAÇÃO: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE SER ASSALTADO

Gregório Zambon

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos
e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole. (CEM)

RESUMO

Através de uma cena etnográfica, parte de uma pesquisa de mestrado que desenvolvi no ano de 2015, tento elucidar quais são as ações tomadas por moradores da periferia leste de São Paulo ao terem um bem material de alto valor roubado. No caso que descrevo no texto, narro o assalto à mão armada sofrido por um trabalhador, que teve como fim o roubo do seu carro. Desse modo, trago à baila

o movimento deste indivíduo na tentativa de reaver seu pertence, o que envolve mobilizar, na figura da polícia, o Estado, mas também o “mundo do crime”. A proposta do artigo é, portanto, olhar o “mundo do crime” a partir de trabalhadores da periferia, sua normatividade e sua desconexão com o roubo dentro da quebrada.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir de uma pesquisa etnográfica que desenvolvi no ano de 2015, na periferia Leste da cidade de São Paulo. A partir de uma das muitas cenas etnográficas que compõem os meus cadernos de campo, ou seja, a partir de uma história, vou tentar descrever e analisar algumas relações, práticas e figurações em contexto específico, em um território de São Paulo. A história trata de um senhor que tem seu carro roubado em um distrito do chamado “fundão da zona leste” e os seus passos para tentar recuperar o seu bem.

Mas vale, de início, algumas informações importantes sobre o roubo e furto de carro no Brasil. No ano de 2014, foram roubados ou furtados, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹, 213.472 carros no país². A cidade de São Paulo, com quase 100 mil carros roubados ou furtados, tem a maior incidência do país em números absolutos. Isso quer dizer que um carro desaparece a cada 5 minutos somente no município.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) estabeleceu na periferia de São Paulo uma série de normas a serem seguidas e, em tese, invioláveis, chamadas de “proceder”. Dito de outra forma, o proceder seria o comportamento esperado de alguém no mundo do crime. Essa ideia será retomada mais adiante. Muitos autores trabalham com a ideia de proceder como um conceito êmico e importante para o entendimento do mundo do crime, notadamente Adalton Marques (2006, 2007, 2009), Karina Biondi (2008) e Vagner Marques (2011).

Pelo que pude constatar, não é usual entre os presos tomar a palavra proceder para indicar uma ação. Utilizam-na, antes, como um atributo do sujeito, ou ainda, como um substantivo. No primeiro

1 <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/02/a-cada-2-minutos-e-meio-1-carro-e-roubado-nas-27-capitais-do-pais.htm>

2 As taxas de recuperação dos veículos variam muito por estado. Em julho de 2013, por exemplo, O Rio Grande só Sul teve uma taxa de recuperação perto de 70%, enquanto São Paulo ficou abaixo dos 50%. Os dois estados estão entre, percentualmente, os três estados que mais sofrem com os roubos e furtos de automóveis: <http://www.sindlocsp.com.br/blog/item/718-roubo-de-veiculos>

caso se diz que um sujeito tem proceder ou que não tem proceder. No segundo caso se diz o proceder. Ao atribuírem ou não o proceder a um sujeito, as considerações dos prisioneiros referem-se à sua disposição quanto a um respeito específico [...], quanto a uma conduta específica [...] e, enfim, quanto a uma atitude específica [...]. Já o proceder enquanto atributo, de modo diverso, se refere a essa consonância de um sujeito com o proceder substantivo (MARQUES, Adalton, 2009, p. 26-27)

Normativamente, a ideia de que não se pode roubar dentro das favelas e quebradas em São Paulo, estritamente atrelada ao proceder do mundo do crime, nos últimos tempos, vem perdendo efetividade. As explicações para isso ainda estão no âmbito da teoria, mas as constatações desta realidade são empíricas, presentes nas minhas pesquisas, mas também na bibliografia³. A ideia de quebrada largada ou quebrada bagunçada é relativamente recorrente no dia a dia dos territórios⁴.

Lá pras seis da tarde a tia do suco chegou. Ela sempre passa por lá nesse horário. Como ninguém quis comprar nada, ela ficou por ali e puxou conversa com um dos homens à beira da porta. “E tão roubando de novo, né? Entraram na casa de um vizinho lá na vila. Tão entrando tudo de novo. Ta ficando bagunçado⁵” (Trecho de um diário de campo)

“Greg, eu só mudaria de Guaianases porque eu queria ter uma moto. Eu adoro moto, mas não da pra ter moto em Guaianases. Não dá! Não ura dois meses os caras já roubam.” (Trecho de uma entrevista com Caio, morador do distrito)

Mas se a disciplina que regia o seguimento das regras não é mais a mesma, roubar nas periferias de São Paulo continua sendo um ato ilegal. Destaco aqui que a palavra ilegal surge como redundância à primeira vista. Seria ilegal roubar em qualquer lugar. No entanto, o caráter ilegal do roubo preenche qualquer instância normativa que rege as cidades dentro das cidades (Zambon, 2013). Dito de outra forma, roubar não é aceito pelo Estado, pelo mundo do crime e, tampouco, pela via religiosa, o que faz do “roubo na quebrada” um ilegalismo normativo em si. Roubar na quebrada não pode, pra ninguém.

Isso tem a ver com as instâncias normativas de manutenção da ordem que se *instalaram* nos territórios. São essas estruturas que admitem ou não legalidade

3 Também com Biondi, Marques, mas também em Silva (2013)

4 Territórios pode ser concebido como pensa Burgos (2005)

5 A parte entre aspas é para marcar a fala da interlocutora, mas não é uma citação em si. Nos cadernos de campo é muito difícil fazer uma transcrição da fala, sendo, portanto, uma aproximação do que foi dito, tentando não perder o sentido original.

nas ações, a depender dos contextos, mas também das ações. Feltran () indica os discursos normativos que disputam espaço na periferia de São Paulo como modelo de ação em si. Desta forma, se existe o Estado, também existe a igreja e o “mundo do crime”, que complexificam as relações sociais, pois enquanto discurso normativo, se propõem estrutura.

Ora, mas é evidente que o crime existe em todo canto que se possa dar uma olhadela. Não é diferente na periferia. Carolina Grillo (2013) mostra em sua tese, uma etnografia com ladrões na cidade do Rio de Janeiro, como todos os protagonistas de sua pesquisa ou estão presos ou morreram. Ladrão que rouba nas favelas e quebradas não tem vez. A sua sorte geralmente não é boa. Para o ladrão, não se pode nem ao menos preferir viver pouco como um rei⁶, pois sua passagem pela vida – ou pela vida livre – é extremamente fugaz.

É neste contexto que trarei uma cena etnográfica principal para entendermos os procedimentos de um cidadão comum, morador da periferia, ao ter seu carro roubado. Neste sentido, o texto traz os repertórios mobilizados por este cidadão na tentativa de reaver seu carro.

Ao falar em cidadão comum, estou tentando combater justamente a ideia de que um morador de periferia é alguém diferente, maltratado, infeliz, descreditado. A princípio, o maior problema reside no estigma criado, que gera uma representação pública da periferia que não reflete a realidade destes lugares⁷. No entanto, os moradores das regiões territorializadas conseguem acessar um grande número de repertórios para a convivência nas cidades, estando eles, também, atrelados às instâncias normativas que condicionam, em grande medida, suas ações⁸. Assim, tento compreender os modos como os indivíduos transitam pelas estruturas condicionantes e produzem suas vidas, o seu cotidiano (DAS, 2011).

Desse modo, cabe ressaltar de maneira contundente, que estes saberes não são universalmente compartilhados nos territórios, o que provocaria um erro grave na concepção prematura sobre o que são as periferias. Saber agir no Jardim São Carlos não lhe dá, necessariamente, fundamentação para agir em Heliópolis, por exemplo. Em estabelecidos e Outsiders (ELIAS, 1994), para lembrar de um livro mais antigo, Elias já nos mostrava as complexidades e heterogeneidades dentro de um

6 Referência à passagem “Tempo pra pensar, quer parar. Que cê quer: viver pouco como um rei ou muito, como um Zé?”, da música Vida Loka parte 2, dos Racionais MCs.

7 Postigo (2013) trata das representações de favela e periferia em sua dissertação.

8 Essa visão pós-estruturalista norteia grande parte dos estudos contemporâneos. Não exclui-se a influência das estruturas, mas os indivíduos também são tidos como sujeitos com agência. Neste sentido, é interessante pensar na perspectiva de uma sociedade dos indivíduos (ELIAS,), onde um só existe pela existência do outro, numa rede de interdependência entre indivíduos que sofrem influência das estruturas, mas que também tem agência.

bairro operário de uma cidade inglesa, revelando como o saber agir na comunidade era importante para a coesão e para o estabelecimento de relações de vizinhança.

Neste sentido, quando nós temos um bem material roubado, agimos de formas diversas, mobilizando repertórios vastos, que variam por muitos fatores. Obviamente, isso também varia de acordo com o valor do objeto, seja ele simbólico ou pecuniário. Quando temos um carro roubado, por exemplo, a prática limita grande parte da população a operar na lógica estatal, de controle policial e suas burocracias. Mas não é em todo lugar que isto acontece e esta maneira cristalizada de proceder não é universal. Feltran () indica os discursos normativos que disputam espaço na periferia de São Paulo como modelo de ação em si. Desta forma, se existe o Estado, também existe a igreja e o “mundo do crime”, que complexificam as relações sociais, pois enquanto discurso normativo, se propõem estrutura.

Dessa forma, se um indivíduo tem um carro roubado em uma periferia de São Paulo, ele tem mais que o arcabouço do Estado para atingir o seu objetivo final: se há necessidade de que encontrem o seu carro, o indivíduo pode lançar mão das estruturas que balizam a vida e que lhe permitam ter a melhor sorte possível na consolidação da sua empreitada. Dito de outra forma, na periferia a polícia pode achar o seu carro, mas o “mundo do crime” também.

Vale ressaltar, no entanto, que tudo isso são possibilidades que não necessariamente serão ou poderão ser acessadas por todos os moradores de determinado lugar. De um outro pirsma, outras localidades e outras pessoas podem ter acessos bastante diferentes, como contatos no meio estatal – seja na polícia ou em círculos de influência política - , acesso à informações em círculos comunitários, etc.

O ASSALTO

Tomei o trem rumo à Zona Leste, depois de ter recebido a mensagem de um amigo. Ele tinha sido assaltado, juntamente com seu tio e um colega do trabalho. Levaram o carro. Como eu já ia a campo com menos frequência e estava comprometido com certas burocracias, fiquei sabendo do ocorrido relativamente tarde, alguns dias depois. No entanto, a notícia fez ir até lá ver o que tinha acontecido de fato.

Fiz o mesmo caminho de sempre, da saída de casa até o extremo leste da capital paulista. Um bom trajeto a pé, metrô, troca de linha, troca de linha de novo, toma o trem na luz e depois uma pequena caminhada. Mais ou menos uma hora e meia o tempo entre a minha casa e o destino final.

A etnografia que desenvolvi teve como ponto central de observação um salão masculino. Foi ali que especifiquei meus interlocutores e sujeitos principais da pesquisa. Foram alguns meses de idas a campo frequentes, que me revelaram muito sobre o cotidiano, não apenas do salão, mas da periferia de São Paulo⁹. E foi na frente desse salão que o roubo aconteceu.

Cheguei ao salão com um sorriso no rosto, afinal, fazia algum tempo que não via os meninos. Cumprimentei todo mundo e me sentei em uma das cadeiras de espera. O clima estava alegre. Começamos conversando amenidades cotidianas como “como você tá? E a família? Ta em São Paulo ainda? Ta sumido, mano!”. Jarbas, um dos barbeiros, 21 anos, estava sem cliente, sentado ao meu lado. Foi aí que começamos a dialogar sobre o ocorrido.

A história central se passou em um dia na saída do salão. Geralmente o salão é fechado por volta das 8 da noite, com Candinho¹⁰, o dono do salão e tio de dois dos três outros cabeleireiros. Sessenta e poucos anos, ele é um dos que sempre fecha o salão. Com ele, pelo menos mais um ficava incumbido de trancar a grade porta de ferro ao anoitecer. Neste dia, porém, calhou, por motivos que não me souberam explicar, de estarem Jarbas e Gabriel junto com ele. Ao que parece, Candinho daria carona para casa aos dois.

Quando comecei a fazer pesquisa no salão do Tio Candinho¹¹, o seu carro era um Ecosport prateado modelo 2011, que ficava sempre estacionado o mais próximo possível do salão. Antes do final do ano de 2015, ao quitar os parcelamentos referentes a este carro, Candinho decidiu trocá-lo, dando-o como entrada e tomando novo parcelamento para o carro novo. Aliás, a compra do novo carro, um Toyota Corolla branco, 0 km, foi motivo de intensos debates entre os garotos do salão, que tentavam estabelecer qual seria a melhor compra¹². Estes empreendimentos são cercados de simbologias e signos que afetam muito mais os indivíduos mais jovens. Se dependesse de Fernando, sobrinho de Candinho e também cabeleireiro no salão, o carro a ser comprado, pelo mesmo valor, deveria ter sido uma BMW modelo 2012.

Um leitor desavisado pode achar surpreendente um morador da periferia de São Paulo ter um carro de alto valor. No entanto, é importante informar que, apesar

9 É importante tomarmos ciência que o termo periferia, embora amplamente divulgado e utilizado, não consegue explicar muita coisa. Quanto mais estudamos e produzimos conhecimento confiável acerca das realidades citadinas, mais temos o dever de lembrar que o termo periferia não dá conta da complexidade que ele pretende explicar

10 Todos os nomes foram mudados.

11 O salão, como a maioria dos salões do bairro, não tem nome. Com o tempo, passei a chamar carinhosamente de salão do Tio Candinho

12 Estas duas situações, a do endividamento constante pelo carro e a simbologia da escolha deste, principalmente pelos indivíduos homens mais jovens, é interessante e certamente estará presente em trabalhos vindouros.

de não ser a regra, também não é a exceção. O carro, além de importante marcador social, é um signo compartilhado pela maioria das pessoas, independentemente de local de moradia ou salário. O lugar do carro na vida do brasileiro é de destaque, sendo ele parte importante do projeto de vida das famílias e imprescindível na sua relação com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro¹³. Sendo assim, não é difícil pensar que as pessoas empenham esforço para terem carros confortáveis.

Saindo do salão, os três foram em direção ao carro, que não estava mais que 20 metros. Ao entrarem no automóvel, Candinho no volante, Jarbas na frente e Gabriel atrás, foram interpelados por três elementos descapuzados e armados, que lhes renderam e levaram o carro em disparada.

Enquanto Jarbas ia me contando esta história, os outros envolvidos, mas também Fernando, que já sabia do ocorrido e participou dos procedimentos pós-roubo, também encaixavam algumas falas. De início, a primeira coisa que me chamou atenção foi a hora do roubo. Já transitei pelas ruas do bairro até mais tarde que 20 horas, e os espaços públicos ainda tem movimento considerável. No entanto, isto não foi empecilho para a “fita” ter sido feita.

O relato é simples. Enquanto entravam no carro, dois homens e uma mulher, dois deles armados, esperaram Candinho entrar. Nesse momento, colocaram a “peça” na sua cabeça e mandaram-no descer. Os outros dois foram pelo lado direito do carro, rendendo Jarbas e Gabriel. Candinho me contava, também, como era desesperadora a sensação de ter uma arma apontada para sua face. Com todos rendidos e fora do carro, os assaltantes fugiram pelas ruas de São Paulo.

Enquanto a história se desenrolava, surgiu uma discussão, que me pareceu já ter sido debatida muitas vezes antes, sobre o caráter do roubo. Alguns defendiam que era algo que vinha sendo estudado, outros estabeleciam que foi no calor do momento que tomaram a decisão. Ao que tudo indica, e parece que esta foi uma conclusão mais ou menos aceita, os assaltantes passaram pelo menos alguns dias entendendo o movimento, para então concluírem o roubo.

Desde as primeiras vezes que fui à campo neste bairro de São Paulo, sempre ouvi que não se podia ter moto, pois elas eram inevitavelmente roubadas. O tom destes discursos era exatamente o de um destino traçado, que não poderia ser mudado por ninguém: ter moto na quebrada não dá. Até o carro do Candinho ser roubado, eu não tinha tido nenhuma notícia de roubo de carro pelas redondezas.

13 A indústria automobilística é importante para o modelo de desenvolvimento brasileiro por ter uma cadeia produtiva bastante ampla, e impulsiona grandes ganhos também para terceiros, sejam seguradoras, seja todo o mercado ilegal que envolve os carros, como roubos, furtos, desmanches, autopeças, golpes, etc, movimentando bilhões de reais todos os anos.

A REAÇÃO

A ideia de reação assumida por mim não tem a ver com o assalto em si, mas com a tentativa de reaver o carro. Neste sentido, qual seria o procedimento a ser seguido? Na verdade, como disse, são vários, agravados ou atenuados por diversos fatores. A ideia de um modo de proceder geral, normativo, neste caso não se aplica.

Então, neste caso, fujo da ideia de proceder, mesmo que, de alguma maneira, ela esteja intrincada dentro da ação dos meus interlocutores, pois se relaciona intimamente com uma das instâncias normativas de poder que estas populações estão inseridas. Neste sentido, prefiro ficar com a palavra genérica *agenciar* para estabelecer os procedimentos de Candinho, mas tendo a noção exata de que este agir está intimamente influenciado pela disseminação discursiva do crime e, portanto, do proceder¹⁴.

De fato, eu estava muito interessado em saber como haviam agido os rapazes depois do assalto. Quais teriam sido as atitudes a serem tomadas para tentar recuperar o carro? E essa curiosidade está marcada justamente no conhecimento teórico sobre os modos de agir nas periferias¹⁵. A interpelação sobre o pós-roubo só me foi referenciada pelo conhecimento prévio do que poderia ter acontecido, ou seja, por eu saber que certas ações são possíveis e até mesmo prováveis.

Eu estava de pé enquanto ouvia todos falando do acontecido. Primeiro ouvi a versão geral no meio do burburinho que havia se instaurado com a narrativa. Depois do assalto, parece, Gabriel foi para sua casa, onde morava com sua esposa e sua filha, e Candinho e Jarbas, tio e sobrinho, foram para a casa de Candinho. Lá chegando, Fernando já tinha tomado conhecimento do fato e também tinha ido para lá. Candinho subiu com um dos seus irmãos até a delegacia mais próxima para dar queixa, enquanto o resto da família ficou em sua casa.

A primeira versão do acontecimento que assimilei foi esta, absolutamente resumida e cheia de omissões. No entanto, com o passar do tempo, ao fazer algumas perguntas e, depois, ao conseguir conversar com cada um individualmente, pude tomar ciência com uma riqueza maior de detalhes sobre todo o processo de tentativa de recuperação do carro.

Avisar a polícia que o carro foi roubado, isto é, fazer um boletim de ocorrência, foi a primeira atitude de Candinho. Talvez ele não saiba, mas a taxa de recuperação pela polícia de veículos roubados em São Paulo é de quase 50%, portanto parece

14 A ideia de agência está intimamente ligada com uma ação reflexiva influenciada, mas não determinada pela estrutura.

15 Gabriel Feltran fala disso e utiliza exemplos de modos de agir em seu texto FONTE

uma boa ideia contatá-los¹⁶. No entanto, essa taxa representa o número de carros encontrados, estejam abandonados ou não, mas não representa o número dos roubos, assaltos ou furtos resolvidos.

Contatar a polícia caso o carro seja roubado aumenta o leque de chances para atingir o objetivo final. E isto foi feito. Candinho tinha um carro 0 km, em dia e segurado, portanto não havia qualquer empecilho prático/burocrático para não lançar mão do Estado, ou seja, da norma institucional, como um dos braços do movimento de recuperação do bem.

Perguntei a Candinho sobre a família, como foi dar a notícia, mas as suas preocupações e reações foram muito evasivas, assim como as de todos os outros. De fato, sua esposa quis ir com ele tentar resolver este problema, mas foi prontamente impedida de prosseguir. Segundo Candinho e os meninos, não é para mulher resolver este tipo de problema. Aí reside uma representação bastante difundida de masculinidade, que tem a ver com regulação das emoções e uma cisão do mundo entre “coisa de homem” e “coisas de mulher”. No limite, se a esposa de Candinho tivesse sido assaltada, o agenciamento das práticas para a recuperação do veículo teriam sido feitos por Candinho.

Já chegava perto das 22 horas quando Candinho, sem a companhia de nenhuma mulher, conseguiu sair da delegacia. Era este o momento de continuar pondo em prática os procedimentos para tentar recuperar o carro. Uma vez acionado o Estado, ele e seu irmão buscariam auxílio em outra instância. Fernando, do outro lado, falou que eles tinham ido ao escadão. Entendi a situação e pedi detalhes ao Candinho.

Geralmente, quando o assunto é o escadão, as conversas são um pouco evasivas. Fernando disse que “no escadão tem um pessoal que fica parado lá e que conhece os irmãos”. Uma conversa que lembra muito o ditado “eu conheço alguém que conhece alguém”. E assim, não se sabe ao certo quem é ou não irmão, mas ali é um ponto de interlocução e acesso ao “mundo do crime”.

Toda essa conversas se passava em um dia de bom movimento no salão. E eu estava conversando com o Candinho na beira da entrada, de pé, encostado na vidraça, ao lado do Fernando, que terminava um corte. Boné vermelho dos Canadiens¹⁷, chinelo e calça Saruel, que virou moda de uns tempos pra cá.

“É, Greg, eu fui lá no escadão falar com os caras, passar a caminhada¹⁸”. Candinho e seu irmão seguiram até o escadão para informar ao “movimento” o

16 Inserir o dado de referência

17 Time de hóquei no gelo pertencente à liga NHL.

18 Explicar os acontecimentos, passar um relatório.

que havia ocorrido. Estes indivíduos tomaram o telefone e ligaram para a sua rede, passando a caminhada. Depois de informarem as características do carro e todos os detalhes que Candinho lhes havia passado, um dos indivíduos frisou: “vamos ficar atentos que é o carro de um dinossauro aqui”. Desta forma, Candinho, ao ir até o escadão, mobilizou uma rede de pessoas que agora ficariam de olho pelas ruas, becos e vielas das quebradas, na expectativa de encontrar o carro roubado.

É importante salientar que Candinho mudou-se para o bairro há muitos anos. Apesar de ter família baiana, veio migrante do Paraná. Chegou a São Paulo em meados dos anos 70 e voltou para terra natal. Tornou a vir para São Paulo, ainda na década de 1970 e está instalado no bairro há pelo menos 35 anos. Candinho não tem ligação com o mundo do crime, mas é conhecido pelas redondezas. Ele é, portanto, um “dinossauro” na região, e tem o respeito de muita gente. Dessa forma, não é necessário ser “do crime” pra ter respeito, tampouco se deixa de mobilizar certas instâncias por ser ou não da igreja. Todas estas afirmações são mutáveis e situacionais, e isso parece estar claro. No entanto, a ideia de instância normativa se aplica de modo contumaz no universo empírico, estando relacionadas, também, à normalidade com que essas ações são assimiladas por todas as pessoas.

Fernando, ao meu lado, já da risada e fala que Candinho é um dinossauro mesmo. Todo mundo sorri, inclusive os clientes. Fernando finaliza o corte de cabelo do cliente, recebe o dinheiro, ainda com um sorriso no rosto.

- Fernando, você tem carro. Não tá em dia, não tem seguro. Se te roubam, o que você faz?, perguntei a ele.
- Vou na polícia, respondeu sem pestanejar.
(Trecho dos diários de campo, adaptado)

Esta passagem explica bem a ideia dos vários modos de agir¹⁹ dentro de determinada situação²⁰. Fernando falou que preferiria não envolver o “mundo do crime” nesta situação, que sempre procura não depender disso. Com certeza, falar sem que a situação se dê de maneira concreta é mais simples. Talvez se o seu carro fosse realmente roubado, Fernando acabaria se valendo dos recursos que tem ao seu alcance. Mas, a priori, esta prerrogativa não seria utilizada. Esta passagem também exemplifica a normalidade e a normatividade destas situações, como dito anteriormente.

19 A palavra agir e as ideias de ação e agência suscitam um sem número de modos de análise teórica, de variados pontos de vista. Neste artigo, não entrarei nesta discussão. Pensemos, aqui, apenas que as ações tem agência do indivíduo e da estrutura.

20 Hirata (2006) também mostra as diferenças de modos de agir em diferente locais.

Mas cadê o carro, Candinho, perguntei sorrindo. Não estou vendo ele daqui. Candinho, meio cabreiro, disse que agora deixa o carro em um estacionamento ali perto, que é gratuito e tem muita gente olhando. E como foi que encontraram, perguntei curioso, atentando para compreensão de quem teria localizado. (Trecho dos cadernos de campo)

Essa parte da história é mais obscura, porque, por certo, não há como termos confirmação factual de quais foram as forças que levaram o carro a ser encontrado. Pode ter sido qualquer uma das instâncias mobilizadas. No entanto, quem ligou para Candinho foi a polícia, que contabilizara mais uma recuperação de carro sem resolução do crime. O carro foi encontrado em uma ruela pros lados do Itaim, por volta de uma hora da manhã, intacto, sem nenhum arranhão e nada roubado.

- É, tio Candinho. Graças a deus achou sem maiores problemas
- É, Greg. Mas eu to com medo de eles voltarem, porque tão com a chave.

O medo de Candinho se concretizou. Algum tempo depois, seu carro foi furtado e, quando recuperado, não tinha nenhuma marca de arrombamento. Tudo indica que foram os mesmo ladrões que roubaram seu carro pela segunda vez. Depois de tê-lo achado novamente, Candinho passou a ir trabalhar a pé até trocar a fechadura do automóvel.

RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo essencialmente empírico, trago para o leitor, neste artigo, algumas manifestações e atitudes tomadas por pessoas comuns, moradoras de periferia, quando se tem um bem material de alto valor roubado. Neste acaso, roubado a partir de um assalto a mão armada. Neste caso, os Estado e o mundo do crime foram acessados na perspectiva de tentar solucionar o problema.

Ao acessar o mundo do crime para tentar desvelar um crime, algo que soa como um paradoxo à primeira vista, Candinho está pactuando com a ideia do proceder, já descrita muito bem por Marques. Um ladrão que rouba na quebrada está faltando com o proceder. Desta forma, a atitude de Candinho pode ser lida como uma busca de ajuda nos “bandidos com proceder” para solucionar seu problema. Essa atitude não é necessariamente compartilhada por todos os moradores, tampouco aprovada, mas parece ter um caráter de normalidade, justamente pela normatividade das práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIONDI, Karina. **Junto e misturado em prol do comando: reflexões acerca da imanência e transcendência no PCC**. 32º Encontro Anual da Anpoc, Caxambu, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **Dados**, v. 48, n. 1, 2005
- DAS, Veena. O Ato de Testemunhar: Violências, Gênero e Subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 37, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a02n37.pdf>
- ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsides**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Jorge zahar: Rio de Janeiro, 1994.
- FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**. Salvador, v.23,p. 59-74,jan/abr. 2010
- GRILLO, Carolina. **Coisas da Vida no Crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, D. No meio do campo: o que está em jogo no futebol de várzea. In: TELLES, V.S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade**. Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p.243-90.
- MARQUES, Adalton. 2006. **“Proceder”**: “o certo pelo certo” no mundo prisional. Monografia (Graduação em Sociologia e Política). Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- _____. 2007. **“Faxina” e “pilotagem”**: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. Trabalho apresentado na I Reunião Equatorial de Antropologia, Aracaju.
- _____. 2009. **Crime, Proceder, Convívio Seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação em Antropologia, FFLCH, USP.

MARQUES, Vagner. **A favela do tijuco preto, o PCC e a simbiose com o pentecostalismo**. Acessado em <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/401/442>

ZAMBON, Gregório. **A Cidade é Muita Cidade Dentro: Brasília, Ceilândia e a territorialização do Distrito Federal**. Monografia de conclusão de graduação, UnB, 2013.

PRODUÇÃO DE CORPOS E CATEGORIAS DE PESSOAS NOS FLUXOS DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA

Sara Vieira Antunes

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado
em Antropologia na área de Antropologia Urbana, pela
orientação de Ronaldo Almeida. Bolsista CAPES.
saraantunes13@gmail.com

RESUMO

Este artigo oferece uma reflexão sobre as formas pelas quais pessoas presas em uma penitenciária feminina produzem corpos e definem categorias de pessoas a partir de diferentes entendimentos sobre sexo, gênero e desejo. Através do trabalho de campo realizado entre celas do castigo de uma penitenciária feminina foi possível entrar em contato com uma série de enunciados, performances e produção de corpos que evidenciavam não práticas coerentes e identidades fixas, mas a fluidez e dinamismo

com que eram vivenciadas e significadas. Dessa forma, amparada em discussões teóricas sobre gênero e sexualidade, bem como nas teorias desenvolvidas e enunciadas pelas/os interlocutoras/es de pesquisa, verificou-se como práticas e vivências de sexo/gênero são cotidianamente negociadas, torcidas, variáveis de acordo com intenções e mutáveis através do tempo.

Palavras chave: Prisão, Gênero, Sexo, Corpos, Categorias de pessoas

Era uma tarde de fevereiro ensolarada em São Paulo. Meu primeiro dia de visita em uma penitenciária feminina demandava uma vestimenta “adequada” e específica – nenhuma roupa que mostre muito ombros, pernas ou que seja muito justa e nada que se assemelhe ao uniforme das “reeducandas”: camiseta branca, calça ou bermuda amarelo, bege, cáqui ou mostarda. O que não demorei muito a entender é que havia outros cuidados que deveria ter quanto a minha vestimenta, que diziam respeito a uma especificidade das prisões *dominadas* pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) e poderiam influenciar sobremaneira o meu primeiro contato com as/os presas/os. Um dos motes fundantes desse coletivo de presos, constituído nas prisões paulistas na década de 1990¹, era a guerra contra a administração prisional e, principalmente, contra a polícia. Policiais e funcionários da administração prisional são inimigos, *coisa*.² Nesse cenário, mulheres circulando na prisão com calça jeans azul, tênis e camiseta polo justa eram assimiladas como *senhora* - expressão usada pela/os presa/os para se reportar as agentes carcerárias que, de modo geral, mantém relações de tensão e hostilidade mútua com as/os detentas/os na prisão estudada. Foi depois de uma agitação, seguida de “tem senhora no pavilhão!!!”³ com a minha entrada no pavilhão I ímpar, que entrei em contato com um dos entraves e estranhamentos específicos daquele microcosmo. Deixei de usar calça jeans azul e tênis. O que eu vestia dizia sobre quem eu era. Depois desse episódio, com bastante recorrência me disseram: “Aqui você é o que você tem, o pano que você usa, o boot⁴ que tem no pé”.

Durante um ano de trabalho de campo realizado na Penitenciária Feminina de Santana (PFS), por meio de um projeto de leitura com presas do pavilhão do R.O,

1 Sobre a história e fundação do Primeiro Comando da Capital, ver Biondi (2009) e Marques (2009).

2 *Coisa* ou *verme* são geralmente tratados como sinônimos e referem-se ao “inimigo” do PCC. De modo geral são pessoas de outras “facções”, funcionários da segurança pública, delatores ou pessoas que cometeram crimes rechaçados pela população carcerária, como estupro, infanticídio, matri ou parricídio. No entanto, importante sublinhar que essas categorias são contingentes e negociadas

3 Nas prisões *dominadas* pelo PCC, agentes carcerários não podem circular dentro dos pavilhões, entrando apenas nos momentos de contagem e tranca (abertura e fechamento das celas).

4 “Boot” é uma expressão utilizada por minhas(meus) interlocutoras(es) para se referir a tênis.

*castigo e trânsito*⁵, pude entrar em contato com uma diversidade de códigos que dizem respeito a regulação de comportamentos, corpos, relações e conflitos. A recorrência da frase “aqui você é o que você tem, o que você veste” parecia repercutir não apenas nas relações de troca, favores, afeto, desejo, como na configuração e distribuição das pessoas pelos ambientes. Os andares da prisão ganhavam valor sócio-econômico: Quanto maior o andar, mais próximo “da cobertura”, isto é, maior o poder aquisitivo das/os presas/os que ali habitam. O último andar, “a cobertura”, é o das “mina do crime”, as *irmãs do Partido*⁶, onde estão as maiores celas, as melhores condições de habitação. Ali é lugar interdito para uma pesquisadora, para uma agente da Pastoral⁷. Mas era no *castigo*, ambiente em que meu trabalho acontecia, que eu as encontrava.

Foi nesse lugar esquecido e inóspito, “o *pote*”, como chamam, onde realizei meu trabalho pela Pastoral e como pesquisadora. Meu trabalho consiste em entregar livros de doação para as/os presas/os do *castigo*, pegar o contato de amigos e/ou familiares para avisá-los do ocorrido, uma vez que a administração não se responsabiliza em comunicar os familiares da reclusão – que as impossibilita de receber visitas, cartas e *jumbo*⁸ –, e entregar envelopes, papéis, selos e caneta para escreverem cartas. Basicamente, o projeto busca estimular a leitura, amenizar a ociosidade nesse período de *castigo*, bem como promover a comunicação entre dentro e fora da prisão.

Foi especialmente no *pote*, conversando por entre a boqueta⁹ das celas, que conheci as mulheres e os homens presos naquela instituição. Foi lá que ouvi relatos sobre os fluxos da prisão, sobre a divisão dos andares, a constante redistribuição das pessoas pelos pavilhões e entre penitenciárias; foi também onde compartilhei relatos de amores, flertes, saudades, brigas, disputas, tristezas, suicídio.

Em um dos relatos sobre amores e flertes na prisão tive meu primeiro contato com a percepção de que na prisão feminina havia homens. Zóio, presa no R.O, ao me contar sobre um flerte que estava tendo na prisão, dizia: “É com aquele ladrão do pavilhão III, o Dedé”. A partir dessa fala pude perceber que o flerte de Zóio

5 O castigo é formado por um conjunto de celas onde ficam, em cada uma, uma média de 2 a 7 presas isoladas de 10 a 30 dias, sem banho de sol, devido a alguma falta disciplinar. O R.O (Regime de Observação) é o nome dado a todo o pavilhão (chamado “pavilhão do R.O”), mas que diz respeito ao primeiro andar, onde ficam presas (teoricamente) em tratamento psiquiátrico ou em recuperação de alguma doença, uma vez que a enfermaria fica logo em frente ao pavilhão. Nos segundos andares ficam, ao lado esquerdo, celas do castigo, e ao lado direito, celas do trânsito, onde ficam presas que estão temporariamente naquela penitenciária.

6 Irmãs e irmãos são pessoas batizadas pelo PCC. São o próprio PCC. Partido, Comando e Quinze são sinônimos para PCC.

7 O projeto pelo qual me inseri na PFS, realizado conjuntamente com Vera, voluntária na Pastoral, é organizado pela Pastoral Carcerária em parceria com a Koinonia, ambas instituições não governamentais sem fins lucrativos que realizam trabalho voluntário em instituições prisionais no Brasil. Nesse sentido, sou interpelada ora como agente da pastoral, ora como pesquisadora.

8 Jumbo refere-se às sacolas com alimentos, produtos de higiene, limpeza, roupas, cigarros (entre outras coisas) levados pelas visitas às pessoas em cumprimento de pena.

9 Boqueta diz respeito a qualquer abertura em paredes divisórias para passagem de objetos ou atendimento.

não era apenas com uma mulher que se vestia e cortava os cabelos de acordo com atributos socialmente vinculados ao masculino. Essas eram pessoas identificadas e nomeadas no masculino, autorreferenciadas no masculino. Eram os *sapatões*, os homens da prisão. No entanto, o convívio com os *sapatões*, seja no R.O ou *castigo*, foi fundamental para perceber uma série de deslocamentos, (re)articulações e negociações estratégicas na produção dos corpos e do gênero. Além de *sapatão*, categorias como *mulheríssima*, *entendida*, e lésbica eram mobilizadas em processos de diferenciação que conferiam inteligibilidade às práticas, afetos e performances de sexo/gênero na prisão. Bagunçando as categorias binárias homem e mulher, masculinidade e feminilidade, respectivamente, as categorias articuladas pelas/os minhas/meus interlocutoras/es criavam possibilidades de trânsito e fluidez nas matizes do sexo/gênero.

Assim como mostrou Facchini (2008) em seu estudo sobre práticas homoeróticas entre mulheres na cidade de São Paulo, a produção de categorias de classificação como “sapatão”, “entendida”, “dyke”, “lésbica” remete a processos de materialização e de produção de subjetividades, no intuito de tornar suas práticas, desejos e corporalidades inteligíveis, bem como de produzir possibilidades de sua vivência. A autora reflete como tais categorias, apesar de se pautarem em convenções que citam a heterossexualidade, também a deslocam, lançando luz a falsa impressão de coerência e estabilidade dessas identidades.

Em meu trabalho de campo na PFS, tive contato com uma série de situações e relatos que foram feitos sobre a diversidade de categorias designadas para dar forma e sentido as relações e corpos que ali circulavam. Como já dito, o *sapatão* é descrito como o “homem” da prisão, uma vez que corporifica atributos socialmente vinculados ao masculino, como vestimentas (em geral usam cuecas, bermudas ou calças largas, camisetas soltas, tops ou faixas que reduzem o tamanho dos seios), corte de cabelo (cabelos bem curtos ou raspados, muitas vezes com designs feitos com gilete, com as quais também fazem pequenas falhas nas sobrancelhas), trejeitos e gestualidades associadas a uma performance masculina, e uma série de expectativas quanto a sua atuação no flerte – de que seja “ativo”, corteje, dê presentes e tenha uma certa “voracidade sexual”. De forma geral, também têm o corpo bastante tatuado, um marcador da vivência na *cadeia* – prática bastante comum em instituições penais, com o uso de máquinas profissionais ou objetos improvisados para tatuar.

As falas nos relatos das/os minhas/meus interlocutoras/es apontavam para algo próximo de uma gradação dessas categorias, partindo do gênero mais masculino para o mais feminino: *sapatão*, *entendidas*, lésbicas e, por fim, *mulherís-*

simas. Em relação aos termos *entendida* e lésbica, os relatos variam e muitas vezes se contradizem, mas, de forma geral, *entendidas* são descritas como mulheres que usam vestimentas percebidas como masculinas (cueca, bermuda, etc), mantêm seus cabelos compridos, são referenciadas no feminino e se auto identificam no feminino, mantendo seu nome civil. No entanto, de forma geral, assumem posturas e gestualidades tidas como masculinas e, assim como os *sapatões*, suas performances e práticas nas relações erótico-afetivas são socialmente vinculadas ao masculino. As lésbicas, por outro lado, são descritas como mulheres que gostam de mulheres, não havendo muitas descrições quanto a vestimenta, gestualidade e postura nas relações erótico-afetivas. No entanto, pude observar entre as mulheres que se identificavam como lésbicas atributos estéticos e gestualidades identificáveis como femininas, porém uma feminilidade “comum”, isto é, não eram marcadas por uma “hiperfeminilidade” (LACOMBE, 2007)¹⁰, como é o caso das *mulheríssimas*.

As *mulheríssimas*, portanto, são identificadas como mulheres que apresentam atributos marcadamente femininos, algo como uma “hiperfeminilidade”, tanto nas vestimentas (shorts curtos, calças justas, blusas que aparecem a barriga), na estética (cabelos compridos, soltos, maquiagem, adornos como brincos, colares, pulseiras, presilhas de cabelo), como nas relações erótico-afetivas (sensualidade e “passividade”).

A produção dessas categorias, tanto pelos interlocutores quanto pelo antropólogo, no momento em que são sistematizadas e descritas, correm o risco de passar a falsa impressão de substância, de que são identidades estáveis e completas. Como alerta Facchini (2008), é ilusório acreditar na coerência e fixidez dessas categorias, uma vez que sujeitos são seres em constante devir, são sujeitos fragmentados, em processo. Mais do que isso, é preciso levar em conta a série de articulações e negociações estratégicas que são feitas cotidianamente das nossas “identidades”, que se transmutam e são afetadas de acordo com as relações estabelecidas, os lugares, experiências e vivências pelas quais passam, cujos efeitos atravessam e modificam os sujeitos.

Cris é um *sapatão* com o qual já me deparei ao menos quatro vezes no *castigo*. Jovem, brincalhão, bem-humorado, me contava de suas peripécias amorosas, cada vez que o encontrava no *castigo* estava casado com uma nova mulher. Cris me relatou

10 A ideia de “hiperfeminilidade” e “hipermasculinidade” nas práticas erótico-afetivas entre mulheres advém da expressão *butch-femme*, utilizada na literatura internacional para se referir a uma “subcultura” norte-americana associada a bares frequentados por lésbicas de classes trabalhadoras entre as décadas de 1940 e 1960. As *Butch* seriam “mulheres que se sentem mais confortáveis com estilos, códigos e identidades genericamente masculinas do que com àqueles femininos” (HALBERSTAM, 1998:120), e as *femme* configurariam o exato oposto, formando um par “heterossexual” entre “hiperfemininas” e “hipermasculinas”.

que desde pequeno é menino. Sempre se comportou como tal, só brincava com os garotos da rua e desde muito cedo percebeu que se sentia atraído por meninas. “Eu sempre fui assim, meu pai até falava que eu era o filho homem que ele nunca teve”. Quando perguntei se já havia alguma vez se relacionado com um homem, respondeu com repúdio – “de jeito nenhum, eu hein, gosto é de mulher!”. Fernanda, negra dos cabelos longos e trançados, de bermudas largas e top, que dividia a cela com Cris, ao ouvir a conversa entreviu, dizendo que aprendeu a gostar de mulher na *cadeia*, mas que agora “pegou gosto na coisa”. Disse que é *entendida*, em suas palavras, não é *sapatão*, mas é “ativa” na relação, “cumpre o papel do homem”. De forma geral, não apenas no discurso de Cris e Fernanda, minhas/meus interlocutoras/es dão sentido a sua prática sexual em termos polares, no que dizem ser “papel do homem no sexo” e “papel da mulher no sexo”. No contexto da conversa, Fernanda explicava que *sapatão* e *entendida* são “ativos” e, as *mulheríssimas*, passivas. Para Cris, “sapatão que é sapatão não se deixa ser tocado”. Explicou-me da seguinte forma: “Homem que é homem de verdade aceita fazer fio-terra? Isso é coisa de gay! Então, eu lá vou deixar colocarem o dedo ou qualquer coisa em mim? Não! Sapatão que é sapatão mesmo é homem, não ‘dá’ de jeito nenhum, não fica pelado, não deixa que toquem”. Em seguida Fernanda complementou: “Quando a gente transa, vai assim mesmo, de samba canção e top, porque imagina se você vai com os peitos pra fora, a mina já vai querer pegar, apalpar. E eu hein, sai fora, se quiser alguém apalpando meu peito vou transar com homem”.

As falas de Cris e Fernanda apontam para um deslizamento entre sexo/gênero e prática sexual. Enquanto o *sapatão*, neste contexto, cita uma “matriz heterossexual compulsória” (BUTLER, 2015), uma vez que o sexo/gênero em questão aponta para um desejo sexual orientado ao sexo/gênero oposto, as *entendidas* torcem e complicam essa matriz aparentemente coerente. Entendem e se auto identificam enquanto mulheres. Contudo, apresentam uma performance sexual assimilada como masculina e seu desejo não é unilateralmente orientado. De forma geral, as *entendidas* – diferentemente das lésbicas – dizem que gostam de se relacionar erótico-afetivamente com homens e mulheres, no entanto, a partir de performances sexuais bastante distintas, assumindo uma postura enunciada como “ativa” com mulheres e “passiva” com homens.

Em outro episódio em que conversava com dois *sapatões*, Jacaré e Duda, estes me explicavam que em geral as lésbicas são *flex*, isto é, são tanto “passivas” quanto “ativas” no ato sexual, não havendo um marcador muito rígido de masculinidade ou feminilidade, no sentido de sua performance estética e corporal. Diziam – em tom acusatório – que, no entanto, havia muitos *sapatões* e *entendidas* que “botavam banca”,

mas que, “na hora H, viravam mulherzinha”, ou seja, assumiam uma postura que postulavam ser “passiva”.

Os discursos de Fernanda, Cris, Jacaré e Duda demonstram a tentativa de dar sentido e inteligibilidade as práticas e vivências da sua sexualidade (e da dos outros), a partir de certas configurações culturais e normativas do gênero. A corporalidade e performance sexual são então materializadas através da repetição ritualizada das normas de gênero, tornando-as “viáveis” no interior do domínio da inteligibilidade (BUTLER, 1999:153). Contudo, apesar do esforço discursivo em balizar suas vivências sob quadros normativos de gênero, a convivência e escuta dos diversos relatos de homens e mulheres nesta penitenciária mostraram-me a complexidade, fluidez e dinamismo das vivências e práticas de sexo/gênero. As categorias mobilizadas, apesar de demonstrarem certa coerência e fixidez, aparecem como constantemente negociadas, torcidas, variáveis de acordo com intenções e mutáveis através do tempo.

Ao discutir sobre as relações e vivências ligadas às “vidas transgênero” (*cross-gendered life*), Butler (2004) sublinha a complexidade e impermanência dessas categorias: algumas envolvem vestir-se de outro gênero, ocasional ou diariamente; outras envolvem viver plenamente em outro gênero, mas sem a demanda de mudança de sexo; outras envolvem hormônios, cirurgias, intervenções, e a maioria envolve uma ou mais das anteriores. Além disso, a orientação do desejo dessas pessoas independe da maneira pela qual elas corporificam e vivenciam atributos socialmente vinculados ao masculino ou feminino – a correspondência entre sexo, gênero e desejo não passa de uma ilusão. De acordo com Butler, a narrativa de pessoas “transgênero”

não são capturáveis por uma categoria, ou podem apenas ser capturáveis por uma categoria em um período de tempo. Histórias de vida são histórias do se tornar (becoming). Mudanças na persuasão sexual podem se dar em resposta a parceiros particulares, de forma que as vidas, trans ou não, nem sempre emergem como coerentemente heterossexuais ou homossexuais, e o próprio significado e experiência vivida da bissexualidade pode também mudar através do tempo, formando uma história particular que reflete certos tipos de experiência em vez de outras (Ibdem: 80 – tradução livre).

A experiência da sexualidade vivida por Fernanda adquiriu novos sentidos e contornos após sua entrada na Penitenciária. Em um cenário de categorias sexuais flutuantes, Fernanda deu sentido as seus desejos e práticas enquanto mulher, enquanto *entendida*, enquanto bissexual. Continua casada com seu marido, que faz visitas esporádicas e diz que quando voltar para a *rua*, pretende voltar a morar com seu marido e continuar a se prostituir.

Cris alega que sua vivência enquanto *sapatão* é muito anterior à prisão,

“sempre foi menino”, “sempre gostou de mulher”. No entanto, acusa muitos outros *sapatões* de não “serem sapatão de verdade, de só serem homem na cadeia. É colocar as pernas para fora que já deixam o cabelo crescer, colocam uma saínia e vão para o forró ‘dar’ para homem”. O tom acusatório dessas falas – assim como as de Jacaré e Duda – demonstram existir uma série de incongruências e contradições na prática e vivência das categorias de sexo/gênero por eles enunciadas. No entanto, essas contradições estão sempre “no outro”, afirmando-se a si próprios enquanto protótipos claros e coerentes das categorias que preconizam.

As matizes de possibilidades da vivência de sexo/gênero na prisão estudada abrangem uma grande diversidade de experiências e práticas que, embora muitas vezes pareçam constranger os que não se enquadram coerentemente em tais categorias, possibilitam ou mesmo preveem trânsitos, negociações e articulações entre elas. Nesse sentido, as experiências e práticas corporais que pude observar entre minhas/meus interlocutoras/es, bem como a aparente – e flutuante – orientação dos desejos não pareciam determinar identidades fixas ou comportamentos estáveis ao longo do tempo. Ao mesmo tempo em que pareciam pautar-se nas categorias que preconizavam, bagunçavam seus sentidos, contradiziam-se, reformulavam de acordo com suas intenções naquele momento, com a autoimagem que queriam transmitir de si mesmas, ou de acordo com as referências que usavam para se comparar.

Contrariamente à corrente binariedade de sexo/gênero, essas vidas mostram a potência da multiplicidade de corpos, de desejos, de práticas. O que se vê são matizes de possibilidades e (re)combinações, materializadas através de seus corpos – no que se veste, na performance que assume, na maneira como se colocam diante de relações –, contingencialmente negociadas. “Aqui você é o que você tem, o que você veste”, nesse contexto, para além dos sentidos sócio-econômicos provenientes, comunica que alguém é, torna-se inteligivelmente possível, a partir da maneira como produz estilos, performances, confere nomes e sentidos às suas vidas – vidas em processo, histórias em devir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: Uma Etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade; Trad. Renato Aguiar. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 2015

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge. 2004.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. Nova Iorque: Routledge. 1993.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Nova Iorque: Routledge. 1990

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. (Tese de doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Durham and London, Duke University Press, 1998.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**. Vol 28. Campinas, São Paulo. 2007.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

JOIAS DA FAMÍLIA: TRANÇANDO COMANDOS ENTRE IRMÃS/ÃOS

Natália Corazza Padovani

Pesquisadora Pós-Doc do Núcleo de Estudos de Gênero
Pagu / UNICAMP. Processo FAPESP: 2016/08142-7

RESUMO

Decorrente de minha de pesquisa de doutorado sobre redes de afeto e relações amorosas vivenciadas através de prisões femininas das cidades de São Paulo e de Barcelona, este artigo enfoca a justaposição entre processos de estado e do Primeiro Comando da Capital – também chamado de “PCC”, “partido”, “quinze”, “comando”, “família” – na gestão da vida e das relações de duas irmãs: Denise e Danielle, que cumpriram pena em duas penitenciárias femininas paulistas: a Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e a Penitenciária Feminina de Santana (PFS). Por meio dos usos que ambas fazem das cartas trocadas entre elas e seus maridos e amantes, bem como por meio das produções de documentos escritos

de próprio punho e por mim digitados desde minha casa, sobre os quais eram impressos carimbos e assinaturas que alinhavavam prisão à defensorias públicas e bairros das periferias, é que este artigo será conduzido. A partir destas narrativas e escritas serão analisadas as justaposições entre formas de gestão estatais e das “torres do comando”, ambas fortemente calcadas nas “palavras” e no governo das relações familiares: na gestão dos dispositivos de gênero das relações entre esposas, irmãos e cunhadas, ou das joias da família.

Palavras-chave: Gênero, processos de estado, prisões, PCC e afetos

Desde que Danielle havia sido transferida para a Penitenciária Feminina de Santana que eu tentava em vão falar com ela. Danielle assumira ali, um dos postos de “disciplina” do pavilhão e não tinha mais tempo para conversar no pátio, não podia mais fazer fofoca fumando um cigarro, sentada no balanço. Agora ela sempre estava ocupada resolvendo umas “fitas”, uns “trâmites”. Lembra-me que, quando a conheci, em outro sábado no pátio de outra penitenciária, ela me disse que não queria ser “pilota”, não queria ser encarregada de administrar as relações, os comércios e os problemas das presas de seu pavilhão. “É muita responsabilidade, muita pressão”. Danielle gostava de escrever cartas e as escrevia a seu marido e para mais alguns outros homens. Para cada um deles, Danielle tinha um nome, uma vida e uma foto diferente. Assim mantinha-se ocupada e apaixonada por tantos homens ou até, pelas mulheres que ela construía. Vivia cada caso com o tesão de toda uma única história. E assim era, mas assim não poderia ser na família da qual ela era parte em sangue e em contrato: o Primeiro Comando da Capital.

Danielle é irmã de Denise, ambas são irmãs de alguns “dos homens do PCC”. As duas, desde pequenas, iam visitar primos, tios e vizinhos na cadeia. Era no pátio que elas brincavam de balanço. No pátio de uma das prisões foi, também, onde Danielle conheceu seu marido, pais de seus três filhos, amigo de seus irmãos. Com ele se casou e dele engravidou durante saídas temporárias, liberdades condicionais, fugas. Enquanto marido, irmãos, tios e primos estavam presos, Danielle tocava o negócio da família. Era ela quem pesava a mercadoria, fazia a contabilidade e distribuía papelotes de cocaína que saiam de sua casa no interior do estado para serem levados às várias cidades de São Paulo. Denise, por sua vez, trabalhava em lojas de roupas do centro da cidade enquanto seu marido consertava motos na garagem da casa. A irmã mais nova da família, assim como seu esposo, procurava manter-se distante da empresa doméstica mantida por Danielle, seus irmãos, seu cunhado e sua cunhada, a advogada da família.

Denise buscava criar a filha recém-nascida longe de fóruns, delegacias e penitenciárias. Mas isso não significava deixar de visitar os irmãos nos períodos em

que eles estavam em outras prisões que não a Penitenciária de Presidente Bernardes, unidade de Regime Disciplinar Diferenciado¹ de onde e para onde seus irmãos eram, por vezes, transferidos. De mesmo modo, Denise seguia sendo a melhor amiga de Danielle. Morando em uma pequena cidade a pouco mais de quatrocentos quilômetros da capital, as irmãs estavam sempre juntas. Assim foram presas: juntas na casa de Danielle, em uma quinta feira, enquanto preparavam o almoço.

Havia tempos que a polícia grampeara os telefones da irmã mais velha e, nos fundos da casa, escondidos na edícula, encontraram quilos de cocaína e a balança que incriminariam ambas além do marido de Denise que, naquele dia, almoçava com elas. Danielle assumiu a posse de toda a droga, mas ainda assim, Denise e seu marido foram presos como cúmplices. Era a terceira prisão de Danielle que, dessa vez, foi condenada a pouco mais de quatorze anos de prisão. Era a primeira vez que Denise e seu marido eram presos. Ela foi sentenciada a quase três anos, “cadeia de poeta”, como diria Danielle. O esposo de Denise, por sua vez, foi condenado a cumprir cerca de cinco anos, pois além de estar junto das irmãs na casa em que a droga e a balança foram encontradas, sua voz constava em registros de escutas telefônicas que partiam de uma das prisões onde estavam, naquele momento, seus cunhados: irmãos de Denise e Danielle, além do marido da irmã mais velha.

Para esta mesma prisão ele foi, também, encaminhado para cumprir a pena sob a acusação de formação de quadrilha e envolvimento com o tráfico de drogas. Denise e Danielle foram levadas ao segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital o qual era então chamado pelas pessoas presas nos demais pavilhões da unidade, assim como pelas agentes pastorais e funcionárias da unidade como o “QG do PCC” (Padovani, 2015). Foi onde conheci as irmãs, no pátio do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital. No dia em que nos conhecemos, durante uma visita como agente da pastoral carcerária, falei a elas sobre minha pesquisa em andamento na mesma unidade. As duas irmãs pediram para serem incluídas na lista

1 O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi sancionado pela Lei 10.792 de 01 de dezembro de 2003 a qual altera a Lei de Execuções Penais – 7.210 – de 11 de junho de 1984 ao elaborar o “programa individualizado da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório”. Este programa refere-se ao regime de prisão fechado, em cela individual, com visitas semanais de duas horas e no máximo duas pessoas, sem contar as crianças, com banhos de sol diários de, também, duas horas. Segundo o artigo 52 da Lei, “§1o O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade e §2o Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando”. Como a própria letra da lei esclarece, o Regime Disciplinar Diferenciado tem como objetivo isolar pessoas acusadas de envolvimento com coletivos ou grupos de presos, chamados de “organizações criminosas, quadrilha ou bando”. Sobre RDD ver: Marques, 2008; Furukawa, 2008; Godoi, 2010; Dias, 2011; Salla, Dias e Silvestre, 2012.

de voluntárias a participarem das entrevistas, o que aconteceu na semana seguinte, quando nos encontramos em uma das salas de aula da escola da PFC para seguir com as nossas conversas.

Denise e Danielle adoravam conversar. “É bom falar as coisas para você: eu falo em voz alta o que ninguém pode ouvir e consigo pensar melhor”, me dizia Danielle quase sempre, depois de nossos encontros durante os quais ela contava de seu marido, mas, também, de seus muitos amantes mantidos, apenas, por meio de troca de correspondências.

Decorrente de minha de pesquisa de doutorado sobre redes de afeto e relações amorosas vivenciadas através de prisões femininas das cidades de São Paulo e de Barcelona, este artigo enfoca a justaposição entre processos de estado e do Primeiro Comando da Capital – também chamado de “PCC”, “partido”, “quinze”, “comando”, “família” – na gestão da vida e das relações de duas irmãs: Denise e Danielle, que cumpriram pena em duas penitenciárias femininas paulistas: a Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e a Penitenciária Feminina de Santana (PFS). Por meio dos usos que ambas fazem das cartas trocadas entre elas e seus maridos e amantes, bem como por meio das produções de documentos escritos de próprio punho e por mim digitados desde minha casa, sobre os quais eram impressos carimbos e assinaturas que alinhavavam prisão à defensorias públicas e bairros das periferias, é que este artigo será conduzido. A partir destas narrativas e escritas serão analisadas as justaposições entre formas de gestão estatais e das “torres do comando”, ambas fortemente calcadas nas “palavras” e no governo das relações familiares: na gestão dos dispositivos de gênero das relações entre esposas, irmãos e cunhadas, ou das joias da família.²

DANIELLE NA ESCRITA: PALAVRAS DE ESQUIVAS E ENVOLVIMENTO COM A FAMÍLIA

Ao ser presa, Danielle foi indicada pelos irmãos do Comando (pelos seus irmãos) para se tornar a “disciplina” do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital. As meninas que “pilotavam”, geriam a convivência do pavilhão antes da chegada de Danielle, conversaram com ela e perguntaram se ela gostaria de

2 O título desse artigo é uma homenagem ao livro de Adriana Piscitelli (2006), “Jóias de Família: Gênero e Parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros”, no qual a autora analisa as redes de parentesco e transações das heranças entre as famílias que configuram grupos familiares, como os Matarazzo e o Grupo Pão de Açúcar no Brasil. Ao fazer essa referência no título do artigo sobre redes familiares e gestão das relações entre irmãos e irmãs do Primeiro Comando da Capital através das experiências prisionais de São Paulo, procuro provocar inquietações acerca das assimetrias de classe que produzem o e são produzidas pelo PCC nas prisões paulistas. O presente artigo é um subcapítulo da minha tese defendida em junho de 2015 no departamento de Antropologia Social da UNICAMP (Padovani, 2015).

assumir o “setor”, uma função administrativa no interior do pavilhão, mas Danielle se esquivou, cuidadosamente, de todas as propostas.

Só quero tirar minha cadeia³ sossegada. É muita responsabilidade essa coisa de disciplina, setor. Tem que cuidar da vida dos outros. Tô tirando a terceira cadeia e tô afim de só arrumar um trampo [trabalho] e ficar de boa. Matar a pena [terminar de cumprir a sentença] e sair daqui. Meu marido vai ter liberdade antes de mim, não posso ficar na cadeia. Sabe o que dizem né? Liberdade do homem com a mulher na cadeia é o fim do casamento. Meu irmão mesmo. Oh só, minha cunhada correu com ele tudo certinho quando ele tava preso, ia visitar, pagava jumbo... Aí ela foi presa. Ele saiu agora da prisão,⁴ faz uns três meses. Já tá casado com outra na rua e minha cunhada nem sabe. Tá na cadeia pensando que é casada ainda. E ela é uma mulher bonita! Já é da família... Mas quem é que vai falar pra ela? Vou ficar louca com meu marido na rua e eu aqui. Vou ficar pensando nisso o tempo todo. Eu já tô sofrendo de ansiedade de saber que ele vai sair antes que eu. Não tem jeito. E ele nunca ficou na rua e eu na cadeia. A gente sempre foi preso juntos e eu sempre saí da prisão antes. Agora vou só matara cadeia, sem envolvimento.

Para Danielle, “matar a cadeia”, matar o tempo da sentença de modo a poder sair da prisão o mais rápido possível para, assim, reencontrar seu marido na rua, significava arrumar um trabalho dentro da penitenciária para remir um dia de sua sentença a cada três dias trabalhados.⁵ Significava não se envolver com a administração do pavilhão para não incorrer no risco de sofrer alguma sindicância por falta grave⁶ e, deste modo, perder tanto o tempo de remição da sentença acumulado quanto boas possibilidades de progressão de pena. Claro que para alcançar seu objetivo de

3 Tirar a cadeia” é uma forma de dizer sobre o tempo a ser passado dentro da prisão. O cumprimento da pena. “Tirar a cadeia”, ao mesmo tempo, agrega uma conotação de malandragem, de ter jogo de cintura para não deixar a cadeia “tirar de você”.

4 Ao todo, Denise e Danielle têm sete irmãos. Cinco homens e outras duas mulheres.

5 Segundo a Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984 – Seção IV Da Remição. Artigo 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1(um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1(um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. A Redação da Lei foi alterada pela Lei 12. 313 de 19 de agosto de 2010, esta nota segue o que está desde então.

6 Segundo a Seção III da Lei de Execuções Penais, subseção II: As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções. Já as falta grave, que podem ser desde incitar uma rebelião até ofender um funcionário da prisão, constam listadas na LEP. Estas implicam na perda do tempo de pena remido por meio de trabalho ou estudo, além do trancamento do processo durante todo o tempo em que a falta está em sindicância – investigação, julgamento e trâmite – pelo juiz da vara de execução. Neste período não há possibilidade de serem pedidas progressões de pena do regime fechado ao semiaberto, por exemplo. Caso a falta grave seja cometida por um sentenciado em regime semiaberto (ou aberto) ele é regredido ao regime fechado. Cabe apontar ainda, que as sanções por falta grave não implicam, necessariamente, em novas sanções penais, quer dizer, na abertura de novos processos criminais. A não ser que a falta grave seja crime como é, por exemplo, a venda de cocaína e maconha dentro dos pavilhões.

sair o quanto antes da prisão, Danielle não poderia participar dos mercados de drogas dentro dos pavilhões para evitar acumular processos criminais que aumentariam, ainda mais, sua pena.

Seguir esta caminhada acética – do trabalho para a cela, da cela para o trabalho – implicava em produzir formas de escapar da rotina que não representassem obstáculos para o objetivo de “matar a cadeia sem envolvimento”. Foi assim que Danielle começou a escrever cartas. Escrevia cartas a seu marido, seus filhos, sua mãe e, também, escrevia cartas para outros homens que estavam em cumprimento de pena em unidades penitenciárias diferentes da que estava o seu esposo e os seus irmãos. Com estes correspondentes Danielle trocava desenhos eróticos e palavras grifadas pelos canetões pretos das censuras das/dos agentes penitenciários. Aos seus destinatários, Danielle remetia gozos, fantasias, penetrações. Tocava-os e era tocada por eles. Ela transava pelas cartas que circulavam de prisão em prisão numa rede de amantes epistolares. Mas Danielle tomava cuidado para que esta não fosse descoberta. Além de ter um nome para cada um de seus amantes, pedia ou comprava fotos das meninas que achava mais bonitas dentro da prisão de modo a enviar uma imagem diferente de corpos rostos que passavam a ser, naquelas relações, seus. Danielle produzia personagens por meio das quais tirava a cadeia em gozos e casos.

Assim, claro que eu não amo eles né. Mas tem uns que querem começar um namoro mais sério, sabe? Querem namorar, fazer planos pra depois da prisão, saber de mim, da minha família. Aí eu termino, paro de responder. Acha? Eles querem namorar por carta, fala que ama, mas nem sabe quem é que tá do outro lado! Sou gordinha, baixinha, mãe de três filhos! Mas eu pego aí umas fotos de umas meninas, umas estrangeiras, umas meninas bonitas. Pra um moço eu mandei a foto da minha irmã. Você viu né? Ela é loira, branquinha... cê sabe. Ah, eu não levo assim muito a sério. Mas levo uns mais que outros. Tem um que mexe comigo, minha irmã que me segurou pra eu não falar meu nome de verdade pra ele, contar tudo. Nossa, eu queria muito! Mas minha irmã me segurou. É difícil... Tô casada há doze anos, mas junto, junto mesmo, os dois fora da prisão, a gente só ficou três anos. E sabe que nem é estranho quando a gente se vê? Sempre parece que a gente se viu ontem. Já ficamos vários anos só falando por carta e era normal. As meninas daqui falam que ficar casada por carta é bom porque elas pensam mais antes de falar [escrever], podem apagar antes de mandar, mas eu não faço assim. A gente briga como se tivesse morando junto. Minha irmã fala: ‘Danielle, aproveita que tá presa e para de brigar com ele, pensa antes de escrever’, mas não consigo. Pra mim sempre é igual.

No casamento de Danielle, as cartas eram “como se tivessem morando juntos”. Elas que compunham, em sua narrativa, o cotidiano e a gramática possível

da relação estabelecida entre duas pessoas que, casadas há doze anos, alternaram períodos nos quais ambos estavam presos, ou ele estava preso e ela na rua, ou ainda, quando não por muito tempo, os dois estavam “em casa”. Na fala de Danielle, as cartas não eram objetos de um período ou de uma contingência sobre a qual se empreendia tempo e produção de “devoção romântica”, de “desejo da relação”. As cartas trocadas entre Danielle e seu marido não transformavam o casamento, vivenciado através da prisão, num “namoro renovado” (Comfort, 2007) tal como suas amigas argumentavam ao dizerem que “gostavam de ficar casada por carta” porque conseguiam pensar melhor antes de escrever e apagar antes de enviar. As cartas que ela e seu marido escreviam eram, antes, objetos de “estar morando juntos”, de estar juntos, “é igual”.

Diferentes eram, portanto, as cartas que ela trocava com seus amantes. Nestas, Danielle empreendia tempo de escrita para tramar se não uma devoção romântica, um desejo de relação. Uma relação montada em palavras e nomes agenciados, inclusive, por meio do mercado de fotos a que Danielle recorria para, enfim, concretizar sua intenção em tirar a cadeia. Desta forma, “matava o tempo” da pena por meio dos casos tramados na tangente de seu casamento e, também, na tangente dos registros de recebimentos e envios das correspondências. Processos documentais a que as cartas eram submetidas.

Danielle não só negociava fotos, mas tinha de negociar os nomes “verdadeiros” de seu pavilhão. Nomes de pessoas que pudessem receber as cartas de seus correspondentes sem que, com isso, fossem criadas pendengas com maridos, namorados, namoradas daquelas que lhe emprestavam/alugavam os nomes e/ou os corpos por meio das fotografias. Em troca de favores, como por exemplo, minutos de uso do seu aparelho de celular, Danielle pedia emprestado para umas os nomes, para outras, as fotos. Tramava personagens por meio de atributos e corpos que ela considerasse desejáveis – “branquinhas”, “loiras”, “magras”, “bonitas” – e nomes aptos a receberem cartas. Produzia um mercado para possibilitar suas trocas sexuais. Transações cuidadosamente tecidas por meio de redes de confiança, já que ela sabia que as malhas de controle das relações nos pavilhões não eram mantidas, apenas, pelos agentes de segurança e assistentes sociais da prisão.

Porque você sabe... cadeia de homem é cheia de mulher! Prima de um, amiga do outro. Sempre dá pra eles terem um casinho com a vizinha do amigo. Aí eu mando carta para as meninas que vão visitar algum homem que está preso na mesma prisão que meu marido e elas me mandam cartas contando tudo. Se ele tá recebendo visita de alguém, se ficou de idéinha com a visita do amigo. Mas se a gente se vira nos trinta para ficar bem informada, eles nem precisam vi-

giar a gente. Em cadeia de mulher sempre tem cagueta, ninguém sabe quem é, mas tudo o que acontece aqui chega à cadeia masculina. Não tem como fugir. A gente tem medo de ficar com alguém, fazer alguma coisa aqui dentro, mas a gente faz.

As falas de Danielle vinham carregadas de tensões e, também, expertises sobre como “se virar nos trinta” para administrar os riscos. Afinal, mesmo tomando todos os cuidados possíveis para a produção/manutenção de suas relações sexuais e familiares, Danielle sabia dos riscos. Administrava o tempo de sua pena por meio do não envolvimento com os negócios ilegais dentro da prisão, do controle dos rastros que suas cartas poderiam produzir dentro e fora do pavilhão, mas também, administrava seu casamento por meio de redes de informações que transcendiam a relação com seu marido. Rede tecida através de cartas trocadas entre ela e outras mulheres: visitas da prisão onde estava seu esposo. Danielle administrava toda uma intensa gama de produção de papéis que falava sobre ela e, portanto, sobre suas relações por meio das quais ela gerenciava prisão/liberdade.

Se, por um lado, “matar a cadeia” sem se envolver era não assumir as responsabilidades de pilota do pavilhão, por outro, era o percalço de “tirar a cadeia” em meio a uma rotina de trabalho/prisão que em nada aprazia Danielle. A produção das mulheres e a escrita de histórias que a possibilitava trocar cartas com outros homens que não o seu marido era, nesse registro, um escape possível. Um prazer que Danielle considerava administrável.

É difícil não ficar com ninguém aqui dentro, é uma tentação... Agora, eu acho que namorar por carta é diferente. Não tem sexo de verdade, ninguém se pega de verdade. Sabe, assim? Meu marido vai brigar comigo? Ninguém nem encostou em mim!

Nesse ponto, Denise e Danielle discordavam. Enquanto a irmã mais velha ponderava, estrategicamente, sobre a fantasia a que estavam agregadas as trocas de correspondências, dizendo que estas, por não serem relações “de verdade”, não poderiam ser consideradas uma traição, a caçula dizia: “traição é sempre traição”. Foi o que considerou, também, o marido de Danielle quando ficou sabendo dos casos epistolares de sua esposa. Informação que chegou a ele não por meio de “caguetagem”, tal como Danielle temia, mas antes pelo próprio intenso processo de transferências das pessoas em cumprimento de pena de uma prisão para outra e, claro, da intensa circulação de papéis que atestava as relações estabelecidas entre estas.

Um dos correspondentes de Danielle foi transferido para a mesma prisão onde estava seu marido, seus irmãos e seu cunhado, esposo de Denise. Ocorre que

aquele era, justamente, o correspondente a quem Danielle havia enviado a foto de sua irmã que carregava, nesta relação, outro nome que não o de Denise. O homem com quem Danielle trocava cartas, por sua vez, não se furtou de mostrar para os amigos da prisão para onde ele havia sido transferido o retrato da “namorada”, além de compartilhar com eles parte das escritas e desenhos registrados naqueles papéis coloridos. Não demorou muito para que um dos parceiros de cela do correspondente de Danielle reconhecesse a semelhança das fotos da namorada de seu amigo em comparação as da esposa de outro homem a cumprir pena naquela mesma unidade: o marido de Denise.

O parceiro de cela do correspondente de Danielle levou o caso à família das irmãs presas na PFC, quer dizer, levou o caso aos “irmãos do PCC” que estavam naquela prisão. Estes, após “debaterem o caso” entre eles e o homem que portava uma foto de Denise, “colocaram na linha”, ou seja, telefonaram para as irmãs do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital com o objetivo de esclarecer o ocorrido. Naquelas circunstâncias, as suspeitas recaiam não sobre Danielle, mas sobre Denise e esta convenceu a irmã de que ela não poderia mais mentir, mesmo porque, Denise não poderia entregar as artimanhas de Danielle nem tampouco assumir as consequências delas. Por fim, Danielle admitiu que havia mantido mais de uma relação por correspondência. Ela resolveu assumir não só a única que havia sido descoberto como todas as demais para, desse modo, evitar que outros casos viessem à tona e ela sofresse ainda outras retaliações. Contou que havia enviado a foto de Denise com outro nome tentando, assim, não se comprometer, mas também não comprometer a irmã.

Em um dos dias de visita ao segundo pavilhão junto a Pastoral Carcerária, encontrei Danielle aflita. A revelação de seus segredos fez com que seu marido se sentisse traído e ele queria a separação. Mas não só isso, o esposo de Danielle, assim como seu correspondente, pedia que ela fosse punida de alguma forma, que a dessem um “peguê”⁷, raspassem seus cabelos, que o vingassem. As negociações foram longas e demandaram conversas via telefones celulares que conectaram a PFC à unidade penitenciária masculina onde estavam quase todos os homens da família de Danielle.

Nas chamadas telefônicas, postas em viva-voz para que as “irmãs do segundo pavilhão” e os “irmãos da cadeia masculina” pudessem ter clareza de tudo

7 “Peguê”: uma surra aplicada coletivamente às pessoas que, de alguma forma, foram contra as regulações de proceder do Comando. A utilização do peguê como punição a uma pessoa que não agiu segundo “o certo” é decidida em “debates” que envolvem, no caso das prisões femininas, as “irmãs do PCC” presas na unidade e, quase sempre, o telefone celular que coloca “na linha” o irmão de alguma penitenciária masculina a dar o aval definitivo. O tempo do “peguê” é, geralmente, calculado em quinze minutos e trinta e três segundos fazendo referência ao 15.3.3, outro dos nomes do PCC.

o que estava sendo dito, Danielle argumentava que, “de fato”, nunca havia traído seu marido, pois as cartas não passavam de brincadeiras e os tais homens nem a conheciam. Ela reconhecia o erro de ter mentido e “brincado com os sentimentos” daqueles com quem ela trocava cartas, mas também articulava outros expedientes de defesa ao questionar acerca da situação conjugal dos homens que a escreviam – “quem disse que eles não têm uma mulher que faz visita e leva jumbo todo domingo?”. Deste modo, Danielle tornava implícito o questionamento sobre a rede de envio de cartas de seus irmãos e, mais ainda, de seu marido. Invertia a possibilidade de acusação e redimensionava sua escrita de correspondências às quais não poderiam ser extensamente acionadas no argumento de seu correspondente, já que este também buscava preservar sua intimidade e suas palavras. As únicas cartas agenciadas no “debate” como provas de acusação eram as que Danielle havia enviado.

Ao contrário de seu ex-correspondente, Danielle já sentia não ter mais espaço de reserva. Todo o processo de “investigação e julgamento” por qual ela passou expôs sua vida sexual a todas as meninas do pavilhão dois. Danielle dizia se sentir com “o nome jogado na Medina”. Seus segredos mais íntimos haviam sido não só revelados como publicizados e eram objetos de especulações, piadas, fofocas por entre os corredores do “QG do PCC” daquela Penitenciária Feminina da Capital, prisão por onde ela não se sentia mais à vontade para caminhar. Os gozos de Danielle haviam sido expostos por seus “irmãos de Comando” e “irmãos de sangue”. Mas não foi só esta substância que, por fim, calou os apelos de seu marido e, também de seu ex-amante epistolar, para que cortassem seus cabelos ou a “dessem um peguê”, toda “a caminhada” de Danielle foi primordial na negociação de qual seria o desfecho dessa falta.

Além de ser irmã dos “homens do Comando”, Danielle nunca havia deixado faltar nada a seu marido durante os períodos em que ele estava preso e ela solta. Era ela, também, que gerenciava o negócio da família desde a rua. “Em sua caminhada”, Danielle havia tropeçado por um subterfúgio que nem era “traição de verdade”. Afinal, “apenas cartas” tinham sido trocadas, ninguém havia “tocado” Danielle. Este argumento e, certamente, os laços familiares de Danielle a protegeram das retaliações físicas. Ela não foi espancada, nem cortaram seus cabelos. Mas, além de seu nome ter sido “jogado na Medina”, Danielle foi, ao menos por um tempo, afastada de todos os lucros resultantes dos negócios da família. O que significava, naquele contexto, parar de receber o jumbo que a avó enviava às duas irmãs todas as semanas. Jumbo o qual Denise, por sua vez, não deixou de dividir com a irmã em nenhum momento.

Do mais, dias após a resolução do “debate”, uma blitz no segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital foi de modo certo ao “mocó” onde Danielle escondia seu telefone celular. Em decorrência deste “flagrante”, ela ficou trinta dias de castigo, quer dizer, numa cela isolada sem direito de caminhar livremente pelas dependências do pavilhão. Denise acompanhou todo o período de isolamento da irmã. Enviava bilhetes a ela e permanecia, quando possível, do lado de fora da cela de Danielle conversando com ela.⁸

As irmãs não poderiam saber como “a polícia” sabia do lugar exato em que a mais velha guardava seu aparelho celular. Não poderiam “apontar o dedo” pra ninguém porque seria chamar “bandido de cagueta”, uma acusação muito forte que possivelmente teria consequências significativas na vida(morte) de quem fosse acusado de “caguetagem”: de “fechar com a polícia”. Mas as irmãs desconfiavam que a denúncia tinha vindo do marido de Danielle em conluio com alguma menina presa no mesmo pavilhão que elas. Não valia a pena esmiuçar o caso. Danielle e Denise consideravam que aquela era a menor das punições.

O celular encontrado sob a posse de Danielle, a implicou na abertura de uma sindicância por falta grave que paralisou o andamento de seus processos de execução criminais em um ano à sua sentença já bastante longa. Além disso, a abertura de sindicância por falta grave dentro da prisão anulou os dias remidos que a irmã mais velha havia conquistado por meio de seu trabalho e sua acética rotina de “matar a cadeia”⁹. Mas, apesar disso, findados os trinta dias em que Danielle passou no castigo, seu marido voltou a lhe escrever e seu casamento foi reestabelecido. Pouco a pouco, os casos de Danielle deixaram de ser assunto na “Medina”.

Mais ou menos um ano depois, ela foi transferida para a Penitenciária Feminina de Santana onde a reencontrei quando voltei de Barcelona. Lá, ela assumiu a “pilotagem” de um dos pavilhões da maior penitenciária feminina da América Latina. Por fim, era ela a responsável por “cuidar da vida das bandidas”. Seus planos de “não se envolver” e “tirar a cadeia” o mais rápido possível haviam sido frustrados em decorrência dos artifícios de prazer que criara para se esquivar da rotina ascética estabelecida entre trabalho e cela nos dias da prisão. Não havia mais o que fazer.

8 A cela de castigo da Penitenciária Feminina da Capital ficava, naquele momento, no andar térreo de cada pavilhão, em frente a sala administrativa das agentes de segurança. Separadas por uma parede e por grades, Denise e Danielle conseguiam conversar desde que ambas quase gritassem. Ficar ao lado da cela do castigo quando uma amiga, irmã ou namorada está presa ali é, segundo minhas interlocutoras, prática recorrente e configura parte do cotidiano de quem firma elos de afeto nas prisões.

9 Segundo o Inciso da Lei 11.466 de 28 de março de 2007 que altera o Artigo 50 da Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984: Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Danielle era, em muitos sentidos, “irmã” e “mulher bandida”. Como tal, não poderia se esquivar do envolvimento, fugir de suas responsabilidades.

Já sua irmã Denise, seguiu “tirando sua cadeia de poeta” na Penitenciária Feminina da Capital. Lá se apaixonara por Patrick, “sapatão” sul-africano preso sob a acusação de tráfico internacional de drogas. Por ele, Denise – que passara a vida se esquivando dos negócios da família e, ainda assim, fora presa – decidira terminar seu casamento, o qual nunca havia sido registrado em cartório, para poder documentar sua nova relação. E assim o fez: tudo por escrito. Terminou seu casamento por meio de cartas, registrou sua união com Patrick em um documento.

DENISE E PATRICK NAS TRAMAS DE PAPÉIS E SUSSURROS QUE (NÃO)FAZEM VER AS RELAÇÕES

Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. Os ministros disseram que ambas formam uma família. A decisão dá a casais gays segurança jurídica em relação a direitos como pensão, herança e compartilhamento de planos de saúde, além de facilitar adoção de filhos. Mesmo assim, os casais podem ter de ir à Justiça para ter tais direitos reconhecidos (*STF aprova união gay em sessão histórica*, in: Folha de São Paulo, sexta feira, 6 de maio de 2011, grifos meus)

No dia 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconheceu a legalidade das uniões civis homossexuais. Os cartórios passaram a ser obrigados a registrar tais uniões e, desta forma, direitos de compartilhamento de herança, pensão, plano de saúde e outros, entre cônjuges do mesmo sexo, foram reconhecidos pelo Supremo. Nas prisões femininas paulistas em que fiz campo, o dia 5 de maio de 2011 pode ser pensado como um marco representativo das demandas por direitos relacionais/sexuais postas há muitos anos nas mesas das funcionárias que administravam as penitenciárias: os pedidos para a realização de visitas e visitas íntimas homossexuais dentro das prisões.

Em minhas observações, costumava pensar que os juízes do Supremo Tribunal Federal, ao promoverem regulação jurídica às relações homossexuais, ponderavam sobre demandas específicas a temas patrimoniais e de família que passavam ao largo do problemático cerceamento do direito as visitas mantido em algumas unidades prisionais. Não surpreendentemente, nos dias que seguiram aquela quinta feira de maio de 2011, assistentes sociais, psicólogas e diretoras de penitenciárias femininas questionavam aos coordenadores do Centro de Políticas

Específicas¹⁰ da Secretaria de Administração Penitenciária: “afinal, o que fazer com as declarações de união estável homossexual amontoadas em suas mesas?”, “Como proceder ao pedido de visita íntima homossexual?”, “O que responder para duas presas que demandam o direito de casar dentro da prisão?” (Padovani, 2011: 210).

Como analisei em outro momento,¹¹ a decisão do STF lançou às funcionárias técnicas das penitenciárias uma pendenga a ser resolvida por elas dentro do cotidiano administrativo de cada instituição. E, frente a esta, elas queriam saber como proceder às demandas que, reconhecidas como legítimas pelo Supremo Tribunal Federal, incitaram uma profusão de papéis: de atestados das relações homossexuais estabelecidas por presas. Relações às quais elas teriam de gerir.

Expor brevemente a profusão de escrita sobre relações homossexuais nas penitenciárias femininas incitada pela decisão do STF implica, aqui, em especificar o contexto no qual a história das personagens deste subcapítulo se situa. A vontade de Denise e Patrick em constituir uma união estável, naquele momento, passava pelo intenso movimento de cartas que atravessavam os lados de fora e de dentro da prisão contendo, cópias de atestado de residência, certidões de nascimento e procurações assinadas. Documentos que compunham os processos tramitados na Defensoria Pública para que as partes dos casais que haviam, ou não, se conhecido dentro da prisão pudessem, assim, constituir uma união civil homossexual e demandar os mesmos direitos de visitas, comuns e íntimas, que os casais heterossexuais tinham, ao menos em tese, acesso naquela unidade penitenciária.

Claro que, como demonstrei em outros momentos (Padovani, 2013 e 2015) casais heterossexuais com antecedentes criminais também não acessavam todos os direitos de manutenção dos laços familiares e matrimoniais. No que tange às relações homossexuais, contudo, mesmo casais nos quais uma das partes não tinham antecedentes criminais, a demanda por visitas (comuns e íntimas) era, muitas vezes, impossibilitada por ser incompatível com o arsenal documental demandado

10 O Centro de Políticas Específicas (CPE), vinculado à Coordenadoria de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), foi criado em fevereiro de 2009 com a atribuição de “desenvolver, implantar e coordenar políticas e ações voltadas para grupos específicos de idade, gênero, etnia, orientação sexual e deficiências em todos os setores da SAP”. Como parte de suas atribuições, o Centro promove encontros, seminários e “reuniões técnicas” para debater temas concernentes às “populações específicas” ou “diferenciadas” presas no sistema penitenciário paulista. Ao longo de todo período do trabalho de campo participei de várias destas reuniões. Ver: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/acoes-reintegracao.php>

11 Em artigo intitulado “No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital” (2011) analisei, especificamente, as disputas e negociações tramadas entre pessoas presas, funcionárias(os) do corpo diretivo daquela penitenciária, da defensoria pública e do Centro de Políticas Específicas da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. Não é possível dizer que os regimentos internos à Penitenciária Feminina da Capital para as visitas e visitas íntimas homo ou heterossexuais seguem sendo as mesmas que eu encontrei entre os anos de 2008 à 2012. Sobre o tema, além do artigo já mencionado, sugiro ver parte das análises expostas em minha dissertação de mestrado, Padovani (2010) e, também, Lima (2006).

pelas assistentes sociais de cada unidade penitenciária. Em se tratando de casais que haviam se constituído dentro da prisão, a dificuldade era ainda maior. A estes, mesmo visitas administrativas eram, recorrentemente, negadas e, além disso, não era incomum que uma das companheiras estivesse sentenciada a uma pena muito longa enquanto outra estivesse cumprindo uma sentença de dois anos, por exemplo, de tal modo que, enquanto uma delas ainda estivesse presa em regime fechado a outra já teria terminado de cumprir a pena total. Ainda assim, mesmo em liberdade (total, não condicional), a visita da companheira egressa à que ainda estava presa era, não raro, vetada pelo corpo diretivo da prisão.

Um dos casais de interlocutoras da pesquisa de mestrado e do início do processo etnográfico para o doutorado passou, por exemplo, mais de dois anos sem se ver, apenas se falando diariamente por telefone celular e por cartas. A relação permaneceu assim até que o regime semiaberto daquela que seguia presa fosse deferido. Para estas personagens, o dia 5 de maio de 2011 representou uma esperança de terem seus direitos afetivos homossexuais reconhecidos.

Para Patrick e Denise, este dia representou a vivência de um contexto de efervescência de produção documental dos vínculos conjugais estabelecidos entre presas. Contexto no qual elas estavam, (a)efetivamente, inseridas não só por meio do testemunho de muitos casos de amigas e parceiras de pavilhão que demandavam o direito de receberem visitas de suas cônjuges, como pelo temor de estarem elas sujeitas àquelas mesmas condições. A este receio estava agregado ainda, o fato de Patrick ser estrangeiro, o que o imbricava no processo de expulsão do Brasil com o fim do cumprimento de sua pena. Nesse registro, a produção documental de sua relação com uma brasileira apresentava-se como uma articulação estratégica para ao menos tentar conseguir sua permanência no país.

A história de Patrick e Denise é atravessada, portanto, por circunstâncias imbricadas na abertura de possibilidade em fazer um atestado de conjugalidade, nos aparatos de controle da circulação pelas fronteiras nacionais (a que Patrick estava submetido) e, também, nos de gestão dos vínculos conjugais (sexuais) a que Denise estava inserida. É no emaranhado de forças e possibilidades que justapõe aparelhos estatais e o Primeiro Comando da Capital, que a relação de Denise e Patrick se faz (im)possível, (in)visível e (in)audível.

Denise é brasileira, Patrick sul-africano. Conheceram-se dentro do pavilhão dois onde, ao longo de quase toda a pena de Denise, moraram juntos. O casal decorou a cela com fotos das famílias de ambos, desenhos enviados pela filha de Denise e cartas da avó de Patrick. Aos sábados, dias em que eu fazia visitas aos prédios de moradia da PFC junto da Pastoral Carcerária, era comum encontrar os dois deitados em um colchão de solteiro que traziam da cela para o pátio a fim de passarem a tarde tomando sol e comendo chocolates. Patrick, em particular, sempre guardava um ou dois doces para mim. Atencioso, aprendera a identificar quais eram meus bombons ou balas favoritos e sempre os tinha reservado.

Com Denise, suas atenções eram primorosas. Patrick não só trabalhava nas oficinas da penitenciária como fazia bicos de cabelereiro no pavilhão para, assim, poder comprar os melhores cremes, os sabonetes mais cheirosos e as melhores guloseimas para a companheira que estava, por sua vez, sempre bem vestida, maquiada, com unhas e cabelos arrumados. Somado ao suporte de Patrick, Denise ainda recebia os “jumbos” semanais de sua avó com roupas, comidas e outros artigos de higiene pessoal. “Jumbo” o qual, depois da transferência de Danielle para a Penitenciária Feminina de Santana, poderia dividir apenas com Patrick. Além disso, em nenhum momento Denise deixou de trabalhar na oficina de produção de artigos hospitalares – a Embramed – em funcionamento na Penitenciária Feminina da Capital.

A vida do casal se ajeitara na prisão. Patrick cumpria o fim de uma longa pena por tráfico internacional de drogas e Denise tinha pouco mais tempo que ele para terminar de cumprir sua “cadeia de poeta”. Frente a isso, a irmã mais nova de Danielle enviou uma carta a seu marido dando fim ao casamento que, por sua vez, nunca havia sido registrado em cartório. Por fim, ela queria se casar com Patrick, ou seja, o casal queria assinar um atestado de união estável. Na carta que enviou ao ex-marido, contudo, Denise não esclareceu as razões pelas quais queria se separar. Apenas disse que estava muito difícil manter o casamento à distância e que preferia não dar continuidade aquela relação. Que não tinha vontade de escrever cartas todos os dias contando sobre a vida que levava nos pavilhões e que estava cansada de esperar pelas correspondências dele.

A esta carta, Denise recebeu a resposta de seu, agora, ex-marido, dizendo que ele não sabia e não queria saber as razões dela para o pedido de separação. Que, se era isso que ela queria, assim seria feito. As letras do pai da filha de Denise, contudo, grifavam que era para ela não esquecer que o tempo da pena seria curto. Que houvesse o que houvesse dentro da prisão, tudo terminaria, mas o que ambos tinham nunca deixaria de existir, “não esquece que a gente tem uma filha e uma

vida lá fora! A gente é uma família!”. Denise guardou a carta de seu companheiro e não contou nada para Patrick. Os planos continuavam os mesmos.

Algumas semanas depois, Patrick e Denise mostraram-me um papel, escrito de próprio punho, no qual ambas diziam estar vivendo em relação estável dentro da prisão. A folha copiava as declarações enviadas à Defensoria Pública por aquelas que demandavam visitas íntimas de suas companheiras egressas àquela unidade penitenciária. Sobre as linhas azuis desenhadas sobre o papel branco arrancado de um caderno brochura, estavam especificados nomes, números de documentos e endereço de Denise e Patrick. Este último já não vinha mais no plural. O endereço de Patrick passara a ser o mesmo que o da avó de Denise. O papel que me mostravam, esclarecia que seria aquela a direção para onde ele iria após o término do cumprimento de sua pena em regime fechado.

O casal pediu-me para que eu digitasse as informações postas naquela folha e, assim, as passasse para uma lauda em branco impressa com letras não escritas na prisão, mas do computador de minha casa. Pediram-me ainda, que eu assinasse a declaração como uma das testemunhas, já que uma amiga do casal, também presa na Penitenciária Feminina da Capital, firmaria o documento como segunda testemunha. Aceitei fazer o que elas me pediram, mas as expliquei que aquele papel não teria qualquer validade jurídica e que, segundo o artigo 75 do decreto 98.961, que dispõe sobre “expulsão de estrangeiro condenado por tráfico de entorpecentes e drogas afins”, a mesma só não ocorre se “o estrangeiro tiver: cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos”. Deste modo, a produção daquele atestado não atenderia a principal razão informada pelo casal para a sua escrita, a tentativa de barrar o processo de expulsão do país que Patrick respondia junto do seu processo criminal. Ainda assim elas insistiram na produção daquele papel que foi guardado dentro da cela do casal, o qual tinha, agora, uma comprovação escrita do relacionamento.

Mesmo que tal comprovação não tivesse, naquele momento, nenhuma validade perante o Ministério da Justiça, instância responsável por mover ou arquivar o processo de expulsão contra Patrick, a folha de papel contendo nomes, números e assinaturas representava, segundo Denise, uma forma dele ter um endereço fixo no Brasil para onde poderia ir durante as saídas temporárias que teria direito após o deferimento de sua progressão de pena para o regime semiaberto. “Porque pra nós brasileiras é mais fácil. A gente tem aonde ir quando sair daqui. As estrangeiras

não. Elas ficam em hotel, em abrigo. Eu não quero que ela¹² [Patrick] passe por isso sabe?”. De fato, a progressão de Patrick para o regime semiaberto e sua transferência para a Penitenciária Feminina do Butantã não demorou em acontecer. Poucas semanas depois do casal ter assinado a declaração de união que eu havia digitado no computador de minha casa, Patrick foi embora. Na Penitenciária Feminina da Capital, encontrei Denise bastante abatida no pátio do pavilhão.

Eu tô toda apaixonada. Eu amo ela [o Patrick]. Quando ela não tá no quarto me dá umas saudades! Era muito melhor com ela do que era com meu marido, sabe? Eu gosto de conversar. E no meu casamento eu falava “vamos discutir a relação?”, e ele respondia “não tô a fim de conversa!”. Nossa, eu pensava assim, que ele não queria saber de nada de mim. Ele é uma pessoa que não tem diálogo. Tipo, a mente dele é uma mente muito moleque. Ele não tem a mente de homem. Ele não pensa no futuro, ele só quer falar de carro, de moto. Acho que agora ele tá com outra mulher eu acho. Meu irmão me escreveu falando que ele se envolveu com uma mulher. Agora, a mente dele é muito bobeira! O Patrick não. Tipo, eu ficava ansiosa pra sair daqui por causa da minha filha. Aí, quando eu queria chorar ele falava “chora, chora, pode chorar”. A gente conversava sobre tudo sabe? Faz muito tempo que não tem uma notícia boa. Não vejo meu processo andar! Aí agora ele vai embora! A gente chorou tanto, Natália! Agora ele tá lá e eu tô esperando. Tô muito ansiosa. Nossa!

Depois da transferência de Patrick, a relação passou a se dar via cartas e também por meio do provimento de sustento material e comprovante de endereço. Afinal, ao ter a saída temporária autorizada pela juíza corregedora, Patrick não precisou ficar em nenhum abrigo ou hotel, mas pôde ficar na casa da avó de Denise. O atestado que ambos insistiram em fazer e que carregava as assinaturas das duas partes do casal era, agora, mais um dos documentos que caíam sobre a mesa das assistentes sociais da PFC com o pedido de visita de Patrick à Denise durante os dias de sua saída temporária.

Patrick havia aberto uma firma para reconhecer sua assinatura em um cartório na mesma cidade em que vivia a família de Denise. Após agregar carimbos e selos ao termo assinado por ele, por Denise e por outras duas testemunhas, Patrick tirou cópias autenticadas da folha que ia ganhando, cada vez mais, ares de documento. Eram agora, Denise e ele, novos demandantes do direito pela manutenção do vínculo homoafetivo. Eram eles mais nomes amontoados nas pilhas de papéis que chegavam às funcionárias técnicas da prisão.

12 Denise alternava os usos dos pronomes “ela” / “ele”, femininos / masculinos, em suas narrativas sobre Patrick. Ela respeitava, contudo, o nome masculino que seu/sua companheira havia adotado.

Já era quase outubro de 2011. E enquanto os processos de demandas por visitas, de expulsão e criminal de Patrick e Denise tramitavam, eu parti para o período de campo passado em Barcelona. Assim que voltei, encontrei sobre a minha escrivaninha todas as cartas que havia escrito à Denise. Havia sido todas devolvidas. No envelope, um carimbo vermelho na área do destinatário anunciava: “alvará de soltura”! A marca impressa duramente no envelope me fez palpitar de felicidade. Corri para o telefone e chamei o número da casa da avó de Denise e Danielle esperando escutar as boas novidades. A voz da senhora idosa do outro lado da linha atendeu a chamada com a pronta advertência vinda em sussurros: “só não pergunte por Patrick!”. Denise atendeu ao telefone e seguimos nossa conversa como se Patrick não tivesse existido. Falamos da filha e do, novamente, marido dela que também havia saído da prisão. Após alguns minutos de conversa, contudo, Denise sussurrou: “escuta, ninguém pode saber da minha história com Patrick. Não pergunte dela! Não pergunte para ninguém sobre ela! Ela foi embora. Meu marido e meus irmãos nem podem sonhar que eu fiquei com mulher dentro da cadeia!”.

De supetão, o sussurro parou e deu lugar a voz em um tom normal. Continuamos nossa conversa falando da filha de Denise e de seu casamento, dessa vez, heterossexual. Ela havia conseguido emprego em uma papelaria e, para que seu marido pudesse começar a trabalhar como entregador de pizza, eles tinham comprado uma moto através de um financiamento. “Somos uma família, Natália. Estamos felizes. Graças a Deus.” Desligamos o telefone e, desde aquele dia, nunca mais tive notícias de Patrick que também havia recebido a liberdade condicional de modo que eu estava inviabilizada de encontrá-lo em alguma unidade penitenciária¹³. Já de Denise recebi ainda outra carta. O envelope carregava uma folha de fichário rosa com desenhos da fada sininho.

Com saudades para Natália,

Espero que esta carta te encontre com saúde e paz juntamente com seus familiares.

Graças a Deus, estou bem! Não deu certo. Minha mãe, minha avó e minhas irmãs achavam meu namoro com Patrick normal. Mas meus irmãos homens não quiseram nem entrar no assunto quando souberam que tinha uma amiga sapatão passando uns dias aqui em casa. Não aceitaram bem. Meus irmãos são muito machistas Natália.

13 Recentemente reencontrei Patrick por meio do Facebook. Ele segue vivendo irregularmente no Brasil e não pretende retornar para a África do Sul. Na cidade onde vive atualmente, no interior do Mato Grosso do Sul, ninguém sabe que ele esteve preso, nem mesmo sua atual companheira com quem Patrick divide a casa.

E meu marido ganhou a apelação.¹⁴ Ele saiu bem antes da prisão. Eu fiquei tão feliz! A gente tem uma filha, a gente é uma família! Eu não sei se fiz certo, não sei mais onde ele [Patrick] está. Não quero mais saber. (...) Minha irmã [Danielle] está bem. Foi para Santana. Não tá aprontando mais nada. Graças a Deus! Espero que você tenha tido uma ótima viagem! Muitos beijos, com carinho, Denise.¹⁵

NAS TRAMAS DAS PALAVRAS: DA REGULAÇÃO DOS AFETOS NAS GESTÕES DO ESTADO E DOS COMANDOS

Entre os sussurros e as falas, entre as escritas visíveis assinadas e carimbadas e as cartas escondidas por Denise e Danielle estavam paralelismos e confluências de processos regulatórios recaídos aos corpos e às relações, promovidos pelos aparatos estatais e do Primeiro Comando da Capital.

Se as histórias de Danielle falam de escritas e palavras a serem postas em “debate” com o PCC, o caso de Denise e Patrick incide sobre artimanhas de negociação com as instâncias estatais e familiares, também tramadas através de articulações de informações. Por fim há, tanto nos processos de estado quanto nos da “torre”, a permanente negociação em abrir ou não informações postas em impressões oficiais, como são os extratos da vara de execuções criminais pelos funcionários das prisões (ver: Godoi, 2014 e Padovani, 2015), mas também, nos papéis correntes onde as redes de afeto, assim como os escapes a elas, se fazem visíveis. Também é sobre gestão de informações postas em jogos relacionais assimétricos que falam as histórias das personagens deste artigo. Desde o mercado de nomes e fotos tramado por Danielle até os sussurros de Denise sobre sua relação documentada com Patrick, cada uma dessas palavras recaem sobre o manejo de informações, seus acessos ou cerceamentos frente a duas redes de gestão da vida que correm, ao mesmo tempo, embaralhadas e paralelas.

Danielle e Denise articulavam com o paralelismo dos aparatos de controle estatais e do PCC através do fazer ver, ou não, informações específicas. Era disso que se tratava, por exemplo, os esforços de Danielle em produzir trocas de cartas possíveis que tramavam tanto com os cadernos de registros das correspondências que entravam e saíam das unidades prisionais, quanto com o cuidado em não escrever para a penitenciária onde estava seu marido e seus irmãos. O agenciamento

14 Apelação é um recurso processual que questiona a primeira decisão de um julgamento (primeiro grau), uma sentença proferida, por exemplo. Neste caso, o réu pode recorrer a uma segunda decisão. Pedir que outro juiz “reveja” o processo e mude ou anule a sentença (segundo grau). Ver Código de Processo Penal Decreto-Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941. Capítulo III, Da Apelação, artigo 593.

15 As mudanças do excerto da carta que recebi de Denise foram feitas apenas nos nomes e na retirada de informações que poderiam identificar as personagens de Denise, Patrick e Danielle.

de Danielle frente aos dois aparatos regulatórios das relações esbarrou, contudo, na transferência de um dos seus correspondentes para a penitenciária onde estavam “os homens” da sua família. A partir desses fluxos, dos sujeitos e dos papéis, os processos de gestão das relações a que Danielle estava arrolada se embaralharam, e ela passou a ser cobrada pelos dois. Foi a “debate” e terminou presa em uma cela de castigo respondendo sindicância por porte de celular. Sanções que, em sua narrativa, estavam vinculadas pela manobra que seu marido soube fazer das ferramentas disponíveis pelo PCC e pela instituição prisional. Manejo que levou aos agentes de segurança da Penitenciária Feminina da Capital a informação certa acerca de onde estava o telefone móvel de sua esposa e, ao mesmo tempo, que revelou a toda “Medina” informações da vida íntima de Danielle.

Denise, por sua vez, foi mais bem sucedida ao invisibilizar sua relação com Patrick de seus irmãos e, ao mesmo tempo, invisibilizar de Patrick a carta que recebera de seu marido – na qual ele dizia que ocorresse o que ocorresse dentro da prisão, fora, eles seriam uma família. Denise produziu frente a cada instância de gestão das relações, os papéis por elas demandados. Afinal, antes de firmar a declaração na qual atestava viver em união estável com Patrick, escreveu a seu marido findando com seu casamento. Dessa forma, ela não teria o porquê ir a “debate”, pois seu marido não poderia alegar que estava sendo traído. De mesmo modo, o papel ao qual Patrick ia, cuidadosamente, depositando sinais de oficialidade, não chegaria aos “irmãos homens” de Denise. O que chegou a eles, por meio de outras redes de informações, foi que havia uma “amiga sapatão de Denise” estava na casa da avó da família. Informação sobre a qual “nem quiseram saber” desde que o fato fosse rapidamente silenciado, invisibilizado. Assim o fez Denise quem, mesmo sem saber se fez o certo, ficou feliz por permanecer com a sua família. “Graças a Deus!”.

DEBATES SOBRE IGUALDADE E DIFERENÇAS: REDUZINDO A TERMO AS ASSIMETRIAS

“Debates” são discussões a partir das quais se intenta “saber” (produzir) “a verdade” sobre acontecimentos e atitudes que possam ter ido contra o proceder regulado pelo Primeiro Comando da Capital. Os “debates”, como ilustra Karina Biondi (2009), são da ordem do “campo da argumentação oral”. Nestes, as palavras são os objetos por meio dos quais “busca-se chegar ao mais tênue dos estados: a total transparência sem rupturas” (Biondi, 2009:100). Seguindo essa lógica, as palavras nos “debates” do PCC são centrais. Mas não só. As etnografias de Adalton Marques (2009) e José Douglas Silva (2014) elucidam a relação entre “ter palavra” e “ter proceder” nos

ordenamentos do Comando. Ter palavra pode ser agir segundo a “total transparência” de que fala Biondi, ou seja, conseguir provar que os cumprimentos das ações seguem àquilo que se falou: “ter proceder” é, nesse sentido, cumprir com as palavras proferidas e escritas. Afinal, “palavra de malandro não faz curva”.

As cartas trocadas por Danielle e Denise carregavam tramas de palavras que podiam ser acionadas pelos sujeitos em “debate” como ferramentas que atestavam (ou não) o argumento oral posto em discussão. Desse modo, as correspondências de Danielle foram acionadas por seus irmãos, seu marido e por um dos seus amantes epistolares como provas de que ela havia faltado com a palavra. Faltado com o “proceder” de mulher casada ao corresponder-se com outros homens por meio da criação meticulosa de personagens fictícias. A este argumento, contudo, Danielle postulou retoricamente as assimetrias de gênero com as quais lidava cotidianamente. Afinal, quem garantia que seu marido não trocava correspondências com outras mulheres como ela via seus irmãos fazerem?

Mais do que isso, os artifícios retóricos produzidos por ela recaiam sobre o fato de que, a despeito desta falta pequena, “afinal, ninguém nem tocou em mim”, ela sempre havia sido uma boa esposa ao acompanhar os percalços e prisões de seu marido por meio de “jumbos” e visitas. Deste modo, Danielle rearranjou as assimetrias ao destacar todo suporte material e emocional, “a ajuda” (Piscitelli, 2011), que nunca deixou de dar a seu esposo. Do “debate” a que Danielle foi submetida, produziu-se a verdade de que ela havia cometido faltas, mas que estas não poderiam ser maiores do que toda sua longa caminhada ao lado de seu esposo. Por fim, Danielle seguia sendo uma boa “mulher bandida”, casada e de “proceder”. Verdade que resultava do bom manejo feito por ela das palavras articuladas tanto por meio da retórica oral, quanto da prensa escrita.

Como Gabriel Feltran já analisou (2010a; 2010b), nas últimas décadas o PCC ascendeu como instância de autoridade jurídica nas periferias de São Paulo. No que tange às práticas de policiamento da vida e das relações nas penitenciárias do estado, Biondi (2009) e Marques (2009) chamaram atenção para como as questões mais cotidianas passam a ser orientadas pelo Comando por meio da figura de seus “irmãos” e integrantes. São eles que examinam e definem resoluções sobre pendengas ou demais problemas decorrentes das relações entre presos fundamentados, segundo Biondi, por um “ideal de igualdade” que equaciona a todas as pessoas em situação de prisão, sem deixar de reconhecer/produzir diferenças entre eles. Nas palavras da autora

O ideal de igualdade atravessa todos esses planos e pode ser considerado um grande responsável pela manutenção do PCC em

movimento. É o ideal de igualdade que concede aos participantes do PCC certa liberdade de manifestar suas vontades justamente quando retira o estatuto de obrigação que limita os impulsos criativos. Na medida em que uns não podem limitar as ações dos demais sem prejudicar o ideal de igualdade, estabelece-se uma concessão para diferir. Mas, se por um lado, permite diferir, por outro lado, aciona mecanismos para compensar as diferenças que não cessam de aparecer. Um desses mecanismos é a desindividualização das decisões que, como descrevi acima, “não podem ser isoladas”. Opera-se um descolamento, uma dissociação das posições políticas de quem as está ocupando, quando as decisões não são atribuídas a este ou àquele irmão, mas às torres, ao Comando. Temos, com isso, decisões que não são resultados de iniciativas individuais, mas de manifestações coletivas que se expressam por meio das políticas do PCC divulgadas por meio dos salves. Com isso, irmãos atuam como operadores de um PCC que lhes é superior e no qual espelham suas ações (Biondi, 2009: 171).

O ideal de igualdade do Comando de que fala Biondi, e que em seu argumento resulta de/em uma organização coletiva “maior que seus operadores”, aparece, nos dados de campo produzidos a partir das etnografias em prisões femininas de São Paulo, bastante próximos de fundamentos políticos calcados na “universalidade dos direitos” mantidos por meio da “capa de neutralidade técnica” de seus operadores (Vianna, 2014: 55). Ao longo de sua dissertação de mestrado, Biondi retoma as ponderações de Antônio Rafael Barbosa sobre o fato de que “nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão” (Barbosa, 2001: 173). Deste modo, a autora reconhece a relação entre o PCC e aparatos de justiça estatal já que o Comando decorre dos processos de estado que produzem a prisão. Meu argumento, contudo, pretende ilustrar que o “ideal de igualdade”, sobre o qual repousa grande parte da prática do Primeiro Comando da Capital no argumento desta autora, está balizado no “ideal de universalidade de direitos” que regula a produção “neutra” / “técnica” dos protocolos, relatórios e despachos publicados no site do Tribunal de Justiça. Fundamentos que são tensionados cotidianamente pelas diferenças e assimetrias produzidas pelos próprios aparelhos estatais postos, na ordem dos discursos de autoridade, como dispositivos de igualdade.

Como o próprio Foucault já argumentou (2001), o triunfo da forma-prisão na modernidade deve-se, sobretudo, ao fato de o encarceramento apresentar-se como um castigo balizado por um ideal igualitário que quantifica a pena de acordo com o tempo de privação da liberdade, “considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem” de todos os indivíduos (Foucault, 2001: 14). Por meio do desenvolvimento de sua exposição acerca de processos de esquadramento dos sujeitos,

contudo, o autor elucida que a prisão, mais do que resultado do reconhecimento da universalidade dos direitos que interdita como punição, é um dispositivo de diferenciação (sujeição e subjetivação): “uma fábrica de criminosos”.

Ao ser reiterado por meio de práticas que produzem diferenciações, o ideal de igualdade subleva a justaposição entre processos de estado e do PCC na regulação ordinária da vida e das relações das pessoas presas. A “palavra”, aí, aparece como mecanismo central para os dois aparatos jurídicos. Afinal, como Das e Poole (2004) elucidaram, se “a maior parte do estado moderno está construído a partir de práticas de escrita” (p. 25), grande parte das práticas do Comando está fundamentada na “palavra”.

Os dados etnográficos de José Douglas Silva (2014), produzidos a partir de narrativas sobre “políticas estatais e criminais” na zona oeste da região metropolitana de São Paulo, ilustram que as posições políticas do PCC são arranjadas através do entendimento de “quem tá na palavra”, quer dizer, quem está com respaldo e aparatos de decisão/mediação entre as partes de um conflito. Nesse registro, mesmo que resoluções e políticas do Comando decorram de mecanismos preocupados em não produzir líderes individuais, mas sim operadores de um “coletivo superior”, e que “estar com a palavra” seja produto da ocupação de arranjos situacionais, como argumenta Biondi (2009), são esses operadores organizados segundo a distribuição de postos de autoridades fundamentados em quem tem ou não “palavra”.

De modo similar é o que argumenta Adriana Vianna (2014). A autora, ao se debruçar na produção de documentos pelos agentes do aparelho judiciário dos quais a definição de guarda de crianças e adolescentes resulta, analisa a autoridade de quem os escreve. Assistentes sociais, advogados e juízes são, nesse registro, autores de textos que “reduzem a termo” (Lowenkron e Ferreira, 2014) toda uma profusão de falas que são manejadas por meio da expertise dos agentes especializados do estado em fazer de dramas singulares, “atos burocráticos capazes, portanto, de certa padronização e dotados de suposta neutralidade racional” (Vianna, 2014: 56).

Ao fazer a relação entre “posições políticas que têm palavra no PCC” e postos jurídicos estatais de produção de documentos, não ignoro as especificidades de ambos os processos. Afinal, enquanto reduzir a escrito implica no acúmulo de papéis a serem arquivados em prateleiras e prontuários que cristalizam biografias e fichas criminais (Nadai, 2012), os registros dos “debates” são orais. As resoluções são tomadas através da expertise em argumentar por meio da fala, não da linguagem técnico-burocrática mimetizada por funcionários dos aparelhos estatais. Isso não quer dizer, contudo, que as resoluções produzidas oralmente nos “debates” deixem

de produzir os “visíveis e invisíveis – ou audíveis e inaudíveis” de que fala Adriana Vianna (p. 54).

Tanto quanto os documentos e resoluções publicadas nos sites das muitas varas do Tribunal de Justiça, a palavra final nos aparatos de gestão das relações do PCC determina “a verdade”. Em ambos os processos, o que está em jogo é a produção de uma verdade a qual, ao ser definida, lança sombra sobre as polissemias que a construíram. “E de que falam tais processos senão de complexos jogos sociais de produzir autoridades?” (Vianna, 2014: 49).

No que tange aos dados do campo apresentados neste artigo, a justaposição entre os aparatos jurídicos estatais e do Primeiro Comando da Capital se faz por meio das práticas dos agentes que ocupam postos – de trabalho e / ou políticos – situacionais nomeados de modo despersonalizado. Postos os quais, entretanto, os fazem detentores de registros, formulários, aparelhos celulares e palavras que os definem como autoridades que determinam “a verdade” acerca dos andamentos múltiplos de dramas vividos nas salas dos fóruns e nas celas das prisões. Dizer isso não significa considerar o PCC como “uma cópia mal feita do Estado” (Biondi, 2009: 54), antes significa voltar o olhar para os emaranhados que justapõem processos polissêmicos de regulação dos corpos e das relações dentro das prisões.

Enfocar para a articulação feita através das cartas nos processos de gestão das relações do PCC permite olhar mais atentamente para as assimetrias produzidas por estes. Como os extratos publicados pela Vara de Execuções Criminais, as cartas informam as histórias e agregam a elas observações sobre a localização e a data do envio desta ou daquela correspondência a qual ganha, neste contexto, certos elementos de autoridade.

Laura Lowenkron e Leticia Ferreira (2014), ao etnografarem processos de produção de inquéritos sobre tráfico internacional e de desaparecimento de pessoas pelos policiais federais e civis do Rio de Janeiro, ilustram a importância que “seguir os papéis” tem em suas pesquisas antropológicas feitas dentro do aparato judicial/policial. As autoras argumentam que “como diz o jargão jurídico, ‘o que não está nos autos não está no mundo’, de modo que uma investigação [policial] não documentada é como se não tivesse existido”. (Lowenkron e Ferreira, 2014: 84). Não é o que ocorre com os “debates” do Comando. Palavras não documentadas são, nestes, reconhecidas como parte do mundo a ser levado em conta. Mas isso não significa que a ferramenta de explicitar por meio da escrita os implícitos (Goody, 1987) seja ignorada neste processo. O jargão policial ao qual Lowenkron e Ferreira se referem poderia ser traduzido para a análise proposta neste artigo da seguinte forma: “o que não está

nas cartas está no mundo, mas o que está nas cartas pode ser posto em relevo sobre o mundo”.

A questão que se coloca, e que atravessa tanto as análises de Lowenkron e Ferreira quanto as decorrentes dos dados de campo desta pesquisa, é: quem pode, sobre que termos e em quais contextos podem ser postas cartas, ou autos, sobre o mundo?

Como argumenta Gabriel Feltran (2010c), ao se debruçar sobre discursos e práticas, as etnografias possibilitam uma “equação compreensiva entre igualdade e diferença, em sua normatividade” (p.578). Deste modo, o autor propõe que os “estereótipos” de categorização, tais como “quem é moreno”, “quem é branquinho”, “quem é viado” (p.574), sejam levados a sério pela análise etnográfica, pois estes organizam normativamente o cotidiano e o coloca, ainda, em relação a outro plano normativo para o qual estas clivagens seriam inexistentes: o plano jurídico-político que considera a todos “igualmente” como cidadãos. As histórias de Danielle e Denise são exemplos da potência analítica da etnografia para a qual Feltran chama atenção.

As personagens deste artigo articulam suas práticas a partir da coexistência dos planos normativos de categorizações das diferenças e da igualdade político-jurídica. Os “debates”, a que Danielle toma parte, estão fundamentados na ideia de que é necessário haver uma discussão para que todas as partes do conflito possam ter os mesmos direitos de fala. Ao mesmo tempo, como dispositivo de igualdade, “o debate” leva em conta nas suas ocorrências categorizações que diferenciam os sujeitos discursivamente. É o que ocorre, também, com escritas e encaminhamentos de papéis às instâncias jurídicas estatais de reconhecimento de direitos. Denise, Patrick e suas muitas colegas da prisão articulam com distinções homossexuais para demandarem a igualdade de acesso às visitas comuns e íntimas reguladas através do dispositivo da heterossexualidade normativa e compulsória (Rubin, 1993).

É no nó das tensões entre diferenças e (des)igualdade que têm incidido grande parte das etnografias sobre instituições e processos de estado. Os trabalhos de Regina Facchini (2005) e Silvia Aguião Rodrigues (2014) ilustram como os grupos de militância homossexual têm, historicamente, articulado as demandas por acesso a direitos considerados universais por meio dos usos radicais das especificidades que diferenciam lésbicas, gays, bissexuais¹⁶. Diferenças profundamente intersectadas por atributos de classe e raça em corpos socialmente identificados como transexuais,

16 Adriana Vianna e Paula Lacerda (2004) argumentam que a criação de sujeitos de direitos especiais/diferenciados é um processo histórico e político bastante amplo, que ocorre no final do século XX, visibilizado por movimentos políticos de demandas sexuais os quais, têm como fundo, a produção de “direitos humanos” frente às especificidades dos sujeitos.

travestis, mulheres, homens. De mesmo modo, as pesquisas de Larissa Nadai (2012) e Fabiana Andrade (2012) elucidam que o atendimento semanticamente igualitário da Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de Campinas, é atravessado por categorias de diferenciação materializadas nos corpos daquelas que chegam para prestar (ou não) queixas. As vítimas de “violência doméstica”, argumentam as autoras, são produzidas não “apenas” através dos depoimentos por elas oralizados, mas pelas roupas que vestem, pelas cores dos cabelos, pelos usos ou ausência de maquiagem. Ser vítima, portanto, implica na performatividade das especificidades socialmente atribuídas a esta categoria normativa (Vianna e Farias, 2011).

No tocante dos dados de campo apresentados acima, “gordinha, baixinha e mãe de três filhos”, “loira e branquinha”, “sapatão” e “estrangeira/o” aparecem como diferenças que ordenam as relações e os sujeitos sem que sejam visibilizadas nas resoluções das verdades que definem, por fim, quem é “cunhada”, quem é “pilota” e quais relações produzem vínculos familiares.

Materializadas nos corpos por de atributos, mas principalmente, por meio dos vínculos familiares, sexuais e afetivos, as diferenças de classe, gênero e sexualidade incidem diretamente nos resultados das disputas acerca de quem é ou não “mulher bandida”. Assim como a constituição da “vítima de violência doméstica”, a categorização sobre ser “mulher” no Comando se faz através de negociações assimétricas gestadas não só pelas expertises retóricas, mas pelas performatividade das especificidades socialmente atribuídas às “bandidas”.

Focar a análise no campo normativo da igualdade, portanto, implica em lançar sombra para a difusão das diferenças que fazem funcionar os aparatos jurídico-policiais. Afinal, são estes que gestam sobre as categorias de diferenciação produtoras de fronteiras entre os sujeitos. Dizer isso não significa considerar que distinções produzam *apartheids*, mas sim compreender, como faz Gabriel Feltran, que onde fronteiras são acionadas, existe tensão, contato e motilidade (Tilly, 1998). Especificidades (e (des)igualdades) são postas nas práticas das relações cotidianamente produzidas pelos sujeitos sentados dos “dois lados do guichê”:¹⁷ o agente do estado e o cidadão a ser atendido. Estas também são profusões narrativas reduzidas a termo.

Não poderia, entretanto, terminar este texto sem antes enfocar a categorização da diferença que está de modo latente, estabelecendo fronteiras entre os sujeitos

17 Retiro a expressão “dos dois lado do guichê”, da frase repetida por Adriana Vianna em conversas informais, debates e mesas: “do outro lado do guichê também é bagunça”. Ao dizer isso, Adriana, genialmente, articula teorias como as de Abrams (2006) e Mitchell (2006), elucidando que no ato de entrega e recolhimento de formulários, processos, atestados, estão postos dois sujeitos em relação. Lançar luz sobre a relacionalidade estabelecida entre agentes de estado e “cidadãos de direitos” não implica em desconsiderar as assimetrias aí estabelecidas, antes, implica em produzir espaços analíticos acerca destas.

nas regulações jurídicas do PCC postas no presente relato etnográfico. Não é possível reduzir a termo tão evidente justaposição regulatória entre estado e Comando.

ENTRE ESCRITAS DE ESTADO E COMANDO NA ZONA CINZENTA DE ACESSO AO AMOR E À FAMÍLIA

Em *Romeu e Julieta e a Origem do Estado*, Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquem de Araújo (1977) propõem uma análise da peça de Shakespeare a relacionando com a célebre obra política de Maquiavel, *O Príncipe*. Viveiros de Castro e Araújo argumentam que se Maquiavel trata da moralidade política como descolada das moralidades familiares feudais e religiosas a centralizando na figura do Príncipe, em *Romeu e Julieta*, o amor é colocado em oposição ao direito. Este último, parte do âmbito nominal, tradicional, familiar. A ideia do ensaio é olhar para como “sentimentos e emoções” são, no “Estado moderno ocidental”,¹⁸ postos em oposição às “estruturas normativas”. Por meio desta oposição entre “afeto” e “direito”, os autores procuram elucidar um duplo caráter do amor, simultaneamente individualizante e generalizante: são, a princípio, indivíduos específicos que se amam, mas que passam a compor uma relação onde se constrói “não dois indivíduos, mas um verdadeiro *indivíduo dual*” (151). Deste modo, *Romeu e Julieta* são rebatizados, refutam seus nomes, suas redes de relações sociais: “Não me chames Romeu... mas sim o Amor” (p.150). Este amor, individual e generalizante, transgressor das interdições sociais é carismático, apresenta-se como um ato de liberdade (Viveiros de Castro & Araújo, 1977: 158). Para os autores, este amor centraliza o poder estatal ao retirar das famílias a força política. O amor separa os indivíduos da sociedade, diferencia as “famílias” do “Estado” que passa a ser o protetor das “escolhas afetivas” individuais.

O Amor de *Romeu e Julieta*, de que falam Viveiros de Castro e Benzaquem Araújo, por mais generalizante que seja é fundamentalmente heterossexual. Este é o amor fundante dos processos de estado. Levar isso em conta não implica, entretanto, em desconsiderar o carisma implícito nas disputas travadas socialmente pelos direitos ao amor e à família homossexual (Uziel, 2006; Mello, 2006; Miskolci, 2007). A produção documental que Denise e Patrick insistiam em fazer, por exemplo, estava inserida num contexto afetivo lavrado pelas demandas por visitas, íntimas ou não, tramadas desde uma luta carismática em prol da manutenção de laços de

18 A expressão “Estado moderno ocidental” não é, assim, utilizada por Viveiros de Castro e Araújo que, entretanto, falam, ao longo do texto, em Estado, ocidente (ou ocidental) e tratam de textos classicamente situados como marcadores de uma transição política feudal para outra, “moderna”. Uso esta expressão, portanto, na tentativa de situar o objeto do texto aqui citado. Entendo, contudo, que cada palavra que compõem essa complexa expressão pode ser amplamente apreciada.

amor fortemente atrelado à noção de casamento. O reconhecimento das Uniões Civis Homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal, assim, referia-se ao reconhecimento do amor como sentimento capaz de constituir laços matrimoniais monogâmicos e higiênicos.

Nesse sentido, do mesmo modo que o amor pode ser tomado como designação genérica, também o é a violência que se impõe ao que não é considerado amor: a violência empreendida na lógica móvel que define zonas de legitimidade e ilegitimidade das relações sexuais. Enquanto se legitima o amor, a família e a união civil homo(hetero)sexual, mantêm-se ilegítimas relações não conformadas ao casamento, ou, nas palavras de Butler, “o campo sexual é pensado de tal modo que a sexualidade é pensada em termos de casamento e o casamento é pensado em termos de aquisição de legitimidade” (Butler, 2003, p. 226-227).

Partindo de Foucault, Judith Butler (2010) argumenta que o poder jurídico é um mecanismo, uma tecnologia produtiva por meio da qual todas as práticas que tentam ir “além das normas” são reguladas. Deste modo, normas de gênero, de sexualidade e conjugalidade contêm em si oposições a elas: nada, portanto, está fora da norma. Para a autora, as demandas de regulação da vida íntima presentes nos discursos do movimento gay produzem e mantêm, ativamente, definições de onde a sexualidade pode ou não estar. Mais do que isso, retroalimentam regulações estatais que tendem a configurar parâmetros de personalidade e de sujeitos de acordo com normatividades de especificações sexuais (Foucault, 1979).

É também nesta zona normativa sexual onde os aparentes paralelismos dos aparatos jurídico-regulatórios estatais e do Primeiro Comando da Capital se justapõem. Em ambos há a preocupação de produzir “perfis”, “caminhadas”, balizadas por históricos e vinculações sexuais normalizadas/normalizadoras. Este é o ponto de convergência entre a história de Danielle com o contexto de profusão documental em que estava inserida a relação de Denise e Patrick.

Danielle produzia perfis de sua caminhada sexual por meio de processos de escrita e retórica que a legitimava perante os agentes do PCC e, assim, a possibilitava ascender na ou permanecer vinculada à “Família” como mulher, heterossexual, casada. Legitimação que a conformava (ou não) a uma rede privilegiada de campos de ação (Tilly, 1998) e possibilidades de agências (Mahmood, 2001; Piscitelli, 2008). A caminhada de Danielle, assim, era tramada em sua argumentação nas negociações com os “irmãos” (posto aqui em sentido amplo) segundo uma coerência que localizava suas práticas sexuais e seus vínculos afetivos dentro da rede familiar matrimonial heterossexual. A falta de Danielle foi, nesse sentido, articular seus

prazeres/gozos fora desta ordenação das relações. Mas mesmo esta falta pôde ser regulada em sua retórica como um escape possível e coeso frente às atribuições de gênero a ela vinculadas. A produção de “perfis (auto)imaginados” (Beleli, 2012) por Danielle, articulava atributos sexuais, raciais e de classe socialmente complexificados pela exposição de elementos de consumo e “capital” estético (Bourdieu, 2007) tais como ser “loira”, “alta”, “magra”, “estrangeira”, “bonita”. Em suas narrativas, os perfis vinculavam-se a um imaginário que escapava das (por vezes penosas) atribuições elencadas a ser “mãe de três filhos” e “casada”. Atribuições corporificadas em sua autodescrição como “baixinha e gordinha”.

Posto nesse registro, as artimanhas de Danielle coincidiam com a de uma mulher cansada de sua rotina que decide produzir rotas alternativas a ela por meio das tecnologias digitais disponíveis nas redes sociais.¹⁹ A tecnologia a sua disposição eram as cartas que, na convergência do que Iara Beleli (2012) ilustra ocorrer com o site de relacionamento *Par Perfeito*, estavam vinculadas ao mercado de consumo de fotos, nomes e cigarros. Tal tecnologia de escrita provia para Danielle certo “lugar” de liberdade dentro da prisão. Certo lugar a ela acessível e por ela regulado. De mesmo modo ocorria com Denise e Patrick.

Nas palavras da irmã caçula de Danielle, “presa, ela se sentia mais livre para experimentar uma relação homossexual”. A carta que o marido de Denise a enviou como resposta a seu pedido de término do casamento e que a realocava às redes familiares – “ocorra o que ocorrer dentro da prisão, somos uma família” – sentenciava os caminhos por onde Denise sabia que teria de, senão seguir, ao menos se articular. Estes caminhos não a deixavam infeliz e a informavam sobre como agenciar “ajudas” e “amores” fora/dentro da prisão. O amor que Denise sentia por Patrick só poderia ser sentido dentro dos pavilhões, lugar onde as rotas de fuga às regulações familiares em que ela estava enredada eram, mais facilmente, manejadas. De mesmo modo, era apenas na prisão que Denise e Patrick poderiam oferecer um ao outro, suportes materiais e emocionais os quais produziam a relação que, naquele contexto, queriam documentar.

O desejo da documentação da relação incitado por Patrick (mais do que por Denise) era, nesse sentido, empreendido com o objetivo de fazer-se ver aos processos

¹⁹ Como referência a esta imagem aciono, aqui, a peça de teatro de Contardo Calligaris “O homem da tarja preta”. Nesta, um homem, morador do bairro Jardins da cidade de São Paulo, alto executivo, casado e pai de um filho, navega por chats de encontros eróticos por meio do perfil de uma mulher criada por ele. O personagem da peça busca sentir os prazeres vividos por meio do perfil “(auto)imaginado” de uma “mulher vadia”, que gosta de “ser comida com força” por homens “alfas” que gostem de práticas sexuais masoquistas. Outras imagens que podem ser acionadas da produção de lugares de escapes, aí por mulheres de classes médias intelectualizadas das décadas de 1920 e 1960 e não relacionadas às mídias digitais, são o romance de Vigínia Woolf, *Mrs. Dalloway* e o conto de Doris Lessing, *O quarto 19*.

de estado. De ser por eles regulado e legitimado acessando assim direitos familiares aos quais estavam arroladas, nas narrativas do casal, as visitas e a permanência de Patrick no país. O fazer-se ver aos aparatos regulatórios estatais das relações sexuais estava, portanto, vinculado à abertura de possibilidades de agenciamento frente aos mesmos. A crítica de Butler (2003 e 2010) aos movimentos homossexuais, nesse registro, é tensionada pelas articulações que os sujeitos fazem para serem inseridos na zona de legitimidade estatal e, assim, terem como manejar suas demandas e ações desde “‘dentro’ e ‘fora’ do Estado” (Vianna, 2013).

Como argumentei em minha dissertação de mestrado (Padovani, 2010), a sexualidade é ponto nevrálgico da gestão dos corpos sujeitados(subjetivados) pela instituição prisional. Os processos de normalização e desvio dos sujeitos implicados numa concepção biologizante da vida social que articula o sexo em uma ordem econômica e definidora das utilidades (re)produtivas e inutilidades estéreis, são fundantes das penitenciárias. O discurso criminológico é construído sobre a base do “dispositivo da sexualidade” (Foucault, 1979). É nesse mesmo registro que recai o destaque dado por Foucault à palavra “população” em suas análises sobre poder do estado e aparatos gerenciadores os corpos e das relações. Trata-se de “uma biopolítica da população” fundamentada na vontade de saber sobre os corpos que ela produz, encarcera e coloca em discurso por meio das escritas que informam e registram saberes. Ironicamente: “acreditamos que nisso está nossa liberação” (Foucault, 1979:149).

E por hora, não será mesmo libertador ser enquadrado? Não seria este um mecanismo estratégico das demandas articuladas por Patrick, Denise e suas colegas de pavilhão? A luta pelo direito às visitas homossexuais na Penitenciária Feminina da Capital, em que estava inserida a produção documental de Denise e Patrick, era uma batalha travada no artilho das regulações das sexualidades, no artilho do desejo pela legitimação dos aparelhos estatais. Isso não é pouco. A demanda política por legitimação ou pelo reconhecimento é a demanda pelo enquadramento. Inseridas na capilarização e agenciamento das tensas urdiduras entre interditos sexuais e tramas de saber-poder sobre eles, as histórias de Danielle e Denise recaem sobre a produção de corpos e relações pelo dispositivo da sexualidade e pelas tecnologias de inscricuras/escrituras, como são as cartas e os documentos, que mapeiam os sujeitos. É por meio destes jogos que os vínculos das personagens deste artigo são examinados e enquadrados. A tensão que se coloca é entre zonas de legitimidade e de ilegitimidade estabelecidas em meio a relações reconhecíveis e outras sobre as quais não se pode escrever. Tensão entre corpos identificáveis e aqueles normativamente imensuráveis.

Os matrimônios tramados por Danielle e Denise eram mensurados e reconhecíveis pelos aparatos jurídicos reguladores da vida e das práticas sexuais dos sujeitos nas prisões. Suas produções escritas e retóricas eram, nesse sentido, atravessadas pelos controles e, ao mesmo tempo, pelas possibilidades de escapes a eles. Assim, se as artimanhas de Danielle foram cooptadas pelas redes de gestão das relações do PCC, isso não a implicou em um arranjo relacional nas margens da legitimação e do reconhecimento. Ao contrário, logo Danielle foi regulada pelos mecanismos dos aparelhos jurídicos do Comando e assim rearranjada em outra posição. Assumiu o posto que não queria assumir: o de “pilota” de um dos pavilhões da Penitenciária Feminina de Santana. “Posição de grande atribuição de responsabilidades”.

Denise também foi rearranjada por e na sua rede familiar. As ferramentas de documentação de seu casamento com Patrick logo foram cooptadas e refeitas no sentido de serem atribuídas à sua união com o marido, amigo dos irmãos. Já Patrick, desapareceu aos olhos daquelas que configuravam a rede de suas relações sociais, seus vínculos escritos. Em liberdade, fora da prisão, não há mais como identificar Patrick. Seu nome sem registros se perdeu na zona cinzenta do reconhecimento civil. Nesta, liberdade e controle, direitos e violência são permanentemente tensionados e negociados por um duplo nível de discursos separados apenas precariamente. Afinal, as retóricas impressas em papeladas jurídicas e cartas normalizam e equalizam direitos e demandas, mas isso não significa que estas circulem incólumes aos gozos e às substâncias que compõem o outro nível difuso e capilar do discurso, apreendido somente nos relatos e experiências das relações humanas (Das, 1999). Na zona cinzenta em que Patrick não pode mais ser encontrado, estão outras personagens que agenciam as informações e os saberes no permanente jogo que encadeia “amor”, mercado, prisão e migração à intangível liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. 2006. “Notes on the Difficulty of Studying the State”. In: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil (Ed.), **The Anthropology of the State: A Reader**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 112-130.

ANDRADE, Fabiana. 2012. **Fios para trançar, jogos para armar: O fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

- BARBOSA, Antônio Rafael. 2001. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, PUC, Rio de Janeiro, 2(3), pp. 166-80.
- BELELI, Iara. 2012. "Amores on line". In: PELÚCIO, Larissa [et all] (orgs.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 53-70.
- BIONDI, Karina. 2009. **Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC**. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BUTLER, Judith. 2010. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós
- BUTLER, Judith. 2003. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?". In: **Cadernos Pagu** (21), Campinas- SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, pp.219-260.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1977. "Romeu e Julieta e a Origem do Estado", in: VELHO, Gilberto (org.) **Arte e Sociedade: Ensaios de sociologia e arte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 130-169.
- COMFORT, Megan. 2007. "'Partilhamos tudo o que podemos': a dualização do corpo recluso nos romances através das grades". **Análise Social**. Vol. XLII (185), pp. 1055-1079.
- DAS, Veena. 1999. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº 40, pp.31-42.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. 2004. "State and its margins: comparative ethnographies". In: Veena Das & Deborah Poole(orgs.), **Anthropology in the margins of the State**. Oxford: James Currency. pp. 3-33.
- DIAS, Camila Nunes. 2011. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

- FACCHINI, Regina. 2005. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond.
- FELTRAN, Gabriel. 2010a. "The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the 'PCC era'". In: **Vibrant Review**, v.7, n.10, pp. 109-134.
- FELTRAN, Gabriel. 2010b. "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo". In: **Caderno CRH**. Salvador: vol. 23, nº. 58, pp. 59-73.
- FELTRAN, Gabriel, 2010c. "Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana". In: **Revista de Antropologia da USP**. São Paulo: USP, vol.53, nº 2, pp. 565-610.
- FOUCAULT, Michel. 2001. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 24ª edição. Petrópolis, Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel. 1979. **História da sexualidade: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FURUKAWA, Nagashi. FURUKAWA, Nagashi. "O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo". In: **Novos estudos CEBRAP**, Dossiê Segurança Pública, pp. 21-41.
- GODOI, Rafael. 2010. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GODOI, Rafael. 2015. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GOODY, John. 1987. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Lisboa: Edições 70.
- LESSING, Doris. 1957. "O quarto 19". In: LESSING, Doris. **O quarto 19**. São Paulo: Editora Record.
- LIMA, Márcia. 2006. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

- LOWENKRON, Laura e FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers". In: **Vibrant**, vol. 11 nº 2, pp. 75-111.
- MAHMOOD, Saba. 2001. "Feminist Theory, Embodiment, and the Docile Agent: Some Reflections on the Egyptian Islamic Revival". In: **Cultural Anthropology**, 16(2), pp. 202-236.
- MARQUES, Adalton. 2009. **Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Adalton. 2008. "'Faxina' e 'pilotagem': dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional". In: **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia (UFRJ)**, vol. 25, 26, pp. 283-290.
- MELLO, Luiz. 2006. "Familismo (Anti)Homossexual e Regulação da Cidadania no Brasil". In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, nº 2, Florianópolis, pp.497-508.
- MISKOLCI, Richard. 2007. "Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay". In: **Cadernos Pagu** (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, pp.101-128.
- MITCHEL, Timothy. 2006. "Society, Economy and the State Effect". In: Aradhana e GUPTA, Akhil (Ed.), **The Anthropology of the State: A Reader**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 169-186.
- NADAI, Larissa. 2012. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2010. **"Perpétuas espirais": falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2011. "No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital", **Cadernos Pagu**, 37, pp.185-218.

PADOVANI, Natália Corazza. 2013. “Confounding Borders and Walls: Documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, vol. 10, nº 2, jul-dez 2013. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v10n2/natalia-corazza-padovaniconfounding-borders-and-walls/>

PADOVANI, Natália Corazza. 2015. **Sobre casos e casamentos: Das redes de afetos e dos relacionamentos amorosos através das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e Barcelona**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011. “Amor, apego e interesse: trocas sexuais, afetivas em cenários transnacionais”. In: Adriana Piscitelli; Glaucia Oliveira de Assis; José Miguel Olivar (orgs.), **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: UNICAMP/PAGU (Coleção Encontros), pp. 385-433.

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2008. “Actuando la “brasileñidade”? Tránsitos entre circuitos de turismo sexual y los mercados Del sexo y matrimonial europeos”. **Encontro da Associação de Estudos Latino Americanos**, Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2008 (mimeo).

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2006. **Jóias de família: Gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RODRIGUES, Silvia Aguião. 2014. **Fazer-se no ‘Estado’: Uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RUBIN, Gayle. 1993[1975] “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo. Tradução SOS Corpo. (Tradução do original: RUBIN, Gayle. *The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex*. In: REITER R. (Ed.). **Toward an Anthropology of women**. New York: Monthly Review Press).

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. 2012. “Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (rdd) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária”. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n.33, p.333-351.

SILVA, José Douglas. 2014. **Se o irmão falou, meu irmão, é melhor não duvidar: políticas estatais e políticas criminais referentes a homicídios na cidade de Luzia (2001-2013)**. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

TILLY, Charles. 1998. **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press.

UZIEL, Anna Paula et alii. 2006. "Parentalidade e Conjugalidade: Aparições no movimento homossexual". In: **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n°26, pp.203-227.

VIANNA, Adriana. 2014. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: CASTILHO, Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza e TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.) **Antropologias das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, FAPERJ, pp. 43-70.

VIANNA, Adriana. 2013. "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos". In: VIANNA, Adriana (org.) **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 15-35.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. 2011. "A guerra das mães". **Cadernos Pagu**, 37, pp. 79-116.

VIANNA, Adriana e LACERDA, Paula. 2004. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WOOLF, Virgínia. **Mrs. Dallaway**. 1980. Tradução de Mário Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ARTIGOS



CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONSUMO DE “TELEFONES INTELIGENTES”

Jaqueline da Silva Pereira

Graduanda de Ciências Sociais. Universidade Federal de
Mato Grosso. Bolsista Pibid/CAPES. Orientador: Drº Francisco
Xavier F. Rodrigues. PPGS/SOCIP-UFMT.
Email: Jaqueline.84pereira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o consumo do telefone celular atualmente denominado de *smartphone*. Portanto, através de levantamentos teóricos o trabalho traz primeiramente um breve

histórico acerca do avanço da tecnologia no século XX e em seguida expõe algumas análises contemporâneas das Ciências Sociais a respeito de tecnologia, consumo e obsolescência na produção capitalista.

INTRODUÇÃO

Atualmente uma parcela significativa da população urbana vem alocando grande centralidade no uso do *smartphone* devido as suas funcionalidades e ubiquidade¹. Estar conectado a essa tecnologia móvel demanda consumi-la e estar sempre disposto a atender às necessidades de renovação do aparelho. A gama de possibilidades inseridas a este tipo de tecnologia requer que nele operem uma série de aplicativos e programas, logo, num curto espaço de tempo o celular se torna lento, com memória reduzida, ou seja, renegado ao que o mercado chama de obsoleto.

Deste modo, surgem infindáveis discussões sobre consumo, consumismo, necessidades criadas pelo capitalismo, obsolescência programada, descartabilidade, questões relacionadas ao meio ambiente e etc. Como as questões são diversas, este trabalho pretende trazer à reflexão a questão do consumo do *smartphone* na dinâmica da sociedade capitalista, a partir das contribuições de teóricos como Castells (1999), Bauman (2008) e Pochmann (2014). Além disso, é exposto como confronto a essas análises as perspectivas dos estudos da Antropologia de Barbosa (2004), Barbosa & Campbel (2006) a respeito do consumo no Brasil.

TELEFONE INTELIGENTE: MINIATURIZAÇÃO E UBIQUIDADE

Conforme aponta a pesquisa de Coutinho (2014), o *smartphone* (telefone inteligente) não possui definição exata e definitiva pelo meio acadêmico. Contudo, a indústria o difunde como aparelho celular de altíssima tecnologia, que oferece recursos parecidos aos de um *notebook*, suportam uma série de aplicativos desenvolvidos por outras empresas e operam através de sistemas como *Android*, *IOS* e demais menos populares.

Athique (2013) compreende o avanço das tecnologias de forma importante durante a Guerra Fria ocorrida entre os Estados Unidos e União Soviética. Neste

1 Capacidade de estar em qualquer lugar.

contexto o capitalismo e o comunismo se lançaram numa intensa competição científica com objetivo de dominar as tecnologias existentes naquele período. Segundo o autor, o processo de miniaturização da informática se deu relacionado à questões de ordem política, cultural e, sobretudo, mediante interesses estatais e de controle que passavam pela guerra e o objetivo na expansão de mercados. Athique aponta ainda, que o desenvolvimento das mídias digitais em especial o processo de miniaturização dos computadores surgido nos anos 70, se deu principalmente em consequência da disputa pela corrida espacial que demandava tornar objetos tecnológicos portáteis e acopláveis aos ônibus e foguetes espaciais.

Porém, para Castells (1999), a expansão da microinformática não deve ser explicada por uma necessidade da Guerra Fria. O choque ocasionado pelo Sputnik² (entre 1957 e 1960) foi respondido com tecnologias desenvolvidas na década de 60, não da década de 70. E que o impulso da tecnologia militar norte americana se deu em 1983 com o programa “Guerra nas Estrelas” que expandiu as tecnologias da década anterior. Apesar de a *internet* ter se originado de pesquisas patrocinadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, só foi usada para aplicações militares anos depois, no mesmo período em que os grupos da contracultura estavam se organizando para expandir os usos das redes. Portanto, a miniaturização e o desenvolvimento de tecnologias como computadores pessoais, é muito mais consequência de uma conjuntura estabelecida na Califórnia dos anos 70, do que de necessidades militares.

(...) a invenção do microprocessador por Ted Hoff, enquanto tentava atender ao pedido de uma empresa japonesa fabricante de calculadoras de mão em 1971, resultou dos conhecimentos e habilidades acumulados na Intel, em uma estreita interação com o meio de inovação criado desde 1950, no Vale do Silício. Em outras palavras, a primeira revolução em tecnologia da informação concentrou-se nos Estados Unidos e, até certo ponto, na Califórnia nos anos 70, baseando-se nos progressos alcançados nas duas décadas anteriores e sob a influência de vários fatores institucionais, econômicos e culturais. Mas não se originou de qualquer necessidade preestabelecida. (CASTELLS 1999, p. 98).

Segundo Coutinho (2014) é no contexto da profusão da *internet* e da sua capacidade de comunicação instantânea e não instantânea que surge em 1992 o que pode ser denominado de primeiro *smartphone*, o Simon. Desenvolvido pela IBM, revolucionário para a época possuía tela sensível ao toque e teclado para envio de

2 Sputnik foi o primeiro satélite artificial enviado para a órbita da terra em 1957 pela União Soviética. Este fato deu início a corrida espacial durante a Guerra Fria.

mensagens e *e-mails*, porém não se perpetuou entre seus usuários por motivos incertos e logo foi retirado do mercado. Mccarty (2011) explica que apenas em 1997 a Ericsson utiliza propriamente o termo *smartphone* ao lançar o modelo GS88, mas a Nokia havia lançado o modelo 9000 *communicator* no ano anterior que obteve maior sucesso de vendas e críticas, sendo considerado o primeiro *smartphone* por excelência.

Castells (1999) afirma que esses novos sistemas de comunicação implicam uma transformação radical no espaço e tempo que são fundamentais à vida humana. Então, o tempo é eliminado, já que passado, presente e futuro podem estar interagindo na mesma mensagem. O autor define esses espaços de fluxos contínuos e intemporais de “cultura da virtualidade real”, já que transcendem o que foi historicamente transmitido e ao mesmo tempo o inclui, onde o “faz de conta” vai se tornando realidade.

Conforme foi pontuado, o *smartphone* possui funções de um pequeno computador portátil. As pessoas se comunicam por aplicativos de mensagens instantâneas, utilizam *e-mail*, acessam ao banco, pagam contas, visualizam redes sociais, fazem registros através da câmera fotográfica, ouvem música, leem livros, entre outras coisas, em qualquer lugar. A qualidade de ser ubíquo é uma das características mais relevantes dos telefones celulares, especialmente a esses modelos com capacidades que ultrapassam a limitação da realização de simples ligações telefônicas.

Tecnologias como o *smartphone* podem ampliar a sociabilidade e facilitar algumas tarefas do dia a dia devido suas abrangentes funcionalidades, possibilidades de comunicação e ubiquidade. A indústria avança na esfera tecnológica e estimula o consumo de um produto considerado indispensável principalmente para as populações de áreas urbanas. Nesse sentido, a reflexão acerca das melhorias permitidas pelo aparelho no cotidiano das pessoas deve ser associada à questão do consumo desse modelo de tecnologia na atual sociedade capitalista.

TECNOLOGIA E CONSUMO

Castells (1999) afirma que a revolução da tecnologia da informação foi fundamental para a reestruturação do sistema capitalista a partir década de 1980. Sendo que tal processo foi moldado segundo as lógicas e interesses do próprio sistema, onde o informacionalismo surge como novo modo de desenvolvimento capitalista, que outrora se baseava no industrialismo.

O informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade

do processamento da informação. Embora graus mais altos de conhecimentos possam resultar em melhores níveis de produção por unidade de insumos, é a busca por conhecimento e informação que caracteriza a função da produção tecnológica no informacionalismo. (CASTELLS, 1999, p. 54).

É possível relacionar a análise de Castells sobre informacionalismo e a acumulação de conhecimento aos processos de intensa inovação dos atuais aparelhos eletrônicos, entre estes os telefones celulares. O lançamento de um novo modelo de *smartphone* agregando componente com funcionalidade mais avançada é constante, ou seja, o informacionalismo além de produzir mais em menos tempo também permite que tecnologias diferentes sejam lançadas em menor espaço de tempo. E ainda, quando um produto é apresentado ao mercado, já existe conhecimento e tecnologia para produção de alguns modelos subsequentes.

Segundo notícia divulgada em outubro de 2015 pelo portal Tec Mundo, a Intel³ afirma que em 2025 possivelmente exista a “*internet das coisas*”. A conexão irá além dos *smartphones*, *laptops* e *tablets*, estará nos automóveis, casas e outros objetos. Portanto, atualmente existem projeções de modelos tecnológicos que estarão em uso daqui a 10 anos. A pesquisa anual, Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴, demonstra que existem atualmente 168 milhões de *smartphones* em uso no país. O Brasil possui 206,08 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁵, e um expoente consumo de telefones celulares. Nessa perspectiva, a indústria e empresas de telefonia têm cada vez mais pensado a criação de novos aplicativos funcionais e de entretenimento, bem como a produção de aparelhos com tecnologias mais avançadas.

Conforme explica Silva (2012), a obsolescência programada surgida na indústria do século XX é estratégica ao reduzir a duração dos produtos, estimular a compra e fazer “girar a roda da sociedade de consumo”. A lógica da descartabilidade é central na discussão sobre o consumo de novos modelos de produtos num curto espaço de tempo.

Em outras palavras, as coisas já são feitas para durarem pouco (...) a história da obsolescência programada confunde-se com a história da indústria no século XX (...) visto que, na década de 1920, um

3 Multinacional norte americana fabricante de microprocessadores, circuitos integrados entre outros.

4 Disponível em: <<http://www.abep.org/blog/noticias/168-milhoes-de-smartphones-no-brasil/>> Acesso em: 07 nov. 2016.

5 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-brasil-ja-tem-206-milhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

cartel que reunia em Genebra fabricantes de todo o mundo decidiu que as lâmpadas teriam uma validade de apenas 1.000 horas, embora a tecnologia da época já pudesse produzir lâmpadas mais duráveis. Com a crise de 1929 e a conseqüente queda do consumo, a obsolescência programada se consolidou como uma estratégia da indústria para retomar o crescimento (...) até tempos bem recentes, com o famoso caso da primeira geração do iPod em que um artista de Nova York pagou US\$ 500 por um iPod cuja bateria parou de funcionar oito meses depois e, quando foi reclamar, a resposta da Apple foi de que valeria a pena comprar um novo. O caso gerou passeata e ação coletiva na justiça. (SILVA, 2012, p. 183).

Silva (2012) observa ainda, que a obsolescência programada não diz respeito apenas a durabilidade dos produtos, ou seja, não se limita a questão especificamente tecnológica, mas está também no âmbito psicológico. Para muitas pessoas ser feliz está associado a adquirir o último modelo de qualquer coisa para poder “estar na moda”. Assim, esses sujeitos estão atendendo a necessidades fabricadas pelo mercado, não necessariamente relativas a demandas reais de suas vidas.

Neste aspecto cabe pontuar a diferenciação entre consumo e consumismo apontada por Bauman (2008). Para o autor, o consumo está relacionado a sobrevivência humana, sendo comum às sociedades. Enquanto o consumismo diz respeito à satisfação de necessidades criadas pelo sistema capitalista. É possível associar o caso específico dos *smartphones* à análise de consumo de produtos feita pelo sociólogo. Este modelo de telefone celular demanda programas para seu funcionamento que são constantemente atualizados. Logo, num curto espaço de tempo esses programas não “cabem” mais no espaço anteriormente disponível, tornando o aparelho pouco eficiente, de memória limitada, conseqüentemente obsoleto.

A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser pré-concebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose de novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem). Entre as maneiras a que o consumidor enfrenta a insatisfação, principal é descartar o objeto que as causam. A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo. (BAUMAN, 2008, p. 31).

No Brasil, o crescente acesso aos bens de consumo está associado à discussão que concerne à melhoria de renda dos trabalhadores principalmente nos últimos doze anos. Contudo, Pochmann (2014) atenta que houve diminuição na base da pirâmide do país, ou seja, uma parcela da população saiu da linha da miséria e

passou a fazer parte do grupo dos trabalhadores pobres das grandes cidades com renda média de 1,5 salários mínimos (pouco mais de mil reais). Além disso, essa população obteve acesso a crédito para consumo de bens anteriormente acessíveis apenas a classe média. Estes produtos foram popularizados por conta das alterações produtivas do capitalismo e das políticas de distribuição de renda.

Nessa perspectiva, para Pochamann (2014), a fragmentação do processo produtivo na globalização capitalista diminuiu o valor da produção dos bens considerados duráveis, como eletrodomésticos computadores e *smartphones*, tornando-os produtos de consumo dos trabalhadores, mas sem fazer destes uma classe média. Apenas uma pequena parcela teve, ou terá, acesso a bens de maior valor como casa própria, automóvel e ingresso ao ensino superior.

Já na perspectiva da Antropologia do consumo, Barbosa (2004) afirma ser necessário analisar o consumo no Brasil além das perdas e ausências. É importante enfatizar os ganhos e mudanças positivas em grupos sociais e nas melhoras do seu padrão de vida. E ainda, desvincular a noção automática de consumo com temas negativos como materialismo, exclusão, individualismo, hedonismo, lassidão moral, falta de autenticidade, desagregação dos laços sociais e decadência tão associados ao consumo desde o início do século XVII. A autora compreende que essas discussões dificultam e misturam conceituação e análise sociológica com moralidade e crítica social.

Barbosa & Campbel (2006) observam a importância de analisar a questão além do produto direto. A produção não deve ser a única determinante do consumo. Pois, a mercadoria como *locus* privilegiado nas análises reduz os consumidores a “sujeitos passivos” do capitalismo e da propaganda e *marketing*. Assim, as autoras apontam a necessidade de ampliar as perspectivas teóricas e interpretativas para compreender a “complexidade do fenômeno do consumo no mundo contemporâneo”.

Observa-se no cotidiano de áreas urbanas que não possuem um telefone celular de modelo *smartphone*, tem se caracterizado uma limitação no âmbito do consumo (mesmo que isso seja uma escolha), uma desconexão com as tecnologias ubíquas e uma restrição de integração social que acaba se limitando ao face a face, a um computador, desde que conectado a *internet*, ou ainda ao “estranho” telefone fixo.

O que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais. Em razão de sua existência, todas as espécies de mensagens do novo tipo de sociedade funcionam em um modo binário: presença/ausência no sistema multimídia de comunicação. Só a presença nesse sistema integrado permite a comu-

nicabilidade e socialização da mensagem. Todas as outras mensagens são reduzidas à imaginação individual ou às subculturas resultantes de contato pessoal, cada vez mais marginalizadas. (CASTELLS, 1999, p. 457- 458).

Para Pochmann (2014), o barateamento de bens considerados duráveis é importante para a crescente popularização do seu consumo. Esses produtos são monopólio de grandes corporações que movimentam grandioso capital monetário e tecnológico. Então, o consumo massificado desses bens no mundo todo supre uma enorme quantidade de produção. O autor compreende que esse consumo massivo é uma necessidade do próprio sistema capitalista.

Cabe salientar, que o uso do *smartphone*, principalmente nas áreas urbanas, tem trazido benefícios ao cotidiano das pessoas. Apesar das questões relacionadas ao consumismo, ao meio ambiente, à constante criação de demandas pela indústria capitalista e dos questionamentos quanto às relações sociais face a face, a tecnologia avança e tende a ser incorporada cada vez mais. A ampliação da comunicação com custos reduzidos em decorrência da conexão com a *internet*, a possibilidade de realizar tarefas sem necessariamente estar utilizando um *notebook*, ou computador de mesa e o uso de aplicativos com finalidades de estudos ou entretenimento, são alguns exemplos que amplificam o consumo do produto.

Além disso, essa pequena e portátil central multimídia pode custar menos que *notebooks* e computadores que não acoplam as funcionalidades permitidas pela telefonia, a exemplo da conexão com o popular *whatsApp*⁶. Segundo pesquisa divulgada em agosto deste ano no evento *Global Mobile Internet Conference (GMIC)*⁷, o *whatsApp* continua sendo o aplicativo mais utilizado pelos brasileiros⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi pontuado, a tecnologia no século XX passou por diversos avanços culminando no século XXI o surgimento de aparelhos versáteis, ubíquos e amplamente disseminados como o *smartphone*. A tecnologia desse modelo de aparelho facilitou o dia a dia das pessoas em diversos aspectos, ampliou as formas comunicação e conseqüentemente houve o crescimento vertiginoso do seu consumo no Brasil e no mundo. Todavia, as constantes solicitações de atualizações de seus

6 Aplicativo para troca de mensagens instantâneas. Depende de conexão com internet para operação.

7 Pesquisa desenvolvida pela empresa de estatística Cheetah Global Lab.

8 Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/apps/108862-whatsapp-facebook-apps-usados-brasil-afirma-estudo.htm>> Acesso em: 07 nov. 2017.

programas ocasionam uma acelerada obsolescência e a decorrente necessidade do consumo de um novo aparelho atualizado.

Nesse sentido, é indissociável a análise do consumo desse modelo de tecnologia ao modo de produção capitalista. Porém, não se pretendeu aqui enfatizar o caráter utilitarista do aparelho e desconsiderar totalmente os aspectos das relações sociais imbricadas em torno do telefone celular. É importante fazer uma reflexão acerca de ambos os aspectos. Aquele referente à problemática em torno da alta rotatividade do consumo que implicam questões além do lucro capitalista, mas também de ordem ambiental. E ainda, das melhorias concernentes às diversas atividades do dia a dia das pessoas e do relacionamento entre elas. O olhar em direção a realidade não deve se limitar a uma esfera, mas também identificar suas ambivalências. Em relação ao uso, consumo e avanços tecnológicos do *smartphone* não se deve perder de vista que a sociedade é eixo central no protagonismo desses fenômenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

168 milhões de smartphones no Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, 02 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org/blog/noticias/168-milhoes-de-smartphones-no-brasil/>> Acesso em: 07 nov. 2016.

ABDALA, Vitor. IBGE: Brasil já tem 206 milhões de habitantes. **Empresa Brasil de Comunicação**, Brasília, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-brasil-ja-tem-206-milhoes-de-habitantes>> Acesso em: 07 nov. 2016.

ATHIQUE, Adrian. Building a Digital Society In: _____ **Digital Media and Society: an Introduction**. Malden: Polity, 2013 (número de página indisponível). Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=RQYFAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=digital+media+and+society+an+introduction&ots>> Acesso em: 10 dez. 2015.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. Ciências Sociais passo a passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CASTELLI, Ian. 5 tecnologias que podem revolucionar o mundo em breve. **Tec Mundo**, 25 out. 2015. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/tecnologia/88432-5-novas-tecnologias-revolucionar-mundo.htm>> Acesso em: 06 jan. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Volume I. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, G.L. **A era dos smartphones**: um estudo exploratório sobre o uso dos smartphones no Brasil. Monografia. (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/9405>> Acesso em: 24 ago. 2015.

GUGELMIN, Felipe. Whatsapp e facebook são os apps mais usados no Brasil, afirma estudo. **Tec Mundo**, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/apps/108862-whatsapp-facebook-apps-usados-brasil-afirma-estudo.htm>> Acesso em 07 nov. 2016.

MCCARTY, Brad. **The History of the Smartphone**. **TNW News**, 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://thenextweb.com/mobile/2011/12/06/the-history-of-the-smartphone/>>. Acesso em: 24 ago 2015.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Maria B. O. A Obsolescência programada e teoria do decrescimento versus direito ao desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis). **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.09 n.17, p.181-196, Jan/Junho, 2012. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/252>> Acesso em: 08 jan. 2016. 16:16.

LITERATURA, RITUAL E POLÍTICA: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO CRÍTICA DE WALTER BENJAMIN

Vinicius Dino

Graduando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Partindo do canônico texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin, este artigo tem como principal objetivo problematizar a tese, contida naquele texto, da refuncionalização da obra de arte, segundo a qual esta adquire uma nova função a partir do advento das modernas técnicas de reprodução e do declínio do valor de culto. A reflexão sobre essa tese, bem como sobre a acentuação do aspecto político operada por Benjamin, é feita à luz das próprias análises

empreendidas por ele de obras literárias, seus respectivos autores e seus contextos sociohistóricos de produção. Para tanto, nos ocuparemos de tecer observações sobre as leituras que Benjamin faz de dois expoentes da literatura moderna: Charles Baudelaire e Nikolai Leskov, procurando identificar como aparecem, nas referidas leituras, os tensionamentos entre ritual e política enquanto práxis sociais nas quais as obras se inserem.

INTRODUÇÃO

Em seu canônico texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin introduz observações, formulações e enunciados que se configuraram como centrais para a teoria social e estética do século XX, possuindo o poder de influenciar diversos outros debates que vieram a se delinear desde então. O próprio autor, no início do texto, já anunciava suas intenções:

Os conceitos seguintes, *novos na teoria da arte*, distinguem-se dos outros pela circunstância de não serem de modo algum apropriáveis pelo fascismo. Em compensação, podem ser utilizados para a formulação de exigências revolucionárias na política artística. (BENJAMIN, 1993, p. 166; grifo meu)

Entre esses conceitos, que possuem em comum o fato de buscarem apreender a experiência estética em sua dimensão social e histórica, encontram-se dois pares que parecem ser de especial importância na teorização do autor acerca dos diferentes modos de existência das obras de arte através da história: o ritual e a política, e, como contrapartida no campo mais estrito do valor, a díade “valor de culto” e “valor de exposição”. Para Benjamin (1993, p. 171), a obra de arte sempre se caracterizou por uma existência “parasitária”, subordinada aos rituais: desde suas origens mágicas, passando pelos usos religiosos (dos quais a Idade Média é o exemplo mais expressivo), até as formas de culto do Belo surgidas no Renascimento (que ele considera, apesar de seu caráter profano, um tipo secularizado de ritual), ela se definiu em função de sua “aura”, sua aparição singular, única e autêntica. Solidária da práxis ritualística, a aura é justamente o elemento que confere o valor de culto da obra.

Com a reprodutibilidade técnica, argumenta o autor, a obra de arte se dessacraliza e caminha em direção a uma maior difusão e consumo por parte das massas. Liberada de qualquer obrigação de autenticidade e unicidade, ela é produzida e circula socialmente na forma de suas reproduções, dentre as quais não se pode mais identificar um único original. Adentrando um modo de existência típico da

modernidade, a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica adquire assim um outro valor: o valor de exposição, baseado não mais na aparição aurática, mas em sua cada vez mais ampla exponibilidade. Esse modo ganha sua expressão mais paradigmática na forma do cinema e da fotografia, artes tecnicamente reproduzíveis por excelência. Nesse contexto, afirma Benjamin, a obra tem sua função social transformada: desvincula-se do ritual para fundar-se na práxis política. Não por acaso, em seguida, ele ilustra as relações entre arte e política procedendo a um comentário sobre as simultaneidades entre o cinema falado e o fascismo, tendo como ponto de contato a ênfase posta nos interesses nacionais.

Contudo, essa mudança de função não se dá de maneira linear e sucessiva, mas traduz-se na forma de dois polos em tensão dialética:

Seria possível reconstruir a história da arte a partir do confronto de dois polos, no interior da própria obra de arte, e ver o conteúdo dessa história na variação do peso conferido seja a um polo, seja a outro. Os dois polos são o valor de culto da obra e seu valor de exposição. (BENJAMIN, 1993, p. 172-3)

Este artigo tem como principal objetivo problematizar a tese da refuncionalização da obra de arte, bem como a acentuação do aspecto político operada por Benjamin, à luz das próprias análises empreendidas por ele de obras literárias, seus respectivos autores e seus contextos sociohistóricos de produção. Para tanto, ele se ocupará de tecer observações sobre as leituras que Benjamin faz de dois expoentes da literatura moderna: Charles Baudelaire e Nikolai Leskov, procurando identificar como aparecem, nas referidas leituras, os tensionamentos entre ritual e política enquanto práxis sociais nas quais as obras se inserem. Tendo como modelo de comparação os exemplos dados por Benjamin em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, retirados em sua maioria das artes visuais ou audiovisuais (escultura, pintura, fotografia e cinema), como sua leitura crítica dos autores pode ter fixado e tornado mais visíveis, no campo da literatura, os aspectos levantados naquele texto? Como se pode fazer dialogar as análises literárias de Benjamin com as concepções de ritual e política nele apresentadas? Como os autores e suas respectivas obras sintetizam os dois polos práticos (ritual e política)? Em que medida a afirmação de que com a reprodutibilidade técnica a obra se emancipa do ritual para se enraizar na política é um diagnóstico preciso que o autor faz de sua época, e em que medida ela é a expressão de um desejo, ou ainda, mais do que isso, a formulação consciente de uma “exigência revolucionária”, indissociável de um teor normativo? É para questões desse tipo que este trabalho busca esboçar respostas.

AMBIVALÊNCIAS DE BAUDELAIRE

A tarefa de confrontar o esquema benjaminiano de passagem do ritual à política com o caso concreto de Baudelaire, por conta da complexidade mesma não só do poeta, como também das análises empreendidas por Benjamin de sua obra, pode render mais intuições do que propriamente assertivas sólidas. No entanto, alguns aspectos sobressalentes de tal caso parecem iluminar de forma significativa as principais teses do esquema mencionado. A princípio, pode ser elucidativo tentar perceber o modo como o poeta se situa na sociedade, de maneira geral.

Em *Sobre alguns temas em Baudelaire*, Benjamin discorre, entre outros temas, sobre a forma como o poeta pensa a multidão. Para Baudelaire (e Benjamin), ela é acima de tudo um corpo engendrado pela cidade moderna. Como um homem das massas urbanas, o poeta se posiciona frente ao turbilhão como um esgrimista: ele precisa abrir caminho, como em um duelo. Apesar disso, paradoxalmente, ele se sente na multidão melhor adaptado do que muitos de seus contemporâneos. Para Friedrich Engels, por exemplo, ela inspira sentimentos de repugnância e revolta, acompanhados da opinião de que, ao comprimir-se de tal forma em tão exíguo espaço, os seres humanos não podem senão abrir mão “da melhor parte de sua humanidade”.¹ Perspectiva que Benjamin explica: “O autor provém de uma Alemanha ainda provinciana; talvez não tenha confrontado jamais a tentação de se perder em uma torrente humana.”² Para Baudelaire, por outro lado, “a massa é de tal forma intrínseca que em vão procuramos nele a sua descrição”³, como Benjamin pontua. Assim, como é o caso das passagens, as galerias que se proliferavam na Paris do século XIX, essa massa é indissociável da própria experiência do poeta na metrópole, a despeito da escassez de referências explícitas. Sua lógica, inevitavelmente, já está incorporada na própria estrutura perceptiva do lírico. Expressão máxima disso é a própria *flânerie*: o *flâneur* se sente ameaçado pela multidão, ao mesmo tempo que atraído. “Ele se faz seu cúmplice para, quase no mesmo instante, isolar-se dela”⁴. Essa é a “dialética da *flânerie*”: “por um lado, o homem se sente olhado por tudo e por todos, simplesmente o suspeito; por outro, o totalmente insondável, o escondido.”⁵

Nesse contexto, para pensar de que modo a relação do poeta com a multidão poderia ser política, há um aspecto que é especialmente relevante: como Benjamin observa, “não se pode pensar em nenhuma classe, em nenhuma forma de coletivo

1 BENJAMIN, 1989, p. 114.

2 BENJAMIN, 1989, p. 115.

3 BENJAMIN, 1989, p. 115.

4 BENJAMIN, 1989, p. 121.

5 BENJAMIN, 1989, p. 190.

estruturado. Não se trata de outra coisa senão de uma multidão amorfa de passantes, de simples pessoas nas ruas.”⁶ E é justamente dessa massa amorfa que “Marx tinha, como sua missão, extrair a massa férrea do proletariado”⁷. Com efeito, a experiência de Baudelaire na multidão, apesar de ser um solo prático no qual sua poesia se enraíza, não parece a princípio se identificar muito precisamente com o prognóstico que Benjamin apresentava para a arte sem aura da modernidade, segundo o qual ela se aproximaria crescentemente da política. Desse ponto de vista, é possível mesmo remeter aos próprios apontamentos de Marx sobre as camadas boêmias da sociedade, e que Benjamin retoma em seu texto *Paris do Segundo Império*. “A massa indefinida, diluída e disseminada por toda parte, a qual os franceses denominam a boêmia”⁸ é, segundo aquele, composta principalmente por conspiradores profissionais, cuja meta nas movimentações sociais é imediatista e se refere a motins miraculosos e de pouca base racional. Antes de proletários, são plebeus, que desdenham da autêntica consciência de classe. E é precisamente com essa camada social de conspiradores e frequentadores de tavernas, com suas idiossincrasias, hábitos e opiniões, que Benjamin identifica Baudelaire; seu lema poderia ser aquele enunciado por Flaubert: “De toda a política só entendo uma coisa: a revolta!”⁹

Dessa síntese, pode-se extrair uma primeira ambivalência baudelairiana: seu modo de relacionar-se com o mundo político (ou de relacionar-se politicamente com o mundo) é inevitavelmente ambíguo e idiossincrático. Longe de engajar-se inequívoca e explicitamente na luta de classes, como seria ao gosto do marxismo, o poeta prefere posicionar-se à margem, no mundo à parte da boêmia. No entanto, também recusa-se a qualquer assimilação pacífica à sociedade burguesa: a atitude de *épater le bourgeois*, nesse sentido, é o canal da revolta de que falava Flaubert.

Outra faceta relevante da forma peculiar de inserção social de Baudelaire, intimamente relacionada com o contato direto com as massas, é descrita ainda em *Sobre alguns temas em Baudelaire*: a centralidade do que Benjamin nomeia como “experiência do choque”. Não é por não corresponder ao modelo exemplar do proletário, que Baudelaire deixa de observar essa estrutura da experiência que é típica da modernidade, a partir da qual Benjamin estabelece correspondências com uma de suas expressões particulares mais paradigmáticas: o modo como o trabalho passa a ser executado. No trabalho industrial, a duração dos processos artesanais

6 BENJAMIN, 1989, p. 113.

7 BENJAMIN, 1989, p. 114.

8 BENJAMIN, 1989, p. 10.

9 BENJAMIN, 1989, p. 11.

é substituída pela constante interrupção violenta. Em outras palavras, as etapas da produção são separadas pela pura irrupção do *choque*. Dessa forma, a divisão do trabalho engendra também indivíduos autômatos e habituados à repetição dos mesmos gestos: a alienação se constitui como seu alheamento à experiência. Porém, em um outro espaço social, mais próximo a sua própria existência boêmia do que o ambiente da fábrica, Baudelaire observou a experiência do choque: além das ruas e de sua multidão, ela se manifesta no mundo dos jogos de azar. Segundo Benjamin, ele era fascinado por tal mundo, apesar de não haver indicações de que fosse adepto de suas práticas. A figura do jogador encarna o heroísmo da modernidade, o espetáculo do jogo é onde ele se configura como o complemento moderno da imagem arcaica do gladiador. A sociedade burguesa procura contê-lo, civilizá-lo, mas o espetáculo mundano do jogo é um modo pelo qual sua época encerra o heróico. Entretanto, o imperativo do ganho, a lógica voltada para um futuro permeado de descontinuidade, na forma dos movimentos bruscos das partidas, impede que a experiência¹⁰ seja colocada em primeiro plano e mesmo que venha a se completar.

Acima de tudo, a experiência do choque é a antítese da aura. Nesse ponto, a percepção baudelariana da modernidade encontra mais especificamente a problemática da perda do valor cultural (e ritual, portanto) da arte. Como observa Proust, o tempo em Baudelaire é desagregado, e só reencontra sua integridade original, que é condição e contrapartida da experiência, em momentos específicos, como aqueles em que se fazem notar as *correspondências* entre as coisas. A noção de correspondência é, ela própria, caudatária de uma percepção aurática do Belo. Se, para Baudelaire, “Como ecos longos que à distância se matizam / Numa vertiginosa e lúgubre unidade, / Tão vasta quanto a noite e quanto a claridade, / Os sons, as cores e os perfumes se harmonizam.”¹¹, essa percepção só pode se constituir, segundo Benjamin, “em uma experiência que procura se estabelecer ao abrigo de qualquer crise. E somente na esfera do culto ela é possível.”¹² Contudo, longe de aderir a um anacronismo ingênuo, Baudelaire é consciente dos próprios limites. Empresário de si mesmo, em uma época de autonomização do campo literário e de mercantilização de suas produções, com ele “o poeta declara pela primeira vez seu direito a um valor de exposição”¹³. Com efeito, como formula Benjamin, ele inscreveu com segurança em sua obra poética o declínio da aura, e o fez de forma cifrada principalmente nos inúmeros momentos, distribuídos em *As Flores do Mal*, em que trata do olhar e do

10 “Experiência” aqui colocada enquanto conceito específico, que Benjamin opõe à “vivência”.

11 BENJAMIN, 1989, p. 132.

12 BENJAMIN, 1989, p. 132.

13 BENJAMIN, 1989, p. 159.

olho humano. Consciente também de sua missão, ele se coloca a tarefa de criar um novo padrão para a poesia lírica.

Nenhuma outra imagem exprime tão bem esse impasse quanto aquela elaborada na prosa *Perda da Auréola*. Nela, a auréola desliza da cabeça do poeta, acotovelado pela multidão, e cai no chão do *boulevard*; a que ele reage aceitando sua mundanidade, que ao menos pode oferecer solução para o tédio: “E agora, então, disse a mim mesmo, o infortúnio serve para alguma coisa. Posso agora passear incógnito, cometer baixezas e entregar-me às infâmias como um simples mortal.”¹⁴

A experiência de Baudelaire, assim, se inscreve nos marcos dessa outra ambivalência: por um lado, a necessidade de se resguardar do choque, da fragmentação e da reprodutibilidade para que alguma forma de culto do Belo seja possível; por outro, os problemas colocados à aura frente a limitações que são, acima de tudo, históricas. Questão essa que pertence ao domínio da arte, de forma mais geral, mas que se expressa de forma especialmente significativa na difícil posição do lírico frente ao “auge do capitalismo”. Do seu ponto de vista, a modernidade é esse equilíbrio mesmo entre as novas sensações e o seu custo pra sociedade.

FORMAS HISTÓRICAS DA NARRAÇÃO

Em *O Narrador*, Benjamin apresenta um autor que funde em sua obra, de maneira dialética, a narração tradicional com a modernidade dos meios técnicos de reprodução e difusão. Com efeito, Leskov apresenta em sua prosa muitas das propriedades do narrador arquetípico que Benjamin descreve a partir dos dois tipos ideais do viajante e do camponês; a despeito disso, é um romancista: assim, suas narrativas são presas ao livro, em vez de terem lugar na oralidade. Na distinção que este estabelece entre as diversas formas que a narrativa tomou historicamente, bem como na análise das limitações que essa mesma narrativa encontra na modernidade, com o declínio da experiência e de sua transmissibilidade, talvez esteja uma importante chave de interpretação que abre caminho para a reflexão sobre o modo como ritual e política se equilibram em Leskov.

Já no início do texto, Benjamin pontua que ao descrever Leskov como narrador, o efeito obtido é menos uma aproximação, e mais um distanciamento deste em relação a quem o percebe. De fato, a distância é um dos elementos constituintes da própria aura, conforme elaborado pelo autor em outros lugares. Para que possa ser reconhecida, ela não pode senão se constituir como a aparição de algo distante.

14 BENJAMIN, 1989, p. 144.

Nesse caso em específico, essa distância se encontra aumentada pelas próprias condições históricas em que se situa: em um cenário de declínio da experiência, sua aparição na forma de narração se torna ainda mais rara. Porém, para além da presente conjectura de um possível caráter aurático da narração, Benjamin identifica de forma concreta duas expressões ideais do narrador tradicional, que se interpenetram nas demais versões específicas: o camponês sedentário e o marinheiro viajante. O primeiro acumula experiências ao longo do tempo, já o segundo, transitando através do espaço. Ambos podem ter suas raízes fixadas nos tempos medievais; e, importante sublinhar, possuem em comum o fato de serem artífices da narração em sua forma oral.

Esse último aspecto vale a pena ser ressaltado na medida em que deixa ver a singularidade da narração, que Benjamin diferencia do romance, sendo este último caracterizado pela técnica de difusão diferenciada. Este é dependente da imprensa, e seu autor é um indivíduo isolado, diferente do narrador, que alimenta e é alimentado por uma tradição oral coletiva. Nesse ponto, cabe interpelar essa tradição, com o intuito de apreender melhor sua própria natureza. Segundo Benjamin,

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades. (BENJAMIN, 1993, p. 210.)

Dessa forma, a memória se impõe como elemento central da narração, e também como princípio gerador e inspirador da poesia épica. Que, por sua vez, “contém em si, por uma espécie de indiferenciação, a narrativa e o romance.”¹⁵ As narrativas precisam ser contadas, performatizadas, e sua origem remonta à epopeia. Na elaboração de Benjamin, a memória épica é a musa da narração: tal memória se reproduz precisamente ao ser narrada. O narrador, por mais que conte versões de uma história secularizada (o que o diferencia do cronista, que está referido a uma história religiosa), se situa em uma rede de especificidades na qual sua produção simbólica faz sentido e, diferentemente do paradigma do romance, que se apresenta liberado de uma práxis imediatamente coletiva, sua prática é constituída por um tipo de performatização em particular. Nesse sentido, é possível afirmar que a narração de que fala Benjamin, na condição de filha da épica, existe, na verdade, *de forma*

15 BENJAMIN, 1993, p. 211.

ritualística ¹⁶.

De forma semelhante, a possível política interna à produção de Leskov não é explícita: se constitui como uma política da experiência, pois diz respeito, acima de tudo, às condições de sobrevivências desta em um mundo onde “suas ações estão em baixa” ¹⁷. Nesse contexto, o polo da política aparece de maneira complexificada: ele aparece não como atributo característico da reprodutibilidade técnica em si, mas mais como substrato da experiência ritualística da narração, mais especificamente na medida em que ela sobrevive no hostil mundo moderno – e “assegura a possibilidade de sua reprodução” oral. Nisso consiste a dialética entre ritual e política em Leskov: trata-se de uma forma literária que remonta à narração ritual, ao mesmo tempo em que é difundida por meio da técnica moderna.

Assim, em *O Narrador*, Benjamin não faz referência direta, ou se preocupa em aplicar à análise, seu repertório de conceitos elaborados para teorizar acerca da questão da reprodutibilidade técnica. No entanto, é possível, em um esforço comparativo, perceber temas semelhantes que subjazem ambas as reflexões. Nos dois casos, o autor nos coloca diante de uma mudança histórica sensível e observável, que se faz presente nas formas também históricas de se produzir e perceber arte; no entanto, nem todas as nuances e consequências dessa mudança parecem realmente terem sido compreendidas. Pela figura do narrador, tem-se acesso não somente à imagem de uma práxis ameaçada pela sociabilidade moderna, segundo Benjamin, mas também a um modelo através do qual pode-se perceber o presente e as transformações que ele imprime sobre as antigas formas de transmissão de experiências. Ao retratar Leskov, um romancista, enquanto narrador - o que em um julgamento apressado poderia ser considerado um contrassenso, pelo próprio fato do autor praticar a forma romance -, Benjamin chama atenção para a dialética de suas próprias classificações. Mais do que rótulos exclusivos, os polos da narração, da épica, da aura, do ritual e da política são forças dinâmicas cujo arranjo não exclui a possibilidade de composições novas, como mostra Leskov.

¹⁶ Segundo o antropólogo Stanley Tambiah, na tradução livre de Mariza Peirano: “O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas seqüências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer é também fazer alguma coisa como um ato convencional; 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação e 3), finalmente, no sentido de valores sendo inferidos e criados pelos atores durante a performance.” (TAMBIAH apud PEIRANO, 2003, p. 8)

¹⁷ BENJAMIN, 1993, p. 198.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esquema elaborado por Walter Benjamin para descrever o modo de existência das obras de arte na modernidade, em comparação com outros tempos históricos, longe de ter uma leitura unívoca e definitiva, apresenta diversas facetas passíveis de serem exploradas. Uma delas diz respeito especialmente à literatura, e aos questionamentos surgidos desse confronto. Como pode, em última instância, ser compreendida a literatura em relação aos conceitos de Benjamin, que trazem consigo a proposta de uma teoria estética renovada? Mais do que propor aplicações rígidas dos conceitos, é da construção de pontes entre pontos internos à obra de Benjamin, que este trabalho buscou tratar. Acreditando, nesse sentido, estar sendo fiel a uma perspectiva metodológica básica do autor: a da construção de constelações, ligando pontos luminosos que se possam fazer compreender mutuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, volume III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Obras escolhidas, volume I: Magia e técnica, arte e política;** 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DA GUIANA SOB A PERSPECTIVA DAS DISPUTAS FRONTEIRIÇAS

Caroline Brito Chaves

Graduanda Ciências Sociais UFMG

Gabriel Nascimento

Graduando Ciências Sociais UFMG

Luiz Felipe Santos Batista

Graduando Ciências Sociais UFMG

João Paulo Furtado

Graduando Ciências Sociais UFMG

RESUMO

A Guiana é um país fragilmente conectado com seus vizinhos e que possui grandes possibilidades produtivas, mas com uma economia rudimentar e carente de infraestrutura. É um desafio desenvolver sua política externa sem considerar os conflitos fronteiriços que permeiam o país há décadas. Partindo do resgate histórico das disputas fronteiriças entre Guiana e Venezuela e Guiana e Suriname, este artigo pretende

analisar como se apresenta a formulação de política externa da Guiana através dos discursos do presidente David Granger em diferentes momentos. Ao longo do trabalho nos propomos a responder perguntas tais como: até onde essas disputas fronteiriças se tornaram centrais para o país? Por que o presidente adota uma perspectiva realista em seus discursos ao se referir à Venezuela?

I. INTRODUÇÃO

Guiana é um dos estados mais novos da América do Sul, de menor extensão territorial e o menos povoado. Sendo caracterizado por uma recente democratização, marcado por regimes autoritários e com um forte declínio econômico, baixo índice de governabilidade e extensa fragmentação partidária.

Este trabalho pretende expor as questões fronteiriças protagonizadas por Guiana e Suriname que disputam a região do Triângulo do Rio Novo e Guiana e Venezuela que disputam a região do território Essequibo. No contexto de disputas territoriais, o conflito com a Venezuela ganha uma dimensão muito mais preponderante nos discursos do presidente David Granger nos fóruns internacionais, enquanto que com o Suriname é possível um diálogo direto devido a posição semelhante que os dois países ocupam no sistema internacional.

Diante da escassez de recursos econômicos, militares ou outros que garantam a segurança dentro do sistema internacional, a autonomia da Grã Bretanha favoreceu o avanço da Venezuela na disputa territorial da Guiana Essequibo. A hipótese central desse trabalho versa sobre o fato da Guiana apostar nos organismos multilaterais para resolução do conflito com a Venezuela adotando uma perspectiva realista em seus discursos. Enquanto que com o Suriname a baixa probabilidade de um confronto armado deve-se principalmente ao interligamento que ambos os países apresentam de cooperação internacional.

Para realizar tal análise nos propomos neste artigo fazer um diagnóstico dos discursos do presidente da Guiana nos organismos internacionais (ONU, OEA, CARICOM, UNASUL e MERCOSUL) que possibilita compreendermos a importância dos agentes externos para o desenvolvimento da economia, da política externa e como meio de defesa à soberania da Guiana.

O estudo está dividido em sete sessões. A primeira sessão de introdução, a segunda uma abordagem geral sobre a Guiana, a terceira sessão trataremos especificamente da política externa da Guiana, a quarta as questões fronteiriças. A quinta

apresentam-se as análises dos discursos do presidente e na sexta são feitas as considerações finais.

II. UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE A GUIANA

O então presidente da República Cooperativa da Guiana, David Granger, eleito em maio de 2015, descreve o país como “o melhor, maior e mais generoso país do Caribe”, expondo a peculiaridade política que a Guiana assume diante dos seus vizinhos sul-americanos. Fatores de ordem demográfica como sua composição étnico-cultural, sua história, cujo processo de independência se dá tardiamente e a natureza de sua política externa, voltada para o Caribe, afirmam o estatuto da Guiana como uma “outra América do Sul”. A peculiaridade guianesa se apresenta logo geograficamente, pois juntamente com o Suriname e com a Guiana Francesa, a Guiana forma uma região geográfica localizada no extremo norte do subcontinente sul americano, coberta pela vegetação amazônica, mas separada da Bacia Amazônica pelo Planalto das Guianas.

A região não fora ocupada pela colonização portuguesa e nem espanhola, mas interessou aos holandeses, que já no começo do século XVII estabelecem as primeiras colônias, pautadas pela exploração de recursos naturais, como a madeira, e pelo cultivo de produtos tropicais. Somente na virada do século XVIII para o XIX é que se inicia a colonização inglesa propriamente dita na região, com a exploração da terra pelo trabalho do escravo negro africano, baseado na economia dos *plantations*. Mas esse modelo de sistema agrícola se mostra decadente por causa do fim do tráfico negreiro e das frequentes rebeliões e fugas de escravos. A alternativa inglesa à falta de mão-de-obra são os imigrantes chineses e indianos, provenientes dos territórios dominados pelo imperialismo.

O processo de colonização introduz uma peculiaridade da região das Guianas, a multiplicidade étnico-cultural. Na miscelânea de povos e religiões, encontram-se na Guiana, ameríndios, o povo autóctone da região, localizados mais no interior; afrodescendentes; indianos tanto de origem hindu quanto de origem muçulmana; indonésios de origem muçulmana; e europeus, ingleses e holandeses. Demograficamente, o povo hindu representa a maior parcela da população, com seus 50%, os afrodescendentes somam 33%, e os 17% restantes são ameríndios, chineses, europeus e mestiços.

O processo de independência também evidencia uma característica guianesa, a saber, a constituição do sistema político pautado por dois partidos principais e pela

intervenção do norte global nos seus processos decisórios, antes pela Inglaterra e depois pelos Estados Unidos. A heterogênea formação étnica do país explica a tardia independência, uma vez que demora a existir um movimento político de caráter nacional, unificado, e que ressalte uma consciência de nação, diferente dos países africanos e asiáticos cujas tradições históricas e culturais antecedem a colonização.

Depois do fim da segunda Guerra Mundial, o movimento pela independência toma impulso através de uma plataforma política defendida pelo Partido Popular Progressista (PPP), na liderança do hindu Cheddi Jagan, que pauta a independência política e econômica da Guiana e reformas sociais de cunho socialista. O fato preocupa a metrópole e os interesses de grandes empresas, especialmente as norte-americanas, que incentivam a ascensão de uma plataforma política que rivalize com aquela defendida pelo socialismo do PPP. Nasce, então, o Congresso Nacional do Povo (PNC), de uma cisão do PPP em 1955, sob a liderança do afrodescendente Forbes Burnham, que assume o cargo de primeiro ministro em 1964. Sob fortes conflitos entre os dois partidos, a Inglaterra reconhece a independência da Guiana dentro da Commonwealth, a Comunidade Britânica de Nações, em maio de 1966. Forbes é reeleito em 1968, e em 1970 inaugura, para a surpresa do norte global, a primeira República Cooperativa do mundo.

O momento que se segue é marcado pela dificuldade na manutenção de uma independência econômica e pelo esforço na manutenção da soberania nacional. No contexto da Guerra Fria, a Guiana opta pela postura do não-alinhamento, isto é, pela não adesão do modelo capitalista norte-americano, voltando-se para a União dos Estados Soviéticos e para a zona caribenha. O início da década de 70 revela o sucesso da política anti-imperialista, com até três quartos da economia gestada diretamente pelo Estado em 1975, e com os altos preços dos produtos de exportação, que garantiam a prosperidade econômica, assim como a consolidação dos pactos com os países caribenhos. O CARIFTA (Caribbean Free Trade Association) em 1973 se transforma na atual CARICOM, cuja sede hoje é Georgetown, a capital guianesa.

Mas a partir da década de 80, se instaura uma crise econômica e política no país, inflexionando sua política externa ao modelo neoliberal. A Guiana vivencia nesse período a dificuldade de consolidação comum dos pequenos Estados nacionais, a fragilidade de sua economia e a dependência do capital estrangeiro. Somando-se o quadro nacional com o contexto de fim da Guerra Fria e coroamento do capitalismo, a Guiana experimenta a ambiguidade das parcerias internacionais, ora voltada à URSS, ora aos Estados Unidos. Em 1980 Forbes Burnham é reeleito por meios fraudulentos, o preço dos produtos de exportação despencou, deixando

a economia em frangalhos, falta infraestrutura e acesso à energia e à tecnologia, e uma série de assassinatos políticos são fatos que atestam a crise do país. Em 1985 morre subitamente o presidente Burnham e assume Desmond Hoyte, reeleito no mesmo ano sob acusações de fraude. Somente em 1992 é que o Congresso Nacional do Povo sai do poder e entra o partido da oposição Partido Popular Progressista, ainda liderado pelo hindu Jagan.

III. HISTÓRICO DOS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA GUIANA

Há dois litígios fronteiriços envolvendo Guiana e Venezuela. Um é referente à delimitação de fronteiras territoriais a oeste do Rio Essequibo e o outro abrange territórios *offshore* existentes entre os dois países. “La disputa territorial entre Venezuela y Guyana no es de reciente data, y es probable que todavía falta mucho terreno por recorrer por parte de ambas naciones para que puedan llegar a un acuerdo” (SERBIN, 2003: 173).

CONFLITO COM A VENEZUELA SOBRE O TERRITÓRIO DO ESSEQUIBO

O começo da disputa referente à área a oeste do Rio Essequibo data da década de 1840 quando a Venezuela tornou-se recém independente da Espanha. Na época, a Venezuela protestava contra as crescentes incursões da Guiana Inglesa (naquele período colônia da Inglaterra) nos territórios da região conhecida como Essequibo que, segundo o país hispânico, eram de seu direito já que no período colonial dita região era oficialmente reconhecida como possessão do império espanhol. A antiga Guiana Inglesa alegava que tal território não era oficialmente espanhol, pois esteve sob o controle de Espanha, França, Holanda e, naquele momento, Inglaterra.

Ao final do século XIX descobriu-se que a região do Essequibo possuía grandes e ricas reservas em recursos minerais, principalmente de ouro.

Desde la perspectiva venezolana, aprovechando la debilidad que poseía Venezuela por la guerra de independencia, los colonos británicos cruzan el Río Essequibo reiteradamente para invadir el territorio venezolano, impulsados tanto por la aspiración de controlar las Bocas del Orinoco así como de acceder a la explotación de los yacimientos auríferos descubiertos en el RíoYuruarí (SERBIN, 2003: 175).

A tensão entre os dois países envolvendo dito território começou a ganhar ares mais dramáticos. A disputa transforma-se de algo meramente simbólico por

parte da Venezuela (recuperação do território original pertencente à Grã-Colômbia) para interesses puramente econômicos. Venezuela e Inglaterra rompem relações em 1887, devido a tais incursões britânicas no Essequibo.

No dia 3 de outubro de 1899, as fronteiras foram delimitadas no Conselho Arbitral de Paris, no qual dito Conselho composto por dois juizes britânicos, dois norte-americanos e um russo, decidiram o “litígio do Essequibo” a favor da Grã-Bretanha. Ficou acordado entre ambas as partes que a Venezuela teria controle até a região da foz do Rio Orinoco e que a Guiana seria responsável por administrar as regiões a oeste do Rio Essequibo. A sentença no qual a decisão foi perpetrada é conhecida como *Laudó de 1899*, cuja validade é questionada pela Venezuela até os dias de hoje, pois segundo este país havia convergências políticas entre Grã-Bretanha e Estados Unidos (convidado para ser o mediador do conflito), referente a questões de livre trânsito no Canal do Panamá para a Inglaterra e de neutralidade inglesa para favorecer os Estados Unidos no confronto entre este e a Espanha na chamada guerra hispano-americana.

A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela reaparece com destaque na esfera política e de relações internacionais dos dois países a partir do ano de 1949 com o aparecimento de um documento cujo nome é *Memorandum de MalletPrevost*. Dito documento, segundo a Venezuela, comprova a fraude ocorrida no *Laudó de 1899* no qual o argumento de ataque utilizado por dito país para a anulação do *Laudó*, gira ao redor da nulidade das linhas Schomburgk (SERBIN, 2003: 177). A questão da validade ou não do *Laudó de 1899* é levada para discussão nas Nações Unidas, cujo fruto é o Acordo de Genebra em 1966. Neste acordo, firmado em 17 de fevereiro de 1966 é reconhecida a inserção da Guiana como uma terceira parte interessada na região já que a mesma estava começando seu processo de independência. Ficou estabelecido também a criação de uma Comissão Mista venezuelana-guianesa que ficasse responsável por encontrar soluções para o conflito, mas dita Comissão não obteve sucesso na sua empresa. O litígio regressa novamente à arbitragem das Nações Unidas e esta sugere que no máximo em quatro anos os dois países entrem em um acordo pacífico segundo as diretrizes do Artigo 33 de sua Carta (Serbin, 2003). Como o prazo não foi cumprido a tempo, em 1970 foi firmado um acordo conhecido como *Tratado de Puerto España* entre Venezuela, a recente independente Guiana e a Inglaterra, no qual era estabelecido que os governos de Venezuela e Guiana “convenían en no hacer valer ninguna reclamación que surgiese de la contención venezolana a que se refería al acuerdo de Ginebra, por un período de doce años” (SERBIN, 2003: 178).

Passado o período de doze anos, a Venezuela comunicou à Guiana sua

intenção de não seguir com o acordo e que ambos os países buscassem outra solução para o problema. Após vários momentos de tensão entre ditos Estados nacionais, o litígio foi encaminhado diretamente ao Secretário Geral da ONU que ficou responsável por selecionar “um buen oficiante” (Serbin, 2003) que, desde 1983, passa a ser um mediador no diálogo entre as duas nações. A partir da década de 80 até os dias atuais as relações bilaterais entre os dois países é altamente variável, com momentos de aproximação e outros de afastamento.

O conflito não fica restrito somente ao território do Essequibo. Outra área de litígio, localizada no Mar do Caribe, também é motivo de disputa entre Guiana e Venezuela. Segundo Roberts (2014) “the potention for oil and gas royalties and the fact that the international maritime boundaries which are linked to international territorial boundaries are not established”, faz com que dito conflito marítimo seja consequência do conflito territorial existente entre Guiana e Venezuela desde o século XIX.

A descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos no Mar do Caribe, próximo à costa da Guiana Francesa no ano de 2011, fez com que velhas suspeitas da existência de riquezas minerais na região se concretizassem, gerando um rápido aumento no interesse de investimentos por parte de empresas estrangeiras na região costeira do Caribe. O embate entre Guiana e Venezuela no que se refere à exploração da área marítima, data de 10 de outubro de 2013 no episódio conhecido como *TeknikPerdana*. De acordo com Roberts (2014) a empresa texana AndarkoPetroleum Inc. recebeu uma concessão do governo da Guiana em explorar a região costeira do Essequibo, mas o barco pertencente à empresa estado-unidense foi impedido pela marinha venezuelana de realizar prospeccções para uma futura exploração petrolífera no local. A Venezuela alega que a exploração ia ser realizada em águas pertencentes a ela, violando, portanto, sua zona econômica especial.

The crew of the *RV TeknikPerdana*, explained to the crew of the Venezuelan vessel that they were conducting a multi-beam survey of the seafloor in Guyana’s exclusive economic zone. The Venezuelan crew, however insisted that the vessel was doing such work in Venezuela’s exclusive economic zone and instruct the vessel switch off its engines and shut down its seismic equipament (ROBERTS, 2014: 17).

De acordo com Domínguez (2003) os conflitos territoriais entre Venezuela e Guiana se reativaram como subproduto do processo de descolonização, já que aquele país havia sido incapaz de desafiar com êxito o domínio do Reino Unido sobre o seu vizinho do leste. A partir da independência guianesa e do paulatino descenso

da tutela inglesa sobre seu antigo território, a Venezuela se viu em condições de reivindicar o território do Essequibo. “Independent Guyana is far weaker than its neighbor to the West, and sees Venezuela as using her overwhelming power to periodically threaten Guyana for its territory West of the Essequibo River” (DAVIES, 2002: 4). Para Domínguez (2003), a Venezuela se declarava como agente da luta contra o imperialismo enquanto, no âmbito externo, dito país era visto como vilão já que “trataban de prevenir en países pequeños la auto determinación de los pueblos afro americanos anglófonos” (DOMÍNGUEZ, 2003: 28).

Segundo um estudo publicado no ano de 2002 pelo *Center for Development and Conflict Management* (CIDCM) pertencente à Universidad de Maryland e organizado por John Davies, os conflitos fronteiriços entre Guiana e Venezuela estão produzindo efeitos negativos tanto na economia de ambos os países como nas relações internacionais destes com seus vizinhos. No caso da Guiana, e que trataremos com mais detalhe adiante, o seu litígio fronteiriço tanto territorial quanto marítimo com a Venezuela vêm produzindo efeitos em sua outra disputa territorial com o Suriname, localizados na região conhecida como Triângulo do Novo Rio ou “Tigri” e na parte costeira entre ambos países .

The effect of border disputes with both Venezuela and Suriname is to put Guyana in a very difficult situation economically. Threats of military or other retaliatory action seem to follow any attempt to allow foreign investment in the disputed areas, creating a huge barrier preventing the relatively poor Guyanese from developing their resource rich country. Few international investors are willing to risk engaging with Guyana under such conditions. Moreover, the fact that Venezuela’s claim affects such a large part of the country is seen as a vital menace in itself. Not surprisingly, the need to preserve territorial integrity at all costs is paramount in Guyana. At the same, time, Guyanese leadership understands that the power imbalance implies the need to restrict themselves to peaceful means of defense. (DAVIES, 2002: 10).

CONFLITO COM O SURINAME SOBRE O TERRITÓRIO DO TRIÂNGULO DO RIO NOVO

A Guiana, conforme já citado anteriormente, não possui conflitos fronteiriços somente com a Venezuela. Conforme nos demonstra Rocha e Silva, o Suriname reivindica a soberania da região localizada entre o Rio Corentyne, o Rio Novo e a fronteira com o Brasil, sendo esta área conhecida como “Triângulo do Novo Rio”, por sua forma geográfica se assemelhar a um triângulo. Disputas por delimitação de fronteiras marítimas na foz do Rio Corentyne também são pautas de discussão entre

Guiana e Suriname. Ambos os países na visão de Visentini podem ser considerados uma “outra América do Sul” devido a certas particularidades que os diferenciam dos outros países sul-americanos, como a língua, sua composição étnico-cultural, por possuírem uma inserção econômica e política mais voltada para o Caribe e para as ex-metrópoles.

A disputa territorial remonta à época colonial, mais precisamente ao século XVII, como um conflito envolvendo duas colônias holandesas: a Guiana Holandesa que, posteriormente na década de 1970, transforma-se em Suriname e o território holandês de Berbice, que hoje está em posse da Guiana. Ambas as colônias disputavam naquela época o controle das férteis terras marginais, localizadas a oeste do Rio Corentyne. Em 1840 o comissário do governo Britânico Sir Robert Schomburgk ficou encarregado de traçar as fronteiras da recém fundada Guiana Inglesa. De acordo com Donovan (2005):

Schomburgk explored the Courantyne River and claimed the Kutari River to be the principal source of the Courantyne. Schomburgk mapped the boundary between British Guyana and Suriname designating the Kutari as the Southwest extension of the Courantyne and, therefore, forming the boundary.

Mas 31 anos depois, em 1871, um geólogo britânico de nome Barrington Brown sugeriu que um outro afluente de maior extensão do Rio Courantyne fosse a fronteira entre os dois países, mas de acordo com Donovan (2005) não registrou sua observação em mapa, algo que Schomburgk realizou. Dito afluente é o atual Rio Novo. “Brown regarded [the New River] as being only a branch and viewed the border between Dutch and British Guyana as following the New River” (DONOVAN, 2005: 54). Em 1899, no Conselho Arbitral de Paris, a Holanda protesta a demarcação fronteiriça realizada por Schomburgk 59 anos antes, de considerar o rio Kutari como a fronteira entre Guiana Holandesa e Inglesa. Dita metrópole sugere que a classificação de Brown seja adotada “The Netherlands insisted that, based on Barrington’s Brown 1871 survey, the New River, not the Kutari, should be considered as the boundary between the two colonies” (DONOVAN, 2005: 54-55), mas “the Commission referred to British Guyana’s boundary with Suriname as continuing to the source of the Corentyne called the Kutari River” (DONOVAN, 2005: 54).

Entre 1920 e 1945 as Guianas Inglesa e Holandesa trataram a questão das fronteiras de maneira mais amigável. Formou-se em 1936 uma Comissão Mista para discutir a delimitação de fronteiras. Ficou-se acordado, mas não assinado (devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial) que a parte holandesa do conflito

“abriria mão” de suas reivindicações referentes ao Triângulo do Novo Rio, mas que ganharia em troca a soberania de toda a extensão do Rio Courantyne. “The 1936 Mixed Commission, based on the 1799 agreement, assumes the full width of the Courantyne River to be Dutch Guyana territory” (DONOVAN, 2005: 58). Também, na mesma data, combinou-se os limites das fronteiras marítimas.

Mas nos anos 50 outro conflito entre os dois protetorados vêm à tona devido as chamadas *exclusive economic zones*. Essas zonas econômicas especiais se localizam na parte litorânea de ambos os territórios e está destinada à extração exclusiva por parte do Estado de recursos naturais, mas no qual é concedida uma licença para que empresas estrangeiras transportem o que for extraído. A discussão surge devido a uma expansão do território marítimo para além do previsto pela Comissão Mista de 1936. Nos dá mais detalhes Donovan (2005):

During the recess, the territorial seas of a particular country were expanded from the three-mile sea, as probably envisioned by the 1936 Commission, to twelve miles as codified by the Law of the Sea. Distinctions were also drawn between territorial seas (a twelve-mile extension of state sovereignty) and the Exclusive Economic Zone (an area where a state could have the exclusive ability to extract resources, but other nations could transport or ship). (DONOVAN, 2005: 59).

O problema se concentra em definir a participação dos Estados na área. Cria-se uma linha divisória que separe os territórios marítimos entre os dois países ou ambos compartilham da mesma área? “Both the Dutch and the British seemed to agree that the continental shelf should be delimited in accordance with *the equidistance principles*, outlined in the newly adopted 1958 Convention on the Continental Shelf. Yet again there was no formal agreement” (HOYLE, 2001: 104, grifo nosso). Aproveitando-se de um não acordo formal firmado entre as partes, a Guiana Inglesa, para Hoyle (2001), vê na ansiedade da parte holandesa em assinar logo um acordo uma oportunidade de expandir sua área marítima e é exatamente isso que ocorre. A disputa por delimitação de fronteiras marítimas entre Guiana e Suriname ocorre em uma área conhecida como *GuyanaBasin* e que se estende desde a Venezuela até o Suriname. Segundo Donovan (2005):

Limited exploration in the Guyana Basin has been carried out to date. However in June 2000, the United States Geological Survey’s *World Petroleum Assessment 2000* estimated that the resource potential for the Guyana Basin is 15.2 billion barrels of oil. *This estimate in-*

dicates that Guyana Basin is the second most important unexplored region in the world in terms of oil potential. If the potential is reached, it would be the twelfth most productive site in the world. (Grifo nosso).

Por causa desse fator, a delimitação de fronteira nessa área é tão importante para estes dois países já que de acordo com Visentini, Guiana e Suriname apresentam baixo nível de vida e altos índices de desemprego. Rocha e Silva afirmam que o conflito de fronteira marítima entre ambas as nações foi solucionado em 2007 quando o Tribunal Internacional do Direito do Mar considerou a situação a favor da Guiana, após vários incidentes na região sendo, o mais emblemático deles, o ocorrido no dia 3 de junho de 2000 quando patrulhas marítimas surinamesas ordenaram a retirada do equipamento pertencente à empresa de capital canadense CGX oil que detinha uma autorização do governo guianense para explorar a área, conforme foi retratado por Roberts (2014). Tal foi a importância desse evento que obrigou o ex-cônsul geral da Guiana Doodnauth Singh no ano de 2005 a proferir um discurso defendendo o respeito de seu país à delimitação fronteira acordada na UNCLOS (United Nations-Convention on the Law of the Sea).

O conflito territorial ainda não foi solucionado. Após a década de 50 e, principalmente após as independências de Guiana e Suriname de suas ex-metrópoles, as reivindicações por parte do Suriname de nova delimitação fronteira, incluindo novamente o Rio Novo, aumentam. Houve, inclusive, várias incursões militares na área do Triângulo do Novo Rio por parte de tropas surinamesas, o que provocou atritos diplomáticos entre os dois países. O atual presidente do Suriname, Dési Bouterse, reaparece fortemente com a ideia de revisão das fronteiras políticas entre Guiana e Suriname. “New River back on the agenda” discursou o mesmo para a Assembléia Geral do Suriname.

Podemos visualizar com mais facilidade os tipos de conflito enfrentados pela Guiana com seus dois vizinhos a oeste e a leste (Venezuela e Suriname, respectivamente), através de um quadro comparativo.

Tipo de conflito

Países	Territorial	Marítimo
Guiana-Venezuela	X	X
Guiana-Suriname	X	Término em 2007

Legenda: A letra x representa a existência de conflitos de natureza fronteira

IV. UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DA GUIANA

Inicialmente, algumas características gerais da política externa da Guiana são essenciais para a tal análise como a centralidade do presidente da república nas relações exteriores, pequeno corpo diplomático, ausência de fundamentos estratégicos permanentes e a prioridade do multilateralismo. Dois fatores servem de pilares para explicar a formulação de política externa guianense: sua herança colonial que levou a uma independência tardia e sua posição enquanto pequeno Estado dentro do sistema internacional. Nosso ponto de partida histórico é o ano de 1966, quando a Guiana se torna independente.

Um dilema que marca toda sua trajetória política e que se reflete diretamente na formulação de política externa é o de se afirmar enquanto Estado soberano e ao mesmo tempo garantir sua independência. Em outros contextos, soberania e independência não se constituiriam como escolhas opostas, mas no caso da Guiana é uma constatação. Isso por várias razões, mas principalmente porque sua sobrevivência econômica e a garantia de sua integridade territorial têm dependido da tutela de atores externos.

A ocorrência da independência política da Guiana se assemelha com a das demais nações latino-americanas no que se refere às precárias condições socioeconômicas que impossibilitaram uma independência, mas com o agravante de só ter ocorrido um século e meio depois dos países de colonização ibérica. A extrema dependência econômica obrigou a Guiana a estabelecer uma linha muito tênue entre a autodeterminação e o pragmatismo. Além disso, o já reduzido território da Guiana tem sido alvo de disputas ao longo da história (como trataremos no capítulo posterior), o que tornou essa a principal pauta para as relações exteriores desse país.

Pode-se identificar quatro momentos da política externa da Guiana como exposto abaixo:

1. 1966-1970: Período que já é um Estado independente, mas permanece na Comunidade Britânica. Há uma aproximação dos EUA que assumem o papel tutelar no lugar da Grã-Bretanha.
2. 1970-1985: Em 1970 proclama-se a República Cooperativa da Guiana, numa tentativa inédita de socialismo. A Guerra do Vietnã impôs uma maior dificuldade de proteção dos EUA sobre esse país e com esse novo cenário há uma primeira inflexão na política externa tornando-se um país não alinhado, ao mesmo que há uma aproximação da URSS, China e de Cuba;

3. 1985-1999: Desmonte do Estado Socialista com uma reaproximação dos EUA e aumento da dependência econômica externa

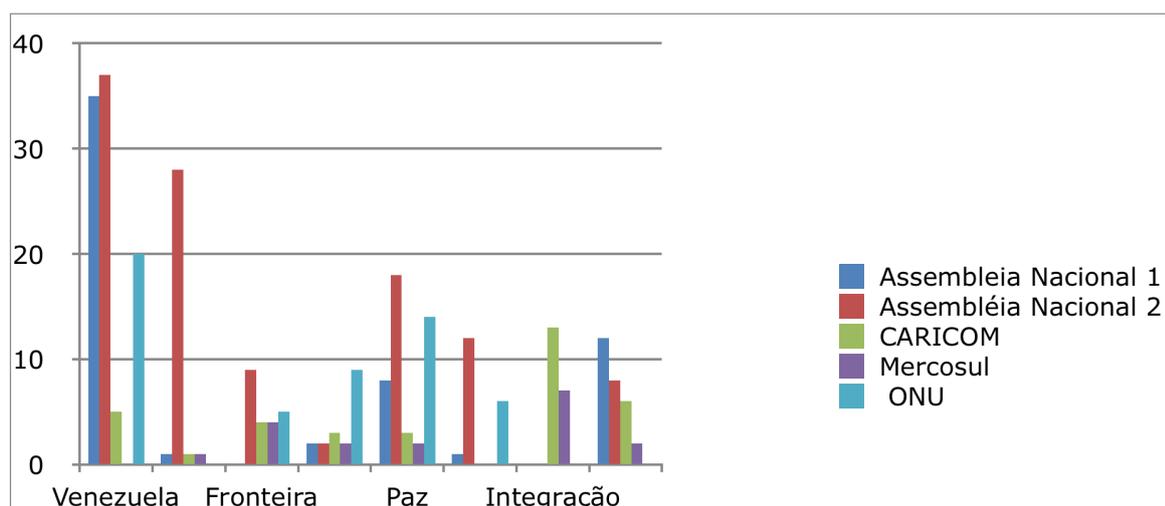
4. A partir de 1999: Aproximação do Brasil e do continente sul-americano.

Tradicionalmente, a Guiana tem mantido uma relação muito mais próxima do Caribe, que se explica em alguma medida também por sua herança colonial britânica. Essa inflexão para a América do Sul ainda representa muito pouco de sua estratégia de relações exteriores, sendo mais evidente na relação bilateral com o Brasil. No que tange à integração regional, hoje, está presente na Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade dos Estados Latino-americanos (CELAC), Comunidade Caribenha (CARICOM), e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

V. ANÁLISE DOS DISCURSOS DO PRESIDENTE DAVID GRANGER

Nesse capítulo, pretende-se fazer um exercício empírico do presente artigo. Para tanto, foi utilizado o método da análise dos discursos do presidente da Guiana, David Granger, sobre política externa. Os cinco discursos analisados são referentes ao período entre julho e outubro de 2015: dois proferidos em âmbito doméstico (Discurso para o Parlamento, intitulado “Caribe uma Zona de Paz”, de 09/07/15 – que denominamos de Assembleia Nacional 1; Discurso do Presidente da Guiana para a Assembleia Nacional “A Respeito das Reivindicações da República Bolivariana da Venezuela e a República do Suriname para o Território da Guiana” de 22/10/15 – que denominamos de Assembleia Nacional 2) e três em foros multilaterais (Discurso no Encontro dos Chefes de Estados da Comunidade do Caribe - CARICOM, intitulado “Independência e Integração”, de 02/07/15; Discurso na Cúpula do MERCOSUL em Brasília, de 17/07/15; Discurso na 70ª Assembleia Geral da ONU intitulado “Segurança dos Pequenos Estados dentro do Sistema Internacional”, de 29/09/15).

Primeiramente, expomos o resultado da análise quantitativa. A mesma foi feita por meio da quantificação de categorias referentes à problemática apresentada – como constata-se no gráfico abaixo e na Tabela 1 (em anexo). Em um segundo momento, interpretamos os dados e realizamos também um estudo qualitativo dos discursos com a finalidade de fazer correções metodológicas ocasionais.



Analisando o gráfico acima, e também o conteúdo das menções feitas nos mesmos, uma primeira constatação é o fato da disputa territorial com a Venezuela ser citada em todos os discursos com exceção do discurso no MERSOSUL. Enquanto isso, a disputa com o Suriname só é mencionada no segundo discurso feito à Assembleia Nacional, sendo que as demais menções ao Suriname nos demais discursos não são referentes ao conflito. As únicas categorias que aparecem em todos os discursos são “segurança” e “paz”, sendo essa última de forma mais intensa.

O segundo discurso para a Assembleia Nacional, que trata especificamente sobre as reclamações da Venezuela e do Suriname para com a Guiana, no que tange as mesmas disputas territoriais, é o que mais apresenta as categorias escolhidas para a análise, com exceção da integração. Interessante notar aqui que “paz” e “guerra” aparecem com relativa intensidade.

Integração só aparece como parte do discurso nas arenas da CARICOM, em maior relevância, e do MERSOCUL. Ao mesmo tempo, a categoria guerra é excluída dessas mesmas arenas.

Soberania é tratada mais no âmbito doméstico, tanto no primeiro quanto no segundo discurso para a Assembleia Nacional, mas também é mencionado nos foros regionais. Aqui, o destaque vale para o fato dessa categoria não ser mencionada no discurso da ONU, que fala justamente da segurança dos pequenos Estados dentro do sistema internacional. Segundo a Tabela 2 (em anexo), constata-se que Venezuela é a categoria mais mencionada nos dois discursos para a Assembleia Nacional e também no discurso da ONU, enquanto a categoria “integração” é a mais mencionada nos discursos na CARICOM e do MERCOSUL.

DISCURSO NO ENCONTRO DOS CHEFES DE ESTADO DA COMUNIDADE DO CARIBE

Apesar da integração regional ser predominante tanto no discurso na CARICOM quanto no MERCOSUL, a perspectiva contida nas duas arenas é diferente. Na CARICOM, integração se associa mais a uma relação de interdependência entre pequenos Estados para garantir a segurança e a soberania nacional. Já no MERCOSUL, a finalidade da integração é econômica.

Em ambos há uma narrativa de defesa da fronteira, claramente relacionada à disputa com a Venezuela. Entretanto, a menção a esse país só é feita diretamente, e de forma agressiva, no discurso da CARICOM, a exemplo desse trecho traduzido:

“Esse país continua a ameaçar o desenvolvimento da Guiana, um Estado membro da CARICOM, tanto em terra como no mar. Esse país, consciente da sua riqueza e superior força naval e militar- e sem se importar com o sofrimento das pessoas pobres do mundo de estados menores e menos povoados - mais uma vez recorreu à intimidação e a ameaça de o uso da força.” (tradução dos autores).

Diferente da entonação utilizada no discurso na Cúpula do MERCOSUL:

“É, portanto, no interesse de uma maior integração e no espírito de solidariedade que apelamos ao MERCOSUL para continuar a sua vigilância para salvaguardar a soberania e a segurança dos pequenos Estados no continente e para eliminar as desigualdades e contradições que os separam.” (tradução dos autores)

Necessário ressaltar também o lugar da fala pelo representante da Guiana, sendo que na CARICOM o presidente se coloca em pé de igualdade com os demais membros, evocando características culturais, econômicas, sociais e políticas comuns, enquanto que no MERCOSUL, há a mesma disposição de cooperação, mas aqui é ressaltado positivamente a diversidade dentro do continente, se colocando como um Estado representante do Caribe.

DISCURSO NA 70ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

O discurso proferido pelo presidente David Granger à Assembleia Geral da ONU no dia 20/09/15, demonstra claramente a denúncia da Guiana para os outros Estados representados em dita Assembleia a respeito das intenções expansionistas da República Bolivariana da Venezuela para a região conhecida como Essequibo, e

que são ilegítimas para o presidente guianês, pois acordos internacionais decidiram o litígio a favor da Guiana. Eis uma frase que ilustra a preocupação de Granger com relação às intenções realistas da Venezuela no Essequibo.

A Venezuela - mais de quatro vezes o tamanho da Guiana e com forças armadas que são mais de quarenta vezes o tamanho da Força de Defesa da Guiana - consciente de sua riqueza superior e força militar, e sem se importar com a sua obrigação como um Estado membro das Nações Unidas, da União das Nações Sul-Americanas e da Organização dos Estados Americanos, tem buscado um caminho de intimidação e agressão. A Venezuela é inquietante em reclamar uma fronteira resolvida. Isto é desestabilizar uma região estável do mundo pelo uso da força armada contra um pequeno e pacífico Estado. (tradução dos autores)

Além do mais, a Guiana tenta transmitir uma imagem de vítima e de pacifista para os outros Estados já que preza pelo diálogo, pelo respeito aos acordos e pelo cumprimento das normas internacionais, coisa que a Venezuela não realiza. A ONU é conclamada pelo presidente guianês a proteger a soberania territorial dos pequenos Estados recém-independentes, no qual a Guiana se inclui:

As Nações Unidas continuam a ser a nossa melhor esperança. As Nações Unidas são a nossa melhor perspectiva de paz. A Organização das Nações Unidas é a nossa melhor garantia de segurança para um pequeno Estado. A Organização das Nações Unidas é a nossa força, apoio e socorro nesse tempo de perigo. Nós nos comprometemos a adesão da Guiana junto à Carta das Nações Unidas. [...]Esta responsabilidade é essencial para a existência e sobrevivência dos pequenos Estados que são ameaçados por Estados poderosos. Pequenos Estados correm o risco de serem subjugados a menos que a comunidade internacional demonstre a capacidade e compromisso para fornecer um meio de dissuasão eficaz contra a dominação de Estados maiores e mais fortes sobre os Estados menores. (tradução dos autores)

Portanto, o discurso proferido por David Granger reconhece e torna público ao mundo que a intenção venezuelana de anexação do território a oeste do rio Essequibo prejudica não só a relação entre os dois países, mas também a dinâmica política e econômica interna da Guiana, já que tal conflito afasta investimentos no país que poderiam melhorar a qualidade de vida de sua população.

A Guiana reconhece que os pequenos Estados podem ser particularmente vulneráveis a ameaças externas e atos de interferência em seus assuntos internos; salienta a importância vital para todos os Estados do incondicional respeito de todos os Estados aos princípios

da Carta da Nações Unidas, incluindo os princípios de igualdade soberana, integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos de outros países, solução pacífica de controvérsias e sua aplicação coerente. (tradução dos autores)

Um último ponto a ser considerado é que, curiosamente, o Suriname não é mencionado no discurso, mesmo sendo conhecido o litígio fronteirço da Guiana com esse país; talvez pelo fato de Granger também enquadrar o Suriname na categoria de “pequeno Estado”.

DISCURSOS À ASSEMBLEIA NACIONAL DA GUIANA

Em relação aos discursos proferidos à Assembleia Nacional chama atenção a diferença da postura adotada pelo presidente Granger em relação à República Bolivariana da Venezuela e à República do Suriname. A diferença é manifesta tanto na caracterização dada a cada um dos países e no peso dado aos conflitos, quanto nas propostas de resolução dos conflitos. Em se tratando da Venezuela, a Guiana revela o caráter arbitrário e não-legal da reivindicação de suas terras, recorrendo a acordos legais internacionais que ratificam sua posse; enquanto ao Suriname é solicitada uma postura cooperativa e dialógica.

O discurso proferido em nove de julho desse ano, intitulado paradoxalmente de “The Caribbean... a zone of peace” trata exclusivamente do conflito territorial com a Venezuela, especificamente do decreto 1.787, publicado no Diário Oficial da Venezuela, que reclama para si a área a oeste do Rio Esequibo, que contém uma saída estratégica para o Atlântico. O governo guianês afirma que o decreto é sustentado por uma falácia geográfica justificada para extorquir a região que é sua por direito, e que, dessa maneira, ameaçaria a soberania nacional. Interessa identificar que a proposta de solução do conflito é sempre através de solicitações de mediações internacionais e organismos multilaterais, uma vez que a Venezuela é acusada de desprezar o diálogo bilateral entre os países, se valendo de uma decisão arbitrária e unilateral.

“A Guiana tem sustentado esforços a fim de alertar a comunidade internacional sobre os efeitos adversos e de buscar o repúdio da delimitação ilegal e unilateral da Venezuela sobre o território marítimo (...)” (tradução dos autores)

“Em resposta ao Decreto, meu governo buscou a solidariedade da Comunidade regional e internacional.” (tradução dos autores)

A recorrência a organismos internacionais e aos acordos legais que legitimam a posse de terra da Guiana é uma constante nos discursos que tratam da Venezuela, tanto naqueles pronunciados nesses mesmos órgãos internacionais, quanto nos discursos voltados à Assembleia Nacional.

O segundo discurso, de vinte e dois de outubro também desse ano, nomeado “On the claims of the Bolivarian Republic of Venezuela and the Republic of Suriname to Guyana’s territory” se inicia por uma defesa demagógica do território, recuperando o passado de lutas do povo guianês e a responsabilidade que o povo de hoje tem em passar esse legado para as gerações futuras. Ressalta o direito que o povo tem em explorar a terra e seus recursos, que são seus, e em preservar seu estilo de vida sem nenhuma prerrogativa estrangeira. A postura diante da Venezuela é a mesma, acusando esse vizinho de romper tratados internacionais, como o Tratado de Genebra, e procurando aliados internacionais para a sua defesa. Mas o que mais interessa nesse discurso é o tratamento direcionado ao Suriname, citado aqui muitas vezes. Granger não faz nenhuma menção a foros multilaterais para a resolução do conflito com o Suriname, e nem a tratados legalmente elaborados, mas apela ao governo surinamês por respeito mútuo e pelo repúdio do uso da força, em que a continuidade de diálogos e acordos bilaterais sejam a solução prudente.

“Sr. Presidente, a Guiana, tendo em vista o fato de que existe, nesse momento, um mecanismo para tratar essa questão, está disposta a continuar o discurso bilateral com o Governo do Suriname sobre a questão da reivindicação territorial desse país. Esse discurso, entretanto, deve ser assentado sobre os princípios de respeito mútuo e de repúdio ao uso da força.” (tradução dos autores)

“Sr. Presidente, os Governos da Guiana e do Suriname podem encontrar uma maneira para resolver suas diferenças sem amargor ou sem o uso da força e em espírito de cordialidade.” (tradução dos autores)

A diferença dos discursos não acontece devido à menor ou maior importância dos territórios em disputa. É certo que o território disputado com a Venezuela é maior, envolvendo mais da metade da Guiana, mas como afirma o presidente, a questão fronteiriça ameaça a soberania nacional e o direito do povo sobre a terra. As diferenças acontecem devido as formas distintas de se relacionar diplomaticamente com os países, já que com a Venezuela, o conflito aparece em discursos voltados para organismos internacionais e recorre sempre a mediação de terceiros; ao mesmo tempo em que o Suriname é mencionado mais sistematicamente no âmbito doméstico, e

cuja proposta de resolução do conflito é por diálogos e pela relação bilateral entre os países envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como a Guiana tem desenvolvido sua política externa e quais são as pautas importantes a serem discutidas no âmbito interno e externo no país, com a tentativa de confirmar as hipóteses de que, em primeiro lugar, o conflito com a Venezuela é alvo principal da formulação de PE do governo da Guiana enquanto o conflito com o Suriname só aparece em âmbito doméstico. Em segundo lugar, mesmo adotando uma perspectiva realista, o fato de ser um pequeno Estado obriga a Guiana a recorrer a atores externos, como forma de tutela, para se proteger. Percebemos ao longo do trabalho que esse momento da política externa da Guiana é uma característica do atual governo.

O Brasil, tem se relacionado cada vez mais com seu “vizinho distante” (LIMA, 2011), e trazido pra si o papel de tutor que fora exercido em outros momentos por outros atores. Essa inflexão para a América do Sul ainda é atual e tende a ser consolidada nos próximos anos.

Mesmo com uma política externa variante, com elementos estratégicos diferentes para cada momento de sua história política, a Guiana tem feito o esforço para conquistar sua independência e seu lugar no mundo.

ANEXOS

Tabela 1

Categorias	Assembleia Nacional 1	Assembléia Nacional 2	CARICOM	Mercosul	ONU
Venezuela	35	37	5	0	20
Suriname	1	28	1	1	0
Fronteira	0	9	4	4	5
Segurança	2	2	3	2	9
Paz	8	18	3	2	14
Guerra	1	12	0	0	6
Integração	0	0	13	7	0
Soberania	12	8	6	2	0

Tabela 2

Discursos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Assembleia Nacional 1	Venezuela	Soberania	Paz	X	X	X
Assembleia Nacional 2	Venezuela	Suriname	Paz	Guerra	Fronteira	Soberania
CARICOM	Integração	Venezuela	Soberania	Fronteira	X	X
MERCOSUL	Integração	Fronteira	Soberania	X	X	X
ONU	Venezuela	Paz	Segurança	Fronteira	X	X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIES, John. **Guyana-Venezuela Border Conflict**. College Park, Center for Development and Conflict Management, 2002.p.2-17.Disponível em: <http://www.cidcm.umd.edu/pic/initiatives/guyana-venezuela/guyana~2.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. Conflictos territoriales y limítrofes em América Latina y Caribe. In: DOMÍNGUES, Jorge I. (Org.). **Conflictos Territoriales y Democracia en América Latina**. Buenos Aires. Flacso, 2003.p.15-46.
- DONOVAN, Thomas W. Suriname-Guyana Maritime and Territorial Disputes: a legal and historical analysis. **Jounal Transnation Law & Policy**, Florida, vol.13 2003.p.42-99.
- HOYLE, Peggy A. The Guyana-Suriname Maritime Boundary Dispute and its Regional Context. **Boundary and Security Bulletin**, Durham University, vol. 9, n.2, 2001.p.99-107.
- LIMA, E. C. L. **Política externa do vizinho distante: Estudo de caso da República Coo-perativa da Guiana**. 2011. 171 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **Relações Internacionais e Políticas Públicas: A Contribuição da Análise de Política Externa**. (no prelo).
- ROBERTS, Alicia Elias. Legal Reflections on the Guyana-Venezuela Maritime Issue. **Caribbean Journal of International Relations & Diplomacy**, Trinidad and Tobago, vol.2, n.1, p.13-36, mar 2014.
- ROCHA, Cinthia Mirla Soares; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A Tríplice Fronteira Triângulo do Novo Rio (Guiana-Suriname-Brasil)**. Disponível em :<http://sef.ufms.br/v/wp-content/uploads/2015/09/3-Cinthia-Mirla-Soares-Rocha.pdf>. Acesso em: 13/11/2015.
- SERBÍN, Andrés. Las relaciones entre Venezuela y Guyana y la disputa del territorio del Essequibo: ¿Un paso adelante, dos atrás? In: DOMÍNGUES, Jorge I. (Org.). **Conflictos Territoriales y Democracia en América Latina**. Buenos Aires. Flacso, 2003. p.173-202.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guiana e Suriname: uma outra América do Sul.** Disponível em :<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>. Acesso em: 13/11/2015.

Discurso na Assembleia Nacional da Guiana sobre a disputa territorial com a Venezuela e Suriname em 22/10/2015: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/2015/HE_Statement_NA_102015.pdf>.

Discurso na 70ª Assembleia Geral da ONU (A segurança dos pequenos Estados no sistema internacional) em 29/09/2015: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/2015/HE_Statement_UNGA_2015.pdf>

Discurso na Cúpula do Mercosul em 17/07/2015: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/MERCOSUR_Address_HE_2015.pdf>

Discurso no Encontro de Chefes de Estado da Comunidade do Caribe (CARICOM): **“Independência e integração”** em 2/07/2015: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/Guy_pres_Address_Caricom_Heads_of_Government_July%202015.pdf>

Discurso para o parlamento: **“Caribe... uma zona de paz”** em 9/7/2015 : <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/Address_to_Parliament_HE.pdf>

ROBERTO SCHWARZ E A CRÍTICA SOCIAL NA LITERATURA DE MACHADO DE ASSIS

Elvis Paulo Couto

Discente do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e bolsista de iniciação científica da FAPESP.
E-mail: coutoelvis@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo foi redigido com a finalidade de evidenciar a maneira por que o ensaísta Roberto Schwarz interpreta a literatura de Machado de Assis. Demonstraremos que a tônica da crítica literária schwarziana recai sobre a relação entre texto e contexto, fazendo emergir uma análise que concebe a dimensão histórico-sociológica do gênero romanesco como um princípio formal, isto é, como uma matriz linguística que dá

movimento à enunciação dos personagens e que estiliza alguns dos aspectos sociais do Brasil oitocentista, quais sejam: a contradição entre ideias liberais e práticas escravistas, a arbitrariedade da classe dominante, a função social do agregado etc. Em suma, investigaremos aquilo que Schwarz compreende como “depoimento da forma”, isto é, a crítica social inscrita na forma literária.

Roberto Schwarz deixou seu nome insigne no âmbito das ciências humanas pela publicação de seus estudos sobre a literatura machadiana. A agudez do ensaio “As ideias fora do lugar” se deve em grande medida à análise de um procedimento técnico realizado por Machado de Assis, procedimento este que nada é senão a formalização de um processo social caracterizado pela convivência, a um só tempo complementar e contraditória, de ideologia liberal incorporada pelas elites e manutenção de práticas escravistas e clientelistas. Na verdade, o crítico perspicaz é aquele que percebe que não há nada que aconteça nas relações sociais de um país que não tenha sido, antes de qualquer coisa, matéria através da qual os escritores de literatura engendraram formas artísticas. Não sendo o texto despregado de seu contexto, não sendo a estética e o estilo de época produtos nascidos da mentalidade individual, o objeto de arte pode dizer — e amiúde diz — muito sobre os modos de sociabilidade e a organização do poder político.

O romance realista não é a transformação mecânica do real em linguagem prosaica, mas é a representação — a *imitatio* — da realidade. Sendo assim, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, foi a obra investigada por Schwarz na segunda etapa de seus estudos sobre a literatura do bruxo do Cosme Velho, etapa na qual o crítico almejou desvendar a arbitrariedade do narrador, compreendendo-a “a) como regra de composição da narrativa, e b) como estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (SCHWARZ, 2000a, p. 18). Mais do que isso: Schwarz analisou quais as causas do nosso atraso e quais os elementos da vida mental brasileira que remontam ao passado colonial e persistem no Império. Nesse sentido, a análise social empreendida pelo crítico só foi possível porque esteve embasada na forma romanesca. Só ela é congruente com os valores do mundo burguês que marcaram o período monárquico brasileiro, só ela gira em torno de um herói cuja vida é explicada desde a sua gênese até o seu final. O romance realista autobiográfico é a formalização literária de relações sociais historicamente consolidadas. O herói moderno está inserido no universo de valores individuais da burguesia, e é por isso que sua trajetória no enredo precisa ser explicada de maneira integral, voltando

ao passado, pois o passado, assim como pensa Lukács (1974, p. 90), é absolutamente necessário para explicar geneticamente o presente, o desenvolvimento ulterior.

Machado de Assis, hábil retratista dos costumes da elite, é considerado o inaugurador do Realismo no Brasil. Todavia, o que há de realista na narração de Brás Cubas? Ora, não é ele um defunto autor? Um defunto autor é algo que desmistifica o real. O lastro contextual das *Memórias* não é mais forte do que o seu poder inventivo e do que a sua prosa culta e elegante. Na verdade, o realismo machadiano não é aquele que copia a realidade, mas aquele que cria a realidade, que faz desta um material fecundo literariamente. A singularidade de Machado de Assis, por conseguinte, justifica-se muito menos por sua *mimesis* do que por sua redução em linguagem de aspectos sociais que denunciam quem são os brasileiros e o que eles têm de diferente em relação aos europeus. Isto se evidencia pela narração arbitrária de Brás de Cubas, o qual submete todas as personagens do livro ao seu autoritarismo. A conduta discricionária do narrador está inscrita no movimento de elocução em primeira pessoa. Portanto, o realismo de Machado, enquanto representação da realidade nos temas e nos assuntos que compõem a economia do livro, é bruxuleante, ao passo que o realismo de sua linguagem, isto é, enquanto representação da realidade segundo princípios formais, tem alto valor.

Interessa a Roberto Schwarz a forma literária das *Memórias* porque ela não existe sem o processo social de que faz parte. Schwarz notou que a fortuna crítica de Machado, desde o século XIX, sempre o viu como um corpo estranho no conjunto literário nacional, como um escritor despreocupado com os problemas de um país periférico. Sylvio Romero (1936, p. 26) e José Veríssimo afirmavam não poder julgar a obra machadiana de acordo com o critério nacionalístico. Salvo róseas exceções, como Lúcia Miguel Pereira e Raymundo Faoro, Machado era analisado segundo critérios psicológicos, ou somente enquanto escritor de prosa fina e estrangeirizante. É com a crítica de Schwarz que o nosso escritor recebe uma análise social que parte da forma, e não do conteúdo. E o que a forma nos mostra? Encarnada na figura do narrador, ela deixa evidente que Brás Cubas é o protótipo do proprietário de terras e escravos aos moldes do século XIX; é, em outras palavras, o típico sujeito da elite, infiltrado no estamento burocrático e agindo como quem de sua estirpe agiria: imitando tudo o que se fazia na Europa, só que de maneira abasileirada.

O comportamento de Brás resume o comportamento de seus pares. A classe dominante oitocentista tratou de aclimatar em contexto brasileiro as ideias liberais europeias. Porém, na travessia pelo Atlântico, o liberalismo deixou de ser europeu em seu âmago, para sê-lo apenas em sua roupagem. As ideias liberais, aqui, estavam

fora de lugar em relação ao centro do capitalismo, elas sofreram a metamorfose necessária ao seu deslocamento, passaram a conviver de forma contraditória com o escravismo e com práticas muito pouco modernas, como o clientelismo e o favor.

Com efeito, a chama da ideologia liberal incorporada e redefinida no Brasil oitocentista era rarefeita, débil, pois só estava presente na vida mental da casta que compunha a classe estamental, aquela que permanecia influída nos postos da administração pública e do burocratismo. Também estava presente na mentalidade daqueles que portavam títulos nobiliárquicos e dos grandes senhores de terras. Em contrapartida, a existência e a função da classe de escravos atestavam o modo de ser e agir contraditório das classes dominantes, uma vez que os pressupostos do liberalismo se chocavam com uma economia cujo sustentáculo era a escravidão. Não só esta manchava a bandeira liberal hasteada na nação recém independente, mas também uma classe que vivia sanduichada entre escravos e proprietários: os clientes, também conhecidos como agregados. Estes homens eram brancos, livres e pobres, não conseguiam se inserir na ordem escravocrata, não havia um lugar definido para eles. Como não existia trabalho no Brasil do século XIX, pois a mão de obra escrava realizava o grosso da produção nacional, a essa lambujem de gente livre só restava viver de favor. Os agregados eram, em realidade, cooptados por um grande, isto é, por um proprietário de escravos à maneira do Brasil imperial; e aos cacoetes autoritários deste se sujeitavam.

Os dependentes — caudatários dos donos das grandes propriedades — são aqueles que corroboram que o liberalismo era uma ideologia imprópria na vida social brasileira. Apesar de livres, eles dependiam do arbítrio do senhor de terras e de escravos, viviam sob o regime de cooptação política, e, sobretudo, constituíam o diagnóstico preciso de que o liberalismo, aqui metamorfoseado, contribuía com o atraso, era um obstáculo à modernização. Schwarz (1999, p. 81), no ensaio “Discutindo com Alfredo Bosi”, afirma: “É indiscutível que o liberalismo econômico e a sua ênfase na propriedade podem calhar bem à defesa da escravidão”.

Segundo Rouanet (1991, p. 176) o Brasil passou a ser independente, mas não se desvencilhou da economia de base colonial, o que fez com que o atraso das práticas clientelistas e escravistas coexistisse com a modernidade da ideologia liberal. O “desajuste de princípio entre as relações sociais brasileiras no século passado e as ideias e instituições importadas da Europa” (ROUANET, 1991, p. 176) produziu uma *comédia ideológica* que recebeu, através da criatividade de Machado de Assis, uma forma artística, forma esta interpretada por Schwarz em sua relação dialética com o contexto do século XIX.

A elite dependia dos escravos para a sua existência, para a manutenção do poder autoritário e da produção destinada ao mercado externo. A relação, pois, entre essas duas classes, para Schwarz (2000b, p. 16), era clara. Faltava clareza quanto à caracterização dos homens livres não-proprietários, e a esta ausência de inteligibilidade Schwarz quis voltar a sua atenção. Isto porque ele acreditava que era na camada dos agregados que aconteciam a produção e a reprodução da ideologia nacional. Os homens de ideias destinavam-se a perscrutar as relações de favor, o regime de dependência, produzindo arte e reflexão intelectual acerca dessa prática tão comum à vida brasileira. Nas palavras do crítico: “*O favor é a nossa mediação quase universal — e sendo mais simpático do que o nexu escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil*” (SCHWARZ, 2000b, pp. 16-17).

O clientelismo se assenta sobre um lastro de arcaísmo que atesta a nossa antimodernidade. Schwarz assinala que é por meio dele que uma intensa teia de relações de dependência se sustém. O liberalismo aqui transplantado servia de justificativa para a arbitrariedade dos senhores em relação aos seus clientes (SCHWARZ, 2000b, p. 18). Utilizando em sua retórica ideias iluministas e afrancesadas, os proprietários faziam da natureza perversa e despótica do favor uma espécie de atitude filantrópica, submetendo os interesses dos que estão abaixo de sua condição privilegiada aos caprichos de toda ordem. Diante desta situação a que Schwarz dá o nome de *comédia ideológica*, os escritores fizeram a ambientação de suas narrativas, o Alencar de um jeito, o Machado de outro. Notaram estes que os homens que não eram “grandes” promoviam uma cultura interessada, pois o enriquecimento intelectual lhes convinha apenas para que pudessem ascender socialmente, ainda que de maneira árdua.

A extensa galeria dos agregados machadianos tem, por conseguinte, valor documental. Um José Dias e uma Dona Plácida são personagens de papel, entretanto são também arquétipos brasileiros. Aquele alcançara seu devido lugar no bojo da família patriarcal e proprietária, chegando a opinar sobre a vida dos grandes, embora obedecendo sempre a eles. Esta — confluência de todas as donas plácidas espalhadas pelo Brasil — foi obrigada a soterrar em areia movediça os pilares que escoravam seus princípios morais, em nome do zelo forçado a um casal adúltero. Do lado oposto dos cooptados, Brás Cubas analisava negativamente as manobras das mocinhas pobres para subir na vida, ao passo que Bentinho visava a convencer o leitor de que Capitu havia o traído, e o convencimento estava ligado a uma série pistas e provas narradas do ponto de vista do proprietário de terras e escravos, do patriarca que simboliza a

centralidade do poder. Daí a vivaz credibilidade do acusador.

O leitor brasileiro facilmente adere ao ponto de vista dos narradores machadianos, dos ioiôs elegantes, acabando por ver com naturalidade a relação entre proprietários e agregados. O autoritarismo do narrador em primeira pessoa não é algo estranho para o público consumidor da literatura machadiana, que durante muito tempo julgava como certa a traição de Capitu. Somente a partir da leitura realizada por Helen Caldwell, uma americana, é que, no Brasil, começaram a surgir, na intelectualidade, importantes questões ⁽¹⁾. Por que o narrador quer nos convencer de que Capitu o traiu? Por que o julgamento dos homens proprietários de terras é sempre congruente? Por que a visão dos que estão em cima, no topo da pirâmide social, é a correta? Estas perguntas não eram colocadas pelos brasileiros. Foi necessária a crítica de uma estrangeira para que se pudesse ver *Dom Casmurro* como uma obra aberta. Além disso, os questionamentos de Helen Caldwell apontam que o brasileiro, na maior parte das vezes, concorda passivamente, e sem duvidar, com a arbitrariedade da classe dominante. Daí a força da literatura de Machado no sentido de nos fazer observar com olhos desacostumados as relações sociais brasileiras. E a figura do agregado, nesse sentido, merece um olhar grave e crítico. É por essa razão que Schwarz analisa com propriedade a situação do clientelismo no Império, a qual fora formalizada em literatura por Machado. Com “As ideias fora do lugar”, passamos a ver com estranheza as relações dos agregados com os “grandes”. Aqueles constituíam uma classe desprezada socialmente e caricaturada no conjunto ideológico nacional. No entanto, sem ela, esferas “como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc.” (SCHWARZ, 2000b, p. 16) tornar-se-iam completamente inoperantes.

Depreende-se, portanto, que a elite oitocentista nada era senão uma franja aparentemente intelectualizada, que dependia do trabalho escravo e da subserviência dos agregados para levar uma vida de luxo e ociosidade. Esta elite, burguesa desde o seu nascimento, desejava imitar aquilo que era costumeiro no centro, e, ao fazê-lo, incorporava falsamente à vida brasileira aspectos da sociabilidade europeia, escamoteando o essencial. Vimos que o liberalismo, aqui, era apenas um rótulo, pois convivía com clientelismo e escravidão. Além disso, a burguesia tratou de trazer às salas de visita dos sobrados, nos momentos de reunião para se discutir assuntos do intelecto, as ideias do Iluminismo francês. Como diz Schwarz, estas ideias constituíam apenas “ornato e marca de fidalguia” (SCHWARZ, 2000b, p. 19), atestando que a cultura tinha tão somente função decorativa. A retórica esclarecida dos finos senhores,

1 Para um aprofundamento do assunto, ver: CALDWELL, Helen. *The Brazilian Othello of Machado de Assis: a study of Dom Casmurro*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1960.

a pompa de suas vestimentas e de seus modos à mesa, a exuberância arquitetônica que os circundava, tudo não passava de uma fina camada de verniz sobre as relações tradicionais. Modernos somente na aparência, os grandes proprietários, na vida corrente, reiteravam suas práticas antimodernas: contrabandeavam escravos, faziam do aparelho estatal um apêndice de suas propriedades privadas, distribuía cargos na administração pública de acordo com um sistema de privilégios, etc. O paradoxo entre o mundo das ideias e o mundo das relações materiais não era questionado por causa da prática do favor. Com as atitudes contraditórias da classe dominante concordavam homens brancos e livres, pois só assim eles sobreviveriam. De fato, o favor era um elemento de ligação entre proprietários e não-proprietários, garantindo que estes últimos não eram escravos: “no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava” (SCHWARZ, 2000b, p. 20).

Se observarmos com agudeza os romances de Machado de Assis, notaremos neles a centralidade que ocupa a figura do agregado. Nos romances da fase inicial, as mocinhas protagonistas desejam ascender socialmente por meio do favor de um fidalgo. Nos romances da fase madura, o agregado age conforme lhe ordena o proprietário, garantindo o lugar no bojo da família patriarcal e o dinheiro para passar a semana. Desde o início de sua vida literária, Machado de Assis tratou de formalizar artisticamente aspectos de suma relevância na vida ideológica nacional, dando uma feição estética aos problemas desencadeados pelo capitalismo periférico. Quem primeiro notou a problemática social inscrita no tecido narrativo machadiano foi Lúcia Miguel Pereira, assinalando que os livros da fase romântica “giram em torno do mesmo eixo: a mudança de classe” (PEREIRA, 1988, p. 156). Schwarz, posteriormente, analisa com maior fôlego este problema esboçado pela crítica literária carioca.

O ensaio “As ideias fora do lugar” é a primeira parte de um longo estudo empreendido por Schwarz acerca da transposição dos aspectos da realidade social para a literatura de Machado de Assis. Ao final do ensaio, Schwarz afirma: “o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita” (SCHWARZ, 2000b, p. 30). Schwarz acredita, assim como Adorno e Lukács — seus mestres frankfurtianos — que a forma literária nada é senão conteúdo histórico-social sedimentado. É por isso que o subtítulo de sua tese é “forma literária e processo social”. A compreensão da primeira exige a compreensão do segundo.

De acordo com Leopoldo Waizbort, o estudo de Schwarz sobre o romance do século XIX é, em essência, a investigação “da relação entre forma romanesca e desenvolvimento do capitalismo” (WAIZBORT, 2007, p. 37). Este detém uma série de particularidades que o diferenciam do capitalismo europeu. Da mesma forma, o romance realista dos oitocentos é a fusão de tendências localistas e cosmopolitas, as quais foram estilizadas esteticamente. Na pena de Machado de Assis, a literatura, enquanto parte da ideologia, assimilou a forma do romance realista europeu. Machado foi o primeiro a engendrar uma forma literária verdadeiramente moderna, superando as debilidades românticas de Alencar e introduzindo no Brasil o Realismo. Está explicado, portanto, o porquê de Schwarz ter visto na obra machadiana um objeto sociologicamente relevante.

Os procedimentos analíticos de Schwarz alinham-se a uma vertente de estudos conhecida como crítica marxista,² cujo programa de pesquisa centra-se na “dialética de forma literária e processo social” (SCHWARZ, 1987, p. 129). Como o próprio autor diz, a crítica dialética é um método demasiado complexo, que, entre os críticos brasileiros, somente efetivou-se com Antonio Candido. Em 1970, com a publicação de “Dialética da malandragem”, Antonio Candido mostra que o livro de Manuel Antônio de Almeida fora sempre posto, pela crítica, ao lado dos romances espanhóis que têm a figura do pícaro como personagem central, o qual organiza e direciona a narração. Antonio Candido não vê este apontamento como equivocado. Há, com efeito, dados conteudísticos que permitem enquadrar as *Memórias de um sargento de milícias* à tradição romanesca do Século de Ouro; no entanto, as características da malandragem do personagem Leonardo Filho mais destoam do que se assemelham à malandragem típica do gênero picaresco. Na verdade, o protagonista é um “antipícaro” (CANDIDO, 1993, p. 24), e a sua história, na visão de Antonio Candido, muito pouco se prestaria ao trabalho crítico se fosse interpretada somente enquanto parte de um conjunto mais amplo da literatura de cunho pitoresco que predominou na Espanha. O autor prefere ver Manuel Antônio de Almeida como um escritor realista em sentido amplo (e não apenas enquanto incorporador de um estilo de época), que faz da cena histórica em que está inserido, com suas dinâmicas de relacionamento social, uma constante inspiração para o ato de configurar em palavras os sentimentos e os comportamentos — isto é, o perfil

2 Astrojildo Pereira, antes de Schwarz, havia feito um estudo sobre Machado de Assis que se filia ao marxismo e é interessado em problemas sociais. No entanto, sua análise mais reconhece no conteúdo da literatura os aspectos políticos e sociais do Segundo Reinado do que se enreda numa investigação propriamente dialética e capaz compreender a contradição interna da forma literária. Apesar de recair num paralelismo entre texto e contexto, assim como o fez Raymundo Faoro, Astrojildo Pereira reconheceu nos escritos machadianos um enorme valor universal e nacional ao mesmo tempo. Cf. PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944. p. 15.

— de uma sociedade. A sociedade retratada no livro é a brasileira “no tempo do Rei”, e inferir isto é tarefa rotineira, que não é digna de registro. A crítica que faz o levantamento das circunstâncias expressas na narrativa que mais se aproximam dos aspectos gerais de certo período histórico deseja, segundo Antonio Candido, “ver a ficção como duplicação —, atitude frequente na crítica naturalista que tem inspirado a maior parte dos comentários sobre as *Memórias*, e que tinha do realismo uma concepção que se qualificaria de mecânica” (CANDIDO, 1993, p. 32). Ao invés disso, o autor propõe descobrir “qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra —, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou redução estrutural dos dados externos” (CANDIDO, 1993, pp. 32-33). É com este método que a crítica sai da mera enumeração de referências que pululam o tecido narrativo para se incumbir da tarefa de analisar o modo como essas mesmas referências dão forma a um esquema que, além de costurar os temas e de contornar os arquétipos, permite ao leitor vivenciar as problemáticas psicológicas próprias à sociedade brasileira, que, todavia, não deixam de inserir-se na ordem dos valores cosmopolitas. Trata-se de uma crítica mais profunda e mais ambiciosa (ou revestida de “dignidade máxima”,³ como afirma Schwarz), que enxerga na estrutura do romance a *dialética da malandragem*, desdobrada por Antonio Candido em “dialética da ordem e da desordem” (CANDIDO, 1993, p. 36). Em outras palavras, há personagens e situações submersas numa esfera de ordem e moral rígida, ao passo que há outras personagens e outras situações nas quais a desordem (ou malandragem) é preeminente, e isto engendra um movimento dialético que está no plano da dicção e no plano social ao mesmo tempo. Em síntese, Antonio Candido inferiu que a forma literária “é tanto o esqueleto de sustentação do romance, quanto a *redução estrutural* de um dado social externo à literatura e pertencente à história” (SCHWARZ, 1987, p. 132).

Antonio Candido supera, assim, a univocidade do estruturalismo e do sociologismo vulgar, lançando mão de uma metodologia, designada de *redução estrutural*, que compreende a linguagem literária enquanto síntese do movimento geral da história. Schwarz alinha-se a este programa de estudos, pois acredita, assim como seu professor, que a linguagem não se encerra em si mesma, mas formaliza

3 Schwarz afirma que Adorno reveste a crítica literária de “dignidade máxima”, pois concebe a arte como mais verdadeira do que as historiografias oficiais. Na verdade, segundo Schwarz, Adorno é “formalista com referência”, pois, para ele, “forma é história sedimentada”. Cf. SCHWARZ, Roberto. A dialética da formação. In: PUCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco (Orgs.). *Experiência formativa & emancipação*. São Paulo: Nankin, 2009. pp. 171-173.

elementos externos a ela. Esta noção estética, que está em Hegel,⁴ foi desenvolvida também por Adorno⁵ e Lukács⁶, críticos nos quais se inspirou Schwarz: “Meu trabalho seria impensável igualmente sem a tradição — contraditória — formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx” (SCHWARZ, 2000a, p. 13).

As experiências formativas de Schwarz lhe permitiram enxergar o universo das formas estéticas em sua conexão profunda com a referencialidade. Num debate realizado em torno da recepção do livro *Um mestre na periferia do capitalismo*, Schwarz afirma:

Fui procurar a organização do romance do Machado, a razão que torna o Machado particularmente agudo, e descobri — talvez tenha me enganado, mas em todo caso creio ter descoberto — que o que dá um mordente particular à ficção dele é um sentimento agudo da injustiça de classe que se manifesta de maneiras muito veladas (SCHWARZ, 1991, p. 64).

Vê-se, diante do exposto, que Schwarz percebeu que, quando Machado de Assis, em sua fase madura, passa a escrever na primeira pessoa, sob o ângulo de um proprietário de terras e de escravos ao gosto dos oitocentos, ele começa a operar um desmascaramento profundo das injustiças das elites brasileiras. No entanto, é importante observar que Schwarz tratou de criticar o modo pelo qual essas injustiças são convertidas em material linguístico, no caso, são convertidas em uma narração repleta de volubilidade, de autoritarismo e de capricho. Nas palavras de Schwarz: “procurei colher o que se poderia chamar o depoimento da forma” (SCHWARZ, 1991, p. 66). Em outros termos, ele procurou evidenciar a própria crítica inscrita na forma, como se Machado de Assis houvesse demonstrado com sua ironia fina, na figura de Brás Cubas, toda a negatividade do comportamento da classe dominante. Caberia, portanto, a um crítico dotado de senso histórico descortinar essa crítica *velada*, que seria uma crítica social contida na literatura de Machado de Assis.

4 Hegel declarou que forma e conteúdo constituem um amálgama, havendo entre eles uma conversão recíproca: o conteúdo nada é senão o convertimento da forma em conteúdo e a forma nada é senão o convertimento do conteúdo em forma. Para Hegel, a duplicação é inerente à forma: o reflexo interior dela é o conteúdo. De acordo com esta premissa hegeliana, depreendemos que a forma artística detém em si mesma o conteúdo, ou seja, o lado interno e o lado externo do objeto estético são indissociáveis. Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. The encyclopaedia logic, with the Zusätze: part I of the encyclopaedia of philosophical sciences with the Zusätze. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1991. p. 202.

5 Adorno afirma, em suas reflexões sobre a música de Schoenberg, que “as formas da arte registram a história da humanidade com mais exatidão do que os documentos” Cf. ADORNO, Theodor W. Filosofia da nova música. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 42. Ele também assinala que “a forma estética” é “conteúdo sedimentado”. Cf. ADORNO, Theodor W. Teoria estética. Lisboa: 70, 1993. p. 15.

6 Segundo Lukács, a exposição teórica dos problemas formais do romance não pode existir sem a exposição teórica do desenvolvimento contraditório da sociedade capitalista. Cf. LUKÁCS, Georges. Écrits de Moscou. Paris: Sociales, 1974. p. 84.

Os méritos de Schwarz são muitos, sobretudo aqueles ligados à renovação da fortuna crítica machadiana. Em síntese, haveria, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma estrutura narrativa correspondente a uma estrutura social, isto é, uma coincidência entre narração autoritária (perceptível na diagramação dos capítulos, na condução das reminiscências etc.) e autoritarismo de classe. Segundo Lafetá (2004, p. 107) uma das qualidades mais notáveis de Schwarz “é a capacidade de relacionar estruturas literárias e estruturas sociais”. Porém, este modo de fazer crítica não encontrou somente adeptos. Giannotti, dialogando com Schwarz a respeito das tais estruturas, diz o seguinte:

Essa estrutura a meu ver privilegia um aspecto central do livro, mas em compensação deixa de lado um outro aspecto, que é a meu ver o lado fantástico do livro, no sentido em que, por exemplo, o delírio e o jogo de aspectos absolutamente solto, que são contrários justamente ao processo de conhecimento, e que você é levado a reduzir a uma falta de conhecimento qualquer. Isto é, há um reducionismo na sua tentativa que eu acho complicado e, mais ainda, você descarta um lado do Machado — e essa melancolia não é tanto o lado de classe, mas é uma melancolia — vamos dizer assim — da *vanitas*, de uma longa tradição do Ocidente que aparece no Machado. Vincular essa melancolia diretamente a uma situação de classe e querer ter esse reducionismo, a meu ver, é um problema complicado (GIANNOTTI, 1991, pp. 65-66).

Giannotti não somente apresenta outra possibilidade de interpretação da estrutura, ligada a uma tradição artística que remonta à Idade Média e que traduz um sentimento de sublimação da morte, mas também aponta para o “reducionismo” que há na crítica de Schwarz, a qual afirmaria como única leitura possível aquela do viés de classe. Assim, a elocução do narrador não demonstraria apenas um modelo de conduta das classes proprietárias, mas também estaria relacionada a uma tipologia de obras de arte conhecida como *vanitas*.

Concluimos que há uma infinidade de interpretações possíveis, e Schwarz não as descartou, ele apenas almejou fundamentar a viabilidade de seu ponto de vista. A técnica narrativa das *Memórias póstumas* foi vista pela crítica “como traço psicológico do Autor, deficiência narrativa, superioridade de espírito, empréstimo inglês, metalinguagem, nada disso estando errado” (SCHWARZ, 2000a, p. 17). Schwarz reconhece, portanto, a legitimidade de outras análises, inclusive a de Augusto Meyer; seu intuito, porém, foi estudar a fundo a dimensão social da forma literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Filosofia da nova música**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Teoria estética*. Lisboa: 70, 1993.
- CALDWELL, Helen. **The Brazilian Othello of Machado de Assis: a study of Dom Casmurro**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1960.
- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **The encyclopaedia logic, with the Zusätze: part I of the encyclopaedia of philosophical sciences with the Zusätze**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1991.
- LAFETÁ, João Luiz. **A dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2004.
- LUKÁCS, Georges. **Écrits de Moscou**. Paris: Sociales, 1974.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- PEREIRA, Astrojildo. **Interpretações**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco (Orgs.). **Experiência formativa & emancipação**. São Paulo: Nankin, 2009.
- ROMERO, Sylvio. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000.
- _____. **Que horas são? Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000.
- SCHWARZ, Roberto; GIANOTTI, José Arthur; OLIVEIRA, Francisco de et al. Machado de Assis: um debate, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, pp. 59-84, mar. 1991.

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

RESENHAS



FEMINIST, QUEER, CRIP

Marco Antonio Gavério

Mestrando do PPG-Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil -
marcaosemacemento@gmail.com. Bolsista CAPES/CNPq

**RESENHA DE: KAHER, ALISON. FEMINIST, QUEER, CRIP.
BLOOMINGTON: INDIANA UNIVERSITY PRESS, 2013. (EDIÇÃO KINDLE)**

Feminist, queer, crip (2013)¹, pode ser considerado um ótimo ponto de partida para quem quer compreender como a deficiência se constitui atualmente como um conflito político. Fazendo base de seu livro as teorizações dos ‘estudos sobre deficiência’ (*disability studies*), Alison Kafer dialoga criticamente com parte das teorias feminista e *queer*. O intuito da autora é demonstrar como uma posição politicamente ‘aleijada’ (*crip*) depende de uma análise dos futuros coletivos e sociais que imaginamos como desejáveis com relação à deficiência. Inclusive problematizando a própria ideia de ‘problema’.

Se deficiência é uma questão política, como fica nosso entendimento sociológico sobre ela? A quem e como interessa tornar extremamente mensurável um corpo como deficiente? Mesmo a pergunta ‘O que é deficiência?’² tendo sido amplamente feita na recente teoria social que a aborda, não é uma tarefa simples defini-la. Essas foram algumas dúvidas que assombraram toda minha leitura do livro da teórica norte-americana. Um assombro que me acompanhou tanto por ter uma ‘experiência deficiente’ em muitos pontos compartilhados com a de Kafer (também pesquisadora da deficiência e deficiente), quanto por perceber mais fortemente, devido as comparações entre diferentes vivências deficientes exploradas pela pesquisadora, os perigos de não problematizarmos politicamente a ‘autoridade da experiência’ (SCOTT, 1998) nas nossas análises (sociológicas) sobre deficiência.

Lendo a obra, e como a autora coloca ali sua ‘autoridade da experiência’ deficiente em relativa suspensão, um desses pontos que temos em comum foi sua entrada nas teorias críticas sobre deficiência através da epistemologia e teorias feministas. Diz a teórica que “foi através de leituras das abordagens teórico-feminis-

1 Quero dizer que essa resenha é resultado de uma experiência acadêmica que me foi muito gratificante por suas possibilidades de trocas teóricas, formais e profissionais. Refiro-me ao Laboratório de Produção Acadêmica da UFSCar (LAPA), uma experiência de trocas entre graduandos (as) e pós-graduandos (as) para produção textual. Aos e às colegas de graduação, que auxiliiei na construção de artigo e resenhas na última experiência do LAPA, pedi que lessem o rascunho desta resenha e me retornassem os comentários. Agradeço a Ana Caroline Vieira Lobo, Júlia Faria Ferreira e a Myatã Campos as indicações e melhorias no texto. Os equívocos são todos de minha autoria.

2 Refiro-me ao título da antropóloga Débora Diniz (2007), uma das leituras nacionais fundamentais para iniciar a compreensão sociológica da deficiência que faz parte dos *disability studies*

tas sobre o corpo” que passou a “compreender intelectualmente a deficiência como categoria política ao invés de patologias ou tragédias pessoais”³ (KAFER, 2013: 14). No meu caso eu conheci o debate sociológico sobre deficiência após e através do contato com as teorias feministas e *queer*.

Não é que os *disability studies* estivessem exatamente contidos no feminismo, mas a teoria feminista e sua leitura política do mundo foram fundamentais para estender aos críticos e críticas deficientes a noção de que os corpos, individuais e coletivos, são disputados politicamente tanto nos ambientes públicos como nos espaços privados⁴. Obviamente o que a teoria feminista aborda é a hierarquização do corpo e experiências femininas dentro de um regime sociopolítico de relações generificadas em que as mulheres são tidas como as partes inferiores da relação. A possibilidade de buscar as causas das desigualdades sociais e políticas além de uma natureza feminina orgânica supostamente falha, pois amplamente localizada no ‘corpo da mulher’, foi e ainda é o grande mote das batalhas feministas⁵.

Basicamente foi esse argumento feminista remodelado um dos que tomaram conta, após os anos 1960, das movimentações sociopolíticas internacionais de pessoas deficientes. A separação analítica entre lesão e deficiência alavancadas por essas mobilizações remetia-se nitidamente às relações teóricas entre indivíduo x sociedade, ou natureza x cultura, em que, respectivamente as noções de sexo e gênero também se assentaram, principalmente nos feminismos em diálogo produtivo com as ciências humanas. Para o ‘modelo social da deficiência’, um esquema analítico e político para enquadrá-la sociologicamente⁶, lesão é o fato do corpo com alguma disfunção em sua organização; já a deficiência existe quando esse ‘corpo com lesão’ não consegue se integrar à dinâmica social em questão e, por isso, é oprimido por uma organização social que exige sua participação, mas as condições de integrar-se são individualizadas e privadas.

Ao passo que esse arcabouço teórico político numa perspectiva construcionista da deficiência era elaborado, o foco das movimentações deficientes internacionais, com seus expoentes à época na Inglaterra e Estados Unidos, foi contra a grande ‘exclusão’ institucionalizada em que se encontravam os e as ativistas deficientes. Hospitais, asilos e casas filantrópicas foram despidas em suas organizações de

3 Todas as traduções são de minha livre autoria

4 Para discussões iniciais de como a teoria feminista e seu debate sobre gênero e corpo influenciaram outras visões críticas da deficiência ver FINE, ASCH, 1988; MORRIS, 1991; HALL, 2002; DINIZ, 2004 e MELLO, NUERNBERG, 2012

5 Aqui penso que o texto de Adriana Piscitelli (2002) sobre as tensões em torno das categorias sociais de gênero e mulher é elucidativo e didático.

6 Além de Diniz (2004; 2007), para conhecer melhor as emergências dos ‘modelos sociais da deficiência’ ver: MELLO, 2009; HARLOS, 2012; GAVÉRIO, 2015

poder a partir de dentro, através da perspectiva das próprias pessoas deficientes que começaram a reivindicar posições decisórias sobre o que lhes concernia dentro e fora das instituições ‘de cuidado’. A ideia do slogan político deficiente “Nada Sobre Nós, sem Nós” (CORDEIRO, 2011) remete, na minha leitura do texto de Alison Kafer, amplamente a máxima feminista de que o ‘pessoal é político’.

Contudo o desafio de Kafer em seu livro é mostrar a seus leitores e leitoras que seu entendimento sobre deficiência parte das noções socioculturais do modelo social, mas critica o fato que o corpo, nesse modelo, é tido como sua falha orgânica, a lesão, o que impossibilita politizar historicamente as próprias condições que dão materialidade aos corpos como ‘defeituosos’. Ou seja, ao separar drasticamente o corpo (lesão) da deficiência (sociocultural), a analítica modelista social não ponderou criticamente a história natural do próprio ‘corpo com lesão (disfunções)’ como um fato político e não um dado orgânico-funcional que se torna uma condição de um ‘problema social’⁷. Nesse sentido, Alison Kafer lança mão de um outro modelo que será a base epistemológica sobre deficiência ao longo de todo o livro: o modelo político\relacional⁸.

Esse modelo, diz Kafer, parte do modelo social, mas “exige uma desmonte das suas certezas, das identidades fixas a que é vinculado e uma pluralização das formas de entender a instabilidade corporal” (op. cit: 6). Dessa forma a “categoria ‘deficiente’ só pode ser entendida em relação a “capazes” [*able-bodied*] ou “inteligentes” [*able-minded*], um binário em que cada termo forma as fronteiras do outro” (op. cit: 4).

Isso equivale dizer que entre ‘deficientes’ e ‘não deficientes’ não existe uma diferença fundamental e determinada seja no corpo, no indivíduo, na sociedade ou cultura. O que existe é uma disputa política em variadas instâncias de relações de poder para fundamentar e determinar o que é ou deixa de ser deficiência e quem e como se enquadra nessa categoria. Essas disputas, por sua vez, são “afetadas por ideais culturais de normalidade, de forma e função” (op. cit: 8). Segundo a autora “o próprio fato de tanta energia ser canalizada para a definição de deficiência e lesão [*impairment*] sugere a instabilidade fundamental dos termos” (op. cit: 10).

7 Essa maneira de problematizar as considerações entre o ‘corpo’ e o ‘social’ como ontologias distintas, tanto cultural ou biologicamente falando, sem dúvida alguma teve grande influência dos empreendimentos feministas que passaram a problematizar as relações e configurações de gênero em compasso desconstrutivo das noções naturalizadas de sexualidade. Sexo, gênero e deficiência não são ontologias distintas, mas mutuamente constitutivas em variados níveis de relações de poder. Para um exemplo dessa perspectiva ver BUTLER, 2003a; 2003b e SAMUELS, 2002

8 “Na perspectiva alternativa, que eu chamo o modelo político/relacional, o problema da deficiência não mais reside nas mentes ou corpos dos indivíduos, mas em ambientes construídos e padrões sociais que excluem ou estigmatizam determinados tipos de corpos, mentes e maneiras de ser” (op. cit: 6)

Assim, a teoria sócio política deficiente esboçada em seu livro, segundo Kafer, “não depende de uma definição fixa de “deficiência” e “pessoa deficiente”, mas reconhece os parâmetros de ambos os termos, como sempre abertos ao debate” (op. cit: 10). Deficiência se torna um local de possível reinvenção (*reimagining*) coletiva ao “focarmos menos nas experiências individuais da deficiência e mais na **experiência política da deficientização**’ [*disablement*]” (op. cit: 8) [ênfase minha].

Retomo um pouco essa questão geral de como se define e o que fica de fora das definições de deficiência antes de aprofundar a resenha para indicar que a proposta de Kafer não é sobrepujar identidades consideradas ‘minoritárias’ ou equipará-las facilmente em suas opressões visando coalizações políticas (algo que a autora aborda no capítulo sete). Senti necessidade de traçar, mesmo que insatisfatoriamente por estar numa resenha, as linhas gerais sobre modelos que permeiam os ‘estudos sobre deficiência’ (*disability studies*), não só por que a leitura da obra Kafer pressupõe que o leitor e leitora conheçam o debate, mas fundamentalmente para compreender melhor o argumento que perpassa todo o livro: que a deficiência, em muitas narrativas contemporâneas, inclusive feministas e *queers*, figura como impossibilidade futura ou tragédia pessoal anunciada, encerrada nos entendimentos e ansiedades sobre ela compartilhados no presente.

ACESSANDO FUTUROS ALEIJADOS: FRATURAS DO TEMPO E DO ESPAÇO

Ao longo do livro Alison Kafer transita por possibilidades futuras, ficções no espaço e no tempo que nos permitam, por mais paradoxal que pareça, “cultivar a deficiência” (p. 46). Isso se dá devido a autora, como disse no começo, estar preocupada com a natureza do problema da deficiência como ‘problema’. Ou seja, a medicina efetivamente conjecturou e cristalizou a deficiência como grande categoria para nomear as mais variadas disfunções corporais humanas, mas, como Deborah A. Stone (1984) mostrou, a categorização médica da deficiência é também burocrática, uma vez que, historicamente, os Estados-Nação fomentaram e se valeram das métricas funcionais de capacidade humanas para determinar fatores de trabalho e previdência social (distribuição de recursos). Portanto, a deficiência que Kafer almeja ser possível de desejar é a deficiência como uma série de identificações críticas, historicamente e sócio politicamente constituídas que “[...] já é flexionada por histórias de raça, gênero, sexualidade, classe e nação” (p. 12), e não fatos essenciais de mentes e corpos.

Nesse ponto em específico, Alison Kafer faz uma leitura *queer crip*, no capítulo três, do romance de ficção científica feminista de Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time* (1976). A autora posiciona essa obra como uma mistura entre futuros utópicos e distópicos, no qual a protagonista ‘chicana’, institucionalizada num asilo para loucos, faz conexões temporais com esses dois futuros. Para Kafer essa obra literária exemplifica como, para uma própria ideia de um futuro feminista, a deficiência está na utopia, se num futuro ela for erradicada, e está na distopia, se os esforços para tal se mostrarem ineficazes.

Desejar ser mais deficiente do que se já é, ou não procurar métodos reabilitativos para sua condição que previnam outras disfunções corporais, ou ainda, querer ter um filho com síndrome de Down e isto ser considerado loucura⁹, são algumas das ponderações que Alison Kafer nos apresenta nos capítulos iniciais, mas que são retomadas ao longo de toda a obra. Kafer, em suma, está preocupada realmente em perceber como interpretarmos o tempo e o espaço de duas maneiras paradoxais através da deficiência e seus múltiplos significados culturais.

A primeira é como os corpos deficientes são ancoragens para interpretarmos o tempo e o espaço de maneira normativa (ou *straight*, termo que ela empresta criticamente da teoria *queer* sobre temporalidades), como sendo o que deve ser superado nas narrativas sociais, o que deve desaparecer. Se a ficção literária de Piercy coloca a deficiência entre a utopia e a distopia, o caso clínico da garotinha conhecida como ‘anjinho do travesseiro’ [*pillow angel*] se tornou um dos exemplos ‘reais’ de como a possibilidade futura da deficiência, da falha no corpo de alguém existir num momento próximo, cria um pânico moral sobre a própria coerência da existência e progresso humano.

Ashley X, como também é conhecida a anjinha do travesseiro, recebeu um prognóstico de que possuía uma condição intelectual estagnada, o que a manteria com uma idade cognitiva de 6 anos para o resto da vida. Os pais de Ashley, ao receberem a notícia de que o corpo da filha, diferente de sua mente, se desenvolveria como o de uma ‘garota normal’, resolveram retirar cirurgicamente todo seu aparelho ‘reprodutivo e sexual’ para a manterem para sempre como uma ‘garotinha’. Corpo e idade mental em coerência física (com relação a seu sexo, gênero e desenvolvimento físico cognitivo) e temporal ‘eternos’. Nesse sentido, a pequena Ashley é a materialização de uma ficção científica e familiar, eternamente marcada na ambiguidade que o corpo deficiente metaforiza de ser e não ser, ao mesmo tempo, a representação de um futuro descompassado, (in)desejável e incerto.

9 Kafer nos mostra que é essa a visão de um dos geneticistas que auxiliou na descoberta do DNA e no Projeto Genoma Humano, James Watson (op. cit: 3)

A segunda possibilidade de interpretação temporal que a deficiência criticamente inventada possibilita, Kafer nomeia de “Tempo aleijado” (*crip time*). Essa temporalidade tem que ser considerada “como sendo não só uma acomodação para aqueles que precisam de ‘mais’ tempo, mas também, e talvez principalmente, um desafio a normativa e a expectativas de normalização de ritmo e agendamento. Ao invés de corpos e mentes deficientes curvarem-se perante o relógio, o tempo aleijado curva o relógio para encontrar corpos e mentes deficientes”. (op. cit, p. 26)

Esses cuidados em se prevenir a deficiência a surgir são eles mesmos de noções apolíticas da deficiência que a colocam como um mero atributo disfuncional do organismo humano. Não andar, não enxergar, não ouvir e não pensar são entendidos correntemente como efeitos de dados falhos congênitos ou adquiridos do corpo humano. Para essa compreensão social ancorada nas modulações e categorias biomédicas de desarranjo corporal (morfofuncional), a deficiência, ou a pessoa que a possui, está encerrada em um vórtex trágico condicionada pela considerada natureza neutra das funções e capacidades humanas. Dessa forma fica nítido que um futuro melhor para a humanidade é aquele sem deficiência e defeitos, uma vez que são entendidos em suas dimensões privada e biológica, longe das contaminações políticas e críticas tanto do modelo social quanto do político relacional.

O ponto de Kafer é que esterilização, segregação, exclusão e institucionalização das pessoas deficientes tem sido baseada no futuro e, particularmente, sobre o futuro das crianças. Entretanto a autora questiona sobre quais crianças do presente que esse futuro utópico, limpo, higiênico, ‘sem deficiências’ tem sido projetado. Nesse ponto o livro se volta às teorizações *queer* sobre tempo e futuro, dialogando criticamente com elas para ponderar que não é o futuro que tem de ser rechaçado, mas que são as condições reais do presente - que os discursos sobre futuro se apoiam - que necessitam de uma análise crítica.

Em suma, quando pensamos em um futuro melhor para nossas crianças estamos regulando as próprias condições e entendimentos de coisas que existem atualmente e queremos que desapareçam em projeção. Na proposta de Kafer o que se regula, através das ansiedades em torno das crianças deficientes e não deficientes, é tanto uma ideia cronológica de crescimento e desenvolvimento global das capacidades humanas (que a deficiência ameaça a coerência) que tem que vir acompanhada com uma ocupação futura do espaço social autônoma e independente.

Essa projeção de um futuro onde seremos mais autônomos e independentes, inclusive um dos outros, pode ser muito cara ao nosso presente. A autora nos chama atenção para nossa ordenação social que equaliza muito facilmente certezas sobre

o que é autonomia corporal, naturalizando o corpo deficiente como antônimo da independência social. O que Alison Kafer sugere é que passemos a tomar as nossas identidades “deficientes” e “não deficientes” como efeito de conflitos entre muitas autoridades sobre a verdade do que é digno de existir e ser desejado no mundo social. Imaginar um futuro em que a deficiência seja de alguma forma uma possibilidade a se pensar, de desejarmos um ‘planeta aleijado’ (GAVÉRIO, 2015a), depende de considerarmos os locais mais improváveis de sua existência na vida social de muitas pessoas no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 2003a.

_____. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

CORDEIRO, Mariana Prioli. **Nada Sobre Nós Sem Nós**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2011

DINIZ, Debora. Modelo Social Da Deficiência: A Crítica Feminista. **Série Anis 28**, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.

_____. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FINE, Michelle, and ASCH, Adrienne (eds.). **Women with Disabilities: Essays in Psychology, Culture, and Politics**. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

GAVÉRIO, Marco A. **“Que Corpo Deficiente É Esse?”**: Notas Sobre Corpo e Deficiência Nos Disability Studies. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/20702320/_Que_Corpo_Deficiente_%C3%A9_Esse_Notas_Sobre_Corpo_e_Defici%C3%Aancia_nos_Disability_Studies>

_____. **“Medo de um Planeta Aleijado?”**: Notas Para Possíveis Aleijamentos Da Sexualidade. *Áskesis*. v. 4 n. 1, janeiro/junho – 2015a

HALL, Kim Q. Feminism, Disability, and Embodiment. **NWSA [National Women’s Studies Association] Journal**, Volume 14, Number 3, Fall 2002

- HARLOS, Franco Ezequiel. **Sociologia da deficiência:** vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. São Carlos: UFSCar/PPGES, 2012.
- MELLO, Anahí Guedes de. **Por uma abordagem Antropológica da Deficiência:** Pessoa, Corpo e Subjetividade. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MELLO, Anahí Guedes de., NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3):635-655, set-dez/ 2012
- MORRIS, Jenny. **Pride Against Prejudice:** A Personal Politics of Disability. Womens Pr Ltd, 1991.
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- SAMUELS, Ellen. "Critical Divides: Judith Butler's Body Theory and the Question of Disability Studies." **NWSA [National Women's Studies Association] Journal**, Volume 14, Number 3, Fall 2002
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História.** N.16. São Paulo: PUC, 1998.
- STONE, Deborah A. **The Disabled State.** Philadelphia: Temple University Press, 1984.

EU, BRASILEIRO, CONFESSO MINHA CULPA E MEU PECADO: CULTURA MARGINAL NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Vinicius Milani

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual
Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP - Marília)

As obras de arte, enquanto objetos culturais constituídos historicamente expressam uma relação complexa entre a intenção do artista e os elementos sociais, políticos e materiais, subjacentes ao seu processo de produção e criação. No Brasil, o final dos anos 1960 e toda a década seguinte foram perpassados por processos políticos, sociais e culturais, que engendraram novos paradigmas para se pensar as formas de produção artística que vinham se desenrolando até aquele período, trazendo consigo, novas formas de relação entre o artista, sua obra, e o público consumidor. O livro de Frederico Coelho, intitulado *Eu brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado* (2013), fruto de sua dissertação de mestrado, problematiza justamente a produção cultural brasileira dos anos 1960 e 1970, destacando, enquanto problemática fundamental de sua análise, o processo de constituição e consolidação do que ficou conhecido como “cultura marginal”, lançando luz sobre a processualidade histórica de determinadas obras artísticas, e sobre algumas trajetórias de artistas que, muitas vezes, tiveram seus papéis atenuados na cultura brasileira.

A emergência da cultura marginal deve ser compreendida dentro do panorama artístico brasileiro dos anos 1960 e 1970, relacionada ao plano econômico, social e político, principalmente dos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974). Nesse momento, a sociedade brasileira assistiu a um enorme êxodo rural, onde as cidades começaram a inchar de modo vertiginoso, junto ao aumento da pobreza urbana. Esse processo, alavancado pelo “milagre econômico”, veio acompanhado por diversas campanhas ufanistas, em prol da manutenção do regime militar que radicalizava cada vez mais a repressão à luta armada, junto à expansão geográfica e industrial. A burocracia estatal assumia cada vez mais importância para o regime, empregando as camadas médias da população urbana, tendo como ideal empregatício, o homem disciplinado e empreendedor (COELHO, 2013, p.208-213).

Frederico Coelho, em sua obra, opera um deslocamento em relação ao debate historiográfico canonizado em torno da arte marginal. Na historiografia consagrada acerca do objeto em questão, a cultura marginal aparece vinculada de forma imediata e subjacente “ao tropicalismo musical e aos influxos da contracultura e do movimento

hippie norte-americano” (COELHO, 2010, p.19). O autor busca compreender a cultura marginal de forma ampla, tendo como denominador comum “a busca por espaço e condições de atuação de seus projetos individuais e coletivos” (COELHO, 2010, p.21). Para tanto, Coelho não se prende em uma obra ou artista específico, mas sim, busca realizar uma análise ampla, tentando demonstrar “como se tornou possível a formação de uma rede específica de artistas e intelectuais em torno da temática da marginalidade social e o seu deslocamento em relação à noção de marginalidade cultural” (COELHO, 2010, p.27).

Recuperando as formas nas quais foram gestadas esse espaço de sociabilidades, onde artistas das diversas áreas puderam dialogar com a temática da marginalidade social, e como essas práticas se relacionaram na década de 1970 com a cultura marginal, Coelho escapa a determinada perspectiva histórica, segundo a qual, o período pós-AI 5 teria deixado um vazio cultural no país, expressando uma crise nas artes que traziam consigo certa politização, e um avanço das estruturas mercadológicas em relação à produção cultural, como a Embrafilme.

A cultura marginal surgiu no bojo do tropicalismo musical, porém, assumiu tons e matizes específicos. Para compreender as especificidades e a heterogeneidade de propostas e intencionalidades que compunham a cultura marginal, Coelho delimita o espaço do tropicalismo musical, composto por Caetano, Torquato Neto, Jorge Ben, Gal Costa, Tom Zé, Gilberto Gil, Rogério Duprat, Os mutantes, Damiano Cozzella e Julio Medaglia, de suas manifestações diversificadas nas varias formas de produção artística, como as artes plásticas, o cinema e a literatura. Nesse sentido, para o autor, a tropicália foi composta de nomes como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Júlio Bressane, Glauber Rocha, Rogério Sganzerla, Rogério Duarte, Wally Salomão, Duda Machado e Torquato Neto. A partir dessa separação, o autor busca “indicar as alianças ou as diferenças de interesses, as especificidades de cada ator político envolvido e as movimentações que resultaram na ideia de marginalidade cultural” (COELHO, 2013, p.23).

Em sua tese, o autor propõe que haveria ocorrido um deslocamento das expressões tropicalistas na área musical, ocorridas até o ano de 1967, em direção a propostas cada vez mais radicalizadas, processo este que já vinha ocorrendo pelas mãos de Hélio Oiticica, Lygia Clark, Rogério Duarte, Glauber Rocha, e pelos poetas concretos, em meados dos anos 1960 e que acabou por confluir com a canção em 1968. Nesse sentido, a diferenciação entre o tropicalismo e a tropicália visa, dentre outras coisas, apontar que este segundo conjunto de expressões artísticas já estaria sendo germinado desde o final dos anos 1950 por artistas como Hélio Oiticica e Glauber

Rocha, e propiciou as bases para os “usos estratégicos no campo da música popular e da produção cultural brasileira em geral” (COELHO, 2013, p.125), efetuados pelos músicos, posteriormente.

A opção teórico-metodológica do autor é ancorada nas sociologias de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, flertando também com as análises historiográficas Michel de Certeau e Roger Chartier. Para cumprir o objetivo da análise, o autor recorre a ideia de poder, presente no pensamento dos autores, a fim de compreender a dinâmica de uma configuração histórica no interior de um campo cultural. As questões e contradições existentes nesse processo são materializadas em torno do que Coelho chama de “hierarquia estética”, onde o mercado e o pano de fundo ideológico dos artistas aparecem como limites discursivos. Através dessas hierarquias, são engendradas situações em que “o que está em jogo, o poder, é equilibrado através da manutenção ou não de certa hegemonia no campo cultural” (COELHO, 2013, p.27). No que tange a Norbert Elias, Coelho apreende as reflexões sobre “o poder como conceito *relacional* e sobre a relação *estabelecidos/outsideers* no interior das configurações sociais”. Partindo de Bourdieu o autor relaciona “o poder aos diversos conflitos geradores que a ideia de *campo cultural* [...] implica e engendra em relação à produção artística” (COELHO, 2013, p.28).

Através da análise dos conflitos e tensões pela disputa da hegemonia cultural, engendradas no campo artístico brasileiro, Coelho visa captar o papel que uma posição hegemônica representava no campo cultural, nesse momento, trazendo consigo consequências na formação da produção cultural brasileira, que se desenrolam até o presente. Nesse sentido, quando o autor analisa as disputas de poder cultural desse período, ele busca abarcar “as formas sob as quais o poder se manifesta e como seus agentes podem condenar ou consagrar seus pares e obras” (COELHO, 2013, p.202).

Ao longo dos três capítulos de sua obra, o autor busca traçar a gênese da cultura marginal, chamada de *tropicália*, a partir da efervescência tropicalista nos anos 1967 e 1968, e como essas produções adquiriram autonomia e se constituíram enquanto um movimento nos anos de 1968 a 1972, demonstrando assim, como certas produções, especialmente as de Glauber Rocha e Hélio Oiticica, adquiriram grande importância, em determinado momento, nas obras de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rogério Duprat e Os Mutantes. A partir dessa tese, o autor tece uma provocação historiográfica, propondo que ao em vez de “os marginais serem necessariamente os ‘pós-tropicalistas’, os tropicalistas passam a ser, em outra perspectiva, os ‘pré-marginais’ (COELHO, 2013, p.292)”.

A partir do desenvolvimento de sua tese, apontada anteriormente, ao longo dos três capítulos do livro, é possível concluir que Coelho compreende o tropicalismo musical enquanto *momento* de um processo inserido em uma totalidade social, sendo a face mais popular de algo que estava sendo operado antes de Caetano e Gil entrarem em cena, ou seja, o tropicalismo musical é o “resultado de um movimento estético-musical caracterizado basicamente por uma aliança estratégica e produtiva entre músicos e compositores baianos e intelectuais paulistas”. (COELHO, 2013, p.138)

Ao se aproximarem do universo estético de Hélio Oiticica, Glauber Rocha e Rogério Duarte, os músicos teriam deslocado o universo modista e popularesco do tropicalismo musical, desenvolvido até 1968, para a direção da *tropicália*, momento em que os músicos passaram a radicalizar suas produções estéticas, como na apresentação de Caetano em 1968. Portanto, a aproximação de Caetano e Gil com os poetas concretos e com os integrantes da música de vanguarda erudita, como Júlio Medaglia, de um lado, propiciou a filiação dos baianos aos formalismos e os usos linguísticos de vanguarda, como fica candente em suas composições. Já a relação estabelecida com Glauber, Oiticica e Zé Celso, encaminhou o tropicalismo musical para as malhas da radicalização e da emergente contracultura, ainda incipiente no país. Dessas afirmações, é possível concluir que, para o autor, não é o tropicalismo musical que dá origem a *marginália*, e sim a *tropicália*, conjunção de propostas que, posteriormente, abriu flancos para a emergência de uma cultura marginal no Brasil.

No que tange propriamente a análise de Coelho em relação à cultura marginal, o autor propõe que o termo teve seu uso emergente, a priori, através das mãos de Glauber e Oiticica, entre 1965 e 1968, ganhando força no final desse ano, especialmente na música e na imprensa alternativa, como *O pasquim*. Com o AI-5 e o exílio forçado de parte da intelectualidade e de artistas consagrados na produção cultural brasileira, a cultura marginal apareceu como um dado ativo e constitutivo das produções culturais brasileiras dos anos 1960. Os artistas que assumiram uma posição marginal, nesse momento, vislumbravam “uma posição estratégica de (não) inserção, participando ativamente de uma nova configuração no campo cultural brasileiro” (COELHO, 2013, p.205).

A obra de Coelho delineia as intencionalidades e as estratégias que esses artistas, reconhecidos pela historiografia ora como “marginais”, ora como “desbundados”, ou ainda, simplesmente identificados como “hippies”, trouxeram consigo, ao se afirmarem como marginais propriamente. Portanto, essas respostas artísticas não devem ser vistas de forma reduzida ou determinista, e sim, como um “posicionamento consciente e ativo, uma decisão de um grupo expressivo de artistas

e de intelectuais em direção a um rompimento com certas bases da produção cultural brasileira” (COELHO, 2013, p.200), transformadas, após o AI-5, em lócus do conservadorismo político. Portanto, do que fora exposto até aqui, é possível concluir que, a atitude artística de se declarar marginal, nesse momento, equivalia a “se declarar ‘engajado’ ou ‘tropicalista’ em outras épocas” (COELHO, 2013, p.201), ou seja, era uma tomada de posição cultural que trazia, a reboque, um posicionamento político.

O tropicalismo musical, enquanto resposta de determinada fatia de artistas, engendrado dentro de um processo histórico, guarda peculiaridades e problemáticas específicas relacionadas às demais produções culturais do período, especialmente aquelas identificadas com o nacional-popular. Sua emergência no plano musical, em 1967, sintetizou um processo que já vinha se imprimindo nas demais áreas artísticas, como no teatro, no cinema e nas artes plásticas, trazendo consigo, novos paradigmas na reflexão, tanto sociológica, quanto histórica, acerca da produção cultural brasileira. A obra de Frederico Coelho traz consigo novos flancos para se problematizar a radicalização operadas pelos músicos, vinculados a cineastas, como Glauber Rocha, ou, ainda, a artistas plásticos, como Oiticica. Porém, é necessário ressaltar que rupturas e continuidades convivem de forma dialética. Nesse sentido, sua análise abre questões para se pensar as continuidades históricas do tropicalismo musical, presentes na cultura marginal.

Ainda que, não concordando com o autor acerca da ideia de *movimento*¹, problemática que incorre o risco de desembocar no engessamento da análise, suas observações acerca do itinerário de artistas como Glauber Rocha e Hélio Oiticica se mostram extremamente férteis, pois demonstram como produções artísticas, em áreas distintas guardam intencionalidades específicas e convergentes que, em um momento posterior, desembocam em um projeto, por parte dos músicos identificados como tropicalistas, que denotam vários elementos já presentes no cinema, nas artes plásticas, na literatura e no teatro. Embora não concordando com a aparente dissonância acerca das expressões de Caetano e Gil, em relação a Glauber Rocha e Hélio Oitica, antes de 1968, apresentadas pela análise do autor, bem como sua divisão em *momento* e *movimento*, e sim, apostando em uma conjugação de intencionalidades e interesses heterogêneos que, em um determinado momento, apontam para um projeto em comum, é possível afirmar que sua análise abre várias perspectivas para a problemática da cultura marginal, germinada a partir das atividades e produções tropicalistas, constituindo-se, assim, enquanto uma preciosa obra para as futuras

1 O conceito de formação cultural, sistematizado por Raymond Williams (1992, p.57-87) permite a compreensão da heterogeneidade e contradições das práticas que unem determinados artistas, considerando as diferenças individuais presentes no conjunto das obras que foram sendo aglutinadas em torno de um “movimento”.

pesquisas acerca das expressões artísticas identificadas, tanto com o tropicalismo, quanto com a cultura marginal, lançando luz sobre as problemáticas em torno da produção cultural brasileira dos anos 1960 e 1970, que ainda deixam seus estilhaços no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Frederico. **Eu, Brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado**: cultura marginal no brasil das décadas de 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

QUANDO GRADUAL E CONTÍNUO É A DISJUNÇÃO

Guilherme Rezende Machado

Discente vinculado ao curso de graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

**RESENHA DE: CALDEIRA, TERESA PIRES DO RIO [2000]. CIDADE DE
MUROS: CRIME, SEGREGAÇÃO E CIDADANIA EM SÃO PAULO. SÃO PAULO - ED. 34/EDUSP.**

“Quando escrevo sobre São Paulo, em português, para brasileiros, escrevo como intelectual e como cidadã, e, portanto, abordo a cidade de uma certa maneira. Cidades das quais somos cidadãos são cidades nas quais queremos intervir, que queremos construir, reformar, criticar e transformar.” (CALDEIRA 2000: 20)

O dilema antropológico que Teresa Caldeira evoca na passagem acima, elucida os debates encontrados em sua tentativa de produzir uma análise internacionalmente ampla falando de sua própria São Paulo. Escrita primeiramente em inglês, Caldeira nos avisa sobre como sua tese, apesar de apresentada¹ fora do país, é uma construção sobre e para São Paulo e que ao mesmo tempo em que se debruça sobre entrevistas e produz as mais detalhadas análises possíveis, almeja poder contribuir com uma teoria que evidencie processos mais amplos do qual São Paulo é mais um exemplo. Sob correntes que encaram a antropologia nacional como teoria nativa e informativa, frente a “amplitude” da antropologia internacional, Caldeira insere no debate internacional uma pesquisa inovadora, ao procurar respostas em novos espaços e vozes, e ao mesmo tempo potente, por dar conta de expor as contradições existentes dentro da democracia, cuja temática é central nas produções antropológicas internacionais e de ciências sociais como um todo.

Esses espaços e vozes pela qual a autora se guia para entender o fenômeno da violência, medo, segregação e contradições da democracia, podem ser encarados como novos ao entendermos a exaustão das tentativas que priorizavam a investigação sobre as instituições do Estado e da Polícia, como bem esclarece Paulo Sérgio Pinheiro nos seus comentários no início do livro. Realizadas entre 1989 e 1991, as entrevistas contidas na obra fazem parte de uma pesquisa de dez anos que começa em 1988. Iniciada no ano da última constituição, a pesquisa tem como cenário a “recém-formada” democracia, onde seus dilemas e limitações são perseguidos pela autora

1 Teresa Pires do Rio Caldeira é antropóloga na Universidade da Califórnia, Berkley. Publicou a primeira versão de Cidade de Muros em Inglês e salienta o quão diferente é escrever em inglês, pensamentos que foram construídos em português. Chama atenção principalmente para os estilos de escrita antropológica cujo modo brasileiro é lido como teoria nacional, algo que está à quem de seu empreendimento teórico de encontrar um padrão de segregação na esteira da democracia como um todo. (CALDEIRA 2000: 18)

numa cadeia de perguntas que a possibilitam, mais do que mapear, compreender os processos de transformação e de proliferação do medo e da violência, fazendo de sua tese um escrito atual no que se refere à segregação espacial, crime, justiça, direitos civis, encerrando um livro sobre a própria democracia.

Caldeira constrói – através da análise sobre a falência do sistema de justiça; do desrespeito aos direitos individuais e da segregação espacial – um argumento sobre as dificuldades de enraizamento da democracia, constituindo uma “democracia disjuntiva”. Sem a pretensão de marcar esses pontos como os únicos ou principais problemas do Estado de Direito, ela quer defender “apenas”, que, enquanto eles ocorrerem, a desigualdade será sustentada. Como exemplo insubstituível dessa disjunção e desigualdade, as entrevistas e os levantamentos de dados sobre a cidade de São Paulo operam precisamente para a reflexão sobre a *segregação espacial* marcada pelo que a autora chama de “enclaves fortificados”. A divisão do livro, em si, exalta essa capacidade de relacionar fatores que se somam na explicação da segregação, substituindo as então relações de causalidade de alguns estudos anteriores sobre a violência². Essa capacidade de esmiuçar as relações e ao mesmo tempo dar explicação sintética produz como consequência, um amplo escopo de artigos e resenhas sobre o livro e tendo em vista a grande quantidade de produções que tratam sobre ele (o livro)³ pretendo através desse trabalho não apenas resumi-lo, mas elencar os fatores presentes em “Cidade de Muros” que possibilitam pensar o contexto de 2015 no que concerne à limitações dos direitos individuais e por fim as contradições que a democracia brasileira de hoje ainda possui.

A FALA DO CRIME

Sendo um livro que trata de diversas motivações como influentes na disseminação da segregação, suas divisões e capítulos são coerentes com tal raciocínio de múltiplos fatores. Em seus nove capítulos a autora se alicerça em análise documental, estatísticas e pesquisa etnográfica para trabalhar os fenômenos que constituem uma democracia disjuntiva, começando, no primeiro, pelo “ordenamento do mundo” que a “Fala do Crime” produz. Entrevistando moradores de alguns bairros paulistanos (sendo eles: Jardim das Camélias, Móoca, Morumbi e Alto Pinheiros, entre outros) a

2 No capítulo 3 - “O aumento do crime violento” a autora salienta a importância de analisar os fatores que levam ao aumento da violência para além de razões socioeconômicas, oscilações urbanísticas ou investimento em segurança pública como alguns trabalhos o fizeram e atenta para a complexidade desse fenômeno no qual esses estudos são sim complementares mas não absolutos. Tratarei desses outros estudos adiante.

3 AUGUSTO, Maria Helena Olivia. Segregação Social e Violência Urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais v 17 nº48. ALVES, Andréa Morais. Mana vol.8 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2002

pesquisadora elenca como um traço comum entre os discursos; a capacidade dos interlocutores de ordenar o mundo através da classificação de lugares e principalmente de pessoas quando *falam sobre o crime*. Ela demonstra a recorrente estigmatização, em São Paulo, de nordestinos e também de favelas e cortiços como pessoas e lugares de concentração e proliferação do crime. Aponta para a produção de um estereótipo do criminoso por parte de discursos de bairros mais abastados como a Móoca, Morumbi e Alto Pinheiros e ainda para a caracterização de favelas como ambiente do crime, mesmo por discursos de pessoas da classe baixa que moram próximas à favela, como uma líder de bairro em Jaguaré. Analisar esse padrão na fala é importante por dois principais motivos: primeiro, a “fala do crime” é ponto crucial para Caldeira ao tratar das construções de muros simbólicos e concretos, já que possibilita enxergar a polarização simbólica entre bem e mal que seus interlocutores anunciavam para dar sentido a um mundo que foi desordenado pela violência. Segundo motivo; é extremamente importante ainda por ser um mecanismo de proliferação do medo, interferindo⁴ no mundo, a partir da distinção entre bem e mal, de forma segregativa quanto ao lugar e à quem foi estigmatizado como mal.

A ligação que a autora estabelece entre esses dois pontos e a “fala do crime” é amparada em discussões sobre o papel da fala no controle da violência. Duas correntes de pensamento são trazidas, a primeira que defende que: o estabelecimento da linguagem, da fala, ajuda a esclarecer pontos obscuros rejeitando desordem e por conseguinte a violência (GIRARD 1977)⁵ – é contrastada com um pensamento que defende que: a linguagem é importante disseminadora do medo (TUSSING 1887)⁶ [mais evidentes ainda nos casos onde a violência é a única linguagem. (FELDMAN, 1991⁷)]. Sendo uma autora que quer analisar o medo e sua proliferação, a segunda corrente faz jus a linha de perguntas que vão guiando o livro. As entrevistas realizadas no fim da década de oitenta são marcadas, segundo Teresa, por uma romantização dos acontecimentos violentos, descrevendo-os como a quebra de uma vida que era levada de forma pacífica e ordeira e que no “choque” desencadeiam a desestabilização emocional e a instauração permanente do medo na vítima.

A estrutura do segundo capítulo - “A crise os criminosos e o mal”, remonta, assim como no decorrer do livro, o que chamo atenção como coerência. A instituição e proliferação do medo através da fala do crime, minunciosamente analisada no primeiro capítulo, movem as falas para a tentativa de *ordenar o mundo* e é debruçan-

4 As formas de interferência são temas de capítulos posteriores do livro do qual tratarei adiante.

5 GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado* (1977)

6 TUSSING Michael – *Shamanism, Colonialism and the wild man: A study in terror and realing*. 1987.

7 Ver estudo sobre a violência na Irlanda do Norte em FELDMAN, Allen – *Formations of Violence*. 1991.

do-se na *construção desse ordenamento* que o segundo capítulo vai encerrar a primeira das quatro partes do livro. As entrevistas transcritas no livro apesar de mediadas, são fluidas, e o fluxo na fala traz opiniões como a inerência do mal no ser humano e da responsabilidade do Estado de controlar esse fator natural. Perguntados então sobre como o Estado deve agir nesse controle, proliferam não somente falas por uma intervenção mais forte, mas principalmente justificativas baseadas na crise político-econômica como razão da omissão do Estado no controle da violência e da pobreza, exacerbadamente vinculadas nas falas. Enquanto por um lado, o desejo de um Estado mais “forte” vai de encontro à legitimação de um controle violento da violência, por outro, quando não atendidos, os interlocutores criam uma espécie de descontentamento com instituições públicas de manutenção da ordem, o que desencadeia não apenas o enfraquecimento dessas instituições, mas principalmente a tomada de atitudes autônomas e privadas que vão desde de o isolamento em enclaves fortificados até a contratação de justiceiros particulares, corroborando então para a obstrução de direitos individuais.

INSUFICIÊNCIA INSTITUCIONAL

Diante desses desdobramentos da concepção do papel do Estado, a violência policial (dito Estado forte) e a Falência do Estado de direito são o foco da segunda parte do livro. Sendo ela dividida em três capítulos, o “capítulo 3” trata principalmente das dificuldades em se mensurar o crescimento do crime violento, seguido por um levantamento histórico dos abusos policiais (capítulo 4) que culminam enfim nas discussões sobre o enfraquecimento da democracia e ascensão de intervenções por segurança de ordem privada (capítulo 5). Em “O aumento do crime violento” (Cap. 3) a autora sintetiza onde quer chegar quando logo nas primeiras páginas anuncia a existência de um ciclo de fatores que atestam a perpetuação da violência. Dentro desses fatores a ação policial é um pilar dessa perpetuação e a acurada avaliação (feita por Teresa) das estatísticas sobre crime e violência na região metropolitana de São Paulo, além das entrevistas e discussões com produções de autores que estudaram a polícia na região sudeste, jogam luz às dificuldades de entender o porquê que a polícia é uma das responsáveis por essa disseminação.

Baseando-se nos estudos de Mingardi (1992), Caldeira marca na ação policial o que o autor chama de “lógica em uso” como uma característica importante na produção das estatísticas, que por sua vez são instrumentos de orientação para a polícia lidar (de maneira equivocada, como defende a autora) com o crescimento da

violência. Essa lógica em uso consiste em um “código prático”, que o policial adquire com o tempo e experiência em tal ofício, e coloca em prática ao se deparar com situações de (supostos) crimes, nas quais um recorte de gênero, classe e cor são recorrentes na hora de abordar um(a) suspeito(a), registrar queixas, produzir estatísticas e até torturar e aceitar propina (estas últimas práticas mais insistentes da polícia civil, como afirma Mingardi, que trabalhou com a polícia civil na periferia de São Paulo entre 85 e 86). Resumindo algumas das principais conclusões, a abordagem policial possui uma predefinição de suspeitos, algo pautado na pobreza e racialidade que elevam os índices de homicídios por parte da polícia contra tais populações, mortes essas, disfarçadas nas estatísticas pela categoria “resistência seguida de morte”. Mingardi capta também em seu estudo a “má vontade” por parte dos policiais, em registrar queixas contra as mulheres nos casos de violência doméstica e Caldeira elenca além da “lógica em uso”, a falha ética policial que, muitas vezes, considera a vítima de estupro como a culpada e ainda a problemática do estupro ser enquadrado em crime contra a moral e não contra a pessoa/indivíduo, expondo um pouco de sua perspectiva sobre a disjunção dos direitos individuais, trabalhada no final do livro.

Esses recortes da ação policial além de maleficar os grupos elencados, produzem a deslegitimação das instituições de ordem por parte deles e ainda uma situação em que camadas mais abastadas tornam qualquer imprevisto com a polícia algo negociável, criando nelas a sensação de que a polícia é uma instituição corruptível. *“Quem apanha é pobre; colarinho branco não apanha, faz acerto... Em um crime que envolva pessoas de classes diferentes, o peso da justiça policial cairá geralmente sobre a parte mais pobre”* (MINGARD 1992 apud CALDEIRA 2000: 107). Corroborando para o racismo institucional e para proliferação e impunidade do machismo, a polícia, principal instituição da ordem, vai perdendo legitimidade e ocasiona, segunda Teresa, a necessidade de outras vias para aquisição da segurança, vias que em função da condição socioeconômica variam entre isolamento em condomínios fechados, empresas de segurança privada, contratação de justiceiros e vingadores clandestinos. Antes de entrar nesse tema (do capítulo 5) a autora analisa, ainda no capítulo 3, as estatísticas sobre o crime, elencando as contradições nelas contidas segundo o interesse institucional em obter determinados resultados, algo que prejudica uma real avaliação do crime violento e seu aumento e ainda promove dificuldades, em certas teorias sobre a violência, de explicar o seu aumento.

Enquanto Tereza Caldeira trata da disjunção da democracia principalmente como atentado contra os direitos individuais, onde o corpo é extremamente

importante, as estatísticas policiais calculam o número de homicídios em São Paulo de forma distorcida. É esse ponto o que vemos ser o principal equívoco nos números da polícia civil quando comparados aos dados do registro civil. Na esteira de um pensamento que defende a autonomia do corpo como principal exemplo de direito individual, a autora é consistente ao apontar as omissões dos direitos individuais por parte da polícia ao não contabilizar mortos nos casos de latrocínio ou “os homicídios” dentro do que a polícia chama de “homicídio” independente do número de mortes. As margens de equívoco desses índices quando cruzados com regiões, (Município de São Paulo e outros municípios próximos, no caso da pesquisa) podem embasar correlação nas taxas de crescimento da violência em função da região e seu respectivo traço socioeconômico, estatísticas que são bases para estudos criticados por Caldeira como estritamente causais e por isso deveras limitado⁸.

Ao contrário de perspectivas estritamente socioeconômicas ou análises focadas apenas no investimento em segurança pública, ela pretende considerar a esfera cultural da disseminação do mal e do medo, dos papéis das autoridades dentro da democracia e do corpo manipulável. Analisar ainda as ações privadas e construções de muros (concretos e simbólicos) além da tradição institucional violenta e a resistências à consolidação de direitos individuais, completando o que citei acima como “ciclo de fatores” que disseminam a violência.

Nesse momento percebemos a real inovação de Caldeira, já que a dimensão das análises que ela pretende exigir que sejam movidos esforços mais complexos do que apenas análise de estatísticas ou de investimentos em segurança pública para entender a segregação. Ao trabalhar com a noção de cultura da disseminação do mal e do medo como contribuinte da segregação que caracteriza a disjunção dos direitos civis é necessária a abordagem histórica da ação policial e de suas respectivas gestões, “intuito do capítulo 4” e principalmente de uma **abordagem crítica sobre a conquista de direitos individuais na democracia brasileira**. A partir do capítulo 5 até o final do livro, esse último ponto passa a ser tratado com mais ênfase, podendo ser percebido como a principal tese que Caldeira insere no debate internacional já que viabiliza uma releitura da conquista de direitos em comparação às teses de T. H. Marshall (1949) sobre a “progressão contínua da cidadania”.

Já no capítulo 5 “Violência Policial e Democracia” vemos um exemplo de como a conquista dos direitos civis é problematizada como “gradual e contínua” (Marshall 1949) quando a retomada conservadora de Quércia e Fleury rompem com

8 Ver o estudo de PEZZIN, Liliana E Criminalidade Urbana e crise econômica o caso de São Paulo. 1987 que relaciona criminalidade e fatores socioeconômicos ou ainda COELHO, Edmundo Campos. A criminalidade Urbana Violenta. 1988 sobre e relação entre violência urbana e investimento em segurança pública.

a Proposta Montoro: “*retorno ao estado de direito*”, de reforma da polícia no período de redemocratização. A desvinculação entre corregedoria e PM em São Paulo e a tentativa de uma polícia preventiva e mais desarmada vinham sendo conquistas de Montoro até 1987, quando a entrada de Fleury como secretário de segurança pública no governo de Quéricia (1987-1990) e posteriormente como Governador (1991-1995), reestabelece os números de homicídios cometidos por policiais (homicídios majoritariamente disfarçados de “resistência seguida de morte”) cujo auge foi o Massacre do Carandiru com 111 mortos em 1992. O aumento do número de mortes segundo Fleury (em entrevista à Folha de São Paulo um ano antes) “deve-se a um policiamento mais atuante”, fala, que, segundo Teresa evidencia a naturalização das mortes.

Esse exemplo Paulista remonta o caráter dual de “Cidade de Muros” em sua capacidade etnográfica/contextual e ao mesmo tempo potente no debate sociológico. Tendo a autora o intuito de construir análise crítica da aquisição de direitos no Brasil, a naturalização das mortes na fala de Fleury possibilita demonstrar 1) como é recorrente a noção de corpo incircunscrito nessa banalização das mortes (tese mais trabalhada no capítulo 9 e que contempla o intuito de pensar o contexto brasileiro de disjunção), além de 2) fornecer argumentos para contrapor a ideia de conquista gradual e contínua dos direitos em “Cidadania e Classes Sociais” de T.H. Marshall, uma vez que a estratégia democrática de Montoro é redirecionada para uma “polícia mais dura”, ou seja mais homicida como demonstra Teresa.

O final do Capítulo 5 (ainda da segunda parte) é enfático quanto ao crescimento de iniciativas privadas na segurança. É um capítulo estrategicamente construído quando propõe que a truculência da polícia (influenciada pelas políticas evidenciadas acima) constrói uma sensação de medo, principalmente nas classes trabalhadoras, já que a separação entre trabalhadores e bandidos é tênue. O borramento⁹ que a imagem da polícia tem com os bandidos por sua vez (em função dos acordos e corrupções) é o que a deslegitima perante as classes médias e alta. Por esses e outros motivos a confiança na polícia como instituição da ordem é deturpada implicando o aumento de iniciativas privadas para a segurança. Sempre tangenciando a democracia, Caldeira encerra a segunda parte chamando atenção para como essas iniciativas ajudam a distorcer a concepção de direitos civis quando agem na ilegalidade e vai para a terceira parte do livro com a intenção de analisar os impactos dessa privatização no espaço urbano.

9 O termo borramento vem evidenciar uma dificuldade, dos entrevistados de classe média e alta, de enxergar a fronteira que separa o criminoso da polícia decorrente das negociações que a polícia faz com àqueles.

PROJETO DE ESPAÇO PRIVADO MODERNO¹⁰

Caldeira expõe até esse ponto, como o processo de transição democrática, que marcou os anos 80, aproveitou mal a oportunidade de reformar o sistema de segurança pública em paralelo às outras reformas, como a de direitos políticos, que teve início no mesmo contexto. As negligências à reforma, visíveis nos capítulos até aqui, elencam *uma* das manutenções disjuntivas já que, particularmente na cidade de São Paulo, a segregação territorial é *outra* contínua prática de disjunção, na qual seu estudo irá se amparar principalmente a partir da terceira parte.

A segregação espacial possui histórico de longa data e é mantida em São Paulo mesmo numa retomada da democracia no fim dos anos 80. Para demonstrar essa perpetuação ela elabora, ao lado de James Holston tratando de Brasília em “A Cidade Modernista” (1993), como o projeto modernista de cidade e espaço urbano, quando negligenciado¹¹, possibilita dar continuidade a uma segregação bem nítida em São Paulo desde o fim do Século XIX. “Três Padrões de segregação espacial”, como bem diz o título do capítulo 6, correspondem a três momentos do Brasil que se iniciam em conquistas de direitos. O Nascimento de uma República e suas transformações na vida política¹² coexiste, por exemplo, com uma divisão de classe e cor extremamente latente nas construções habitacionais de São Paulo até 1930. A heterogeneidade desse centro urbano em ascensão pela industrialização e o inchamento populacional é marcada pela coexistência de diferentes grupos, segregados pela arquitetura domiciliar entre mansões e cortiços.

Decorrente dessa coexistência, elites mudam-se desse centro a fim de promover um distanciamento e uma higienização social, não por coincidência, formando um dos bairros com o nome de Higienópolis. Projetos de higienização sustentaram a abertura de avenidas cortando a cidade e expulsando as classes trabalhadoras do centro para a periferia, conformando uma segregação que a partir dos anos 40 nomeia-se “centro/periferia”. Novamente *a conquista de direitos* trabalhistas na década de 30 está longe de uma emancipação de direitos à habitação, já que o crescimento das periferias está amarrado à especulação imobiliária deixando o projeto de urbanização desses novos espaços à merce da iniciativa privada. O Finan-

10 Uma referência irônica ao Projeto de espaço público moderno de James Holston (1993)

11 Holston em “A Cidade Modernista” propõe ainda que mesmo em projetos modernistas como Brasília, a segregação espacial ainda é viabilizada quando, sob a égide de um plano moderno de cidade, se abole as calçadas, ruas e espaços públicos afim de dar prioridade às novas tecnologias de locomoção, encerrando assim uma compreensão incompleta do que consiste um projeto moderno de espaço público.

12 Ver Schwarcz e Starling (2015) sobre a noção gradual de liberdade na campanha abolicionista do fim da monarquia (P299) e ainda as revoltas por lutas pela Terra, Greves operárias, revoluções culturais modernistas na Primeira República (P 334).

ciamento governamental para a urbanização do centro e da periferia é notavelmente díspar e o resultado disso é uma resignificação de edifícios¹³ como status positivo de moradia para as classes médias (que ascendem o número dessas construções nos centros urbanos) em detrimento até mesmo de pavimentação nas zonas mais afastadas do núcleo urbano. O encarecimento de terrenos nos extremos da cidade leva as camadas trabalhadoras e migrantes a procurarem terrenos cada vez mais distantes e baratos e ainda a auto construir suas casas.

O isolamento entre as diferentes classes sociais marca São Paulo dos anos 40 até a redemocratização nos anos 80 e as principais características nesse intervalo de tempo são: a diminuição da densidade demográfica como reflexo de uma expansão territorial para, pelo menos, 8 grandes regiões recém-povoadas, baixa infraestrutura nos locais onde os lotes foram comprados de forma barata e ainda seus respectivos isolamentos devido a uma precariedade no sistema de transporte.

A distância que separa, não apenas fisicamente, mas socialmente, as camadas paulistanas, evita seus contatos e possíveis conflitos até os anos 70. O protagonismo que as classes moradoras da periferia assumem nas reivindicações por infraestrutura nos anos 70 transforma a periferia em ambiente urbanizado contribuindo para seu encarecer. Com a recessão econômica que marca a década de 80, a vida na periferia se torna mais cara, seus moradores são levados a migrarem para as favelas onde o custo é menor e em consonância, as classes altas e médias que compõem o centro também sofrem os efeitos da crise. Analisando os anúncios imobiliários, Teresa pôde demonstrar como a queda do investimento (e financiamento governamental) em edifícios e a prioridade por segurança privada passa a redirecionar a preferência dessas camadas enquanto moradia. Construções de condomínios fechados principalmente no sentido Noroeste da cidade (no início dos anos 90) estão deslocando os moradores do centro para tais regiões periféricas colocando diferentes classes lado a lado como exemplificado em fotos no decorrer do livro.

Esses novos espaços passam a reconfigurar a cidade no que se refere à divisão Centro/Periferia já que não mais se tem um centro rico e a periferia pobre. A segregação passa a ser marcada fisicamente através de muros que dão o limite entre uma comunidade de baixa aquisição econômica e os condomínios que agora são seus vizinhos na periferia da Grande São Paulo. Tais condomínios exaltam em sua estética a hegemonia da segurança como principal motivação de existirem e usando a fala do crime, seus moradores exalam o repúdio ao convívio com a heterogeneidade que se torna cada vez mais perigosa, segundo os entrevistados.

13 Caldeira fala sobre a estigmatização dos edifícios que eram remetidos aos cortiços até os anos 30.

A desindustrialização e ascensão do setor de serviços amplia a construção de shoppings centers, prédios e escritórios também fora do centro totalizando um ciclo de vida total (Trabalho, entretenimento, consumo e moradia)¹⁴ para tais classes cuja rotina existe à parte da vida pública. Temos por tanto uma São Paulo que ainda não deixou de ser a Cidade que vinha sendo desde os anos 40, mas que então possui essa nova conformação que requer mais atenção em suas leituras. Pois então toda construção dos dados históricos e padrões de transformações no espaço urbano de São Paulo novamente possibilitam refletir sobre questões amplas como a implosão da vida pública em decorrência de uma nova ordem privada que reafirma as diferenças de classes, no limite através de barreiras físicas, além de mover a fala do crime e da insegurança como justificativas para os enclaves.

Contradições dentro dos próprios enclaves fortificados nos ajudam, através do sétimo capítulo, a entender o quanto essa privatização colide com noções de direitos civis e democracia. A vida dentro desses espaços ao mesmo tempo que pretende evitar e se distanciar das classes mais pobres, dependem delas para o funcionamento desse ambiente. Outras contradições, essas necessariamente avessas à democracia, são as dificuldades de utilização dos espaços comunitários, utilização de segurança privada que age a margem da legalidade e principalmente a saída da vida pública para os enclaves como resistência a aquisição de direitos das tais classes da qual dependem.

Todas essas incoerências e aversões ao que é público ganham vida nas formas urbanas que circundam esses espaços. A prioridade pela mobilidade do automóvel em detrimento do pedestre, as construções voltadas para dentro e a capacidade de isolamento da rua ferem o ideal de vida comunitária moderna como a autora traz muito bem no capítulo 8. O ideal moderno de espaço público (HOLSTON 1989) que prevê o convívio com o heterogêneo e a utilização espontânea do espaço público abrem o capítulo 8 para problematizar a nova São Paulo tanto em sua complexidade urbana quanto em sua promoção dos direitos civis.

Os enclaves fortificados são intervenções no espaço público, segundo a autora, que ferem a premissa de utilização espontânea e o convívio com a diferença, cerceando mais uma vez a conquista de direitos ao âmbito dos direitos políticos impedindo a emancipação de direitos individuais (de ir e vir) que segundo Marshal, totalizam a cidadania. Como Wanderey Guilherme dos Santos, a autora pontua aqui como os direitos sociais (trabalhistas na década de 30 por exemplo) e os direitos políticos (Diretas Já) precedem a aquisição de direitos individuais, caracterizando

14 Caldeira se estende ao explicar o estilo de vida total e trazer referências sobre as estruturas comerciais, educacionais, culturais, de trabalho, lazer e consumo no capítulo 7.

a democracia brasileira como disjuntiva por esse traço não gradual. Convém ainda ressaltar que essa redemocratização é marcada pela ascensão política de segmentos que não participavam da vida política até fim da ditadura. Esse fato associado a ascensão do crime violento justifica porque a fala de quem decidiu se retirar da vida pública assimila caos e insegurança com o surgimento da Democracia.

Há de se ressaltar que a ausência de uma análise sobre o crescimento do tráfico para explicar o aumento do crime violento em “Cidade de Muros” faz de “Violência e Democracia”, de Angelina Peralva, uma leitura complementar na tentativa de entender essas assimilações entre democracia e violência. Apesar de tratar do Rio de Janeiro a obra de Peralva contribui no que consiste pensar o aumento do Tráfico de Drogas que ocorre de forma concomitante com a redemocratização, como fator do crescimento da insegurança nos centros urbanos (PERALVA 2000). Por esses fatores elencados a democracia entra, mediada principalmente por políticos de direita, no discurso popular como um regime que protege bandidos e ainda dá privilégios a eles, uma referência que tenta depreciar e dificultar a consolidação dos direitos humanos.

CIRCUNSCREVER OS CORPOS?

A última parte e capítulo do livro encerram uma pesquisa que tentou, através da análise de muros, tanto urbanos, na segregação espacial paulistana, quanto simbólicos, encontrados na lógica em uso policial e em estigmatização de criminosos na *fala do crime*, levantar uma teoria onde a democracia é problematizada através da forma em que os direitos são conquistados.

Construo essa análise como um diálogo com teorias de direito e violência, um diálogo cujo resultado esperado não é apenas elucidar a experiência em São Paulo, mas também problematizar noções de cidadania e democracia. Como essas noções são formuladas com base numa experiência específica da Europa ocidental e dos Estados Unidos, aplicá-las diretamente a um país como o Brasil resulta apenas em vê-lo como um modelo de modernidade fracassada ou incompleta. [...] A peculiaridade do uso brasileiro desses elementos vem do fato de que os direitos sociais (e secundariamente os direitos políticos) são historicamente muito mais legitimados do que os direitos civis e individuais... (CALDEIRA 2000: 344)

O diálogo que o livro estabelece com autores (T. H. Marshal e Guilherme dos Santos) sobre democracia é cativante na medida em que evidencia uma realidade que desloca a teoria europeia de aquisição de direitos. Perceber e demonstrar como a falta de graduação na

aquisição de direitos quanto a virada conservadora que eles sofrem no decorrer de sua alçada, no Brasil, fazem desse trabalho uma análise tão poderosa quanto obras clássicas como “Capitalismo Dependente” que a partir do Brasil deslocaram a teoria que explicava o funcionamento hegemônico do Capitalismo (CEPÊDA 2014)¹⁵

O livro em si trouxe a capacidade de debater como a democratização após os anos 80 traz estampada em si um conflito que ainda não fora possível. A aquisição de participação política coloca em contato, na cidade de São Paulo, grupos historicamente privilegiados – no que concerne ao conflito de raça, classe e gênero – com minorias que ascendem na participação política. Um contato que não se restringe ao físico, mas enquanto sujeitos de direitos. A premissa de igualdade entre os indivíduos é encarada pelas camadas privilegiadas como afronta às suas posições e símbolos que evidenciavam a diferença e os reflexos disso podem ser detectados em sua retirada da vida pública e ainda na noção de justiça feita no âmbito privado. As análises sobre a opinião dos paulistanos quanto a pena de morte evidenciam o fator vingativo e punitivo através da dor como característica da justiça privada e principalmente como negação de direitos fundamentais.

O fator vingativo que tem a dor como instrumento configura o desejo punitivo no corpo incircunscrito tão caro pra autora na sua tentativa de demonstrar como os direitos individuais não são tolerados. Mas a introdução no corpo não se restringe ao contexto da violência. O crescente número de cirurgias plásticas e cesárias são características brasileiras de um corpo aberto, passível de mudança. A maleabilidade desse corpo é para caldeira fator que muito explica a pouca valorização do mesmo, que, no caso dos incriminados¹⁶, faz da pena de morte uma medida aceitável provando a fragmentação dos direitos de cidadania quando compete a corporalidade e o direito individual.

As preocupações da autora levantadas no livro quanto à implosão da vida pública e ainda no que se refere ao corpo enquanto direito individual pontuam as características disjuntivas da democracia brasileira apontando para uma modernidade cadente. É importante ressaltar que essa cadência não diz respeito a uma regressão da modernidade. Pensar assim seria se submeter ao modelo liberal de aquisição de direitos (direitos individuais, políticos e sociais respectivamente). Tendo a democracia brasileira um ritmo e rumo peculiar no que se refere a essas conquistas, seria mais

15 Vera Cepêda em “Teoria social e mudança política em Florestan” nos conta sobre a ruptura e inovação que as análises do autor causam não apenas para a leitura do capitalismo brasileiro quanto para a teoria que analisa o funcionamento do capitalismo.

16 Utilizo “incriminados” para não cair no erro de generalizar a relação estabelecida – pela polícia e suas limitações como exemplifica Caldeira na Segunda parte do livro – entre crime e sujeito.

interessante pensar “cadente” enquanto *outra regularidade rítmica* e não em perda de velocidade.

De fato, circunscrever o corpo é algo que a antropóloga tem como vital para consolidação da cidadania e nesse sentido vemos um país, que no contexto de 2015, faz as palavras da autora ainda válidas. Políticas de defesa da mulher são um exemplo da necessidade de afirmação de direito sobre o corpo e ao mesmo tempo questão a ser problematizada enquanto necessidade de circunscrição. A lei Maria da Penha que prevê aumento da punição para agressores em crimes domésticos cometidos contra a mulher entra em vigor no ano de 2006 e o que se vê é a pouca aplicabilidade dela¹⁷ em função, até certa medida, da falta de estrutura para o acolhimento da vítima e de uma polícia que não foi reformada desde a redemocratização. Podemos encarar a promulgação dessa lei como aquisição de direito social de mulheres enquanto um grupo. Partindo dessa suposição o que esperamos é uma emancipação que cada vez mais se aproxima da aquisição de direitos individuais.

Um dos paradoxos, que evidencia a tal descontinuidade, se faz visível, porém, quando em 2015 o projeto de lei 5069/2013 vem à tona, através do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, dificultando ainda mais o atendimento à mulheres vítimas de estupro. O PL além de dificultar o atendimento¹⁸ às vítimas vem confrontar abertamente um direito reivindicado pelos movimentos feministas a décadas, o direito ao aborto. Um direito de autonomia sobre o próprio corpo. Trago esse fato para pensar sobre a circunscrição do corpo como indispensável para a cidadania.

A ênfase que a autora dá no incircunscrito usando exemplos de cesária e cirurgias plásticas faz com que a autonomia do corpo enquanto aborto pareça mais um exemplo de um corpo violável. A questão que trago então é como encarar o aborto enquanto *direito individual* sob a esteira do que Caldeira chama de *violação do corpo*? O aborto se equipara aos exemplos de cesária e plástica? A autonomia do corpo é necessariamente através de sua circunscrição? Apenas circunscrevendo os copos se atinge a autonomia individual? Não nos esqueçamos é claro de que a análise da autora está refletindo sobre os abusos nas punições institucionais e que não estou jogando fora a importância dessa circunscrição. Minha problematização é como essa circunscrição irá se desenvolver enquanto direito individual sendo o aborto um claro direito de corporalidade e ao mesmo tempo em que não corresponde ao que Teresa chama de circunscrição do corpo.

Jennifer Nedelsky é interlocutora de Caldeira no penúltimo parágrafo do

17 Ver PASINATO Wânia “Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006”

18 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=ziEvKCgenzw> sobre o que o PL diz e as implicações dele na prática.

livro sobre o debate de um caráter liberal no Direito americano. O direito enquanto *propriedade*, o corpo enquanto *propriedade* é problematizado pela primeira justamente por estabelecer *fronteira, circunscrição* a um corpo que é fluído no caso das mulheres. Tal fronteira se borra segundo a autora por conta da gravidez e o aborto é um exemplo a mais para a fluidez do corpo da mulher. Nedelsky propõe que o direito seja pensado enquanto relação, e por relação entendo autonomia da corporalidade que se modela à fluidez. Dessa forma a autora propõe que ao invés da utilização de um modelo liberal que prioriza a fronteira e a propriedade, passemos a pensar um direito enquanto relação.

Compartilhando da visão de Nedelsky sobre direito como relação, encerro esse texto tentando mostrar o quão potente é o pensamento que desloca a teoria. Teresa construiu através de “Cidade de Muros” um argumento que desarticula muito bem o modelo gradual e contínuo de aquisição de direitos ao mesmo tempo em que enfatiza essa característica brasileira de corpo violável como fator da disjunção democrática. As exceções – e o aborto parece corresponder a uma exceção sobre a circunscrição – como bem se utilizou a autora, parecem ser o meio que traz mais possibilidades explicativas. O aborto, por sua vez, enquanto direito individual que é adquirido a parte da circunscrição, pode então ser a exceção que encerra o direito liberal de propriedade como esgotado.

Todas as exceções brasileiras citadas por Teresa, como a negação da vida pública e híper valorização da vida privada concomitante à redemocratização, demonstram provavelmente uma esfera moderna onde a gradualidade e continuidade de direitos são diferentes (ou nem existem em função do direito ainda ser encarado como propriedade e não como relação. Ser algo pensado “em relação à” podendo então visualizar “em detrimento à quem” se encaixa, e se for preciso se reencaixa, nas demandas brasileiras que cresceram numa democracia contraditória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPÊDA, Vera Alves (2014). Teoria Social e Mudança Política em Florestan Fernandes. **Revista Florestan** 01 (01) 51-56

HOLSTON, James (1993). **A cidade Modernista**: Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia das letras.

MARSHAL, T. H. (1965 [1949]). **Citizenship and social class**. Nova Iorque: Doubleday

NEDELSKY, Jennifer (1990). **Law, boundaries, and the bounded self**. Representations 30: 162-69.

PASINATO, Wânia (2011). Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: **Lei Maria da Penha**, 119-42.

PERALVA, Angelina (2000). **Violência e Democracia: Paradoxos Brasileiros**. São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Wanderey Guilherme dos (1979). **Cidadania e Justiça: política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus.